

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCINF
DINTER UnB/UFES

TAIGUARA VILLELA ALDABALDE

**MEDIAÇÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS:
O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Brasília – DF
2015

TAIGUARA VILLELA ALDABALDE

**MEDIAÇÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS:
O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília no âmbito do Doutorado Interinstitucional (DINTER) entre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Gestão da Informação.

Linha de pesquisa: Organização da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgete Medleg Rodrigues.

Brasília – DF
2015

Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília no âmbito do Doutorado Interinstitucional (DINTER) entre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Georgete Medleg Rodrigues (orientadora)
Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade de Brasília

Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Roncaglio (membro interno)
Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade de Brasília

Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Abreu (membro interno)
Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (membro externo)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (membro externo)
Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^ª. Dr^ª. Miriam Paula Manini (membro suplente)
Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade de Brasília

Brasília, 02 de dezembro de 2015.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "MEDIÇÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS: O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO".

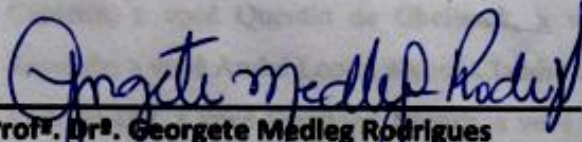
Autor (a): TAIGUARA VILLELA ALDABALDE

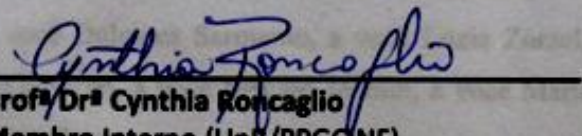
Área de concentração: Gestão da informação

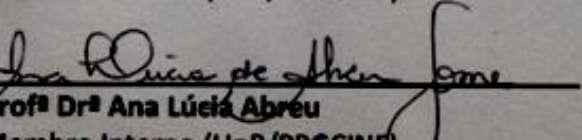
Linha de pesquisa: Organização da Informação

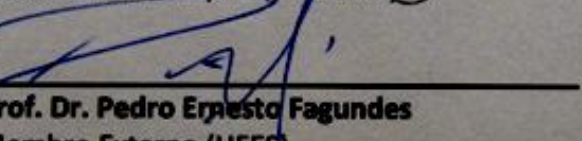
Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

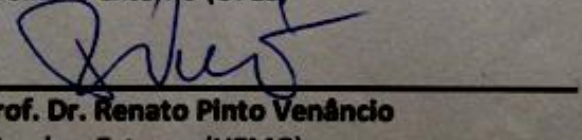
Tese aprovada em: 02 de dezembro de 2015.


Prof.^a Dr.^a Georgete Medleg Rodrigues
Presidente (UnB/PPGCINF)


Prof.^a Dr.^a Cynthia Roncaglio
Membro Interno (UnB/PPGCINF)


Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Abreu
Membro Interno (UnB/PPGCINF)


Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Membro Externo (UFES)


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio
Membro Externo (UFMG)

Prof.^a Dr.^a Miriam Paula Manini
Suplente (UnB/PPGCINF)

AGRADECIMENTOS

Eu vivo sob o regime da realidade e ela não precisa se explicar ou ser coerente ou mesmo se fundamentar. Eu me esforço em compreender o que é real, pois tenho necessidade de saber. É um trabalho que faço em silêncio e seu produto se encontra sob a forma das letras. Eu registro as palavras que as suas pupilas captam enquanto você lê. É verdade que não teria força para isso sem o seu apoio. E por isso eu penso que apoiar alguém pode ser muitas coisas, mas jamais indiferença. Então agradeço a vocês mãe, pai e irmão; ao Misterioso Altíssimo; a você Georgete Medleg Rodrigues, a você Philippe Peterle Modolo, a você Cynthia Roncaglio, a você Ana Lúcia, a você Renato Venâncio, a você Maira Grigo, a você Maria McAdams (Da Luz, Ancora Imparo), a você José Maria Jardim, a você Camila Araújo dos Santos, a você Tiago Braga, a você Agostino Lazzaro, a você Cilmar Franceschetto, a você Paula Santos, a você Tiago de Matos Alves, a você Viviane Vasconcelos, a você Sérgio Dias, a você Michel Caldeira, a você Quentin de Ghellinck, a você Baptiste De Reymaeke, a você Hélène Rajabaly, a você André Lopez, a você Claudio Gottschalg Duque, a você Luiz Cláudio, a você Rodrigo Cid, a você Françoise Hiraux, a você Virginia Arana, a você Pedro Ernesto, a você Margarete Moraes, a você Attilio Provedel, a você Luciana Itida, a você André Malverdes, a você Dulcinea Sarmento, a você Luzia Zorzal, a você Heloísa Bellotto, a você Ana Maria Camargo, a você Miriam Manini, a você Maria Paula Saba e a você a quem me esqueci de agradecer.

Arquivo no contexto da cultura se constitui, ainda, uma proposta em discussão [...] O arquivo assim delineado atende não só a administração e aos direitos individuais - informação e prova - como também a sociedade como um todo. [...] ultrapassa as práticas tradicionais de preservar apenas a memória dos atos e fatos governamentais, para incorporar, em seus registros, um contingente social maior e mais diversificado, preparando-se, dessa forma, para servir a uma sociedade organizada de forma efetivamente democrática.

Helena Corrêa Machado (1986)

RESUMO

A mediação cultural vai além da disponibilidade dos estoques de informação, esta é um processo construído por agentes a partir de uma dinâmica interativa demarcada por lugares institucionais. As instituições arquivísticas por sua vez estão sujeitas ao entendimento dos agentes que influenciam as práticas de mediação cultural. O aspecto diretivo dessas práticas enseja a reflexão sobre em que medida as gestões do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) vem levando em conta as práticas de mediação cultural (tanto em termos quantitativos como qualitativos). Essa tese tem como objetivo geral identificar as práticas de mediação cultural no APEES em sucessivas gestões, no período de 1985 (ano da Redemocratização no Brasil) a 2015, bem como discutir o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão da instituição. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa histórico-documental, tendo como base o fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com o mapeamento dos tipos de práticas de mediação cultural, a partir de uma perspectiva diacrônica. Como referencial teórico, trabalhou-se com os conceitos de cultura de direitos culturais de mediação cultural de mediação cultural no patrimônio de mediação cultural em arquivos de tipologias de atividades culturais no arquivo de serviço de apoio cultural e de Economia da Cultura. Os resultados mostram que no período mencionado, o APEES realizou um total de 221 práticas de mediação cultural na instituição, classificadas em diferentes tipologias. Os resultados indicam, também, a predominância de dois tipos de práticas de mediação cultural: as efemérides e as visitas escolares, a primeira devido ao “Programa Arquivo Itinerante”. Os dados nos permitem inferir que o arquivo lutou contra a ocultação do patrimônio arquivístico ao dirigir sua política à diversidade cultural e social que compõe o estado do Espírito Santo, transitando pelos territórios culturais, promovendo atividades que valorizaram as expressões de cada cultura em particular. No que se refere à quantidade e qualidade das práticas de mediação cultural, constatou-se, ainda, uma assimetria entre as diferentes gestões do APEES o que pode ser explicado pelo entendimento dissimilar dessas gestões sobre o arquivo como lugar de cultura, que, em alguns casos, permitiu a adoção, pela instituição, de uma política de parceria que incluiu artistas, escolas, universidades, governos, secretaria de cultura e outros agentes.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Mediação Cultural. Tipologias de práticas culturais. Difusão.

ABSTRACT

Cultural mediation goes beyond availability of data repositories, it's a process built by agents from an interactive dynamic marked by institutional places. The archival institutions are subject to the understanding of agents influencing the cultural mediation practices. The directive aspect of these practices gives rise to reflection on the extent to which managements of the Espírito Santo State Archives has been considering the cultural mediation practices in quantitative and qualitative terms. This thesis aims to identify the cultural mediation practices in APEES in successive administrations, from 1985 (Brazil's redemocratization year) to 2015, as well as discuss the understanding of archives as a place of culture in the institution's management. As methodology, we used historical-documentary research, based on the *fonds* of Espírito Santo Public Archives with the mapping of the types of cultural mediation practices from a diachronic perspective. As a theoretical framework, we take into account the following concepts: culture, cultural rights, cultural mediation, cultural mediation in heritage, cultural mediation in archives, types of cultural activities in archives, cultural support service and Cultural economics. The results show that, in the mentioned period, the APEES held a total of 221 cultural mediation practices in the institution, classified into different types. The results also indicate a predominance of two kinds of cultural practices mediation: the ephemeris and school visits, the first due to "Itinerant Archive Program". The data allow us to infer that the archive battled against hiding of archival heritage due to orientation of the policy towards cultural and social diversity. The archive has transited by cultural territories, promoting activities to value the expressions of each particular culture. Regarding the quantity and quality of cultural mediation practices, we verified an asymmetry between the administration of the APEES, which can be explained by the dissimilar understanding of these efforts on the archive to as a place of culture, which in some cases, allowed the adoption of the institution partnership policies to include artists, schools, universities, governments, culture secretariats and other agents.

Keywords: Espírito Santo State Archives. Cultural mediation. Types of cultural practices. Diffusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Arquivo Público representado para o público infantil.....	114
Figura 2	– Foto de navio simulando o itinerário marítimo dos antepassados dos pomeranos.....	134
Figura 3	– Exposição de fotografias do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais contempladas por uma menina e duas mulheres ciganas durante a efeméride de Sara Kali.....	141
Figura 4	– Exposição de documentos fotográficos “Educações Ambientais em Narrativas”.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Série temporal em números absolutos das práticas de mediação cultural promovidas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1985-2015).....	127
Gráfico 2	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Pupa (1987-1995).....	129
Gráfico 3	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na primeira fase Gestão Lazzaro (1995-2003).....	130
Gráfico 4	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o primeiro mandato de Hartung (2004-2006).....	133
Gráfico 5	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro, durante o segundo mandato de Hartung (2007-2010).....	136
Gráfico 6	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o Governo Casagrande (2011-2014).....	145
Gráfico 7	– Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o segundo Governo Hartung (jan. – ago. 2015).....	146
Gráfico 8	– Proporcionalidade dos vínculos administrativos dos arquivos estaduais.....	163
Gráfico 9	– Distribuição do orçamento gasto do APEES (1999 a 2013).....	169
Gráfico 10	– Total do orçamento do APEES destinado às práticas de mediação cultural (1999 a 2013).....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia da legislação sobre o APEES, seus vínculos e status administrativos (1863 – 2004).....	122
Quadro 2 – Relação das pessoas jurídicas colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES.....	154
Quadro 3 – Correspondência entre as atribuições da SECULT e o impacto potencial nas atividades do APEES.....	165
Quadro 4 – Correspondência entre o papel cultural do arquivo público, serviços e processos arquivísticos.....	172

LISTA DE SIGLAS

APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CNARQ	Conferência Nacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DAG	Departamento de Administração Geral
<i>DAT III</i>	<i>Dictionary of Archival Terminology III</i>
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ICA-SAE	<i>Section for Archival Education and Training</i>
<i>MAT</i>	<i>Multilingual Archival Terminology</i>
MinC	Ministério da Cultura
PROGRED	Programa de Gestão Documental
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SECULT	Secretaria da Cultura
SIARES	Sistema de Arquivos do Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização do estudo e pressupostos básicos.....	14
1.2	Problema e hipótese de pesquisa.....	24
1.3	Objetivos.....	25
1.4	Procedimentos metodológicos.....	26
2	REVISÃO DE LITERATURA	29
2.1	A função cultural dos arquivos.....	32
2.2	O lugar do arquivo no setor da cultura.....	38
2.3	O documento arquivístico como bem cultural e os públicos dos arquivos.....	52
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS	58
3.1	A cultura em Chartier.....	58
3.2	Direitos culturais em Touraine.....	59
3.3	Mediação cultural.....	61
3.4	Mediação cultural no campo do patrimônio.....	64
3.5	Mediação cultural em arquivos.....	70
3.6	Tipologias de atividades culturais no arquivo em Vela.....	76
3.7	Mediação cultural em instituições arquivísticas: aproximações terminológicas.....	78
3.7.1	Serviço de apoio cultural em Camargo e Bellotto.....	78
3.7.2	O <i>Multilingual Archival Terminology</i>	79
3.8	Economia cultural em Herscovici.....	82
4	A TRAJETÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	84
4.1	A formação populacional do estado do Espírito Santo e perfil socioeconômico.....	84
4.2	Primórdios: o arquivo sob a administração provincial no Império do Brasil (1836-1889).....	88
4.3	As gestões entre a Primeira República (1889-1930) e o Regime Militar (1964-1985).....	91
4.4	Gestões da Redemocratização e da Nova República.....	101
4.5	Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015).....	107
5	MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	124
6	A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA TAMBÉM COMO LUGAR DE CULTURA: A GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO NUMA PERSPECTIVA CULTURAL	149
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178

8	RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA.....	183
	REFERÊNCIAS.....	185
	BIBLIOGRAFIA.....	199
	APÊNDICE A – Formulário de pesquisa para tese de doutorado.....	202
	APÊNDICE B – Resposta da SECULT a LAI.....	204
	ANEXO A – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	205
	ANEXO B – Liste des produits étudiés: hors des sentiers battus. Exploration et pistes de réflexion sur la rencontre archives et culture.....	218

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção apontaremos brevemente o contexto da discussão, assim como alguns de seus pressupostos. Iniciaremos por apresentar um resumo do percurso das instituições arquivísticas e ao fim indicaremos distinções e conceitos que serão centrais à discussão, como a distinção entre difusão e mediação cultural.

1.1 Contextualização do estudo e pressupostos básicos

No ano de 1794, através do decreto de 25 de junho (art. 37 do decreto de 7 messidor ano II¹), o governo francês regulamentou o direito de livre acesso aos arquivos públicos que são entendidos como patrimônio no sentido de propriedade da nação. Em articulação com o reconhecimento dos artefatos e lugares com valor monumental, o Comitê da Instrução Pública atuou nos museus, nas bibliotecas e também nos arquivos (CHOAY, 2006).

Ora, mas os documentos arquivísticos teriam sido entendidos na categoria dos monumentos e do patrimônio? As obras de Jules Tardif "Carta francesa de 1230 conservada nos arquivos municipais de Troyes" de 1855 e "Monumentos históricos [cartões dos reis, 528-1789]" de 1866, nos permitem inferir que a partir do século XIX os documentos de arquivo foram alvos de difusão. Além disso, os arquivos não eram ignorados pelo governo francês no que se refere a necessidade de tratamento. A criação da *École nationale des chartes*, em 1807, por exemplo, surge no âmbito da demanda por organização e preservação. A escola dedicou-se a essas tarefas e ainda ao estudo de documentos confiscados na Revolução Francesa, foi efetivamente fundada em 1821, a serviço da história e do patrimônio, sendo, uma das primeiras na Europa a oferecer formação para arquivistas. Em 1866 os leitores de "Monumentos históricos" puderam contemplar fac-símiles dos arquivos dos merovíngios e carolíngios, já em 1867 ocorreram as primeiras exposições temáticas de conjuntos documentais com variados tipos nos arquivos públicos franceses. (CHAVE, 2012).

Em 1866 os leitores de "Monumentos históricos" puderam contemplar fac-símiles dos arquivos dos merovíngios e carolíngios, já em 1867 ocorrem as primeiras exposições temáticas de conjuntos documentais com variados tipos nos arquivos públicos franceses (CHAVE, 2012).

Após a II Guerra Mundial, em um contexto de constatação coletiva da destruição do patrimônio das nações, formou-se em 1954 a Comissão de Haia que contou com adesão de

¹ O decreto também regulamenta os *Archives nationales* (Arquivo Nacional da França).

115 Estados-membros. Os Estados assumiram um mútuo compromisso de poupar o patrimônio cultural em conflitos armados. Essa foi a primeira vez que documentos de arquivo foram enquadrados como bens móveis relevantes ao patrimônio cultural².

Em 1956³ Schellenberg (2003) salienta que uma das razões para o estabelecimento das instituições arquivísticas na França, Inglaterra e Estados Unidos foi de ordem cultural. Também nos anos 1950, principalmente na França, iniciou-se o que já se denominava à época, mediação cultural⁴. Entretanto, Schellenberg (2003) destacou apenas o aspecto dos arquivos públicos como fontes de cultura ao passo que Jammet (2007) salienta que nos anos 1950 os arquivos foram objetos de numerosas ações destinadas à melhoria do seu compartilhamento através de dispositivos que facilitavam o reencontro com os produtos da cultura com as populações. O autor nota que a popularização dos arquivos, se deu em parte por conta da mediação como uma forma de educação pautada na ideia⁵ presente nos anos 1960, de que a fidelidade às lições da história torna o cidadão mais protagonista da vida da cidade. (JAMMET, 2007).

Na obra “o direito à cidade” David Harvey (2012) pontua que nos anos 1960 houve uma crise com muitas consequências sociais. Uma delas é que os estudantes brancos, de classe média, insatisfeitos, se revoltaram e buscaram alianças com grupos marginalizados para reivindicar direitos civis. Nesse contexto consideramos que as reivindicações estiveram ligadas aos movimentos sociais formados por afrodescendentes, feministas, estudantes, homossexuais, pacifistas, ambientalistas e socialistas que almejavam conquistas coletivas, principalmente nos Estados Unidos e na França. Nos Estados Unidos, a democratização das universidades e territórios reservados à elite branca, foi um dos pontos centrais da luta e culminou na Lei de Direitos Civis de 1964 que deu um fim oficial à segregação afrodescendente. Na França, tendo como pano de fundo os protestos contra a Guerra no Vietnã, o fechamento da Universidade de Sorbonne foi o estopim para as manifestações ocorridas no mês de maio de 1968. Nessa ocasião, os movimentos estudantis e operários juntaram forças e ocuparam as ruas. Entre as pautas defendidas na época, estava o acesso democrático aos bens públicos.

² Salientamos que o texto da convenção trata em especial do termo “manuscritos”.

³ Ano da primeira edição da obra “Arquivos Modernos” publicada pela Universidade de Chicago.

⁴ Não se trata de um termo novo. Encontramos registros do termo nas décadas de 1910 e 1920 utilizados para denominar o diálogo entre as culturas. Neste sentido, o termo é usado por Laufer (1919) e Eno (1925) para expressar o diálogo da cultura ocidental com a cultura oriental. Este termo só seria aceito no vocabulário institucional dos órgãos públicos a partir dos anos 1960 e 1970 com certa resistência (BORDEAUX, 2008).

⁵ A ideia é representada na afirmação de Francis Jeason que foi o diretor da Casa de Cultura de Chalun-sur-Saône na França nos anos 1960.

Entre 1964 e 1967 a Comissão Franceschini⁶ revisa a definição de mecanismos de proteção do patrimônio estabelecendo um novo sistema de ordenamento jurídico para o setor da cultura, consagrando o termo como bem cultural. A Comissão Franceschini defere que documentos de arquivo se enquadram no estatuto dos bens culturais ligados à defesa e salvaguarda do patrimônio cultural (PEREIRA, 2013).

A nosso ver, uma das consequências disso para o patrimônio e, portanto, para os arquivos, foi uma mudança significativa, pelo menos no plano do discurso institucional, na perspectiva da relação com os cidadãos. Isso porque essa relação foi ampliada a partir de um enfoque nos usuários acadêmicos para se estender aos diversos públicos com base no conceito de “democracia cultural”⁷. Isso, por sua vez, impactou nos serviços dos arquivos que incorporaram na sua programação pública uma gama de atividades, cujo objetivo foi aproximar a sociedade e o patrimônio arquivístico.

Mas se a democracia cultural florescia em países estrangeiros: então o que acontecia no Brasil nas décadas de 1960 e 1970? Não podemos ignorar o período e os prováveis efeitos do Regime Militar (1964-1985) para os arquivos públicos brasileiros no que se refere ao desenvolvimento da democracia cultural. Apesar de não existir abertura em relação às liberdades políticas, Lavinias (2014) indica que a partir dos anos 1970 houve um processo de transformações nas políticas de proteção do patrimônio que influenciariam a área cultural brasileira até início dos anos 1980 no contexto político-cultural. O Plano Nacional de Cultura lançado em 1976 foi determinante no âmbito da contribuição para as políticas culturais do país.

O autor nota que o setor da cultura não possuía autonomia e era planejado sob a ideologia conservadora presente nas Forças Armadas. Isso explica, parcialmente, a razão da cultura ter sido, durante o Regime Militar, destituída de um órgão autônomo integralmente responsável pela política cultural da nação, o que significou sua permanência junto à educação, ao turismo e ao desporto no âmbito federal, estadual e municipal.

Consideramos aqui a perspectiva da política cultural como política pública, isto é, como um conjunto de atividades da gestão pública que resultam de decisões e de ações

⁶ Criada na Itália, a referida comissão recebeu o nome do ministro que era um de seus membros juntamente com parlamentares, e especialistas das áreas da história, arqueologia, direito e ciências documentais.

⁷ Neste trabalho, democracia cultural, será entendida segundo a definição de Jean-Marc Fontan (2007), isto é, a efetiva participação dos cidadãos junto aos produtos e bens culturais levando em consideração as particularidades das culturas comunitárias, as classes sociais e o diálogo com os indivíduos.

daqueles que governam. (BOLÁN, 2006). Atualmente o setor dos arquivos é representado no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) pelo Colegiado Setorial de Arquivos⁸.

Após o regime militar, e considerando o artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988 – que prevê “[...] pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” (BRASIL, 1988) – ficou legitimado o dever das instituições arquivísticas, a partir de então, de propiciar acesso ao patrimônio arquivístico e reafirmar os direitos culturais⁹. Um exemplo é o Direito à Livre Participação na Vida Cultural¹⁰.

Mais recentemente, o Decreto Presidencial nº 7.037 de 2009, aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Este programa incorpora princípios dos direitos culturais que ficam evidentes nos objetivos estratégicos contidos no anexo, dentre os quais destacamos: a proteção da diversidade das expressões culturais como Direito Humano e a promoção do direito à cultura como elemento formador de cidadania.

Consideramos que as instituições arquivísticas públicas não estão alheias aos direitos dos cidadãos e não se deve sonegar o desfrute do patrimônio arquivístico, pois o conjunto de documentos arquivísticos estatais, avaliado com valor para uso social, científico, artístico e cultural é um bem não exclusivo¹¹. Assim, entendemos que os arquivos públicos não podem restringir-se a um único público (por exemplo, o público acadêmico). Nos termos do referido decreto encontram-se dentre outros: “[...] pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros [...]” (BRASIL, 2009).

⁸ O Colegiado Setorial de Arquivos é o representante oficial do setor dos arquivos nomeado através da Portaria 035 de 23 de abril de 2013 do Ministério da Cultura. No ano de 2013 os nomeados se reuniram pela primeira vez em Brasília quando identificaram 30 metas do Plano Nacional de Cultura e aprovaram o regimento interno do colegiado. Destacamos as seguintes atribuições: I - debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas a Arquivos; [...] promover o diálogo entre poder público, Arquivos e sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de ideias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais; IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao setor; [...] VII – estimular a integração de iniciativas socioculturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais; VIII– estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor de Arquivos; IX – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;

⁹ Segundo o advogado José Estênio Cavalcante: “Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos. Estão indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).” (CAVALCANTE, 2011, p. 3).

¹⁰ O Direito à livre participação na vida cultural está no contexto do direito à livre criação e o direito à fruição, assim como aos direitos culturais assegurados aos povos que compreende: o direito à identidade cultural. (CAVALCANTE, 2011).

¹¹ Bem não exclusivo é aquele que integra parte dos bens públicos definidos pelo Código Civil. No caso do patrimônio arquivístico a sua destinação permite que ele seja classificado na categoria dos bens de domínio público.

Assim, dado que o Estado deve fornecer garantia aos cidadãos do pleno exercício dos direitos culturais que lhes são pertinentes, podemos concluir que o arquivo público é uma instituição permanente e essencial à função administrativa do Estado (ao menos no que concerne às relações entre os cidadãos e o Estado).

Essa definição é relevante para nosso estudo, pois o objeto empírico é o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Nesse caso, sublinha-se a função cultural dos arquivos estudada por Alberch i Fugueras e Boadas (1991), definida por seus objetivos de integrar o arquivo na sociedade, além de estabelecer e manter o diálogo com o cidadão. A função cultural inclui não só o processo da mediação cultural, mas também a ação educativa que não se encontra em nosso objetivo de estudo e que a nosso ver requer um enfoque particular.

É na perspectiva da emergência da função cultural que, segundo Machado (1986), o papel da instituição arquivística amplia-se, isso porque “[...] o arquivo assim delineado atende não só à administração e aos direitos individuais - informação e prova - como também a sociedade como um todo”. (MACHADO, 1986, p. 51). Mas como instrumentalizar esse papel? Uma das formas que será defendida neste trabalho é a mediação cultural nos arquivos. O objetivo desta mediação é contribuir para a democratização dos arquivos e para a democracia cultural com o público.

Examinando a literatura de língua espanhola e francesa encontramos os termos “mediação cultural”, “animação cultural”, “ação cultural”, “dinamização cultural”, “difusão cultural”, “promoção cultural”, “marketing cultural”, “valorização cultural” e “ação educativa”. Localizamos um maior número de textos sobre a temática da mediação cultural em arquivos nos textos de língua francesa.

No Brasil, Heloísa Bellotto é a autora que detém maior produção na perspectiva dos arquivos e da Arquivologia. Em sua obra sobre “animação cultural” e “ação educativa”, Bellotto (2007b) reserva um capítulo para cada uma das modalidades, reconhecendo a distinção entre ambas e colocando-as como funções arquivísticas complementares em relação às funções arquivísticas básicas¹². Notamos que ela utiliza o termo “animação cultural”¹³ sem uma preocupação em discuti-lo em relação à mediação cultural.

¹² Arranjo, descrição, avaliação e conservação.

¹³ Para Coelho (1997) animação cultural é a organização e promoção do lazer para instruir, esclarecer ou iniciar o público. Assim, Coelho (1997) considera que animação cultural e ação cultural são conceitos associados entre si, assim como com o termo mediação cultural.

No capítulo dedicado à função cultural, Bellotto (2007b) elenca uma série de produtos e serviços como ações educativas, edições bibliográficas semidiplomáticas, palestras, colóquios, seminários, cursos, oficinas, visitas monitoradas, treinamentos, instrumentos de pesquisa de cunho pedagógico, informativos, matérias, artigos, produções técnicas referentes ao acervo, publicações na rede mundial de computadores, periódicos, livros e revistas.

Entendemos que há nas atividades elencadas por Bellotto (2007b) dois campos de atuação complementares: um diz respeito à difusão sistematizada por Charbonneau (2011) e definida como o ato de transmitir as informações em documentos para usuários enquanto parte do encadeamento entre as funções arquivísticas de produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição e preservação; o outro se refere à mediação cultural definida por Boissonneault (1997) como relação de troca entre duas ou mais culturas respeitando os sistemas de valores de cada.

Se por um lado, Charbonneau (2011) explica que a aplicação do primeiro conceito deve oferecer acesso e comunicabilidade para receptores de uma difusão a ser transmitida, incluindo arquivos correntes e intermediários, por outro, Boissonneault (1997) aponta que, no caso de seu estudo, a mediação cultural é relativa aos arquivos permanentes. A autora ressalta que é preciso demarcar a própria cultura do arquivo no seu cotidiano, para só então trabalhar a capacidade de interagir com os membros de cada cultura (BOISSONNEAULT, 1997).

Charbonneau (2011) demarca, ainda, diversos produtos e serviços da difusão, tais como os atendimentos por telefone, por correio eletrônico e em sala de consulta, assim como a inscrição de usuário, a requisição de documentos, o serviço reprográfico, o registro de cópias digitais de documentos em CD-ROM, o *site* institucional na *web* e as publicações dos instrumentos de pesquisa incluindo aqueles em sistemas informáticos disponíveis na internet.

Buscamos diferenças nos conceitos entre difusão e mediação cultural na literatura brasileira, mas não encontramos uma distinção clara sobre os conceitos de difusão e mediação cultural em arquivos. Isto revela uma lacuna na literatura sobre o tema da mediação cultural nos arquivos brasileiros. Essa constatação foi feita a partir da consulta a 28 bases de dados pré-selecionadas na área de Arquivologia e Ciência da Informação. As buscas foram realizadas com as seguintes palavras-chave: “ação cultural em arquivos”, “difusão cultural em arquivos” e “mediação cultural em arquivos”. Os detalhes dos procedimentos metodológicos serão abordados mais adiante.

Essa lacuna na literatura sobre o tema pode ser atribuída à concentração de estudos sobre gestão documental que, por sua vez, atribuímos ao *lobby* evidenciado no documento

“Moções e recomendações do Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais” na sentença: “[...] d) fazer "lobby" junto aos governos em todos os seus níveis para o desenvolvimento de gestão de documentos; [...]” (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1992). Esse registro encontra-se no fundo APEES identificado dentre a série “correspondências”.

Após a leitura da bibliografia pertinente, chegamos às seguintes definições:

- 1) *Difusão* é o processo cujo objeto é a informação que segue a adoção de uma dinâmica emissiva¹⁴. O objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa *on-line*, curadoria digital de acervos, *homepage* institucional, publicações que são produtos de atividades puramente técnicas, divulgação de informações por e-mail e rede sociais.
- 2) *Mediação Cultural* é o processo cujo objeto é o patrimônio cultural representado pelos arquivos, dirigido com uma dinâmica interativa¹⁵. O objetivo último é contribuir para a democracia cultural e a democratização da instituição arquivística e do patrimônio arquivístico através da aproximação dos cidadãos com os fundos e com os organismos de custódia. Os produtos da mediação cultural são, por exemplo: exposições, visitas, efemérides, recitais, produções de audiovisual, debates, mostras de arte e concertos.

Sublinhamos que ambos os processos são construídos por agentes com dinâmicas demarcadas por lugares institucionais, no entanto seu objeto, dinâmica e finalidade caracterizam a distinção entre os conceitos.

Considerando que há grupos de cidadãos que não usufruiriam do arquivo público, não fosse via práticas de mediação cultural, como é o caso do povo Rom¹⁶ no Espírito Santo, concluímos que as populações são as maiores beneficiadas por tais práticas. Aliás, sobre o mesmo caso, os cidadãos nem sequer tomariam conhecimento da existência do arquivo público e de como é possível usufruir do patrimônio arquivístico. Assim, diante de uma vertente de trabalho que demandaria esforços e responsabilidades das instituições arquivísticas, nos interrogamos: mas ora, quais benefícios as práticas de mediação cultural trariam aos arquivos? O benefício mais relevante é o reconhecimento institucional que traria

¹⁴ Dinâmica unilateral caracterizada pela dicotomia entre o emissor e o receptor.

¹⁵ Dinâmica bilateral caracterizada pela participação ativa de um indivíduo ou de uma comunidade.

¹⁶ Rom é sinônimo de cigano que por sua vez é considerado como termo pejorativo principalmente em países europeus e norte-americanos. Os ciganos ou Roma (termo utilizado no plural) são divididos em povos dentre os quais o mais populoso é o povo Rom (termo aplicado ao singular) cujo nome representa também todos os que possuem o domínio da língua romani. É preciso considerar que há outros povos: Calon, Sintí, Manush, Lovara, Kalderash, Xoraxane, Romanisael e Romnichals. O povo Calon é de descendência ibérica e imigrou significativamente para o Brasil sendo, portanto o mais populoso no país.

mais recursos às instituições, pois, como nota Nesmith (2010) os arquivos sofrem com a incompreensão pública e por isso estão vulneráveis às oscilações de orçamentos. De acordo com Alberch i Fugueras *et al.* (2001) dentre os benefícios estão o aparecimento de novas oportunidades de emprego no setor da cultura, o incentivo ao surgimento de novas profissões e a condução de novos estudos.

Não é por acaso que a 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) aprovou a criação de serviços de difusão, educativos e culturais em curto e médio prazo na proposta três do eixo quatro (“Acesso aos arquivos, informação e cidadania”):

Promover os arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de: criação e implementação de **serviços de difusão, educativos e culturais** como canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos; pesquisa de perfil dos usuários para orientação de melhorias nos serviços prestados e criação de estratégias de difusão do acervo; divulgação dos serviços de maneira ampla e ágil aproveitando os recursos tecnológicos atuais de comunicação; contratação de equipes multidisciplinares; e qualificação de espaços e profissionais de arquivos para atender aos usuários respeitando suas necessidades e possibilitando o acesso dentro do conceito de acessibilidade universal. Recomenda-se que essas ações sejam implementadas a curto e médio prazo. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 4, grifo nosso).

O Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) também deliberou estratégias relevantes dentre as quais sublinhamos: a contribuição ao entendimento dos arquivos como espaços da cultura e a representação do segmento Arquivo na política cultural. O colegiado registrou a expectativa de maior apoio financeiro do Ministério da Cultura aos arquivos, inclusive por meio de editais específicos para a área e também apontou a necessidade de valorização dos arquivos junto aos planos de cultura.

Tendo em vista a pauta definida para os arquivos que inclui a ampliação de serviços culturais conforme o documento final da I CNARQ e a estratégia do Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC em contribuir para o entendimento dos arquivos como espaços da cultura é preciso reforçar que o tema aqui estudado não se refere à mediação cultural jurídica¹⁷, midiática¹⁸, pedagógica¹⁹, médica²⁰, linguística²¹, também não se trata do domínio da

¹⁷ Neste contexto da prática da mediação jurídica, a mediação cultural torna-se um instrumento conciliador nos conflitos entre pessoas ou grupos. Isto, principalmente em casos de choque entre populações que enfrentam divergências culturais levando a um contencioso cultural opaco onde as partes ignoram-se e hostilizam-se mutuamente. Um texto que discute sobre este campo é o de Donahue e Bresnahan (1994).

¹⁸ As preocupações desta área recaem sobre a mídia. Uma das questões que pode ser considerada de interesse é a subordinação do jornalismo televisivo às instituições políticas assim como o domínio de poucos políticos sobre os espaços de aparições midiáticas. Um autor proeminente na área é Darras (2005).

mediação cultural na área de comunicação, educação, artes ou arte-educação. O foco será a mediação cultural na vertente do patrimônio, e em específico do patrimônio arquivístico.

Em que pese à presença do patrimônio arquivístico na legislação estadual destacamos: “consideram-se integrantes do **patrimônio arquivístico** público [...] III - arquivos permanentes, constituídos pelos conjuntos de documentos que assumem **valor cultural**[...] aos quais devem ser assegurados a preservação[...]” (SÃO PAULO, 1984, grifos nossos). Assim, o patrimônio arquivístico é definido na medida em que um ou mais dos seguintes valores lhe são atribuídos: o valor cultural, o valor histórico, o valor probatório e o valor informativo. Apesar de o valor cultural dos arquivos não estar explícito na legislação federal, destacamos, contudo, o texto do Projeto de Lei n. 1415/2015 de Giuseppe Vecci (PSDB/GO) que aguarda o parecer do relator Jean Wyllys (PSOL/RJ):

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir as doações de bens e **arquivos de valor cultural** dentre as ações alcançadas pelos incentivos fiscais que a referida Lei estabelece. Art. 2º A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações: a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos, inclusive mediante doações de bens e **arquivos de valor cultural**:[...] IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro, inclusive mediante destinação de recursos para a viabilização de doações de bens e **arquivos de valor cultural**:[...] VI - as doações de bens e arquivos de valor cultural a museus e bibliotecas.[...] e) doações de acervos, inclusive de bens e **arquivos de valor cultural**, para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos:[...] VII - patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos, inclusive mediante doações de bens e **arquivos de valor cultural**:[...] O objetivo deste projeto de lei é alterar a Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) para explicitar a possibilidade de os contribuintes doadores de bens e **arquivos de valor**

¹⁹ A mediação no ramo educativo pode ser representada pelo pensamento da arte-educadora Adriana de Oliveira (2008). Ela se preocupa em tratar questões do educador como um mediador do saber de modo que seu papel não pode ser reduzido à transmissão do conhecimento, mas antes sua tarefa é construir um relacionamento aberto e evolutivo com o educando que se desenvolve ao longo do tempo. O processo e as práticas de Oliveira (2008) são inspirados por uma citação de Paulo Freire: “[...] Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Os projetos que a arte-educadora participa objetivam desenvolver atividades culturais e artísticas em uma perspectiva democrática da educação e em um processo de conscientização para transformação social.

²⁰ A mediação cultural aparece aqui na sua aplicação de apoio clínico principalmente no cuidado com pacientes de etnias e grupos considerados como minoria. O tratamento com esse perfil de paciente requer o domínio da mediação cultural principalmente por enfermeiros (as) e profissionais da saúde. Um artigo que retrata esta realidade foi escrito por Rossi (1999).

²¹ Dentre as reflexões nesta perspectiva estão a própria fala. Um exemplo de autor neste campo é Vygotski (2007) que defende que o imediatismo da percepção "natural" na criança é suplantado por um processo complexo de mediação sendo a fala uma parte essencial do desenvolvimento cognitivo.

cultural a bibliotecas públicas, museus e arquivos públicos se aproveitarem dos benefícios fiscais por ela estabelecidos. Muito embora a redação atual da alínea “e” do § 3º do art. 18 da Lei Rouanet preveja a “doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas”, na regulamentação infralegal da matéria pelo Poder Executivo, a doação de bens e **arquivos de valor cultural** não foi expressamente contemplada. [...] Nossa iniciativa busca oferecer segurança jurídica aos doadores e auxiliar as autoridades governamentais da área cultural, pois equipar nossos museus, bibliotecas e arquivos com bens e **arquivos de valor cultural** é um anseio de toda a sociedade, pelo que contamos com o apoio dos Nobres Pares para seu aprimoramento e aprovação.” (BRASIL, 2015, não paginado, grifo nosso).

É preciso salientar que o patrimônio arquivístico não é reconhecido por meio de tombamento e sua constituição é um dos objetivos da função arquivística de avaliação que por sua vez está associada à gestão de documentos. Isto quer dizer que a mediação cultural depende da gestão documental e que esses processos não são dicotômicos. De acordo com a Lei 8.159/1991 é necessário que seja feita a atribuição de valores aos documentos, ou ainda, no caso dos arquivos privados, que seja reconhecido o seu interesse público e social:

[...] Art. 8º § 3º Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de **valor histórico, probatório e informativo** que devem ser definitivamente preservados. [...] Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de **interesse público e social**, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes **relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional**. [...] Art. 15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. Art. 16. Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social. [...] (BRASIL, 1991, não paginado, grifo nosso).

A mediação cultural na vertente do patrimônio já vem sendo pesquisada no âmbito da Ciência da Informação. Nesse seguimento podemos destacar a definição da Escola Real de Ciência da Informação da Dinamarca para mediação cultural enquanto campo de pesquisa:

Mediação Cultural é um termo geral que em seu sentido mais amplo abrange a investigação sobre a organização e práticas das instituições culturais, assim como as suas configurações políticas. Deste modo, por um lado, a pesquisa dentro da linha de Mediação Cultural concentra-se, por exemplo, nas implicações institucionais de uma crescente colaboração entre museus, bibliotecas e arquivos, e, por outro lado, há uma preocupação sobre a cultura e o patrimônio cultural como conceitos que refletem questões sociais de identidade e do atual clima político e ideológico. [...] A pesquisa em Mediação Cultural envolve, dentre outras coisas, as seguintes áreas de concentração: o patrimônio cultural, planejamento cultural, cultura para crianças e jovens, meios de conhecimento, organização do conhecimento de

domínios estéticos, o letramento da mídia, sociologia da arte e da política cultural. (ESCOLA REAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, [20--?], tradução nossa).

Em Arquivologia, esse estudo está relacionado ao campo de pesquisa “Arquivo e Sociedade” (COOK; MARTINEAU; DUCHARME, 1999), pois é por meio deste *locus* investigativo que o papel da instituição arquivística pode ser conhecido. No que tange à aplicação direta do conhecimento gerado a partir deste estudo, afirmamos que ela vai ao encontro de novas expectativas colocadas por Nesmith (2010, p. 16) onde “[...] os arquivistas dominaram o trabalho que deve ser feito dentro dos arquivos. Agora devem se engajar no trabalho que deve ser feito fora dos arquivos, junto com seus patrocinadores e sociedade”.

Graciano e Bizello (2014, p. 54-55, grifo nosso) observam a necessidade de mais estudos no campo da mediação cultural em arquivos:

[...] constatou-se que tanto a mediação da informação como quanto a **mediação cultural**, ainda são temáticas pouco exploradas na área da Arquivologia, mas tratadas com maior frequência no curso de Biblioteconomia. Tal déficit na área da Arquivologia justifica-se, talvez, pelo fato de que esta tem se preocupado mais com a afirmação do profissional Arquivista, diante do mercado de trabalho e, também, com as técnicas e métodos de trabalho deste profissional [...].

De tudo isto, podemos finalizar com duas conclusões gerais. A primeira é que a mediação cultural é relevante no desenvolvimento da democratização e do direito ao acesso aos arquivos públicos. Lembramos, por exemplo, do mencionado caso do povo Rom, cujo desfrute do patrimônio cultural representado nos documentos custodiados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo depende de práticas de mediação cultural. Em segundo lugar, a despeito de sua pertinência, ainda há carecimento de estudos na área de mediação cultural nos arquivos. Um dos objetivos desta pesquisa foi suprir parcialmente esta carência.

1.2 Problema e hipótese de pesquisa

Diante do exposto, o problema central desta pesquisa pode ser formulado da seguinte forma: em que medida as sucessivas gestões do APEES vem entendendo o arquivo como lugar de cultura? Em outras palavras, em que medida as gestões do APEES vem entendendo o arquivo não apenas como lugar da pesquisa (por exemplo, algo voltado ao público acadêmico), mas para a população em sua diversidade? Nota-se, portanto, a importância da noção de mediação cultural para a pergunta central desta pesquisa. As práticas de mediação

cultural são, como já dito, relevantes na democratização do arquivo. Por isto, podemos ainda perguntar: em que medida as gestões do APEES vem levando em conta as práticas de mediação cultural (tanto em termos quantitativos como qualitativos)?

Como hipótese norteadora, formulamos a seguinte: apesar dos primórdios do APEES remeterem a época das províncias do Brasil Império (1835-1889), os entendimentos do arquivo como lugar de cultura dependiam mais do governo do que do gestor até a democratização. Consideramos que mesmo quando as gestões se profissionalizaram, a partir do Governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) na década de 1970, e os diplomados em grau compatível com a especificidade da instituição tornaram-se gestores, não havia autonomia para políticas culturais no país. No processo de democratização assumiram a gestão do APEES respectivamente o historiador Fernando Achiamé (1979-1983), a bibliotecária Cecília Lindemberg (1984-1987) e a historiadora Inês Pupa (1987-1995). Isto posto, o entendimento do APEES como lugar de cultura é amplo e irrestrito somente na Gestão Lazzaro (1995-2015), porque o gestor incorporou ao ambiente institucional do APEES o seu histórico ligado à produção cultural sem diminuir as práticas de mediação cultural em relação as outras atividades do órgão.

Deste modo, o APEES não foi entendido como lugar de cultura imediatamente depois do seu processo de profissionalização, mas somente a partir da democratização do Brasil e autonomia do setor da cultura. Embora a cultura já fosse um campo autônomo desde 1985, as gestões Cecília Lindemberg (1984-1987) e Inês Pupa (1987-1995) entenderam o arquivo como o lugar da pesquisa e, por conseguinte, dos pesquisadores, de maneira que havia restrição quanto ao entendimento do APEES como lugar de cultura.

1.3 Objetivos

O objetivo geral da tese é identificar as práticas de mediação cultural em uma instituição arquivística pública estadual – o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - em diferentes gestões, bem como discutir o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão da entidade.

Os objetivos específicos são:

- a) Contextualizar historicamente o APEES desde sua criação;
- b) Mapear as práticas de mediação cultural desenvolvidas no APEES, estabelecendo os seus tipos;

- c) Discutir o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão do APEES.

1.4 Procedimentos metodológicos

Na primeira fase do trabalho realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica na literatura nacional e internacional, incluindo as seguintes bases de dados, selecionadas a partir do seu histórico de produção para o conhecimento arquivístico, visando identificar trabalhos sobre práticas de mediação cultural nos arquivos: Biblioteca Web da Universidade de Santa Maria, Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal Fluminense, Repositório Institucional da Universidade de Brasília, Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Espírito Santo, Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Acervo Digital da Universidade do Estado Paulista Júlio de Mesquita Filho, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal da Paraíba, Sistema de Administração de Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande, Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais, Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Digital da Universidade do Estado de Londrina, Biblioteca Digital da Universidade do Estado da Paraíba, Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Digital da Universidade Federal do Amazonas, Biblioteca Digital de Teses da Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo, Biblioteca Digital de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Portal de Teses da Fundação Oswaldo Cruz, Biblioteca Digital de Teses Pontifícia da Universidade Católica de Campinas, Banco de Dados da Biblioteca da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Minas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Biblioteca Digital da Universidade de Campinas, Base Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Biblioteca Digital de Teses da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em um segundo momento fez-se a contextualização histórica do APEES com base nos documentos do “Fundo APEES”, no arquivo corrente, no arquivo intermediário, na legislação sobre o órgão, nas publicações da imprensa local e na *homepage* institucional.

Após prévia aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo²² e consentimento do representante legal da instituição, na terceira etapa realizamos o mapeamento das práticas de mediação cultural. Isso foi feito mediante pesquisa histórico-documental nos arquivos do APEES, tendo como marco inicial 1985, ano que inicia a Redemocratização. O ano de 1985²³ é um marco para o processo de transição democrática no Brasil, pois o mecanismo do voto direto foi reestabelecido. Consideramos ainda que o mapeamento das práticas de mediação cultural é mais adequado a partir de 1985, porque a ideia de democracia cultural reestabelecida no processo transicional²⁴ é precípua para identificar tais práticas²⁵.

A documentação pesquisada inclui todos os documentos recebidos, produzidos e acumulados pela instituição e os seguintes tipos e espécies documentais: relatórios, comunicações internas, livros de entrada e saída, *clippings*²⁶, correspondências, diários oficiais do estado do Espírito Santo e livros de registro de presença. Abordamos os tipos de práticas de mediação cultural que se relacionam à realidade da base empírica. Deste modo, o seguinte procedimento foi adotado: primeiro a classificação das práticas de mediação cultural identificadas foi realizada por tipos e designada pelas fontes primárias do APEES, comparadas a obras de referência. Em seguida, classificamos as práticas de mediação por suas especificidades. Assim consideramos a tipologia como um método de categorização. Os principais casos encontrados na literatura foram: “efeméride histórica”, “itinerários” e “jogo recreativo”. Ambos os casos estão caracterizados nos tipos de Vela (2001). A nossa referência para o tratamento estatístico dos dados foi Castanheira (2006). Os tipos de práticas de mediação cultural foram sistematizados de acordo com o período dos governos formando séries²⁷ que nos permitem comparar a diversidade e quantidade nas diferentes gestões. Para

²² Número do Comprovante: 100135/2014. CAAE: 38197014.1.0000.5542. Submetido em: 17/10/2014; Situação da Versão do Projeto: Aprovado.

²³ 1985 é o ano da vitória de Tancredo Neves sobre Paulo Maluf. Neves seria o primeiro presidente civil a reger o país, desde João Goulart, deposto em 1964. A partir dessa data iniciou-se o restabelecimento dos partidos e o processo de convocação da Constituinte. Em 1988 foi promulgada a Constituição República Federativa do Brasil com o propósito de instaurar um Estado Democrático de Direito.

²⁴ Não consideramos que o processo transicional esteja esgotado. Ainda hoje esse processo segue com apoio da justiça transicional e com contribuições da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Anistia, da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Revelada e de outras iniciativas que possibilitam a reparação contra os direitos humanos.

²⁵ Jammet (2007) nota que a democracia cultural é uma estratégia basilar no âmbito da mediação cultural. Em termos práticos isso significa que a instituição arquivística deve se opor ao confisco do arquivo enquanto bem patrimonial considerando a diversidade e as identidades culturais nos públicos. (JAMMET, 2007)

²⁶ Também conhecido por “clipagem”, o clipping é entendido aqui como o conjunto de notícias que foram publicadas em jornais e revistas sobre a instituição sendo selecionadas para diversos usos.

²⁷ Neste caso consideramos a mesma época e o mesmo lugar institucional onde o fenômeno das diferentes práticas de mediação cultural é que possui variação em números absolutos.

representar essas séries estatísticas usamos gráficos de barra²⁸ a fim de evidenciar as categorias com maior peso. Além disso, dispomos as categorias por ordem crescente de número absoluto de ocorrências.

No tocante ao quantitativo total do período de 1985 até 2015 apresentamos uma série temporal²⁹ pelo gráfico de dispersão³⁰.

Durante o quarto estágio da pesquisa analisou-se a documentação relativa às administrações do APEES e da SECULT.

O instrumento para coleta³¹ de dados foi definido como um formulário contendo oito campos: a) Tipo documental, b) Data, c) Setor ou Coordenação, d) Prática cultural evidenciada, e) Local, f) Tema da prática, g) Orçamento, h) Responsável (eis) pela prática, formação (ões) e setor (es).

Durante a pesquisa contamos com a mobilização do APEES para atender a uma demanda que não estava prevista, pois os fundos de arquivo sob a guarda do APEES encontravam-se em processo de tratamento arquivístico. Essa documentação não possuía demanda e, portanto, não se encontrava entre as prioridades dos documentos que deveriam ser disponibilizados aos usuários.

Salientamos que o APEES ficou vinculado à Secretaria do Interior de 1910 até 1967. Entretanto, não há instrumento de pesquisa para mais de 800 caixas de documentos, pois o “Fundo Secretaria do Interior” ainda está em processo de descrição e não foi aberto aos usuários.

Posto isto, não foi possível ter acesso aos documentos do “Fundo Secretaria do Interior”. Não há notícias de quem conheça seu conteúdo e, portanto, entrevistas seriam ineficazes. O contato com as fontes primárias foi gradativo e parcial, ditado pelo ritmo de cooperação dos funcionários do APEES.

²⁸ É mais comum o uso de setores circulares para séries categóricas, mas tendo em vista preservar a diversidade de categorias, o gráfico em barras foi adotado. Isso permite a fácil identificação das categorias com mais concentração, ao mesmo tempo em que é possível observar a variação das práticas de mediação cultural categorizadas por tipologia.

²⁹ Observada ao longo do tempo, as variáveis são os anos, ao passo que permanece fixo o fenômeno observado, isto é, se tratam somente de práticas de mediação cultural e o lugar institucional também é o mesmo.

³⁰ Este tipo de gráfico é usualmente adotado para séries temporais, históricas, cronológicas ou evolutivas.

³¹ Apêndice A.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção vamos rever as obras relacionadas ao tema da nossa pesquisa selecionando aspectos que se aproximam do nosso objeto de estudo: a mediação cultural no APEES.

Nossa trilha de leitura segue os seguintes autores: Groys (2012); Duranti (1996); Rosiello (2004); Bellotto (2002, 2007a, 2007b, 2010, 2014); Alberch i Fugueras *et al.* (2001); Alberch e Boadas (1991); Silva, (2008); Brunelle-Lavoie (2008); Núñez Chávez (2014); Blais e Anns (1990); Rekrut (2003); Lemay (2009); Lemay, Klein e Lacombe (2014); Lubar (1999); Hovingh (2014); Roberge (2008); Boadas i Raset (2001); Benxayer (2007); Cardin (2012); Aubouin, Kletz e Lenay (2010) Choay (2006); Meneses (2010); Pereira (2011); Guigueno e Pénicaut (2015).

Boris Groys (2012) aponta que o arquivo permanente³² só faz sentido em relação à cultura, isto é, tudo o que foi recolhido é considerado como material relevante com valor e significado para uma determinada cultura. Ele descreve que no arquivo permanente está aquilo que é considerado de importante para a vida, para a história, para os seres humanos. Essas coisas importantes devem ser incluídas no arquivo, porque a tarefa do arquivo é representar a vida fora do espaço de arquivo.

Groys salienta que os meios técnicos são eles próprios as coisas no arquivo, atrás deles encontramos ainda, outros e diversos processos de produção, redes elétricas e procedimentos, onde estão escondidos os sujeitos, o curso dos acontecimentos, a natureza, a substância, a razão, a vontade, a possibilidade, a história e outros componentes culturais.

Para Groys (2012), os arquivos são fundamentais para a modernidade ocidental, servem de base sólida para tradições continuamente colocadas sob suspeita, de modo que se questionam as certezas e os valores anteriores. Segundo ele, está longe de ser acidental que a modernidade é também a idade do arquivamento por excelência e que a suspeita nunca pode ser invalidada ou erradicada. Isto porque a suspeita é constitutiva para a observação e o observador só pode adquirir conhecimento sobre a continuidade do arquivo.

A pesquisadora ítalo-canadense Luciana Duranti (1996) nos ajuda a entender a construção do conceito de arquivo como lugar a partir de uma perspectiva histórica e jurídico-administrativa. Duranti (1996) aponta que o arquivo enquanto lugar possui, dentre outras origens, os baús e armários onde se guardavam documentos e que foram muitas vezes

³² O termo originalmente usado foi “*archives*”. Entendemos que os termos “*records*” e “*files*” são usualmente relacionados aos documentos correntes e intermediários, ao passo que o termo “*archive*” refere-se ao arquivo permanente.

chamados de “arcas”. Segundo ela o ditado medieval “um castelo sem um arquivo é um castelo sem armamento” nos revela a centralidade do lugar “arquivo” no complexo arquitetônico.

A autora não rejeita a ideia de que a sociedade atual erigiu o arquivo de modo que ele pudesse ser um símbolo, um ponto de referência para o senso da cultura e memória coletiva. Contudo, ela defende o conceito jurídico de custódia em Jenkinson afirmando que o arquivo é órgão custodial e guardião dos documentos. Ainda de acordo com Duranti (1996), a guarda não é um sinônimo de encarceramento.

Duranti (1996) constrói seu discurso principalmente para justificar a manutenção do conhecimento tradicional do arquivo enquanto lugar de custódia. Ela cita diversos juristas e diplomatas para reforçar o entendimento do arquivo enquanto o lugar dos direitos dos civis. Mas ela não evidencia que os direitos culturais dos civis são fundamentais para o entendimento do arquivo como lugar e nem se esforça para compreender ou a dimensão cultural desse lugar chamado “arquivo”.

Haveria resistência no que diz respeito ao entendimento do arquivo como lugar de cultura? A diretora da escola de arquivística de Bolonha, Isabella Zanni Rosiello (2004) nos oferece um panorama sobre os acontecimentos na Itália que nos permitem entender, pelo menos em parte, a relutância da pesquisadora ítalo-canadense em evidenciar o arquivo como lugar de cultura. Pois por meio da organização do conjunto das obras do arquivista Claudio Pavone nos é apresentada a evolução da comunidade arquivística italiana e a relutância desta na associação entre arquivos e o setor da cultura.

De acordo com a obra organizada por Rosiello (2004), entre 1964 e 1974, houve comissões ministeriais que reavaliavam o regimento jurídico dos arquivos incluindo a melhor vinculação institucional dessas instituições. Ela explica que ao final daquele período o Estado optou por assimilar os arquivos ao novo ministério. Porém uma significativa parte da comunidade arquivística italiana resistiu às mudanças promovendo uma campanha contra a passagem dos arquivos ao Ministério do Patrimônio Cultural.

A obra de Rosiello (2004) permite a comparação entre aqueles que eram a favor da ligação dos arquivos ao Ministério do Patrimônio Cultural e os que eram contra. Segundo ela, os primeiros consideravam o vínculo como o resultado positivo dos esforços que defendiam

ao passo que os outros reclamaram a manutenção das práticas sobre a consulta dos arquivos para o Ministério do Interior³³.

Assim o livro organizado por Rosiello (2004) nos oferece um olhar sobre a história dos arquivos públicos, de maneira que os arquivistas continuariam a lutar não só contra a vinculação com o setor da cultura³⁴, mas contra a política do Ministério do Patrimônio Cultural. Eles se opuseram principalmente a redução das barreiras entre eles e os bibliotecários, arquitetos, historiadores da arte, arqueólogos, etc. Isto porque viam na unificação das diversas áreas do patrimônio cultural um perigo para suas tradições metodológicas. Além disso, em Rosiello (2004) também encontramos referências explicando que os arquivistas não aprovavam unanimemente o modelo do novo ministério que era considerado aberto em demasia. Pois eles julgavam que essa abertura daria margem à geração de conflitos nas competências entre o Estado, autarquias locais e regionais.

Haveria fundamento para a resistência por uma parte dos arquivistas italianos? Armando Lodolini (1957) sublinha que a tradição dos arquivistas italianos foi constituída em grande parte sob a influência da obra de Eugenio Casanova. Casanova (1928) por sua vez aponta que a distinção dos arquivos em relação aos outros organismos afins está na sua finalidade jurídico-administrativa e ao comparar o arquivo com a biblioteca: “[...] ressaltamos nosso pensamento afirmando que a biblioteca tem um propósito meramente cultural, não implica em si nenhum caráter jurídico”³⁵ (CASANOVA, 1928, p. 21, tradução nossa).

Devemos lembrar que em nenhum momento Casanova (1928) destituiu a finalidade cultural dos arquivos, mas não estudou profundamente esse tema e atribuiu à biblioteca um fim “meramente cultural”. Isso é importante porque houve um divórcio dos arquivistas em relação aos bibliotecários como relata Elio Lodolini (1986). Desta maneira entendemos que entre o espólio da separação entre os bibliotecários e arquivistas estava o campo da cultura do qual os arquivistas relegaram a um segundo plano preferindo afirmar seu espaço na esfera pública e identidade no mundo do trabalho.

³³ Em parte podemos encontrar o registro deste movimento de resistência contra a incorporação dos arquivos ao setor da cultura no discurso de Spadolini (1976) que descreve as contradições no decurso da mudança dos arquivos do Ministério do Interior para a área da cultura.

³⁴ Não podemos deixar de citar a mobilização de 2011 das associações de arquivistas para resistir ao retorno do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça, órgão a que o arquivo era vinculado desde 1983 como órgão autônomo da administração e passou a Casa Civil em 2000. Inclusive a matéria ainda está em discussão como evidencia a Ata da 76ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, de 19 de março de 2014: “A conselheira considera que a mudança proposta pela SAJ/MJ diminui as chances de um eventual retorno do Arquivo Nacional e do CONARQ para a Casa Civil da Presidência da República.” (CONARQ, 2014).

³⁵ “[...] noi precisamos il nostro pensiero, dicendo che la biblioteca ha un fine meramente culturale, non implica in sé nessun carattere giuridico” (CASANOVA, 1928, p. 21).

Em suma, vimos que para Groys (2012) o sentido, valor e relevância do arquivo é relativo a uma cultura. Além disso, embora Duranti (1996) nos ajude a entender o conceito de arquivo como lugar a partir de uma perspectiva histórica e jurídico-administrativa, ela ainda não evidencia o lugar cultural do arquivo. Rosiello (2004) nos ajuda a entender, pelo menos em parte, a razão da resistência em reconhecer adequadamente o lugar cultural dos arquivos. Dentre as razões para a resistência, estava uma perspectiva negativa quanto a unificação das diversas áreas do patrimônio cultural. Parte da resistência à unificação se dava, como observa Lodolini (1986), pela influência de Casanova (1928) que levou os arquivistas a relegarem o campo cultural a um segundo plano.

2.1 A função cultural dos arquivos

Na obra organizada por Rosiello (2004), encontramos a defesa do papel cultural fundamentada a partir da constatação de que desde a Revolução Francesa, em 1789, os Estados organizaram os arquivos públicos com um programa de forma a alcançar um recíproco equilíbrio entre a função jurídica e a função cultural. Mas o que seria esta função cultural dos arquivos?

Bellotto (2007b) qualifica a função cultural no rol das funções complementares em relação às funções básicas como o arranjo e descrição. Na apostila elaborada para o curso sobre animação cultural e ação educativa em arquivos e bibliotecas, a autora trabalha com o conceito de animação cultural nos arquivos, analisando como ações culturais seriam capazes de incentivar o interesse pela memória, pela identidade e pela herança da cultura existente nos arquivos. Segundo Coelho (1997), animação cultural e ação cultural são conceitos associados entre si assim como com o termo mediação cultural. Coelho (1997, p. 31) relaciona os seguintes termos com ação cultural: “Administrador cultural, animação cultural, arte-ação, arte-educação, circuito cultural, fabricação cultural, mediação cultural, sistema de produção cultural, transmissão cultural.” No caso do conceito de animação cultural, Coelho (1997, p. 42) expõe: “Termos relacionados: Ação cultural, fabricação cultural, lazer, mediação cultural.” Em ambos os casos há a presença do conceito de mediação cultural.

Bellotto (2007b) situa os arquivos municipais como principais responsáveis pelas políticas arquivísticas voltadas para a cultura, demonstrando como a fonte primária é imprescindível ao aprendizado da história local e sua relevância enquanto patrimônio cultural, e documental. A autora apresenta múltiplas propostas de atividades culturais aos arquivos com a possibilidade de explorar palestras, exposições, colóquios, seminários, programas

educativos, cursos, oficinas, visitas monitoradas e treinamentos. No rol destas atividades Bellotto (2007b) sublinha o alcance multidisciplinar das exposições internas e externas itinerantes, as temáticas, a montagem e a divulgação. Nota-se que ela também trata da possibilidade de explorar o turismo cultural e as efemérides históricas.

Bellotto (2002) estabelece três tipos de atividades que vão além da vertente administrativa: as ações culturais, educativas e sociais. A autora cita as exposições abertas ao grande público, publicações que incentivariam o folclore local, espetáculos de luz e som, dança, poesia, música, teatro, eventos comemorativos, conferências, programas de rádio e televisão, visitas guiadas e aprimoramento de circuitos turísticos a partir do município enquanto referencial

Bellotto (2002) nota a aproximação dos arquivos dos órgãos da administração ao mesmo tempo em que reforça, especialmente no caso dos arquivos públicos municipais, os arquivos como locais da cultura e do exercício da cidadania. Essa ideia é baseada na consideração por duas vertentes nos arquivos: a administrativa e a do patrimônio cultural. A autora pontua, ainda, que a missão cultural e social dos arquivos apresenta um dissenso entre os administradores, profissionais de arquivo e professores de arquivística. Os últimos chegaram a considerar os serviços culturais como um desvio de função, perda de tempo e recursos ou até mesmo um modo de encobrir a inoperância dos arquivos em relação a suas atribuições jurídico-administrativas. Pontua, igualmente, a existência da cidadania cultural e da cultura como um direito e que, portanto, a política cultural deve existir no sentido da melhoria da qualidade de vida e do aperfeiçoamento dos cidadãos.

Bellotto (2002) considera que o público do arquivo não se reduz a um nicho específico, mas que vai além das salas de consulta e que, por isso, se constitui de um público potencial a ser conquistado pelo arquivo via atividades culturais. Por fim, a autora deixa explícito que a função cultural está ligada ao reconhecimento do arquivo e do arquivista perante a sociedade.

Bellotto (2002) retrata que o arquivo também pode ser um local de entretenimento de caráter cultural e artístico, assim como um lugar onde os cidadãos possam refinar seus conhecimentos por meio da aprendizagem no campo da história a partir do patrimônio documental que a sociedade é proprietária e beneficiária. Para a autora é através das atividades culturais que o arquivo enquanto instituição se representará e se fará compreender para a o seu público.

É notável que Bellotto (2002) apresente a possibilidade de considerar outros materiais na exposição que não o próprio acervo, isto é, a presença de artes plásticas ou objetos ligados à ciência e à tecnologia. Por outro lado, ela reforça que todas as atividades culturais devem ser planejadas com rigor para evitar prejuízos e desperdícios. Como exemplo de boas práticas ela aponta, dentre outras, a Gestão Ana Maria Camargo no Arquivo Público de Rio Claro, Gestão essa que desenvolveu uma variedade considerável nas atividades culturais, mesmo cumprindo seu papel técnico no sistema municipal de arquivos, sendo responsável por outras funções arquivísticas como a gestão documental, arranjo e descrição.

Acerca dos recursos utilizados, a autora propõe que se façam parcerias e colaborações com as instituições do patrimônio, da educação e órgãos com afinidades para viabilizar as coproduções e coatividades. Bellotto (2002) cita os museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições culturais ligadas ao turismo local.

Em “Arquivos Permanentes” Bellotto (2007a) sublinha que os serviços culturais nos arquivos necessitam de uma política cuja meta é potencializar a utilização de documentos arquivísticos. Isto seria feito através da divulgação dos arquivos incentivando o interesse pela pesquisa e facilitação ao acesso à fonte de dados, do estímulo à leitura, da redação, e da demonstração do valor de preservação do patrimônio arquivístico. Segundo a autora isso pode ser realizado dentre outras práticas através de visitas, aulas de história no arquivo, concursos, exposições de originais no recinto do arquivo, coletas de documentos ligados a familiares ou amigos dos visitantes e outras práticas já consagradas como: “[...] Comentar documentos, em rádio e televisão, é uma prática que tem causado bons resultados na Rússia, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha.” (BELLOTTO, 2007a, p. 228). Nos casos dos programas em TV e rádio difusão a autora reforça que não se tratam de participações pontuais, mas que ela se refere a programas sistemáticos. A autora nos informa das proporções dos programas: “[...] anualmente, na ex-União Soviética, eram publicados cerca de quatro mil artigos em jornais e transmitidos aproximadamente 1.500 emissões radiofônicas e 500 televisionadas baseadas na exploração de documentos de arquivo.” (BELLOTTO, 2007a, p. 244).

Em um artigo sobre o pensamento atual na arquivística, Bellotto (2010) faz uma leitura de autores estrangeiros e refere-se aos patrimônios documentais como forma de memória social a ser construída com significado para a comunidade. Destaca ainda o termo *cultural heritage* como aquele que revela algo sobre a cultura que produziu tal patrimônio. Neste artigo é citada a “mediação arquivística”³⁶ que inclui o atendimento proativo ao usuário

³⁶ Tradução do termo “*archival mediation*”.

considerando as programações culturais. A autora propõe que a instituição arquivística possui um patrimônio cultural custodiado que deve ser descoberto e redescoberto a partir dos interesses culturais das comunidades.

Bellotto (2014) sublinha que o setor cultural no arquivo não é menos importante que os demais. Com isto, o arquivo público pode estabelecer uma programação cultural contribuindo para melhorar as aptidões do cidadão à compreensão do seu passado e da própria sociedade a qual está inserido. Para a autora os arquivos públicos detêm a *archivalía* considerada por ela como uma parte do patrimônio cultural de uma comunidade e podendo ainda adquirir sentidos administrativos, jurídicos, culturais e de pesquisa. A autora assinala que os serviços culturais devem ser oficialmente legitimados pelo arquivo público considerando que ele exista em função da totalidade dos membros de uma comunidade, o que também inclui aqueles que nem sequer sabem que a instituição existe e que, portanto, fazem parte do público potencial a ser conquistado. A autora delimita algumas atividades ligadas a este serviço: as exposições, os eventos, as comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro e de turismo.

Considerando a influência da escola arquivística espanhola sobre as obras de Bellotto, convém aqui retomar alguns daqueles autores que estão em suas fontes bibliográficas. Estamos nos referindo especialmente a Alberch i Fugueras *et al.* (2001). Esses últimos são bastante abrangentes abordando termos associados entre si: animação cultural, ação cultural, dinamização cultural, difusão cultural, promoção cultural e marketing cultural. Ao remeterem-se a mediação cultural, Alberch i Fugueras *et al.* (2001, p. 25, tradução nossa) notam sua relevância nos seguintes termos: “[...] Esta mediação, necessária em qualquer atividade minimamente complexa, se torna absolutamente imprescindível nos arquivos, ao ponto em que se requer a formulação de um modelo específico”³⁷.

Eles questionam porque os arquivos são colocados na última posição entre os serviços da cultura em comparação com o prestígio social dos teatros, museus e bibliotecas. Em contrapartida apontam que não há uma imagem clara e sintética para a sociedade do que sejam os arquivos. Por fim, propõem que seja elaborado um plano estratégico para consolidar a identidade assumida pelo arquivo considerando sua percepção pelo público.

Os autores afirmam que a ligação hierárquica é um fator considerável para o desempenho das atividades arquivísticas e consideram tanto a gestão documental quanto as

³⁷ “Esta mediación, necesaria en cualquier actividad mínimamente compleja, deviene absolutamente imprescindible en los archivos, hasta punto de requerer la formulación de un modelo específico”. (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001, p. 25).

funções culturais como complementares, não devendo haver uma hegemonia nem de uma e nem de outra. Além disso, os autores pontuam que o vínculo administrativo dos arquivos é definitivo para balancear suas atividades.

Alberch i Fugueras *et al.* (2001) exemplificam a adoção de jogos como o *role-playing game* (RPG), que se trata de um jogo de interpretação baseado na criação ou simulação de personagens dirigida a partir de um narrador. Os autores sugerem neste caso a reconstrução de um contexto ou evento histórico que envolva a tomada de posturas e decisões com dramatização. Segundo eles, um exemplo para o caso de sucesso de partidas do jogo RPG partiu do arquivo nacional espanhol que trabalhou o tema da bruxaria no século XVI e XVII em Andorra a partir dos documentos que eram usados como base para o enredo. Além do RPG, eles afirmam que há uma variedade de jogos, como o “detetive”, onde o participante simula que está investigando um caso público e seu universo de inquirição é o acervo. Para eles, o jogo, se mediado, é capaz de ajudar na formação do pensamento investigativo e no reconhecimento das fontes primárias como parte essencial de um processo policial que é simulado. Para os autores isso abre possibilidades para comparar as verdades produzidas pela história, justiça, senso comum e outros campos que necessitam do arquivo para atingir suas finalidades.

Alberch i Fugueras *et al.* (2001) nos apresentam os passeios como atividades que devem ser guiadas por um manual de instrução e cadernos de trabalho para permitir a descoberta dos territórios geográficos, econômicos, culturais e arquitetônicos. Eles descrevem que se trata de propor a observação nas mudanças e o processo de urbanização a partir de mapas, fotografias, estatísticas e outros documentos que se referem a um espaço delimitado em um determinado tempo.

Já Alberch e Boadas (1991) enfatizam que o arquivo deve exercer uma função cultural cujo principal objetivo seria o de romper com o isolamento e a falta de diálogo com o cidadão, pois o arquivo está contido no conjunto do patrimônio cultural assim como está inserido no setor da cultura. Para os autores os maiores beneficiados seriam os próprios cidadãos que deixariam de ignorar o que faz o arquivo e até mesmo tomariam ciência de que essa instituição existe.

Eles levantam duas questões relevantes: seria necessária uma formação especializada para proceder à função cultural? Até que ponto o comprometimento de recursos humanos, financeiros e materiais não seria destinado em detrimento das práticas arquivísticas mais vinculadas à organização dos fundos documentais? Em relação ao primeiro questionamento os

autores consideram que seria necessária uma formação de pessoal mediante os cursos específicos. Sobre a segunda interrogação, eles argumentam que a decisão sobre os recursos humanos, financeiros e materiais cabe aos responsáveis pelos serviços de arquivo. Assim eles preconizam que é preciso levar em conta o orçamento para organização de atividades culturais, mas principalmente é indispensável valorizar adequadamente os benefícios não materiais, isto é, a divulgação, o prestígio da função dos arquivos e a justificativa de seu papel diante dos responsáveis políticos.

Os autores pontuam que todo tipo de documento é passível de ser aproveitado em atividades culturais, desde que estejam em estado de conservação apropriado para o uso e tratamento adequado, ou seja, que o documento esteja preservado e tratado tanto em relação ao seu arranjo quanto à sua descrição. Os autores consideram a função cultural como uma obrigação natural do arquivo, apoiando-se na ideia de Sir Charles Hilary Jenkinson que uma peça documental não faz sentido em isolamento. Em outras palavras: um documento de arquivo extraído de um fundo não pode se expressar por ele mesmo mais do que um osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido.

Eles situam as atividades culturais em relação aos seus destinatários advertindo que não se trata de realizar uma série de ações dirigidas a uma elite culta ou de abarcar todos os setores sociais, trata-se de divulgar as possibilidades dos arquivos mediante atividades que permitam aproximar o patrimônio documental arquivístico da população, tanto quanto contribuir para uma melhoria na formação cultural. Como um apoio à função cultural, os autores propõem uma função pedagógica denominada serviço educativo à qual dedicam um capítulo sobre experiências, sua organização e implantação.

Alberch e Boadas (1991) descrevem e analisam as práticas culturais mais comuns nos arquivos espanhóis: exposições documentais, publicações, arquivo itinerante, oficinas de História, participação na rádio, na televisão e no cinema. Os autores concluem que apesar dos recursos excessivamente reduzidos, os gestores não podem deixar escapar a possibilidade de os arquivos participarem plenamente da política cultural.

Em resumo, primeiro vimos que havia uma dicotomia entre as funções jurídica e cultural dos arquivos, sendo que a segunda era parcialmente colocada de lado. A partir de Rosiello (2004), contudo, encontramos a tentativa de colocar ambas as funções em equilíbrio. Com isto, nos deparamos com a questão de delimitar o que seria a função cultural dos arquivos e, para isto, buscamos vários autores, com destaque para Bellotto (2002, 2007a, 2007b, 2010, 2014) e alguns autores citados por ela. Bellotto (2002, 2007a, 2007b, 2010,

2014) defende que a função cultural do arquivo está ligada ao reconhecimento do arquivo e do arquivista perante a sociedade e lista um conjunto de atividades, procedimentos e até mesmo dificuldades para a promoção deste reconhecimento. Além disto, não ignora as possibilidades de usar o arquivo para contribuir com a sociedade, ressaltando, por exemplo, atividades culturais como efemérides e exposições.

2.2 O lugar do arquivo no setor da cultura

A partir do exposto podemos perguntar: o que seriam políticas culturais voltadas aos arquivos nos limites estaduais?

O estudo de Silva (2008) aponta, dentre outras coisas, que os arquivos estão se adequando ao mercado que ignora o que seja a política cultural e se guia por incentivos fiscais que servem para esvaziar a responsabilidade do Estado. O autor nota que isso possui impacto no investimento da produção cultural ao mesmo tempo em que reforça o controle da sonegação sem promover em contrapartida a formação dos territórios para o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil.

Por que um arquivo público não tem as mesmas oportunidades de captar recursos do mesmo modo que a Orquestra Sinfônica Brasileira? Para Silva (2008), as Leis de Incentivo à Cultura delegam à iniciativa privada o que deve ou não receber investimento. Com isto, as empresas acabam priorizando as áreas de maior visibilidade tendo em vista o mercado consumidor atingido pelo seu *marketing* cultural. Mas algumas atividades essenciais para a sociedade não estão entre aquelas de maior visibilidade. Assim a tendência mercadológica seria não investir em atividades essenciais para a sociedade como os arquivos públicos. O autor destaca que os arquivos, em teoria, contariam com menos recursos do que outros órgãos do setor cultural, o que aumentaria a participação do papel das “associações de amigos” no orçamento das instituições.

Silva (2008) aponta que as atividades culturais na área de arquivo são ligadas necessariamente ao arquivo permanente ou à terceira idade onde os documentos já não cumprem mais os propósitos administrativos para o qual foram criados. Neste estágio, o autor pontua que os arquivos serviriam como fonte de interpretação e outros usos que incluem publicações especializadas, vídeo institucional, visitas, ciclo de palestras, debates, cursos, workshops, exposições, incluindo os diversos públicos.

O autor ainda menciona uma das formas de possibilidade de intercâmbio do arquivo com outras instituições: a interação arquivo-escola. Silva (2008) registra a parceria com

escolas através de atividades de professores em sala de aula com disponibilização de fontes documentais assim como a participação de alunos que elaboram cadernos paradidáticos sobre a história dos bairros da cidade de Belo Horizonte.

Silva (2008) nota a integração do público nas atividades do arquivo via participação de um cidadão de terceira idade, ex-funcionário da prefeitura de Belo Horizonte no auxílio à descrição de fotografias. A inserção do público da terceira idade consiste na narração de acontecimentos a partir das referências fotográficas, que por sua vez beneficiam tanto os envolvidos quanto as atividades técnicas de recuperar o contexto de produção do documento.

Silva (2008) analisou as políticas culturais voltadas aos arquivos públicos no período de 1995 até 2005, em Minas Gerais, partindo da premissa de que a instituição arquivística é um equipamento cultural. Ele conclui que o arquivo público está ligado à obrigação do Estado de garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

Em síntese, apesar de o arquivo, aparentemente, receber um investimento menor do que outras atividades culturais—ele está necessariamente conectado às atividades culturais. Em parte, a fonte do problema com a captação de recursos está no Estado que vem deixando a cargo das instituições privadas a decisão sobre onde investir esses recursos. É possível inferir que o arquivo público esteja ligado à obrigação do próprio Estado de garantir o acesso às fontes da cultura nacional e ao patrimônio cultural na esfera pública.

A noção de patrimônio está inserida na definição de arquivo? Essa é uma das questões levantadas pela historiadora Louise Brunelle-Lavoie (2008). A autora ratifica na sua exposição o valor patrimonial dos arquivos e sua relação com a apropriação pelo grande público.

Para Brunelle-Lavoie (2008) o arquivo deve se reencontrar com a cultura descobrindo qual o seu lugar em um legado com elementos tangíveis e intangíveis, acadêmicos e populares, com múltiplos significados no conjunto de recursos materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam um grupo social. Grupo este que inclui as artes, a escrita, os direitos fundamentais das pessoas, os sistemas de valor, as tradições e as crenças. Da mesma forma, a autora propõe que o reencontro do arquivo com a cultura deve acontecer em relação à identidade cultural dentro do escopo de atividades culturais: artes performáticas e visuais, literatura, filme, televisão, o contexto cultural de vida (arquitetura, desenho industrial, planejamento urbano), patrimônio cultural e indústrias culturais.

Brunelle-Lavoie (2008) apresenta a definição do patrimônio cultural como tudo aquilo que compreende as obras dos artistas, arquitetos, músicos, escritores e cientistas, bem como

artistas anônimos, expressões do âmago popular e tudo o que existe de valor e que dá o sentido à vida. A historiadora reitera que o patrimônio cultural não é só a expressão da criatividade das pessoas, língua, rituais, crenças, os lugares e monumentos históricos, literatura e obras de arte: o patrimônio cultural é também os arquivos de todas essas coisas.

Salvaguardar o patrimônio e a memória das sociedades é o objetivo dos arquivos de acordo com Núñez Chávez (2014). Os arquivos seriam encarregados da conservação e promoção do patrimônio cultural dos povos, assim como os museus e as bibliotecas que possuem papel relevante na reafirmação das culturas locais.

Segundo Núñez Chávez (2014), o investimento na cultura, o estabelecimento de uma nova relação com os bens culturais (os arquivos entre si) e as indústrias culturais, já são motivos das atenções dos órgãos internacionais como a Organização dos Estados Iberoamericanos para Educação, Ciência e Cultura. O objetivo deste órgão é formular a coordenação internacional da Iberoamérica em matéria de cultura, especialmente em assuntos dos direitos de autor, do patrimônio e indústrias culturais.

Núñez Chávez (2014) nota que o patrimônio cultural inclui aspectos culturais, históricos, antropológicos, étnicos, estéticos, criatividade social e influência uma série de bens e serviços como museus, bibliotecas e arquivos. O autor aponta que ao considerarmos os aspectos culturais, históricos, étnicos, estéticos e sociais como uma influência para as indústrias culturais e criativas não podemos desconsiderar os arquivos que, neste sentido, não são tão reconhecidos quanto os museus e as bibliotecas.

Núñez Chávez (2014) pontua que no paradigma dos arquivos como parte do patrimônio cultural há uma tendência para que sejam vistos como um produto cultural amplo e variado de eventos da história, personalidades, memórias populares, mitologia, associações literárias, relíquias e lembranças de sobrevivência psicológica. Tudo que se refere a locais ou populações com as quais formam um conjunto simbólico. Seriam necessárias ações de divulgação que pudessem tornar os arquivos mais colaborativos junto a parcerias editoriais, à multimídia, as indústrias culturais, às redes sociais, ao turismo cultural e a outras atividades culturais.

Núñez Chávez (2014) menciona quais seriam essas atividades culturais: ações de relações públicas, publicação de livros e instrumentos de pesquisa, publicação de periódicos ou boletins, folhetos, visitas guiadas, informativos, exposições, atividades artísticas e educativas, chamadas para concursos, programas em rádio, televisão e imprensa, eventos, exibição de audiovisuais, *newsletters*, *marketing* social, anúncios e o turismo cultural.

Estas atividades seriam pontuais ou fariam parte de uma programação pública? Para qual público seriam dirigidas? Gabrielle Blais e David Enns (1990) apontam possíveis respostas para essas questões. De acordo com os autores a programação pública é um imperativo no papel social do arquivo de maneira que exista um planejamento dessa programação estabelecido a partir da interação entre a instituição e o seu público:

[...] definição mais abrangente de programação pública, comumente percebida apenas como referência e extensão, e um entendimento da necessidade de programas públicos mais amplos e de bases mais extensas no desempenho da missão e das funções dos arquivos na sociedade. Para resgatar a noção de programação pública da periferia da tradição arquivística, propõe a integração dos programas públicos naquilo que pode ser considerado como o cerne das funções arquivísticas, e apela para uma valorização maior, por parte dos profissionais, da necessidade de aperfeiçoar práticas passadas e desenvolver novas abordagens na interação diária com seu variado público. (BLAIS; ENNS, 1990, p. 56).

Para argumentar que é preciso conceber a programação a partir do público, eles citam Nigel Yates, em um artigo de 1988, no *Journal of the Society of Archivists*, que afirma que as exposições de arquivos, em sua maioria, são projetadas de arquivistas para outros arquivistas, ou seja, não consideram o público. Dado isto, seria preciso uma mudança no modo como a programação vem sendo concebida.

Estão entre os públicos segmentados por eles: o público escolar, o público genealógico, o público acadêmico, o público dos profissionais e o público geral. Como exemplo de um programa dirigido a um determinado público, Blais e Enns (1990) resgatam a experiência de 1982, intitulada *Archivobus*, nesta ocasião o Arquivo Departamental de Orne, no Canadá adquiriu e equipou um ônibus para levar os programas às comunidades rurais.

Sobre a imagem do arquivo como lugar capaz de preencher as necessidades culturais do público os autores pontuam que:

A questão da imagem não deve, portanto, ser negligenciada. Ao contrário, a nível de corporação, a imagem institucional é garantia vital de que disporemos de recursos suficientes para completarmos a tarefa que nos foi confiada. Sob esta perspectiva, a imagem deve ser a preocupação central de toda instituição cultural [...]. Assim, generalizando, as estratégias de programação pública devem promover a imagem dos arquivos como organizações dinâmicas e vibrantes, dignas de apoio, e capazes de preencher as atuais e futuras necessidades informativas e culturais de seus patrocinadores e do público geral. (BLAIS; ENNS, 1990, p. 60).

Neste sentido, pensamos que as práticas de mediação cultural estão incluídas no escopo da programação pública e isto significa que os programas fixados no arquivo são referências para mapear essas práticas que é um dos nossos objetivos.

Ainda de acordo com Blais e Enns (1990) é preciso existir uma programação pública tendo como objetivo a conscientização, a formação do público, o estímulo para mais usuários caracterizando o arquivo como coisa efetivamente pública e não como um refúgio para os arquivistas.

E o que cabe aos arquivistas neste sentido? Ala Rekrut (2003) defende que os arquivistas são mediadores culturais no contexto do patrimônio. Para ela os arquivistas podem influenciar os laços emocionais e sociais entre os arquivos e as comunidades, pois cada parte do acervo corresponde a uma manifestação visível e material da cultura de um grupo social. A fim de exemplificar estes laços, ela se remete ao caso das correspondências entre Louis e Marguerite Riel³⁸ que se tornaram símbolo cultural e político para a comunidade canadense de Métis³⁹.

A autora considera que os arquivos são cultura material, ou seja, constituem as representações da cultura em bases físicas e destaca o papel da entidade custodiadora na materialidade dos arquivos. Ela acentua que há a ingerência do órgão de custódia como a principal responsável por influenciar as mudanças no significado dos arquivos por sua propriedade cultural em um *continuum* de mudanças. A sociedade possui um papel central na significação dos arquivos porque interage com o acervo dando a ele os mais diversos significados tais como o político, o histórico e o jurídico.

Para ilustrar seu pensamento, Rekrut (2003) exemplifica o caso da descoberta arqueológica de uma espada que foi produzida como um armamento para um combatente, mas que após isso o artefato pode ser transformado em um objeto sagrado para uso militar cerimonial porque se tornou o *souvenir*⁴⁰ de uma conquista. No entanto, segundo a autora o destino da espada seria a exposição ao público em um museu, de modo que as opções dos curadores da exposição teriam um impacto substancial sobre as interpretações daquele objeto.

A autora discute as consequências das decisões tomadas pela equipe ligada ao arquivo enquanto escolhas baseadas em ideias da importância do documento filtradas através de valores pessoais e profissionais. A historiadora cita como exemplo, a opção por expor

³⁸ Fundador da Província de Manitoba, líder político e espiritual da comunidade de Métis.

³⁹ Grupo étnico que resulta da mistura da população europeia com a indígena e preserva aspectos da ancestralidade nativa.

⁴⁰ Este termo não está associado à atividade turística, mas ao significado original: memória, lembrança, emblema e relíquia.

arquivos empresariais em armários de madeira ornamentados como forma de inculcar sinais visíveis de ordem, prosperidade e outros indícios destinados ao público.

Ainda de acordo com Rekrut (2003) os arquivos são parte da construção contínua da cultura uma vez que os documentos significam muito além do que as palavras têm a dizer. De acordo com ela um exame mais detalhado levaria a níveis mais profundos da materialidade que poderia ser compreendida como camadas de significados culturais. Ela aponta que certos significados foram incorporados aos arquivos desde a sua geração em um determinado contexto cultural onde o arquivo é a expressão documental da cultura. Sem estas considerações haveria perda de algum significado, comprometendo o sentido da própria cultura.

Em outra perspectiva Yvon Lemay (2012) pontua que a missão do arquivo é valorizar o seu patrimônio através da promoção do diálogo entre as diferentes expressões culturais voltando-se a distintos públicos: escolares, imigrantes, idosos, prisioneiros e outros. Dentre as atividades culturais praticadas pelo arquivo, o autor identifica as seguintes: jornadas educativas, exposições, dinâmicas com genealogia, conferências, debates, oficinas, dossiês pedagógicos, publicações, *archivobus*⁴¹, criação literária, teatro, música, trabalhos de artistas em residência, artes plásticas e a fotografia contemporânea. Ele cita o trabalho da artista Jacqueline Ursch (2007) como uma forma de democratizar o arquivo pela via cultural e artística compartilhando o “gosto do arquivo”⁴².

Lemay (2012) nos apresenta uma reflexão sobre o encontro entre as práticas artísticas e arquivísticas ocorridas por meio de exposições coletivas, colóquios e publicações que se consolidaram tanto em Montréal quanto em Québec no Canadá a partir de 1980. Ele destaca a exposição “*Aire de migrations*” dos artistas Michele Waquant e Raymonde April. Esta exposição foi realizada em 2005 quando se trabalhou com fotografias que marcaram uma amizade que se estendeu por três décadas constituindo camadas de imagens a partir da história familiar. A exposição fotográfica foi aberta para a intervenção do público. Os visitantes usavam luvas brancas folheando as fotos armazenadas em caixas cujas origens remontam ao século XIX, simulando assim uma ação corriqueira dos arquivos no espaço de uma expressão artística. Segundo ele o próprio diálogo do público com a obra de arte pode ser considerado uma atividade cultural e, neste caso, o trabalho do arquivo se tornou indispensável para a obra de arte tanto por servir de insumo quanto por influenciar o aspecto criativo da publicação a partir daquilo que foi exposto.

⁴¹ Essa expressão é entendida aqui como correspondente ao termo: arquivo itinerante.

⁴² O termo original é “*Le goût de l'archive*”.

Segundo Lemay (2012), o principal benefício deste tipo de trabalho artístico é promover o uso dos arquivos com perspectivas mais estimulantes. Para tanto, Lemay (2009) propõe ações prioritárias que incluem: a) Desenvolver maneiras de entender “como” e “por que” os artistas usam materiais de arquivo; b) Identificar o interesse dos artistas nos arquivos e o estabelecimento de residências artísticas nas instituições arquivísticas; c) Divulgar o material do arquivo; d) Refletir sobre a finalidade do arquivo não somente do ponto de vista do princípio de respeito aos fundos, mas também das condições de usos dos arquivos; e) Explorar através do trabalho de artistas o desvelamento dos arquivos; f) Acrescentar a presença dos arquivos no cenário cultural de forma a atrair novos públicos; g) Estabelecer um programa compatível com o uso artístico dos arquivos permitindo que exista colaboração com o papel do artista contemporâneo na sociedade. O que inclui provocar o espectador sensorialmente, emocionalmente e intelectualmente para permitir-lhe questionar e redescobrir a sua relação com o mundo.

Ainda para Lemay (2012), a utilização artística das fotografias de arquivo representa uma oportunidade de avanço para a disciplina arquivística, porque seria preciso rediscutir a natureza dos arquivos para além do seu valor probatório, mas admitir os valores sensíveis, estéticos e contextuais que fazem o documento arquivístico ser capaz de provocar a emoção no público.

Lemay (2012) nos aponta que um avanço para a Arquivística seria estabelecer uma tipologia de práticas artísticas, que a nosso ver seria uma subcategoria da categoria mais ampla constituída pelos tipos de práticas de mediação cultural. A razão principal que leva o autor a refletir sobre o encontro arte-arquivo é a capacidade da publicização de um tipo de uso dos documentos por artistas contemporâneos, além das perspectivas inteiramente novas que poderiam ser trazidas para os fundamentos teóricos da disciplina. Ele defende que a teoria arquivística poderia progredir a partir do debate de questões como: Quais são os fatores a serem levados em consideração em projetos de artistas em residência “de arquivo”? Como considerar a criação de projetos artísticos em residência “de arquivo”?

É no sentido do aprofundamento das relações entre o arquivo e a arte que Anne-Marie Lacombe, Anne Klein e Yvon Lemay (2014) buscam debater a criação no ambiente cultural e o que ela significa para a disciplina arquivística considerando que a ligação entre arquivos e a memória artística diz respeito também à sociedade. Para eles, a sociedade busca reagir sobre tendências sociais amnésicas. Isto, por sua vez, motivaria trabalhos artísticos com ênfase nas mudanças sociais ao longo do tempo a fim de promover a ideia que é possível “ver mais e

mais" quando olhamos para trás. Os autores consideram que o campo da criação nos arquivos inclui as áreas das artes visuais, literatura, cinema, música, artes cênicas, etc. Além disto, citam a produção cultural de artistas renomados como Andy Warhol e Jean-Luc Godard.

Segundo eles, as práticas criativas no arquivo invadiram a cena cultural e permitiram a explicitação deste fenômeno a ser compreendido pelas questões de “como” e “por que” os arquivos são explorados pelos artistas. Os autores observam a análise da pesquisadora Piégay Nathalie Gros que após estudar a maneira como o arquivo se implantou na ficção, nota que, em alguma medida, ele é responsável pela escrita. Lacombe, Anne Klein e Yvon Lemay (2014) chegam à conclusão de que, no campo da produção literária, os arquivos estão servindo como base para a construção de narrativas.

Os autores também reconhecem a interação com as artes visuais e os arquivos e descrevem, dentre outras experiências, a exposição “*Archive Fever*” realizada em 2008, em Nova Iorque, onde os artistas se apropriaram, interrogaram, interpretaram e reconfiguraram as estruturas do arquivo e os documentos arquivísticos, produzindo um catálogo impressionante com foco no elo entre os arquivos e a fotografia artística. Os autores, no entanto, reconhecem que os estudos nas diferentes áreas de criação não podem ceder apenas à mensuração da extensão do fenômeno, mas devem lançar uma nova luz sobre os próprios arquivos.

Os exemplos do uso artístico dos arquivos são pertinentes, porque eles nos permitem refletir sobre o entendimento do arquivo enquanto espaço da cultura e os limites da concepção tradicional dos documentos arquivísticos enquanto prova. Vimos que o arquivo tem um uso artístico e, neste uso, ele não é apenas um lugar onde se busca uma prova. Ao contrário, ele também pode, por exemplo, influenciar aspectos criativos. Sendo assim, é preciso notar que o arquivo é algo além de prova. Neste contexto, a conclusão geral dos autores é que a criação, no contexto do ambiente cultural, a partir dos arquivos, permite uma nova compreensão da arquivística sobre seu objeto.

Assim, entender o arquivo como lugar de cultura significa também olhar para os artistas como possuidores de direitos a expressão. Portanto, para nós, o arquivo enquanto instituição deve ter a capacidade para alimentar a imaginação e fomentar a criatividade, ou seja, considerar as qualidades que também são características essenciais dos documentos de arquivo.

E como poderíamos conhecer melhor essas características da documentação arquivística?

Steven Lubar (1999) nota que para entender a natureza dos arquivos é preciso considerar o enfoque nas questões de linguagem, poder, interpretação de textos, conhecimento, tecnologia e significação. Segundo o autor, o arquivo reflete as mudanças culturais, mas não apenas como a nossa memória e sim como a cultura. Ele questiona: De que maneira os arquivos funcionam no âmbito da cultura? Assim ele propõe que os arquivos são lugares de poder e não apenas registros do poder, porque os arquivos não apenas registram como a cultura funciona, mas eles são parte do próprio funcionamento da cultura.

Deste modo, Lubar (1999) nos propõe uma reflexão sobre o lugar do arquivo no setor da cultura a partir da visão da curadoria de artefatos históricos abertos para interpretação. O autor pontua que os arquivos significam coisas diferentes para pessoas distintas em tempos singulares. No entanto, para ele, os documentos de arquivos são objetos da cultura material e mais do que isso. Afinal, seu contexto de produção é intencional e interativo ao ponto da manutenção do seu sentido e a compreensão do seu significado dependerem do entendimento das suas relações com outros documentos.

Ele afirma que o arquivo documenta não só a técnica e o conhecimento, mas também a cultura, o poder refletindo relações de poder entre as instituições e como elas se organizam. O autor sublinha que os arquivos são as ferramentas precisas de uma relação assimétrica representada, por exemplo, quando um antropólogo localiza outras culturas. Esta, por sua vez é uma atividade assimétrica porque as culturas "primitivas" não retribuirão.

O autor coloca ainda a perspectiva do arquivo como arena onde negociamos questões cruciais que conduzem a vida. Desta forma, o arquivo é um dos poucos lugares onde a cultura funciona negociando poder, ideia e memória. Lubar (1999) conclui que os arquivos são lugares da produção cultural que podem nos revelar a relação entre os produtores, usuários e a cultura que os entrelaça, iluminando assim a prática social.

É do ponto de vista da gestão de projetos em uma instituição arquivística nacional que Nancy Hovingh (2014) traz à tona uma experiência inovadora com a exposição de documentos. A exposição compõe uma parte da programação pública do arquivo nacional holandês, ao lado de outras atividades culturais como oficinas, debates, publicações, seminários, visitas guiadas e outras. A autora esclarece que o desempenho de sua função no arquivo nacional concentrou-se em determinados públicos: pesquisadores, pessoas com interesse pelo patrimônio cultural, jornalistas e estudantes.

Hovingh (2014) sublinha que, no caso da exposição, o arquivo nacional holandês responde à demanda pelo sentimento em relação à história e desenvolve as apresentações com

base em sua coleção. O objetivo foi proporcionar “a empolgante sensação histórica” que é provocada a partir do contato com os documentos originais que se prestam particularmente a essa forma de experimentar a cultura. Os principais objetivos da exposição foram: apresentar o arquivo como algo acessível e convidativo, familiarizar o público com a riqueza do acervo, inspirar os visitantes a usar os fundos e surpreender os participantes em mais de um sentido.

Hovingh (2014) descreve as inovações na exposição “O Palácio da Memória” cujo nome é uma referência ao próprio arquivo: documentos exibidos em um design de ambiente orientado para causar surpresa e novidade, novos projetos arquitetônicos, montagens cenográficas concebidas por artistas de teatro com base na contextualização do documento, ambientação de luzes nas caixas do arquivo dispostas com preocupação estética, uso de objetos tridimensionais, imagens em movimento, som, dispositivos tecnológicos de interface com o público, narrativa da história relacionada aos documentos originais, etc.

Além das inovações que propõe uma nova identidade visual ao arquivo, Hovingh (2014) aponta novidades na interação com o público: orientação ao visitante dentro da multiplicidade de histórias com pontos fixos interativos, texto introdutório com um resumo da história ligada ao documento, um totem com um programa de computador em que os documentos são exibidos imediatamente ao lado do texto introdutório e vitrines especialmente adequadas aos documentos originais exibidos.

Hovingh (2014) destaca que os resultados foram positivos, mas que para isso os preparativos para a exposição começaram cerca de três anos antes de ela ser inaugurada ao público. A autora sublinha que apesar de, à primeira vista, os documentos de arquivo não parecerem muito atraentes, eles podem ser explorados. Isto porque são únicos enquanto evidências singulares dos momentos e eventos históricos, e muitas vezes escondem uma história extraordinária. Assim Hovingh (2014) defende que a exposição dos documentos arquivísticos pode obter bons resultados se seguir determinados critérios para a apresentação. Critérios como um máximo de quinze documentos por história e um design surpreendentemente novo.

No contexto do arquivo enquanto objeto etnográfico, Michel Roberge (2008) se remete à década de 1980 como um marco para as instituições culturais no que se refere à defesa de bens intangíveis como o folclore, “contação de histórias”⁴³, canções populares, contos, lendas e literatura oral como expressão do patrimônio cultural coletivo que deveria ser conservado em arquivos. A defesa deste tipo de patrimônio apropriado pode ser encontrada na

⁴³ A expressão original é “*storytelling*”.

esfera da ação dentre outros locais no *Regional Centre Animation of the Oral Heritage* em Quebec no Canadá. Estes lugares se estabeleceram nas comunidades e trabalharam elementos da cultura oferecendo alcance para atividades anuais.

Segundo o autor, a maioria dos esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível foi feita por inventários realizados por pesquisadores universitários, agências governamentais ou associações locais. Roberge (2008) aponta que existe um processo de inventariação na Universidade Laval de modo que as fichas de transcrição e descrição dos arquivos orais, fotográficos, fonográficos e audiovisuais são preenchidas no *software* Excel. O autor nota que ao final do inventariamento os documentos originais são transferidos para os Arquivos de Folclore e Etnologia⁴⁴ da Universidade Laval. Roberge (2008) indica que um dos produtos do inventário é o sítio na Internet⁴⁵.

Para Roberge (2008), o arquivo cumpriria a função de salvaguarda dos bens culturais imateriais e materiais ao mesmo tempo em que é responsável pela promoção do patrimônio cultural tendo que lidar com a sensibilização para o desenvolvimento cultural.

Roberge (2008) critica a falta de reflexão sobre a diversidade cultural contida nestes arquivos e sublinha que esta consciência anda de mãos dadas com um senso de urgência em identificar e transmitir ao maior número de pessoas a diversidade deste patrimônio. Afinal, o referido patrimônio anda ameaçado pela globalização, pela degradação de uma industrialização ultrajante ao ambiente, pelo êxodo rural, pelo turismo descontrolado ou até pela banalização das práticas culturais tradicionais.

Roberge (2008) lembra que as questões relacionadas com o desenvolvimento deste patrimônio (nos arquivos de folclore) são múltiplas. Pois além de dar sentido ao patrimônio material, se ajuda a criatividade humana fortalecendo o sentido de identidade regional, as especificidades regionais, econômicas, a diversidade cultural e o desenvolvimento (humanisticamente) sustentável.

O arquivista Joan Boadas i Raset (2001) elabora um conjunto de prescrições aos arquivos com vistas a elevar seus benefícios sociais, culturais e econômicos. O autor estrutura seu texto sob a forma de um decálogo que é relevante para a nossa compreensão do que significa, em termos práticos, o arquivo enquanto lugar de cultura.

Boadas i Raset elege como primeira prescrição o conhecimento exaustivo dos centros e equipamentos do entorno do arquivo e os serviços ofertados pelos mesmos. A justificativa

⁴⁴ Conjunto de documentos, produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades de investigações de interesse científico, em particular de interesse etnológico.

⁴⁵ O endereço do sítio na Internet é: <<http://www.irepi.ulaval.ca/>>

para isto seria que apenas assim seria possível situar o arquivo na sua realidade territorial além de singularizar suas ações e adquirir particularidades que lhes são próprias.

A segunda medida para o autor seria aumentar a colaboração com instituições, centros e equipamentos que fomentem o trabalho interdisciplinar e evitem o isolamento do arquivo. De acordo com Boadas i Raset (2001), o caráter individual das atuações do arquivo contribui para seu isolamento e isto deve ser superado com a integração de diferentes administrações e serviços, assim os projetos elaborados teriam mais coerência e diversidade.

A terceira proposta do decálogo de Boadas i Raset (2001) é a elaboração comum e participativa de atividades e projetos com objetivos concorrentes e coincidentes. Essa proposição se apoia no fato de que pelo menos os objetivos devem ser assumidos por todos os agentes envolvidos. Deste modo cada um pode contribuir com sua parte dentro de um projeto em conjunto sendo possível a leitura de problemas, necessidades, lógicas, espaços dos interlocutores do espaço.

O autor nota que a interação com os agentes de outros setores como o educativo, associativo e o privado é estratégica. Para ele é evidente que a participação de diferentes lógicas ampliaria as dimensões que os projetos podem tomar. Outra diretriz basilar é a delimitação clara das responsabilidades e o compartilhamento do protagonismo. Isto significa trabalhar conjuntamente e definindo quem é responsável e por qual produto ou serviço.

Segundo Boadas i Raset (2001), o arquivista deveria indicar para as administrações, aos políticos e aos serviços gestores do patrimônio, que é preciso um mínimo de civilidade e respeito à cultura coletiva valorizando o arquivo como um recurso necessário. Em outras palavras: espera-se que reivindique todos aqueles recursos pessoais, econômicos e técnicos que permitam o desenvolvimento digno das propostas de atuação do arquivo.

Ainda de acordo com o decálogo, os estudos de público são indispensáveis para dinamizar o patrimônio documental, pois através deles é possível o conhecimento de quais são as demandas dos receptores das iniciativas. Neste sentido, Boadas i Raset (2001) destaca que as propostas apresentadas de forma intuitiva possuíam um resultado estéril. A razão disto é que não coincidiam com o que interessava aos hipotéticos receptores.

A elaboração rigorosa de propostas e projetos sem opacidade e nem elitismo é considerada para o autor como um ponto a ser observado, pois a exposição pública do trabalho realizado contribui para a compreensão dos arquivos diminuindo o caráter crítico e elitista que lhes é atribuído.

As duas últimas orientações do decálogo são: exigência constante de maior formação para superar as dificuldades inerentes à elaboração de projetos e avaliação das atuações desenvolvidas para conhecer seus resultados, o grau de impacto e aceitação. Sobre a segunda é interessante notar que Boadas i Raset (2001) coloca a falta de avaliação como uma das principais carências no âmbito da cultura de maneira que isso se reflete na falta de informações sobre o alcance ou o fracasso em alcançar os objetivos estipulados.

Considerando que o número e o tipo de práticas de mediação cultural podem ser metas perseguidas por um arquivo, nossa pesquisa pode vir a subsidiar avaliações de desempenho, pautadas na quantidade e na qualidade das práticas de mediação cultural desenvolvidas em uma instituição arquivística.

A partir da ótica da direção do arquivo nacional da França⁴⁶, Morrad Benxayer (2007) nota que os serviços culturais são historicamente uma evolução dos serviços educativos. Seria a partir do ano de 1793, no contexto das consequências da Revolução Francesa, que se criariam o conceito de museu-escola por Cacault de Clisson em Nantes, cujo discurso segue a ideologia republicana que equipara a igualdade de acesso à cultura a igualdade de acesso à educação.

Benxayer (2007) pontua que a partir de 2003, realizou uma experiência consistindo de uma enquete nacional sobre os serviços educativos e culturais nos arquivos públicos franceses. Esta experiência permitiu que o autor constatasse que a definição de *serviços educativos* era imprecisa. Ele constatou que faltavam critérios para defini-lo, de modo que isto poderia interferir nos resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa. Assim ele define: “[...] O serviço educativo não é um estabelecimento que dispensa um ensino.”⁴⁷ (BENXAYER, 2007, p. 68, tradução nossa).

De acordo com o autor, os professores que praticam mediação cultural no arquivo servem-se dos métodos pedagógicos que possibilitam aos cidadãos se apropriarem do patrimônio. Assim, Benxayer (2007) nota que professores são responsáveis por atividades culturais como publicações, exposições, dossiês pedagógicos, arquivo itinerante e tipos de projetos culturais voltados para o ensino.

O autor observa que o ministério da cultura da França influenciou os serviços de arquivo quando apresentou orientações na matéria de educação artística e cultural notadamente na classe dos arquivos. Isto ocorreu porque tais orientações reforçaram a política

⁴⁶ É notável que o Arquivo Nacional e a Escola do Louvre tenham promovido no início de 2015 uma jornada de estudos sobre mediação cultural. (PATRIMOINES..., 2015).

⁴⁷ “Le service éducatif n’est pas un établissement qui dispense un enseignement.” (BENXAYER, 2007, p. 68).

pedagógica das instituições arquivísticas. Para Benxayer (2007) a evolução do campo pedagógico para o campo cultural marca a diversificação dos serviços arquivísticos de modo que a própria definição de *serviço educativo* orienta os professores a participar da elaboração do programa de desenvolvimento cultural dos arquivos.

A partir da visão acadêmica, Martine Cardin (2012) diferencia exploração, difusão, referência e valorização nos arquivos apontando que a polissemia engendra guerras entre os territórios dos especialistas. Para ela difusão e valorização são dois campos diferentes, com ações complementares com amplo contexto de institucionalização dos bens culturais de uma sociedade.

Por um lado, a autora aponta que no ano de 1994, Carol Couture afirmou que o objetivo da difusão era unicamente auxiliar o administrador na sua busca por informação. Por outro, no campo onde se situa a mediação cultural, Cardin (2012), nota que a valorização supõe um engajamento e uma participação ativa dos agentes culturais. Mais especificamente, no engajamento e participação ativa no processo de mediação entre o arquivo e o público.

A partir da ancoragem institucional, que foi definida com base nos esquemas de práticas culturais do etnólogo Jean Du Berger, aquela autora defende que a classe das práticas simbólicas decorre das atividades de ordem lúdica, científica, artística, religiosa e das atividades que envolvem o imaginário de uma sociedade. Assim, o mediador cultural no arquivo participa da construção de um espaço de significações aptas a produzirem coesão social.

Cardin (2012) explicita que a difusão é um conceito impreciso e que existe uma fronteira que carece de maior evidencia entre a valorização e a propaganda, a difusão e a referência. Ela sublinha que o termo “valorização”, utilizado na Europa enfrenta o problema de não encontrar correspondência nos outros continentes. Para ela a valorização está associada com a animação cultural, ação educativa, comunicabilidade e outras modalidades de valorização que compreende desde a exposição até a publicação. Outra acepção para valorização está ligada a exploração pedagógica e cultural dos arquivos.

Cardin (2012) sublinha, ainda, a publicação da Associação Internacional Francófona de Arquivística, em 1985, notando que ela tinha, dentre seus objetivos, o seguinte: desenvolver um sentimento de responsabilidade nas empresas para conservação do patrimônio arquivístico como um bem cultural de grande valor. Neste sentido, ela salienta, por um lado, que as práticas costumeiras são orientadas por um contexto jurídico, normativo e regulamentar que baliza os direitos, dando origem à institucionalização dos arquivos e ao

reconhecimento de seu valor patrimonial. Por outro, ela sublinha que as práticas pragmáticas são aquelas que o produtor satisfaz seus requisitos fundamentais engendrando uma memória funcional estreitamente ligada aos documentos como diretivas, decisões, organogramas, programas de atividades, procedimentos e balancetes. Para Cardin (2012) a gestão documental se implanta sobre a memória funcional.

O trabalho de Cardin (2012) é particularmente interessante porque nos ajuda a conhecer melhor os termos e práticas associadas à mediação cultural o que é relevante para nosso objetivo geral.

Nicolas Aubouin, Frédéric Kletz e Olivier Lenay (2010) observam a mediação cultural do ponto de vista da gestão científica e aplicam seu modelo de análise aos arquivos públicos franceses. Os autores observaram diversas instituições culturais incluindo arquivos, teatros, museus nacionais, bibliotecas municipais, óperas, centros de arte contemporânea e monumentos históricos. Os estudiosos assinalam que a mediação cultural é mais antiga nos museus do que nos arquivos, apesar de ambos coexistirem por longa data.

A principal contribuição desses autores para nossa pesquisa é o estudo comparativo dos arquivos com outras instituições de modo que eles concluem que os arquivos são caracterizados por adotarem uma única estratégia dentre outras opções.

Esta estratégia coloca os arquivos em uma posição que demanda requisitar a outras instituições ou ao mercado de trabalho temporário por aqueles profissionais qualificados para mediação cultural. Para eles isso significa que a concepção dos projetos dos arquivos cria uma dependência em relação aos mediadores culturais por ferramentas desenvolvidas por agentes externos para realizar suas atividades. Essa análise é considerável para discutirmos o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão do APEES.

2.3 O documento arquivístico como bem cultural e os públicos dos arquivos

Após a destruição do patrimônio decorrente da II Guerra Mundial, a Conferência Intergovernamental sobre a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, realizada em 1954 pela UNESCO, aprovou a proteção dos bens culturais, em caso de conflitos armados, juntamente com um Regulamento de Aplicação enquadrando os documentos arquivísticos na categoria de “*bien culturel*”⁴⁸, isto é, bens móveis relevantes ao patrimônio cultural. Mas antes de detalharmos o ordenamento jurídico dos documentos de arquivo e seu entendimento como bens culturais, julgamos ser relevante considerar as origens do patrimônio cultural.

⁴⁸ Termo traduzido tanto como bem cultural quanto propriedade cultural.

Françoise Choay (2006) formula o conceito de “patrimônio” definindo-o nos seguintes termos: “A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...] produtos de todos os saberes [...]” (CHOAY, 2006, p. 11). Choay (2006) inclui nessa perspectiva os produtos dos *savoir-faire* dos seres humanos, isto é, aqueles artefatos que resultam do saber-fazer.

Analisando o tempo presente, Choay (2006) nota que patrimônio cultural é uma segmentação do patrimônio em função de uma indústria implantada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa. Para Choay (2006) a indústria patrimonial foi lançada na perspectiva do desenvolvimento e do turismo. Ainda de acordo com a autora os valores atribuídos ao patrimônio, como o valor histórico, interessam para a indústria patrimonial: “A questão da valorização [...] em parceria com a indústria patrimonial, desenvolveu os recursos de embalagem que também permitiram oferecer os centros e bairros antigos como produtos para o consumo cultural.” (CHOAY, 2006, p. 224). Nesse contexto, o uso econômico do patrimônio é viável devido à engenharia cultural que é definida pela autora da seguinte forma: “vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, **mediadores culturais**” (CHOAY, 2006, p. 211, grifo nosso).

Choay (2006) estabelece, ao longo de sua obra, um conjunto de marcos históricos para explicar a formação do patrimônio. Segundo Choay (2006) o século XVI foi aquele que inaugurou a valorização das antiguidades no mundo moderno e o século XVIII foi responsável por colocar os bens do clero e da nobreza, notadamente considerados atualmente bens culturais, à disposição da nação francesa em 1789, via Assembleia Constituinte. Houve uma valorização desses pertences que foram inventariados. E a partir de 1793, sob os auspícios da Comissão de Artes do governo revolucionário, procedeu-se a identificação e o tratamento desses bens. (CHOAY, 2006)

Choay (2006) aponta, ainda, que o reconhecimento dos artefatos e lugares com valor monumental, foi articulado, na França, com o Comitê da Instrução Pública que atuou nos museus, nas bibliotecas e também nos arquivos (CHOAY, 2006). Assim o enquadramento dos documentos arquivísticos na categoria do patrimônio cultural notado por Pereira (2011) não se inicia dissociado do entendimento de patrimônio e patrimônio cultural. Mas, ora, o que seria patrimônio cultural?

Segundo Meneses (2010) patrimônio cultural é antes de tudo uma categoria do patrimônio que depende da atribuição de valor. Para esse autor, a questão central é: quem atribui o valor? A fim de elucidar a questão Meneses (2010) reproduz o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos **diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem [...] (MENESES, 2010, p. 33, grifo nosso).

De acordo com Meneses (2010) é a sociedade e não o poder público que cria valores. E os valores não estão previstos geneticamente, pois são criados e precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados, mas não impostos. Segundo ele, no Brasil, antes de 1988 era o poder público que instituía o patrimônio cultural por meio do tombamento e hoje o poder público possui um papel declaratório sendo de sua competência a proteção do patrimônio em assistência à comunidade. (MENESES, 2010)

Meneses pensa o patrimônio cultural a partir da seguinte imagem:

[...] no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Charles), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que trata de turistas em visita à catedral. O Guia toca os ombros da anciã e lhe diz: - “Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação.” Eis um retrato impressionante da perversidade de certa **noção de patrimônio cultural** vigente entre nós. (MENESES, 2010, p. 26, grifo nosso).

Meneses (2010) associa os elementos da imagem de maneira que a “velhinha encarquilhada” representaria o protótipo do habitante cuja ação é territorializada e vinculada ao cotidiano. Ele pontua que os turistas, representados na imagem a qual recorre, são informados pelo guia em um padrão de transferência e em contraponto a vida cultural da senhora que é qualificada como cognitiva, afetiva, consciente, estética e dotada de interioridade. No caso dos visitantes, o lugar de cultura torna-se a representação da cultura de modo que eles apenas têm envolvimento superficial ou nulo e contemplam sem interagir. Assim o uso cultural da cultura não estabelece uma interação das representações e práticas, privilegia as representações e elimina as práticas (MENESES, 2010).

O autor observa que o valor cultural é complexo e que possui diversos componentes de valor: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e estéticos. Assim os bens culturais não possuem significados embutidos e dependem de práticas que fazem agir ideias, crenças, afetos, significados, expectativas, juízos, critérios, normas e, em suma, valores. Para Meneses (2010) os componentes do valor cultural do patrimônio não existem isolados e se agrupam de diversas formas produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos.

Nessa perspectiva, pensamos que aos arquivos podem ser atribuídos valores cognitivos a partir da perspectiva dos cientistas (cientistas sociais, historiadores, genealogistas) e valor formal aos artistas interessados em fazer uso da estética das formas inscritas nos documentos como as iluminuras. A nosso ver os arquivos compreendem valores afetivos em relação ao público como dos cidadãos que buscam suas origens familiares. Em resumo, o valor cultural pode ser atribuído aos arquivos a partir de múltiplas perspectivas. Contudo, a partir da Comissão Franceschini é que os arquivos passam a ser reconhecidos como bens culturais. (PEREIRA, 2011)

As declarações da Comissão Franceschini definiram os bens culturais como testemunhos materiais com valor de civilização. Assim foram elencadas categorias de bens culturais dentre as quais figuram bens de interesse arqueológico, histórico, artístico, ambiental, paisagístico, arquivístico e bibliográfico (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Na Ata da Comissão Franceschini (1967) os arquivos foram declarados como parte do patrimônio cultural, conforme transcrito abaixo:

Primeira Parte - Patrimônio Cultural. Título I: Declarações gerais. Declaração I - Patrimônio Cultural da Nação: Pertencem ao patrimônio cultural da nação todos os bens que são referência à história da civilização. Estão sujeitos à lei, os bens de interesse arqueológico, histórico, artístico, ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliográfico, e qualquer propriedade que constitui testemunho material com valor de civilização [...]. TÍTULO V: Do Bem Arquivístico. Declaração nº. 50 - Patrimônio arquivístico: São objeto desse título as fontes documentais da autoridade pública sob tipo de documentos produzidos, recebidos ou adquiridos no decurso da sua atividade; e também aqueles das atividades de qualquer outra pessoa cujo valor de testemunho histórico notável nós recomendamos a conservação. Vide as normas do Decreto Presidencial de 30 setembro de 1963, n. 1409 será revisto para ser adaptado, se necessário, com os princípios do Título I e às seguintes declarações. Declaração 51 - Documentos da autoridade pública. Fontes documentais de todos os poderes públicos são conservados em arquivos sob a responsabilidade do titular do departamento a sua conservação e a sua integridade de acordo com as normas de patrimônio cultural. [...]O Conselho de Administração adotará disposições gerais sobre o assunto, com base numa proposta do comitê nacional competente. Devem

ser mantidas breves notas sobre o material descartado. [...] as fontes documentais das autoridades públicas são consideradas bens culturais declarados e são propriedade do Estado [...] Depois de 40 anos a partir da data dos documentos, as fontes documentais das autoridades públicas devem ser obrigatoriamente depositadas nos arquivos do Estado tornando-se públicas e de livre consulta; Declaração 52 - Documentos particulares. Fontes documentais de empresas privadas [...] podem ser consideradas de grande interesse histórico [...] Exceto de consentimento expresso dos proprietários, as fontes documentais das atividades privadas [...] não serão tornadas públicas antes de completarem 70 anos a partir da data de produção dos documentos. [...] Declaração 53 - A demanda para a avaliação do valor cultural do patrimônio arquivístico. Os proprietários de fontes documentais podem solicitar à Superintendência [de Arquivos] a determinação do seu valor histórico considerável [...] (COMISSÃO FRANCESCHINI, 1967, p.1-13, tradução nossa.)

Pereira (2011) aponta que em 1985 a “Lei do Património Português” (lei 13/85) consagra uma alínea exclusiva aos documentos de arquivo. Assim, os documentos arquivísticos passam a ser enquadrados como bens culturais móveis na alínea (c), do ponto 2, artigo 8º: “[...] os manuscritos valiosos, os livros raros, os documentos, as publicações de interesse científico, artístico, técnico, espécies fotográficas, cinematográficas, registros sonoros” (PORTUGAL, 1985).

De acordo com Pereira (2011) o enquadramento dos documentos de arquivo na categoria de bens culturais, em Portugal e na Itália, permitiu o desenvolvimento da conservação inscrita como uma missão das instituições arquivísticas e também potencializou as áreas de divulgação e fruição do acervo. Nesse sentido salientamos que uma das formas de fruição cultural nos arquivos pode ser efetivada por meio de práticas de mediação cultural e que estas possuem categoria de público dentre outras no âmbito dos serviços prestados pelas instituições arquivísticas.

Brigitte Guigueno e Emmanuel Pénicaut (2015) identificam três grandes categorias para o público dos arquivos: os leitores, os internautas e o público de atividades culturais. Guigueno e Pénicaut (2015) traçam uma perspectiva diacrônica dos públicos dos arquivos franceses identificando que até os anos 1970 se restringiam em suma aos genealogistas e aos historiadores. Para os autores foi após os anos 1980 que houve uma convocação dos arquivos para sua dimensão cívica que fez com que diferentes usuários buscassem as instituições para diversas finalidades.

Segundo a pesquisa de Guigueno e Pénicaut (2015), as três grandes categorias para o público dos arquivos, isto é, os leitores, os internautas e o público de atividades culturais são distribuídos nos seguintes números: na sala de consulta (50%), a participação em atividades

culturais (27%) e indo ao *site* na *Internet* (38%). De acordo com os autores o leitor é todo aquele regularmente inscrito na sala de consulta de um arquivo a fim de ler documentos originais ou não. Os leitores são notadamente pesquisadores, estudantes, curiosos, historiadores acadêmicos ou amadores. Os internautas são aqueles que se conectam aos sites de arquivos para fins de investigação de documentos *on-line*, instrumentos de pesquisa e informações sobre a sala de consulta. Os autores notam que a seção de documentos digitalizados possui 93% dos acessos. Os documentos são principalmente registros civis, censos, registros militares e documentos iconográficos. O perfil dos internautas, segundo essa pesquisa, é variado, no entanto, nota-se a presença dos genealogistas. O público de atividades culturais compreende todas as faixas etárias, curiosos, profissionais e alunos. (GUIGUENO; PÉNICAUT, 2015)

Guigueno e Pénicaud (2015) destacam a relevância das atividades culturais para conscientização do público sobre a missão dos arquivos e também sobre o patrimônio documental entendido na sua integridade para uso e transmissão a todos. Para os autores o aspecto cultural é importante e o serviço cultural oferecido nos arquivos franceses é de alta qualidade, o que por sua vez reflete a evolução geral dos serviços culturais e o esforço feito pelos arquivos a se apresentarem como lugares mais abertos (GUIGUENO; PÉNICAUT, 2015).

Guigueno e Pénicaud (2015) salientam que as atividades culturais nos arquivos públicos franceses permanecem dinâmicas, mas que as perspectivas futuras não são claras devido às reduções de recursos. Assim, esses autores notam que é preciso dar atenção às escolhas nas condições em que o orçamento é desfavorável. Eles reforçam, também, que a experiência do público nas atividades culturais é decisiva para a representação social dos arquivos e para o retorno dos participantes ao arquivo em busca de outras experiências.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Na perspectiva de alcançar os objetivos deste estudo, optamos por autores que trabalham os seguintes conceitos adotados por nós: a cultura em Chartier (2002); os direitos culturais em Touraine (2006); a mediação cultural em Bordeaux (2008) e Lafortune (2008); a mediação cultural no patrimônio em Perrotti e Pieruccini (2014), Coelho (1997), Péquignot (2011), Lamizet (1999), Fontan (2007), Lowies, Scieur e Vanneste (2013); a mediação cultural em arquivos em Boissonneault (1997), Jammet (2007), Valacchi (2010), Hiraux (2012), Chave (2012) e Rousseau (2014); tipologias de atividades culturais no arquivo em Vela (2001); serviço de apoio cultural em Camargo e Bellotto (1996); aproximações terminológicas no *Multilingual Archival Terminology*; Economia da Cultura em Alain Herscovici (1995).

3.1 A cultura em Chartier

Roger Chartier (2002) define a cultura como representação comum para uma sociedade ou grupo organizada de acordo com as lógicas estabelecidas no âmbito das relações sociais e econômicas. Apesar de nossa opção teórica, consideramos que outras conceituações de cultura são relevantes porque sustentam perspectivas antropológicas⁴⁹ e comunicacionais⁵⁰.

De acordo com Chartier (2002), a representação coletiva é instrumento de um conhecer mediato que possibilita ver um objeto que não está presente e depende de sua

⁴⁹ Segundo Roque de Barros Laraia (2001), tendo em vista o racismo nazista, antropólogos físicos, geneticistas, biólogos e outros especialistas se reuniram no ano de 1950 em Paris sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e redigiram: “Os dados científicos de que dispomos atualmente não confirmam a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças que se manifestam entre as culturas e as obras das civilizações dos diversos povos ou grupos étnicos. Eles nos informam, pelo contrário, que essas diferenças se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo” (Laraia, 2001, p.18). Assim, o autor aponta que somos herdeiros de um longo processo cumulativo de gerações que nos antecederam e a manipulação desse patrimônio cultural é que determina nosso comportamento e realizações. O autor faz uma analogia entre a cultura e o programa de computador baseando-se em Clifford Geertz (2008), pois para ele todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. Geertz (2008) nota que a cultura não é um ornamento da espécie humana. Ao contrário, ela é justamente o conjunto de traços que diferem os humanos dos outros animais. O que, por sua vez, inclui tanto padrões de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos — quanto mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções — e ainda as palavras, os gestos, os desenhos, os sons musicais, os artificios mecânicos como relógios ou objetos naturais como joias e qualquer artefato usado para impor um significado à experiência.

⁵⁰ Bourdieu e Passeron (2014) apontam que a cultura é produto da interlocução entre os atores sociais dentre os quais estão, por exemplo, as instituições culturais, o Estado e os estudantes. Para eles alguns mecanismos são institucionalizados como a segregação cultural que existe em detrimento das necessidades das classes desfavorecidas. Esta discriminação ocorre pela distinção entre a “alta cultura” das elites econômicas que se legitima e inferioriza as demais manifestações culturais. A partir desta discussão Bourdieu e Darbel (2003) assinalam um processo contínuo de democratização cultural onde as instituições culturais devem adotar um projeto que atendam as pessoas não familiarizadas com o “mundo da cultura” para que estas não se sintam fora de lugar. Os autores salientam que a falta do hábito desfavorece o leigo que por sua vez não consegue reconhecer o valor do objeto cultural. Assim eles sugerem que as instituições culturais ofereçam uma ambientação que reproduza a imagem de um “passeio no jardim”. Isto é, um lugar aberto, confortável, com bistrô, biblioteca, guias, música suave para que os visitantes possam falar sem serem ouvidos no contexto em que os elementos estariam em oposição a um cenário opressivo e discriminatório.

substituição por uma “imagem” capaz de reconstituí-lo em memória. Para ele, essa “imagem” pode ser mediada através de um bem material que o autor exemplifica como um documento de arquivo contendo um texto oficial de um rei⁵¹ capaz de tornar pública a vida do soberano sem a necessidade da efetiva presença de sua pessoa.

Além de detalhar o conceito de cultura, Chartier (2002) apresenta o termo “práticas culturais”, qualificando-as e identificando-as. As práticas culturais, segundo ele, são parte da constituição dos arquivos e da perpetuação das ideias representadas na documentação. Sendo assim, o conceito de cultura em Chartier (2002) nos permite compreender o arquivo como lugar de cultura e de práticas culturais.

Uma das características das práticas de mediação cultural, cujo mapeamento é um dos nossos objetivos, é a luta contra o confisco dos documentos de arquivo tornando-os mais conhecidos e acessíveis à sociedade, num processo de popularização da cultura que, segundo Chartier (2002), conduz as lutas de concorrência pela apropriação da cultura, pois, de acordo com ele, toda a divulgação produz imediatamente a procura de uma nova distinção. Ele exemplifica o caso da cultura escrita: quando ocorre a circulação de um documento e ele se torna menos confiscado, menos raro e menos distintivo, as maneiras de lê-lo se encarregam de mostrar as diferenças socialmente hierarquizadas por meio de práticas que vão da leitura oral até aquela feita em silêncio. Para nós, as práticas culturais voltadas à circulação, a fim de tornar os documentos menos confiscados, é uma das razões de ser dos arquivos públicos, logo, consideramos que instituições arquivísticas não devem sonegar os direitos culturais dos cidadãos, ao contrário, devem promover ações para sua divulgação e acesso.

3.2 Direitos culturais em Touraine

Touraine (2006) nos apresenta uma perspectiva de passagens dos direitos políticos aos direitos sociais e destes aos direitos culturais. Para ele, estas passagens, primeiro dos direitos políticos aos direitos sociais e depois aos direitos culturais estenderam a reivindicação democrática a todos os aspectos da vida social e da consciência individual. Isto porque quanto mais se impõe a ideia de um indivíduo sujeito de direito que luta em nome desta individualidade, mais ele exige ser respeitado e não ser subjugado, nem desprotegido ou

⁵¹ No caso dos arquivos, entre os séculos XII e XVII nota-se que o historiador estende sua proposta de análise para a questão da representação do público e do privado: “Será, portanto, necessário examinar de perto as políticas arquivísticas dos Estados modernos para compreender os critérios que lhes permitiram discriminar o que deve ser conservado e o que pode ser destruído, e também o que resulta propriamente da continuidade dinástica – logo estatal – e o que pertence privadamente aos servidores do Estado”. (CHARTIER, 2002, p. 219).

humilhado, de ser ouvido e defender o direito à identidade cultural, isto é, o direito de ser quem é.

Para o autor, o marco histórico dos direitos políticos é 1789, na declaração que busca universalizar os direitos do cidadão. Os direitos sociais, por sua vez, seriam reivindicados pelos movimentos operários meio século após a data da Revolução Francesa. Sua conquista foi, dentre outras, o direito ao trabalho. Ele pontua que atualmente há categorias inferiorizadas tais como os colonizados que enfrentam uma forma extrema de capitalismo. Forma esta que se opõe a toda regulamentação, destruindo as identidades, as particularidades, as memórias e as habilidades a serem asseguradas aos direitos culturais, tais como o direito de falar a própria língua, de participar na defesa de uma memória coletiva ou de afirmar uma identidade.

Ele indica que os direitos culturais não têm como objetivo apenas a proteção do patrimônio ou da diversidade das práticas sociais, pois são necessários para construirmos condições de vida em função do modo de harmonização entre os princípios gerais da modernização e as identidades particulares. São as relações interculturais que correspondem à realidade e devem ser estudadas desde fenômenos como a compactação do outro até o sincretismo cultural.

O sociólogo considera que os direitos culturais possuem mais força que os demais direitos. A razão disso é que eles são mais concretos e se encontram diretamente relacionados a uma população determinada, quase sempre minoritária. O autor nota que os direitos culturais apelam para totalidades concretas mais sólidas e mais profundas do que a cidadania ou mesmo a pertença a uma classe. Ele ilustra sua afirmação fazendo referência aos movimentos feministas que reivindicam muito mais do que apenas igualdade econômica ou direitos políticos. Também especifica que os movimentos culturais, aqueles que lutam pelos direitos culturais, se contrapõem as produções de cultura de massa e também a lógica geral do lucro por minorias e categorias que se sentem insatisfeitas com a imagem que delas é apresentada.

Para Touraine (2006), os conflitos do mundo atual, mais do que econômicos e políticos, sustentam-se na oposição de unidades globais, sobretudo unidades culturais onde os atores já não são delimitados apenas por seus pertencimentos sociais, mas também por seus direitos culturais que diriam respeito primeiramente às coletividades. O diálogo sobre os direitos culturais leva as democracias a refletirem sobre si próprias, a se transformarem para reconhecer estes direitos. Neste sentido, os direitos culturais estão ligados aos direitos políticos e à cidadania de forma positiva.

Assim sendo, pensamos que o arquivo público é o lugar dos direitos de estado, ligado ao direito administrativo e à administração pública ao mesmo tempo em que não deixa de ser o espaço do direito garantidor da cidadania e dos valores democráticos. Isso, por sua vez, coloca o arquivo público em um alinhamento, pelo menos teoricamente, em posição de defesa dos direitos culturais, isto é: da identidade dos sujeitos, da herança cultural das comunidades, da memória coletiva, das pautas dos movimentos culturais, da expressão cultural dos cidadãos e das reivindicações das populações minoritárias.

Uma das formas de atuação que o arquivo público pode adotar e que defendemos aqui é a mediação cultural.

3.3 Mediação cultural

Marie-Christine Bordeaux (2008) apresenta a trajetória do campo da mediação cultural e ressalta que, apesar do conhecimento já ser consolidado e aceito como um campo sólido, houve resistência no setor da cultura. Um primeiro sinal disso é que o termo “mediação cultural” ainda não está explícito no vocabulário institucional dos anos 1960, ao contrário do termo “ação cultural” que já era aceito na esfera governamental. E na década seguinte, ou seja, nos anos 1970, a mediação se expande para o campo legal, educacional, midiático e médico.

Segundo a autora, o movimento pela publicização dos acervos nos anos 1980 tornou-se um parâmetro para inúmeros programas dedicados a populações distanciadas da cultura legitimada. Estes grupos populacionais correspondem genericamente a todas aquelas pessoas com algum tipo de impedimento que prejudica a sua participação na vida cultural. Para a autora a mediação cultural é uma forma de nomear o objetivo, ainda não satisfeito, de justiça social no campo da distribuição dos bens culturais e da necessidade de reconstruir outro paradigma para a democratização cultural. Assim, a área se desenvolveu e em 2001, mais de 15.000 empregos para jovens mediadores culturais foram identificados. Número este que, de acordo com a autora, poderia ser triplicado se o mediador cultural fosse registrado também nos cargos dos setores que são indiretamente ligados à cultura, como o turismo.

De acordo com ela, ainda existe resistência por parte da academia para aceitar o campo da mediação cultural como área de atuação formal. Após dez anos de lançamento do estudo⁵² que aponta a consolidação do emprego na área, a mediação cultural é ainda qualificada como

⁵² O estudo é intitulado “*Les médiateurs culturels dans le domaine des arts plastiques. Étude localisée de la région Marseille-Aix en Provence*”, patrocinado pelo Ministério da Cultura e realizado no Centro de pesquisa em ecologia social em 1992.

um “um novo campo emergente”. No entanto, ela observa que as contribuições da pesquisa da associação de mediação cultural do Rhône Alpes sustentam o contrário e definem as diversas áreas de atuação.

Bordeaux (2008) aponta que uma série de colaborações institucionais está emergindo, inclusive internacionalmente e propõe que o Colóquio em que ela expõe seu pensamento é uma destas manifestações. Para ela a mediação cultural era particular da França devido às especificidades do sistema cultural. Contudo, uma vez que a mediação cultural foi reconhecida por atores de outros sistemas culturais, ela pôde ser aplicada a problemáticas próximas, dando uma nova concepção para a promoção da cultura e o senso de atividade cultural na instituição e fora da instituição. Para a autora, a mediação cultural combina continuamente dois eixos conflituosos: um eixo vertical e um eixo horizontal. O primeiro, está relacionado com a instituição em que a cultura se desenvolve, na esfera de legitimidade, para tentar angariar grupos sociais para os objetos culturais. O segundo está relacionado com as técnicas de intervenção dos atores da mediação cultural desenvolvidas em parceria com os agentes de outros campos profissionais. Campos estes que geram práticas culturais não legitimadas dentro da instituição levando-se em conta as representações e discursos de cada um. Assim, ela nota que a democratização cultural e a democracia cultural são estratégicas para superar estes conflitos.

Bordeaux (2008) sublinha, ainda, algumas questões teóricas a serem desenvolvidas em pesquisas futuras, tais como: existiria um modelo de mediação cultural genérico, a matriz de todas as mediações observáveis em vários domínios artísticos e culturais? Quais são as possibilidades de haver mediação cultural semelhante em museus, espaços de dança, cinema e outros? Como estabelecer os vínculos entre os diferentes modelos locais de mediação cultural, isto é: mediação no patrimônio, no teatro, no museu e outros? Para fazer distinção entre mediação cultural nestas áreas deveríamos nos basear nas distinções canônicas entre as áreas culturais ou distinguir objetos do passado, ou ainda levar em conta a intervenção ou não de um artista?

Jean-Marie Lafortune (2008) propõe uma evolução conceitual da *médiation culturelle* para a *médiacion culturelle*. Ambos os conceitos são estratégias de intervenção para responder às exigências democráticas tanto do direito à cultura quanto do desenvolvimento participativo da cultura através dos diferentes meios articulados entre si: comunitários, artísticos, institucionais e outros. A *médiation culturelle* seria promovida pelos equipamentos culturais tradicionais tanto para facilitar o diálogo entre o público e o objeto cultural quanto

para favorecer a apropriação cultural.

Lafortune (2008) aponta a origem do novo conceito que sugere: *médiacion culturelle* trataria de um movimento sociocultural em relação aos grupos de cidadãos minoritários no sentido da integração com o setor da cultura através de um repertório de ações coletivas. Apesar desta diferença fundamental, o autor nota raízes comuns entre a *médiation culturelle* e o novo conceito de *médiacion culturelle*. Um exemplo disto é que ambas aparecem no conjunto das aspirações da democracia cultural visando o reconhecimento das distintas expressões culturais.

Para Lafortune (2008), ambas as propostas são de intervenção. Contudo, enquanto a *médiation culturelle* partiria do campo institucional ao encontro do seu público, a *médiacion culturelle* seria protagonizada pelas próprias comunidades atuando simultaneamente no campo cultural e político. No caso da *médiation culturelle* a modalidade de intervenção seria a transmissão da cultura ou o reencontro com a cultura pela capacidade de interpretação do público. Já no caso da *médiacion culturelle* a intervenção seria para a renovação da cultura, pela promoção, pela coprodução através do engajamento dos cidadãos e pelo ensino-aprendizagem ativo.

Essa diferença terminológica não é passível de tradução para o português, de modo que optamos aqui pelo conceito de “mediação cultural” entendendo-o do modo mais amplo, isto é, alocando o conceito *médiacion culturelle* proposto por Lafortune (2008). Sendo assim, não vemos aí nenhum prejuízo para nossa definição apresentada na parte introdutória do trabalho.

Lafortune (2008) prossegue argumentando que a *médiation culturelle* pressupõe a neutralidade do agente cultural, ao passo que a *médiacion culturelle* exige que o agente tome parte do processo e que permita o envolvimento na questão da política de imputabilidade. O objetivo da *médiation culturelle* seria o alargamento do público, a elevação das competências culturais, o consenso e a unidade cultural, a redução das divisões sociais e a consideração de que a cultura é para todos. Como um conceito mais recente, a *médiacion culturelle* teria o objetivo de reconhecer as identidades, as afirmações das expressões autônomas, o comprometimento com o relativismo cultural, a necessidade da redução da fragmentação social e a consideração de que a cultura é feita por todos.

Lafortune (2008) assinala que na *médiation culturelle* se atua com a cultura consolidada que é protagonizada por uma instituição cultural dependente de profissionais que entregarão produtos. Em contrapartida, na *médiacion culturelle* a atuação se daria a partir da

cultura emergente, minoritária e alternativa. Ou seja, sem a exclusividade de profissionais, mas com os cidadãos das comunidades locais que explorariam livremente sua criatividade de forma que entregariam produtos coletivos e protagonizariam a atuação da instituição sociocultural.

3.4 Mediação cultural no campo do patrimônio

Perrotti e Pieruccini (2014) apontam a diferença entre difusores e mediadores culturais. Os primeiros se ocupam da assimilação das mensagens pelo “receptor” enquanto os segundos não tratam apenas da transmissão ou de permitir o acesso, mas de criar vínculos como, por exemplo, pontos de convivência para estabelecer relações dos sujeitos com o objeto cultural e entre si em situações concretas. Eles destacam o fato de que a mediação cultural deve ser pensada como uma categoria distinta de outras formas de mediação como a jurídica, a política, a diplomática e outras. Além disto, salientam que é preciso contextualizar a mediação cultural em função dos diferentes tipos de equipamentos culturais, tais como os museus, as bibliotecas e os teatros. Eles aludem, igualmente, ao caso das bibliotecas que eram, inicialmente, acessíveis a poucos familiarizados, mas que passaram a adotar o valor do acesso universal à cultura. No entanto, Perrotti e Pieruccini (2014) observam que, no Brasil, isso não se concretizou amplamente, isto devido a óbices políticos, econômicos, sociais e culturais que se tornaram um desafio ao presente no âmbito da superação do passado colonial e oligárquico.

Perrotti e Pieruccini (2014) consideram, da mesma forma, que a cultura recebe, em geral, um tratamento cuja dinâmica pode ser qualificada como distributivista. Nesta dinâmica, os casos em que há mediação cultural são deficientes, pois ocorrem em contextos nos quais houve a sonegação dos saberes e das experiências indispensáveis para completar o processo da mediação cultural. Eles salientam que a mediação cultural vem ganhando destaque justamente pela desilusão com um modelo de “sociedade da informação”. Tal sociedade seria intermediada por dispositivos que colocariam as pessoas integralmente em contato somente através de aparelhos tecnológicos, sem necessitar de mediadores. Ainda segundo eles, essa sociedade é marcada pela impessoalidade e pela presença crescente de tecnologias de informação. Tecnologia que estaria a serviço da intermediação por máquinas que se comunicam à distância, de maneira rápida, e sem apresentar a caracterização dos sistemas tradicionais onde o conceito de comunidade faz sentido.

Os autores também questionam o adjetivo “cultural”, tal como utilizado para qualificar objetos com excelência nos padrões das elites, mas que não correspondem aos interesses da maioria da população excluída da vida política e social.

Já para Coelho (1997), a mediação cultural pode ser entendida como um processo no domínio das ações entre o artefato cultural, o seu produtor e o seu público. Ele coloca claramente que a mediação cultural possui o objetivo de aproximar os artefatos culturais de seus públicos. O intuito é formá-los para os serviços culturais, iniciando os sujeitos e grupos nas práticas culturais.

Segundo Coelho (1997), a mediação cultural pressupõe a interpretação do objeto, que será levado ao público por meio de uma função crítica. O objetivo é, primeiro, viabilizar a observação clara de como se organizam os artefatos culturais para, só então, pretender construir coletivamente com o público aquilo que estes artefatos significariam. Tendo como referência o “Programa de formação em mediação cultural” da Universidade de Paris VIII, Coelho (1997, p. 247, grifo nosso) cita os profissionais que desempenham as atividades de mediação cultural: “[...] bibliotecários, **arquivistas** e museólogos - espécies de mediadores - têm uma formação acadêmica específica mais tradicional, embora seus currículos venham passando por alterações substanciais”. Ele observa que, para o caso da atuação desses mediadores culturais, é preciso uma formação mínima, com fundamento nas práticas, como a programação, a execução, os estudos de política cultural comparada, gestão de grupos em situação de estímulo à criatividade, assim como o estudo de públicos considerando os hábitos, as práticas e as tendências.

Coelho (1997) caracteriza, também, duas modalidades de mediadores culturais: os agentes culturais e os administradores culturais. Os primeiros são aqueles que promovem diretamente a mediação cultural junto ao público. Os segundos são executivos ou funcionários do Estado que devem conseguir os recursos e organização da rotina necessária para o trabalho cultural direcionado ao público.

Bruno Péquignot (2011) aponta que a existência da mediação cultural depende da eficácia das intervenções institucionais em erradicar as desigualdades sociais de acesso à cultura. O que pode ser feito mediante práticas que possuem por base ideológica a democratização dos bens culturais. Além disso, o autor assinala que a mediação cultural nasce da vontade política também ligada aos processos sociais como a reivindicação por liberdade de criação e a autonomia dos artistas como um grupo de profissionais da cultura.

Para Péquignot (2011), a especificidade da mediação cultural está no fato de que se trata de um vetor do acesso democrático aos bens culturais e, além disto, pode ser definida como atividade cidadã. O autor destaca o lugar das instituições culturais na influência sobre os hábitos dos indivíduos, explicando que estas estruturam práticas que têm origens ideológicas, o que inclui o ideal de democratização da cultura.

Segundo Péquignot (2011), a ação do mediador cultural consiste em permitir a um público acessar especificamente o modo como caminha intelectualmente uma obra cultural. Isto pode ser feito propondo interpretação, recepção, compreensão, interrogação sobre a representação da obra ou mesmo fazer uso da imaginação do público, que é um objeto socialmente e historicamente formado. O autor recorre a Karl Marx, afirmando que se o mundo estivesse transparente não precisaríamos de ciência. Péquignot (2011) conclui que é a opacidade do nosso estado em relação à realidade que nos obriga a construir instrumentos para interpretar as representações que nos impedem de ver que há algo a ser visto.

De acordo com Bernard Lamizet (1999), é a mediação cultural que dará sentido de pertencimento a uma comunidade. É a mediação, por exemplo, que viabilizará a sociabilidade ou a apropriação de determinados objetos, constituintes de uma cultura, por parte das pessoas (grupos, instituições, etc.) que representam algo para o convívio social. Portanto, ele conclui que sem a mediação cultural não há reconhecimento da dimensão da vida institucional e nem das próprias instituições.

Lamizet (1999) sublinha que a mediação cultural não pode ser reduzida à organização do entretenimento coletivo ou à aquisição de conhecimentos. Ao contrário, deve se basear na sua complexidade e todos os seus múltiplos significados. Além disto, ele nota que a necessidade de mediação é uma imposição de ordem cultural na medida em que assegura a continuidade das formas e das linguagens de representações.

O autor aponta que sem um padrão de representação lógica a mediação permaneceria sem significado para aqueles que têm de representar o seu desenvolvimento social. Lamizet (1999) pontua que a mediação cultural é mais do que organização de formas de cultura, pois é também o processo pelo qual nos tornamos conscientes da nossa filiação social. Ele fundamenta sua perspectiva na história das práticas culturais, observando que as atividades culturais representam o mesmo processo pelo qual se adquire a consciência social. E isso para ele é, por exemplo, um evento cultural que permite o contato com a antiguidade de um município e o reconhecimento da própria cidade como um ator social.

De acordo com Lamizet (1999), as práticas culturais fazem parte de manifestações e representações coletivas de sociabilidade incluindo tanto as singularidades dos espectadores, leitores e ouvintes, quanto as coletividades na representação do pertencimento cultural de uma peça de teatro, de um livro ou de um concerto. Segundo ele, a mediação faculta para a cultura a coerência perceptível e materialidade sensível de seu real benefício no espaço público, com suas alegorias, seus sons, sua encenação e suas decorações, sendo o próprio espaço público definido pela aplicação de práticas coletivas como os eventos, os mercados, as cerimônias de todos os tipos. Ele assinala que as práticas culturais são formas de mediar a cultura, pois representam um processo de construção da sociabilidade que são assumidas por sujeitos singulares em um espaço cultural. Para exemplificar isso ele ilustra que, quando lemos, estamos imersos em uma atividade cultural, na qual assumimos a linguagem no ato de compreensão, durante o qual adquirimos informações que nos permitem nos apropriar de uma cultura comum com todos os outros leitores do mesmo livro.

Jean-Marc Fontan (2007) no artigo “Da ação à mediação cultural” (FONTAN, 2007) compreende o conceito de cultura como um campo de luta para a definição das principais orientações culturais de uma coletividade. No referido artigo ele propõe que a própria evolução de uma sociedade está condicionada à transformação da cultura, resultante da interação entre os atores sociais nos momentos de disputas, tensões e conflitos. Isto ocorreria porque em embates os atores sociais são forçados a expressar, representar e, portanto, sistematizar seus pensamentos sobre a natureza das funções, dos papéis, dos deveres e das responsabilidades para com os outros.

O autor concebe a mediação cultural em dois níveis: o *nível da concepção* e o *nível da realização*. O primeiro nível corresponde ao planejamento, ao passo que o segundo corresponde aos programas de ação. Além disso, a mediação cultural pode diferir em relação a sua finalidade, que pode ser econômica, política, identitária ou social.

Na primeira finalidade o objetivo é tornar acessível uma atividade cultural, a fim de maximizar o consumo dos equipamentos privados, públicos ou comunitários. No caso da finalidade política, o autor enumera duas estratégias: a democratização e a democracia cultural. A democratização é entendida por ele como aquela que deve tornar as atividades culturais acessíveis a novos públicos, gerando a produção ou o usufruto de bens e serviços culturais. Já a democracia cultural implica a participação nos produtos culturais, levando em consideração as particularidades das culturas comunitárias, as categorias sociais e o diálogo

com os indivíduos. Assim, para o autor esta finalidade é central na construção da política cultural.

Fontan (2007) enumera três embasamentos para a finalidade identitária: a base territorial, a base setorial e a base multicultural. Para ilustrar a primeira base, o autor cita o projeto dirigido ao povo cigano Rom, financiado pelo Fundo Europeu chamado *Roma Cultural Mediation Project*⁵³. Ele explica que a abordagem focou nas variações entre a ruralidade e a urbanidade. No caso da base setorial, ele indica que a proposta seria abordar a dimensão cultural de algum setor em específico (como a educação) ou uma comunidade em particular (como imigrantes recém-chegados). E por fim, para o caso da base multicultural, ele expõe que o contexto dessa base se dá em um conflito intercultural quando, por exemplo, um mesmo espaço é habitado por diferentes classes ou comunidades. Ainda para Fontan (2007), a finalidade social possui o objetivo de transformar as orientações culturais de uma sociedade. Assim, ele exemplifica essa finalidade da mediação cultural citando a inserção da cosmologia religiosa ameríndia na cultura canadense. Ele deixa explícito que a ênfase neste caso foi dada ao local que a cultura ocupa no modo de produção que, por sua vez, está em consonância com uma determinada realidade social.

Para o autor, a mediação cultural é uma ferramenta de intervenção a partir da qual seria possível levantar o capital socioterritorial de uma localidade e mobilizar os atores sociais de novas maneiras. Contudo, isso requereria uma aproximação entre os elementos tangíveis, isto é, pessoas e objetos, assim como os intangíveis: ideias e imaginários.

Fontan (2007) salienta as diversas formas que a mediação cultural pode assumir evocando o cívico, o sagrado, o lúdico, o festivo e outras possibilidades. Para o autor, a mediação cultural está inscrita em uma perspectiva de democratização da cultura, e, portanto, em um campo de ação bem preciso. Todavia, ainda possui uma atuação muito modesta no âmbito da cultura comunitária com vistas a aproximar os excluídos e marginalizados.

⁵³ Roma é o uso plural para diversos indivíduos do povo Rom ou informalmente o “povo cigano”. O principal objetivo desse projeto é desenvolver competências interculturais entre os prestadores de serviços, dar às pessoas ciganas maior igualdade de acesso à saúde, serviços sociais, educativos e de reinserção social; aumentar a base de conhecimento e competência profissional dos prestadores de serviços e outros atores sociais fundamentais da população cigana; os objetivos específicos são: promover a prestação de serviços mais adequados e apoio à comunidade cigana; melhorar a inclusão dos ciganos na sociedade; capacitar os membros da comunidade a agir como defensores e trabalhadores da ligação entre os ciganos e prestadores de serviços visados; documentar e divulgar o programa de treinamento desenvolvido como uma ferramenta transferível que pode ser utilizado por outros grupos no exterior; informar e influenciar o desenvolvimento de práticas e políticas relacionadas.

Disponível em:

<<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=370&langId=en&featuresId=132&furtherFeatures=yes>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

Fontan (2007) ainda sublinha a obra “*Sociologie de l’action*” de Alain Touraine, que, segundo ele, nos ajuda a responder questões ligadas à mediação cultural, como, por exemplo, na ação social, os valores, os princípios diretores e as orientações culturais são gerados e institucionalizados? O autor afirma que a contribuição de Alain Touraine é central para compreender a cultura como campo de luta pela orientação cultural, nos levando para além da visão minimalista de limitar os mundos da ação cultural à arte, ao lazer e ao folclore.

Fontan (2007) relaciona a evolução da sociedade com a transformação de sua cultura. Esta relação ocorre porque, como já dito, a cultura é também o resultado de uma luta que tem o seu lugar na ação coletiva. Isto implica em reconhecer uma nova dimensão para as ações coletivas. Afinal, uma ação coletiva poderá também ser entendida como confronto para definir as novas orientações culturais.

Fontan (2007) explicita, ainda baseando-se em Alain Touraine, que a defesa de novos valores seria uma ação coletiva, cujos princípios são produzidos por orientadores culturais. Deste modo, o comportamento, a gênese, a transformação e as representações sociais nas instituições seriam fortemente determinados por um substrato normativo. Substrato este que consistiria em orientações culturais capazes de constituir uma matriz de regulação normativa da vida em conjunto.

Jean-Gilles Lowies, Philippe Scieur e Damien Vanneste (2013) consideram que as práticas de mediação cultural estão intimamente associadas às instituições que são responsáveis pelas atividades relacionadas a uma determinada reinterpretação do que seja democracia cultural. Além disto, eles salientam a necessidade de diversificação cultural e também a sua hibridação, incluindo categorias de práticas culturais que devem sofrer alterações empiricamente experimentadas.

As práticas de mediação cultural, segundo eles, dependem das relações organizacionais. Isto inclui, por exemplo, as colaborações externas com artistas e o apoio de voluntários. Para os autores, apesar de os centros culturais não possuírem monopólio, são os lugares em que usualmente são executadas atividades deste tipo.

Lowies, Scieur e Vanneste (2013) dividem o trabalho da mediação cultural em quatro dimensões: gerencial, de mobilização, programação e animação. Na dimensão gerencial o objetivo é apresentar os projetos culturais, distribuindo responsabilidades a diferentes funcionários e parceiros, e acompanhando o desenvolvimento desses projetos. A esfera da mobilização desempenha o papel da interface entre as várias partes interessadas. O objetivo é trazer potenciais questões culturais ou artísticas para o desenvolvimento ou programação de

projetos em conjunto. No âmbito da programação se antecipa ao público as propostas e se oportuniza a inscrição para um acontecimento em um espaço, sem prescindir do mapeamento dos participantes. Por fim, o domínio da animação permite um grupo a ser imerso em práticas de mediação cultural; com objetivo social de ligar objetos culturais, indivíduos e coletividades ao redor de formas sensíveis e simbólicas.

Os autores sublinham que é preciso uma unidade de ação de mediação cultural correspondente ao perfil do público para o qual as atividades são direcionadas. Eles propõem que a noção de público deve ser ampliada para todos os participantes, incluindo desde os parceiros até os cidadãos engajados que prestam voluntariado.

No que concerne aos recursos humanos, os autores criticam o espírito autossuficiente dos aparelhos culturais, que muitas vezes optam por profissionais com baixa capacidade para a inovação nas práticas de mediação cultural.

3.5 Mediação cultural em arquivos

A arquivista Jeanne D'arc Boissonneault (1997) aborda a mediação cultural no caso específico do Arquivo da União Canadense das Freiras Ursulinas. A autora discute o papel do arquivista na mediação cultural. Em linhas gerais, sua proposta é que uma vez que a identidade dos conjuntos documentais é fixada no seu produtor (ou seja, se aplica o respeito aos fundos) isso pode implicar também em reconhecer as obrigações do arquivo em relação à população e a sua respectiva cultura que é representada nos documentos.

A autora assinala que o arquivo deve ter a capacidade de adaptar suas práticas aos valores da realidade, interagindo com as diferentes culturas ao mesmo tempo em que preserva a sua identidade cultural. Isso requer que o arquivista esteja pronto para identificar a cultura em seu arquivo, assim como ser capaz de gerenciar projetos culturais de forma a promover o encontro entre o acervo e os interessados. Boissonneault (1997) considera que o arquivista possui uma missão social e obrigações para com a comunidade local.

Yves Jammet (2007) discute no tópico “arquivo e mediação cultural”⁵⁴ a relação entre ambos. Como ponto de partida, assume alguns pressupostos: a mediação cultural acontece no espaço público e depende de ações circunscritas de uma determinada política pública no campo social entre o domínio arquivístico e o domínio cultural.

⁵⁴ *Archive et médiation culturelle* (JAMMET, 2007, p. 184-185).

A partir da teoria de Pierre Bourdieu⁵⁵ e das suas próprias experiências, o autor caracteriza o arquivo enquanto campo de produção cultural. Sua visão é demarcada pelo próprio espaço institucional do qual parte: uma associação criada em 1986 para preservar o território do parque urbano de *La Villette* em Paris em sua dimensão social. O foco foi fomentar ações para pessoas com dificuldades de inserção social. Dentre os serviços prestados pela associação, ele pontua o acesso ao emprego e à cultura, a luta contra a discriminação e a promoção de treinamentos e cidadania.

A partir desse contexto, Jammet (2007) aponta que os arquivos não são suficientemente valorizados. Ele acredita que a mediação cultural pode ser construída como um dispositivo para facilitar o reencontro das populações com obras de arte e cultura. O autor analisa as estratégias complementares de mediação cultural em arquivos, apontando serem fundamentais as estratégias de democratização cultural e democracia cultural.

De acordo com Jammet (2007), a estratégia da democratização cultural deve orientar a mediação cultural no sentido de ampliar o público do arquivo com vistas a maximizar o quantitativo de pessoas. Isto incluiria a luta contra o confisco do acervo pelo Estado. Já a estratégia de democracia cultural deveria tornar o arquivo visível a diferentes tipos de público, se opondo ao confisco do arquivo patrimonial. Para ele isso significa considerar as diversas populações, isto é, aspectos qualitativos do público como as culturas locais e as identidades culturais.

O autor nota que as ações de mediação cultural são parte dos serviços de um arquivo. Ao mesmo tempo, contudo, elas devem ser vistas criticamente. Isto porque a construção deste serviço segue as lógicas dos equipamentos culturais. Onde se travam lutas em um terreno no qual os atores querem se impor mais ou menos explicitamente. Assim ele sublinha que a cultura arquivística, isto é, todas as formas de apropriação dos fundos⁵⁶, ainda estão colocadas à disposição de uma pequena minoria. Para Jammet (2007) apenas uma elite de arquivistas, historiadores e conservadores detêm essa cultura arquivística.

De acordo com Jammet (2007), o papel das atividades de mediação cultural é justamente transmitir essa cultura arquivística para a população. Tal transmissão deve considerar diversos aspectos, dentre eles a carência de motivação do público em relação aos usos do arquivo. Ele questiona: Como evitar o confisco do arquivo? Para ele seria preciso estabelecer critérios para a distinção entre os arquivos que poderiam ser divulgados e aqueles

⁵⁵ Baseando-se na obra: *Les règles de l'art, structure, et g nese du champ littéraire*. Paris: Le Seuil, 1992.

⁵⁶ O autor cita como exemplo a interpreta o dos instrumentos de pesquisa.

que seriam sensíveis⁵⁷. Caso não fique claro como são estabelecidos esses critérios a democratização cultural não é mais do que uma demagogia.

Jammet (2007) sublinha que, muitas vezes, os serviços de mediação cultural se limitam aos períodos ditos históricos, mas poderiam trabalhar também a história contemporânea e valorizar a atualidade imediata. Ele inscreve dentro de “democracia cultural” as práticas com a história contemporânea com vistas à interatividade, à espontaneidade e ao reforço da identidade comunitária no contexto em que os participantes abordam questões ainda em curso de legitimação. Sua conclusão é que é preciso explorar o desejo pela memória e lutar contra as ilegalidades culturais. Dentre as ilegalidades culturais que precisam ser combatidas ele destaca o “confisco do arquivo histórico” e o “ocultamento do arquivo contemporâneo”.

Em outro contexto, Federico Valacchi (2010) destaca que a mediação cultural é um conceito particularmente fundamental para compreender a total dimensão do arquivo e como tal pode ser avaliado a partir de múltiplos pontos de vista. O autor enfatiza a perspectiva do “arquivo para além de si mesmo”⁵⁸, isto é, a administração mais dinâmica do arquivo visando garantir uma boa parte das atividades para a valorização e promoção dos valores positivos do arquivo. Dentre estes valores estão, por exemplo, o uso do valor estético, simbólico e iconográfico de uma tipologia documental, que pode despertar um efetivo fascínio pelos documentos.

Para Valacchi (2010) não parecem muito longe aqueles dias em que o único usuário de arquivo era o especializado e, conseqüentemente, o arquivo era limitado aos pesquisadores e estudiosos. O autor assinala que hoje, pelo menos oficialmente na Itália, as políticas arquivísticas já tomaram nota da necessidade de alargar as frentes de trabalho. A fim de realmente levar os arquivos para um público diversificado com relação aos perfis culturais e interesses. Para exemplificar a dimensão do público, Valacchi (2010) apresenta os dados fornecidos pela estatística do Ministério do Patrimônio Cultural sobre os arquivos públicos em 2008. Estes dados indicam 295.532 como o total de presença, ao passo que 37.195 pessoas participaram de 1.899 visitas guiadas em um ano.

Valacchi (2010) assinala que o arquivo deve permitir ao público deleitar-se, de maneira que as pessoas possam associá-lo ao entretenimento. O autor se apoia no imperativo

⁵⁷ Entendemos por sensíveis os documentos que podem vulnerabilizar o direito à privacidade e causar dano para a imagem, para a honra e para a autonomia de pessoa(s) ou de família(s). Assim os documentos sensíveis podem ser entendidos como registros de assuntos sigilosos, íntimos ou privativos. Ainda consideramos sensíveis os documentos que possam ameaçar o bem-estar, a segurança da sociedade, de um grupo social ou do Estado.

⁵⁸ “*Archivi fuori di sé*” foi a expressão usada originalmente

de se quebrar o invólucro que reveste o arquivo para incentivar ativamente a fruição do patrimônio cultural sob sua custódia. Isto significaria permear os espaços da vida cotidiana.

Valacchi (2010) nota a dificuldade natural da promoção do patrimônio arquivístico: ele não aparenta ser de uma categoria de bens culturais imediatamente para o grande público. Para ele a imagem do arquivo para as massas ainda é enfadonha porque está ligada a um depósito de documentos que devem ser conservados. Em complemento, ele observa que ainda hoje continua se manifestando a “santidade” dos arquivos na cultura como forma de “marco civilizatório” dos valores de eficiência, transparência, organização e, ultimamente, de democracia.

O autor evoca a imagem dos políticos que em um primeiro estágio da campanha apontam inúmeros problemas sem, contudo, se mostrarem aptos para resolverem o que eles mesmos deveriam estar preparados para solucionar. Apesar de ele criticar os arquivos pelo ocultamento dos seus acervos, o autor ainda acredita que as instituições arquivísticas podem ser objetos de fruição cultural e disseminação da memória.

Françoise Hiraux (2012) designa a mediação cultural a partir da ciência da informação e a caracteriza como o espaço de relações entre os públicos e as expressões patrimoniais. Para ela, o arquivo pode proporcionar a memória, vestígios do passado, idiomas, textos, músicas, estilos de arquitetura e gostos culinários. A autora relaciona a mediação cultural com a valorização dos arquivos, defendendo que a mediação cultural deve ser parte das funções arquivísticas. A valorização dos arquivos se dá através do reconhecimento público de sua importância para o funcionamento da vida democrática. Este reconhecimento, por sua vez, só é alcançado através de ações concretas.

Sobre a atuação dos arquivos públicos no âmbito da cultura, a autora faz referência a Isabelle Chave, diretora do Arquivo Departamental de Vosges, na França. Chave reforça que muitas atividades culturais se desenvolveram a partir dos arquivos, como publicações, exposições, conferências, simpósios, *workshops* e entretenimento. Hiraux (2012) afirma que essas atividades contribuem para a democratização das práticas culturais e constituem uma das prioridades da ação do governo.

Assim Hiraux (2012) destaca que os estados democráticos estão em processo de colocar o escopo cultural oficialmente entre suas prioridades. Explica que a participação dos arquivos está profundamente ligada ao exercício das liberdades do público, refletindo as políticas para a democratização cultural. Ela nota que a exigência por transparência passa pela publicização dos arquivos no exercício de mandatos públicos.

Hiroux (2012) sublinha que é preciso atender às necessidades individuais e coletivas em termos de memória. Dado que a noção de *atividade cultural* engloba muitas práticas, e que agora há a preocupação de atingir a todos os públicos onde quer que estejam, seria importante entender completamente o que é *atividade cultural*.

Isabelle Chave (2012) considera diversas atividades culturais onde a mediação cultural poderia acontecer, como, por exemplo, através de exposições com documentos arquivísticos, jornadas de estudos, colóquios, revistas de história, visitas guiadas, televisão e audiovisual. A autora destaca a riqueza dos fundos em função das suas diversas formas de expressão, localizando no ano de 1867, na França, as primeiras exposições de dossiês de variados temas e tipos documentais nos arquivos estaduais e também municipais.

Sobre as políticas públicas, Chave (2012) salienta o fato de que a política arquivística demorou demasiadamente em se articular com a política de outros setores do Estado. A autora nota que, atualmente, o serviço interministerial do arquivo nacional francês é central para administração do órgão, pois produz um vasto corpus normativo frequentemente adotado pelos arquivos privados.

Além disso, Chave (2012) apresenta um estudo da história dos arquivos. Este estudo considera o impacto que o arquivo nacional teve na valorização da cultura local vinculada ao patrimônio arquivístico. Tal valorização se deu a partir do movimento político de descentralização dos arquivos estaduais e municipais. Como um exemplo a autora cita, dentre outros marcos, as reformas que aprofundaram a descentralização dos arquivos na França, em 1981, e na Inglaterra, em 1992.

No caso da França, a autora constata que o público é sensível aos tesouros da memória francesa, isto é, aos documentos históricos que possuem um apelo emocional onde a especificidade da memória coletiva é ligada a um determinado povoado. Em outras palavras, a identidade de um território é associada, por exemplo, a grandes figuras históricas que fazem daquele lugar um destino com destaque nacional. Neste caso, ela nota uma tendência análoga à esfera dos museus.

A autora aborda a influência do conceito de democracia cultural na justificativa para projetos nos serviços de arquivo. Arquivos estes que passaram a se integrar com as manifestações culturais e também a se identificar como fontes de cultura que deveriam estar à disposição do público. Conforme ela nos diz, isto significou a promoção de atividades culturais para incluir novos públicos como, por exemplo, os pacientes em internação hospitalar pediátrica e geriátrica assim como uma parcela da população carcerária.

Segundo Chave (2012), os documentos de arquivo fazem parte do patrimônio coletivo de uma comunidade de indivíduos, refletindo seus contextos políticos, econômicos, culturais e sociais. Como indício para esta tese, ela cita o exemplo de um filme documentário, considerado como a produção conjunta de um arquivo audiovisual a partir de uma ação para valorizar os arquivos históricos de uma comunidade. Assim sendo, Chave (2012) ilustra a maneira como as questões comunitárias estão ligadas às atividades culturais no contexto da política urbana. Por fim, conclui seu texto destacando que a relevância de uma programação cultural no arquivo deve estar em consonância com a memória comunitária, individual, regional ou nacional do público a que se dirige.

Anne Rousseau (2014) versa sobre a mediação cultural no âmbito da associação entre arquivo e a criação artística. Para a autora, os artistas no campo da arte contemporânea, por exemplo, conseguem desenvolver projetos destinados a aumentar a conscientização do público sobre o processo criativo e sobre os arquivos. Ela nota que a execução de projetos culturais com ações artísticas inclui o material do arquivo e um campo estético (artes visuais, artes cênicas, literatura) como uma forma do público entrar em contato com arquivo de maneira diferente, ou seja, a partir de uma perspectiva da intuição e da imaginação.

A autora refere-se ao tema da mediação cultural a partir da perspectiva do arquivo nacional francês, tanto em ações artísticas na sua sede em Paris, quanto no apoio a projetos com atividades culturais nos arquivos estaduais, contribuindo assim para o aumento dos públicos locais. A autora faz referências a palestras e projetos de “pesquisa-ação”, a participação em um festival coreográfico, conferências, a colaboração com um escritor, um fotógrafo, a promoção de um workshop, a produção de um livro, uma exposição fotográfica, design iluminação e uma intervenção na paisagem do canteiro de obras de um edifício histórico.

Rousseau (2014) aponta que estas atividades culturais e artísticas que envolveram o arquivo nacional francês podem ser consideradas um marco na trajetória da instituição. A razão disto é que elas oferecem ao arquivo a oportunidade de renovar sua visão sobre as próprias atribuições e identidade. Nesta direção, ela destaca que houve uma definição clara do arquivo para um projeto compartilhado e global, com abertura em relação às demandas do público e ao estabelecimento de uma rede de parcerias; incluindo o crescente interesse dos artistas pelo patrimônio arquivístico, pelo espaço e por tudo aquilo que pode ser considerado relevante no arquivo.

Rousseau (2014) designa o arquivo como uma herança com vasto potencial para a criação e evocação do sensível. Como tal, é um ativo valioso, sendo inclusive apto para o acolhimento de artistas em estágio de residência. Ela descreve a experiência de residência artística de Nicolas Frize. A experiência se inicia com o agrupamento de sons em arquivos para o estabelecimento de uma memória sonora e, depois, avança para audição das sessões e entrevistas com os arquivos pessoais. Com isto, oferece trocas sobre a percepção sensível do campo de som no potencial da poética lírica, bem-humorado e simbólica: o som cotidiano.

Segundo a autora, depois destas duas etapas há oficinas artísticas para a atenção dos arquivos pessoais sobre as formas de experimentação de arquivos selecionados, como rumores musicais, trechos de vocais, instrumentos de teste e os vocais de interiores. Segundo ela o músico compositor desenvolve um processo criativo que envolve os músicos profissionais e amadores. O objetivo seria estabelecer uma relação de proximidade entre os cidadãos e a instituição, entre os funcionários e a criação, entre artistas e o público, entre o futuro e o passado, entre arquivos e o próprio compositor.

Rousseau (2014) nota que o arquivo deve estar aberto às proposições de projetos de mediação cultural tendo em vista gerar interação com agentes culturais e o público, assim como produtos culturais. A autora salienta alguns fatores decisivos para o sucesso desses projetos tais como uma política proativa de residência aos artistas ou empresas na área de artes, a participação em festivais, o compartilhamento como parte da concepção do projeto e o suporte para as práticas artísticas amadoras através de uma rede de instituições de ensino das artes.

Esses autores que tratam de mediação cultural nos arquivos contribuem para o objetivo de mapear as práticas no APEES e também para discutirmos o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão da entidade.

3.6 Tipologias de atividades culturais no arquivo em Vela

Susanna Vela (2001) é diretora do Arquivo Nacional de Andorra⁵⁹ e foi professora na Universidade Pompeu Fabra em Barcelona, na Espanha. O capítulo “*Tipologia de actividades*” foi o único trabalho encontrado durante a pesquisa bibliográfica que trata de categorizar os diversos tipos de práticas culturais nos arquivos. Lemay (2012) acredita ser possível que o estabelecimento de uma tipologia para as práticas artísticas seja um avanço

⁵⁹ Atualmente é um principado europeu chamado: Principado dos Vales de Andorra. Está localizado nos Pirineus entre a França e Espanha. A língua oficial é o catalão.

para a Arquivística. Com base nisto, seria possível afirmar que Vela produziu avanços através da identificação das práticas culturais de acordo com tipos o que inclui as práticas artísticas.

Assim, Vela (2001) faz uma síntese das atividades culturais nos arquivos. Esta síntese evidencia a vasta gama de possibilidades a serem desenvolvidas em relação ao público: as efemérides ou eventos comemorativos de datas históricas; as apresentações de performances tradicionais como músicas típicas ou de teatros de marionetes vinculados a uma efeméride; o arquivo-automóvel ou arquivo-itinerante (tendo em vista divulgar o acervo e a missão do arquivo); o arquivo virtual (que viabiliza acesso aos fundos); a exibição de audiovisual (divulgam os serviços do arquivo); as exposições permanentes e temporárias de documentos; a jornada “portas abertas” (permite a visita do arquivo objetivando o conhecimento dos serviços); os itinerários que promovem trajetos no espaço geográfico e cultural no qual se insere o arquivo; os jogos (que provocam o interesse pela história); a maleta pedagógica (compõe-se de um dossiê de reproduções montado em função de explorar determinado tema); as maquetes para recriação de estruturas históricas via consulta dos fundos; “museu de arquivos” mostrando o acervo como objetos de exposição; os painéis que reproduzem documentos a serem fixados em eventos ou lugares públicos de convivência (como pontos de ônibus); as publicações *on-line* dos instrumentos de pesquisa; as publicações como revistas e boletins (que projetam os serviços do arquivo contribuindo para a história coletiva); “quinze minutos de cultura” (é uma ocasião na qual o arquivista comenta os arquivos de uma série, abordando um determinado tema para a população); os lançamentos de livro (onde o arquivo apoia as expressões técnico-científicas ou culturais literárias); sarau (quando o arquivo é o palco de encontro de artistas e interessados em temas afins); o concurso “historiador de amanhã” ou “jovem historiador”; os cadernos de trabalho; a produção de folhetos a serem distribuídos a agências de turismo com a descrição do patrimônio de interesse turístico; os intercâmbios de pesquisa; cursos de iniciação a leitura dos arquivos, ao estudo de fontes primárias e a genealogia; as maratonas literárias; os cursos especializados, as visitas, RPG ou jogo de interpretação; *merchandising* por uma linha comercial de produtos derivados dos fundos; as palestras, os congressos, as jornadas, os colóquios, os debates, os ciclos de conferências e os eventos de interesse público.

O capítulo “*Tipologia de actividades*” é relevante para nossa pesquisa, pois a partir dos tipos caracterizados por Vela (2011) é que foi possível cumprir um dos nossos objetivos: mapear as práticas de mediação cultural no APEES.

3.7 Mediação cultural em instituições arquivísticas: aproximações terminológicas

Uma vez que nosso objetivo é identificar práticas de mediação cultural em uma instituição arquivística pública estadual, buscamos sem êxito na terminologia uma definição para o termo “mediação cultural”. Isso significou primeiramente a elaboração dos dois conceitos apresentados na Introdução: mediação cultural e difusão. Além disso, optamos por selecionar uma referência nacional e outra internacional para discutir termos aproximados com nosso conceito elaborado para o termo “mediação cultural”.

3.7.1 Serviço de apoio cultural em Camargo e Bellotto

Na falta de definições claras para o termo “mediação cultural” em Arquivologia, consideramos como ponto de apoio teórico o termo associado “serviço de apoio cultural” do *Dicionário de Terminologia Arquivística* do Núcleo Regional de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, organizado por Camargo e Bellotto (1996). Além de esta obra conter uma definição específica que pode ser associada com a mediação cultural, ela apresenta uma hierarquia que faz o encadeamento entre outros conceitos que nos serão úteis.

Camargo e Bellotto (1996) designam o termo “serviço de apoio cultural” como a estrutura interna no arquivo destinada à promoção do arquivo junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades. A primeira nota que fazemos sobre esta definição é que ela trata de reservar um espaço no campo institucional dos arquivos em consonância com o regimento jurídico da Lei nº 8.159 de 1991 (BRASIL, 1991), na qual se prevê a instrumentalização de apoio à cultura. Assim, o termo “serviço de apoio cultural” pode ser assimilado do ponto de vista jurídico para acrescentar ou modificar a estrutura da instituição arquivística. Isso, por sua vez, é adequado à nossa premissa de que o arquivo público é uma instituição essencial à função administrativa do Estado, devendo este fornecer garantia aos cidadãos do pleno exercício dos direitos culturais que lhes são pertinentes, ao menos no que concerne às relações entre os cidadãos e o Estado.

Deste modo, se por um lado existe a possibilidade da incorporação do termo “serviço de apoio cultural” no vocabulário e no funcionamento institucional dos arquivos, o termo é, a nosso ver, apenas um dentre outros que deveria estar relacionado à mediação cultural. Isso significa que o termo “serviço de apoio cultural” poderia ser útil na medida em que fosse

complementado por outras definições, sem comprometer a totalidade da instrumentalização do apoio arquivístico à cultura.

Em outras palavras, mesmo que um arquivo público tivesse em sua estrutura um departamento chamado “serviço de apoio cultural”, a função cultural poderia ser entendida sem levar em consideração a democratização e a democracia cultural de forma a incluir apenas a promoção de publicações técnicas ou a difusão de instrumentos de pesquisa na internet. Mas ora, os instrumentos de pesquisa são interpretados com propriedade, como nota Jammet (2007), apenas por uma elite que detém a cultura arquivística, o que exclui a maior parte da população. Para evitar esta consequência, o serviço de apoio cultural em uma instituição arquivística deve considerar a mediação cultural, pois senão corre o risco de ser tornar inócuo.

O termo “serviço de apoio cultural” contribui para nossa pesquisa, pois nos permite identificar um espaço intrainstitucional reservado a manter o funcionamento de práticas de mediação cultural.

3.7.2 O *Multilingual Archival Terminology*

Na estrutura do Conselho Internacional de Arquivos⁶⁰ foi montado um grupo de trabalho dedicado inicialmente à terminologia das línguas mais faladas do mundo. Contudo, posteriormente o produto final, o *Dictionary of Archival Terminology III* (DAT III) de 2004, serviu como base para o dicionário interativo *on-line* do *Multilingual Archival Terminology* (MAT). O grupo que produziu o DAT III era denominado como “*Project Group on Terminology*” e possuía responsáveis pelas seguintes línguas: inglesa: I. Barnes (Edimburgo), Lynn L. Carlin, (Washington); francesa: Philippe Charon (Paris); espanhola: Concepcion Contel (Madrid); Rosanna de Andres Diaz, (Madrid); germânica: Angelika Mene-Haritz (Marburg). O MAT possui os seguintes coordenadores: Dr. Luciana Duranti e Corinne Rogers. É notável que as filiações institucionais publicadas na lista de colaboradores⁶¹ sejam majoritariamente universidades e programas de pesquisa universitários. Exceto os de língua portuguesa, dentre os quais sete estão ligados ao Arquivo Nacional e um a Fundação Casa de

⁶⁰ O Conselho Internacional de Arquivos foi fundado junto à UNESCO. Hoje o Conselho segue autônomo para proteger o patrimônio arquivístico e representar os arquivistas em todo o mundo. O Conselho Internacional de Arquivos representa membros de 199 países atuando junto com a UNESCO, o Conselho Europeu e outras organizações não-governamentais.

⁶¹ Disponível em: <<http://icarchives.webbber.co.uk/14293/list-of-contributors/list-of-contributors.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

Rui Barbosa. Também podemos observar que ao compararmos com os outros países, o Brasil é que possui o maior número de colaboradores e Portugal não está representado.

Segundo a metodologia adotada para o lançamento do MAT⁶² junto à *Section for Archival Education and Training (ICA-SAE)*, os dicionários de terminologia anteriores foram levados em consideração. Cabe aqui assinalar que não encontramos um dicionário de terminologia arquivística em língua portuguesa que contemplasse o termo “mediação cultural”. Este termo foi procurado no MAT⁶³ e o referido dicionário apresentou as seguintes definições que se aproximam ou estão associadas:

Ação cultural – Atividades de um serviço do arquivo destinadas a conscientização pública sobre a existência e o valor científico ou artístico dos fundos e coleções conservados, destacando-os, assim, por meio de exposições, de conferências, de publicações de visitas, etc.⁶⁴

Atividades culturais – Atividades de um arquivo para levar o público a conhecer a existência e valor científico do acervo que conserva.⁶⁵

Divulgação – Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências. (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Programa de aproximação – Atividades organizadas com objetivo de familiarizar os potenciais utilizadores dos arquivos com os seus fundos e seus valores de pesquisa e referência.⁶⁶

Programa de difusão – Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências.⁶⁷

Programa de difusão ao público – Apresentação inevitável, permanente e dialética dentro do trabalho intelectual destinado ao patrimônio cultural (em conjunto com a custódia, preservação, descrição, e para a percepção das formas de uso) que consiste na programação de um sistema orgânico de

⁶² Disponível em: <<http://icarchives.webbster.co.uk/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 06 maio 2014.

⁶³ Disponível em: <www.ciscra.org/mat>. Acesso em: 06 maio 2014.

⁶⁴ Tradução nossa do original: “*Acion culturelle - Activités d'un service d'archives destinées à faire connaître au public l'existence et l'intérêt scientifique ou artistique des fonds et collections qu'il conserve et à les mettre ainsi en valeur par le biais d'expositions, de conférences, de publications, de visites etc*”. (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p. 8).

⁶⁵ Tradução nossa do original: “*Activités culturelles - Activités d'un service d'archives destinées à faire connaître au public l'existence et la valeur scientifique des fonds et collections qu'il conserve*.” Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/352>>. Acesso em: 06 maio 2015.

⁶⁶ Tradução nossa do original: “*Outreach program - Organized activities of archives intended to acquaint potential users with their holdings and their research and reference value*.” Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/dati/engterm.html>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

⁶⁷ Tradução nossa do original: *Programa de difusión - Conjunto de actividades dedicadas a acercar el público a los archivos (2), por medio de publicaciones y la promoción de eventos, tales como exposiciones y conferencias*.cit. (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

iniciativas reconhecíveis que permitam o conhecimento externo do contexto cultural em que o arquivo está enraizado.⁶⁸

Relações públicas – Representação do arquivo para o público através de suas próprias atividades e de cooperação com as mídias. As instituições arquivísticas muitas vezes são apresentadas por temas históricos a serem entendidos através dos arquivos como parte da formação histórica e por atividades com fins culturais.⁶⁹

Ao comparar os termos relacionados, notamos que o colaborador da língua espanhola alimentou o termo “programa de difusão” fazendo referência exclusivamente ao Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional de 2005. No caso do colaborador da língua portuguesa para o termo “divulgação”, a referência é a mesma e as definições são idênticas. Podemos encontrar o termo “*difusión*” como a matriz espanhola do referido dicionário internacional⁷⁰ e a nacionalidade do voluntário para língua espanhola é argentina. Logo, podemos constatar que o colaborador da língua espanhola preferiu traduzir a definição brasileira mantendo apenas o termo distinto.

Consideramos que o termo “divulgação” é sintético e generalista. Isto porque, se simplificar um conceito facilita o entendimento aos leigos, por outro lado o seu alcance para pesquisa é estreito em relação aos processos que aqui consideramos complexos. Tão complexos que o colaborador da língua germânica, por exemplo, faz uma diferenciação entre “*Archivpädagogik*”⁷¹ e “*Öffentlichkeitsarbeit*”. A definição de “*Öffentlichkeitsarbeit*” pode ser associada com “serviço de apoio cultural”, já no caso do termo “*Archivpädagogik*” há uma correspondência com o termo “serviço educativo” que consta no dicionário coordenado por Camargo e Bellotto (1996).

A terminologia em língua francesa não está integralmente representada, pois “*Action culturelle*” e “*Activités culturelles*” foram os únicos termos encontrados. Contudo, há uma

⁶⁸ Tradução nossa do original: “*Programma di diffusione al pubblico - Aspetto ineliminabile, permanente e dialettico all'interno del lavoro intellettuale rivolto ai beni culturali (insieme con la tutela, la conservazione, la descrizione e la realizzazione delle condizioni di fruizione) consistente nella programmazione di un sistema organico e verificabile di iniziative che portino la conoscenza del bene culturale all'esterno del contesto in cui è radicata*”. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2635>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

⁶⁹ Tradução nossa do original: “*Öffentlichkeitsarbeit - Darstellung des Archiv in der Öffentlichkeit durch eigene Aktivitäten und Zusammenarbeit mit Medien, im Archivwesen oft als Präsentation historischer Themen durch Archive als Teil historischer Bildungsarbeit und als Wahrnehmung kultureller Aufgaben verstanden*”. Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/dati/germanterms.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

⁷¹ Pedagogia arquivística: coordenação do campo de trabalho dos arquivos públicos para a apresentação e uso de materiais de arquivo em escolas e muitas vezes por professores. Tradução do original: “*Archivpädagogik: Arbeitsbereich der öffentlichen Archive für die Präsentation und Nutzung Von Archivalien für einen Einsatz im Schulunterricht, oft von Lehrern betreut*”. Disponível em: <<http://www.staff.uni-marburg.de/~mennehar/dati/germanterms.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

pluralidade de termos sendo aplicados e utilizados nos países francófonos. No que diz respeito às particularidades dos termos em língua francesa, Chave (2012) aponta que o *Manuel d'archivistique* de 1970 utilizava o termo “animação cultural”, embora se discutisse a difusão da cultura e a possibilidade da utilização cultural dos arquivos. A autora sublinha que o *Abrégé d'archivistique*, editado em 2004 e reeditado em 2012, apresenta o termo “valorização”.

Cardin (2012) aponta que apesar do termo “valorização” não constar no *Dictionnaire de terminologie archivistique*, publicado em 2002 pelo arquivo nacional francês, o termo está situado em um contexto europeu de modo que se relaciona com outros termos. Lemay (2012) evidencia, tanto pelo seu trabalho como pelos autores francófonos, o significado de valorização e de outros termos europeus relacionados: a) “valorização”: termo usado para se referir a atividades culturais e educativas; b) “exploração”: é entendida como utilização dos arquivos para diversos fins inclusive culturais, publicitários e artísticos; c) “promoção”: é um termo estritamente aplicado ao lançamento e apresentação dos fundos e dos serviços arquivísticos; d) “comunicação”: é nada mais do que o acesso aos documentos, informações e tudo ao que se refere aos fundos de arquivo; e) “referência”: se trata do auxílio proativo oferecido para os pesquisadores usualmente na forma de serviço, o serviço de referência.

Por um lado, Carol Couture afirma, em 1994, que a difusão é nada mais do que transmitir a informação ao administrador, produzir e difundir instrumentos de pesquisa (CARDIN, 2012). Por outro, para Cardin (2012), a difusão e a valorização são campos de ação complementares no extenso contexto de institucionalização dos bens culturais de uma sociedade. Para nós a mediação cultural em arquivos encontra-se no campo da valorização.

Assim, ao compararmos a terminologia internacional defendemos a ideia de que apenas a adoção de um único termo para instrumentalização do arquivo em relação ao setor da cultura não é o suficiente perante a complexidade da demanda. Também sublinhamos que a definição de mediação cultural é uma contribuição inédita para a terminologia arquivística.

3.8 Economia cultural em Herscovici

Segundo Herscovici (1995) a economia da cultura está associada a diversos efeitos, dentre eles: o de socialização. Para ele, esse efeito permite, sociologicamente, construir múltiplas identidades de classe, de etnia e de gênero, e também possibilita articular tais identidades dentro de um conjunto mais amplo, geralmente no âmbito da nação.

Para o autor os bens culturais podem ser divisíveis quanto à sua quantidade, mas possuem características de qualidade que, por sua vez, são indivisíveis. Em um arquivo, por exemplo, a qualidade é expressa pela organização e pela forma como se dispõe os acervos para o público. Já a quantidade pode ser verificada pelo número de acessos simultâneos, ou não, de um arquivo eletrônico armazenado “nas nuvens”.

De acordo com Herscovici (1995) os bens culturais só podem ser compreendidos se forem realocados no seu contexto histórico e sociológico. Assim, o autor aponta que são os sistemas de legitimação cultural que determinam esta pertença. Ele salienta que cada produto cultural, por mais que seja produzido em série, é percebido como único. Isso, a nosso ver, significa que o arquivo possui valor econômico, porque é a matriz ou insumo de muitos produtos culturais. É interessante notar que não há estudos brasileiros que apontem fórmulas de cálculo da precificação de um acervo, no entanto, a comercialização de documentos arquivísticos vem ocorrendo de acordo com as leis de mercado na Inglaterra, Canadá e Estados Unidos.

Herscovici (1995) defende que a herança cultural permite construir uma imagem da coletividade. No entanto ele pondera que em vez de considerar a democratização da cultura como dada, é mais pertinente questionar o conteúdo das políticas culturais, isto é, estudar em que medida estas reproduzem a hierarquia das práticas culturais e analisar a evolução dos conteúdos.

Para o autor, apenas os elementos midiaticizados serão financiados pelos Poderes Públicos e este tipo de financiamento pode entrar em contradição com os objetivos iniciais, que consistiam em atender as demandas sociais da população. Isso geraria um desenvolvimento desigual, de modo que haveria benefícios aos setores que se revelem capazes de produzir um efeito “comunicacional”.

4 A TRAJETÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nosso objetivo neste capítulo é fazer uma abordagem da trajetória do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Como já dito, a noção de mediação cultural terá aspecto relevante em nossa avaliação. Consideramos que a expressão populacional capixaba, sua cultura e as condições atuais, são relevantes para contextualizar a trajetória do órgão e mapear as práticas de mediação cultural. Sendo assim, começamos com uma breve abordagem desses aspectos.

4.1 A formação populacional do estado do Espírito Santo e perfil socioeconômico

Situado entre a Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o estado do Espírito Santo teve expressão econômica insignificante até a introdução da cafeicultura na segunda metade do século XIX e sua reintrodução no início do século XX. Um dos nomes atribuídos à parte do estado é “barreira verde”, porque no século XVIII a densa Mata Atlântica dificultava e até impedia o acesso às fontes de riqueza nas regiões de mineração. Inclusive o estado foi proibido, durante o domínio português, de construir estradas ligando o litoral ao interior e também foi proibida a navegação no Rio Doce. Apesar do título de “estado tampão” e da dificuldade imposta ao desenvolvimento econômico do estado até o século XIX, atualmente há importantes cadeias produtivas desenvolvendo-se e também há riqueza linguística, étnica e cultural que está ligada a sua formação populacional.

Destacamos que a riqueza linguística pode ser avaliada pelo fato de que, além do idioma oficial, o português, outros dez são falados no Espírito Santo: renano⁷², pomerano⁷³, zelandês⁷⁴, talian⁷⁵, tirolês⁷⁶, alemão, polonês, romani⁷⁷, tupi e guarani. Isso nos permite constatar que há uma diversidade étnica e cultural na população do Estado do Espírito Santo. Ora, as práticas de mediação cultural devem refletir as demandas do público, entendido em um sentido amplo. Sendo assim, não se pode deixar de considerar a mencionada diversidade cultural.

⁷² Dialeto da região da Alemanha que é banhada pelo Rio Reno.

⁷³ Dialeto da Pomerânia atualmente dividida entre o norte da Alemanha e da Polônia.

⁷⁴ Dialeto dos “Zeeuwen”, habitantes da “Zeeland” que é atualmente uma província no sudeste da Holanda.

⁷⁵ Dialeto da região do Vêneto no norte da Itália.

⁷⁶ Dialeto da região do Tirol na Áustria, na Região Autônoma do Trentino-Alto Ádige (Trentino-Südtirol) ao norte da Itália incluindo as províncias autônomas de Bolzano (Südtirol) e de Trento (Welschtirol).

⁷⁷ Língua primordial do povo Rom, que chegou a Europa no século XV sendo perseguido pela Igreja Católica e escravizados até o século XIX. Também foram dizimados pelo Holocausto Nazista: de um milhão que vivia na Europa 500 mil foram assassinados. Os *romanis* sofreram discriminação nos Estados Unidos, onde havia uma lei que proibia sua presença em Nova Jersey. Esta lei só foi abolida nos anos 1990.

A riqueza étnica do estado foi registrada por Maria Cristina Dadalto (2007), quando ela aborda o processo da formação do Espírito Santo, constituído por diversas etnias europeias, incluindo portugueses, italianos, prussianos, suíços, alemães, pomeranos⁷⁸, hanoverianos⁷⁹ e poloneses. Pode-se ainda acrescentar, com base em Cilmar Franceschetto (2014): suíços, austríacos, holandeses, espanhóis, portugueses, franceses, belgas, ingleses, luxemburgueses, ucranianos, romenos, iuguslavs, gregos, tchecos, húngaros, lituanos, dinamarqueses, bielorrusos, noruegueses, russos, estonianos, irlandeses, escoceses, suecos, letonianos e galeses.

Dadalto (2007) sublinha que além dos índios que habitavam o território do Espírito Santo, houve migrantes de outros estados, principalmente de Minas Gerais, do Nordeste e do Rio de Janeiro. Franceschetto (2014a) nos oferece dados de outros povos que fazem parte da composição: japoneses, chineses, sírios, turcos, libaneses, armênios, indianos, sul-africanos, angolanos, árabes, cubanos, uruguaios, canadenses, chilenos, bolivianos, palestinos e argentinos.

De acordo com Dadalto (2007), a maioria dos imigrantes estrangeiros e migrantes chegou ao estado a partir do século XIX. Ela recapitula a história constatando que, em um primeiro momento, há presença dos portugueses onde habitavam os povos indígenas nativos e a introdução dos negros africanos como escravos. Em um segundo período, há a imigração estrangeira e a migração nacional. A autora também considera que o Espírito Santo foi moldado principalmente por dois modelos econômicos: o da região Sul, cuja economia era baseada na monocultura do café e no modo de produção escravista; e o da região Central, constituída por pequenos comerciantes e pequenos e médios proprietários organizados no modo de trabalho familiar camponês. Assim, Dadalto (2007) afirma que do início do século XX até 1960, brasileiros, povos indígenas e descendentes de imigrantes estrangeiros viviam no campo, onde trabalhavam na cafeicultura, desflorestando as matas, etc. Até a década de 1960 cerca de 80% dos habitantes eram da zona rural. Ela cita a obra “*Canaã* (1902)”, do autor Graça Aranha⁸⁰, e o livro “*O desbravamento das selvas do Rio Doce* (1978)”, de Ceciliano Abel de Almeida, como exemplos das expressões na literatura desses encontros

⁷⁸ Segundo Cunha (2011) os pomeranos são descendentes das antigas tribos eslavas que se fixaram às margens do Mar Báltico, nos primeiros séculos da era cristã: Pomerano deriva de *pomorje* que significa “os que habitam próximo ao mar”. Segundo ele a Pomerânia, ao longo de sua história, esteve envolvida em várias disputas territoriais incluindo, principalmente, a Polônia e Alemanha. O autor nota que a região chegou a ser conhecida como “celeiro agrícola” da Europa e sublinha que Bogislaw XVI, o último duque pomerano, morreu em 1673 sem descendência. A ausência de descendentes levou a Pomerânia a ser unificada à Prússia-Brandenburgo.

⁷⁹ Descendentes da antiga província Hanôver da Alemanha.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00103400#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 02 maio 2015.

étnicos. Dadalto (2007) menciona Rogério Medeiros (1997), ilustrando as relações interétnicas por meio do caso dos índios botocudos. Os índios botocudos ajudaram os poloneses vindos sob o contrato da “Sociedade de Colonização de Varsóvia” no plantio do milho, mandioca e banana.

A riqueza cultural é expressiva tanto em quantidade quanto em qualidade, assim julgamos relevante incluir nessa abordagem apenas duas das principais tradições culturais capixabas: o congo e os pomeranos. Uma das razões para a inclusão destas tradições é que elas estarão presentes nas práticas de mediação cultural mapeadas no próximo capítulo.

Vamos tratar primeiramente do congo. De acordo com Sergio Dias (2001), o congo foi criado por indígenas convertidos ao catolicismo e, depois, foi influenciado pelos escravos negros da cultura Bantu (Angola). A partir do texto podemos constatar que o congo é ao mesmo tempo música popular, ritual, crença e dança guiada por mestres tocadores de “guararás” (tambores). Era inclusive o guarará que dava nome aos conjuntos, mas foi mudado para congo que faz referência à África. Atualmente há pelo menos 65 bandas de congo no estado, e apresentam uma diversidade entre si pelos elementos que podem ser introduzidos como: fantasias, instrumentos e máscaras.

Não menos importante no contexto da cultura capixaba figura a tradição dos pomeranos. Segundo Cunha (2011), os pomeranos capixabas são descendentes das antigas tribos eslavas que se fixaram às margens do Mar Báltico, nos primeiros séculos da era cristã: “Pomerano” deriva de *pomorje* que significa “os que habitam próximo ao mar”. Segundo ele, a Pomerânia, ao longo de sua história, esteve envolvida em várias disputas territoriais, incluindo principalmente a Polônia e Alemanha. O autor explica que a região chegou a ser conhecida como “celeiro agrícola” da Europa e sublinha que Bogislaw XVI, o último duque pomerano, morreu em 1673 sem descendência. Isto levou a Pomerânia a ser unificada à Prússia-Brandenburgo.

Segundo Michelle Fonseca Nasr (2009), as músicas *Lied* (aquelas que se cantam no idioma pomerano) se subdividem em *Danslijd* (canções de bailes), *Kinerlijd* (canções para ninar entoadas a capela) e *Speellijd* (canções de roda entoadas a capela). As canções de bailes são executadas principalmente nos seguintes estilos: a) *Mazurka*: origem polonesa, é muito utilizada em festas comunitárias; b) Polonaises: estilo dançante de origem polonesa com compasso ternário, allegro e vivo; c) *Walzer* (valsas): são as preferidas pelos pomerano-brasileiros e originou-se no *Landler*, nas danças rústicas alemãs; d) Marcha: A marcha foi, originariamente, um gênero musical destinado a acompanhar a movimentação de grupos

humanos, sobretudo militares, tocada por instrumentos de sopro e percussão; e) Xote: possui origem na dança folclórica da Escócia, na segunda metade do século XIX; f) Polka: nasceu na Boêmia ainda no princípio do século XIX.

Estes dois exemplos – o congo e as tradições pomeranas – representam apenas uma pequena amostragem de como as etnias trazem consigo elementos culturais e fazem do Espírito Santo um estado com uma diversidade cultural bem marcada. Isso por sua vez se reflete nos aspectos qualitativos das práticas de mediação cultural mapeadas no capítulo seguinte. Seria possível analisar outras tradições culturais, mas nosso objetivo foi apenas dar uma pequena dimensão do quão complexo é o universo cultural capixaba. Assim, o mapeamento das práticas de mediação cultural pressupõe o conhecimento de que há, por exemplo, diferenças entre efemérides ítalo-brasileiras e teuto-brasileiras. Essas diferenças não são apenas em relação ao público, mas também em relação à mediação cultural. A fim de tornar claro para o leitor o nosso ponto de partida, acrescentamos também um breve perfil do Espírito Santo a partir de dados gerais contemporâneos.

Segundo a página oficial na *web* da Secretaria de Desenvolvimento⁸¹, o Espírito Santo exporta 88,55%, do valor contabilizado no Brasil, de rochas ornamentais. Na mesma *homepage* encontramos outros dados relevantes: o estado é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, com uma produção que ultrapassa a produção de 300 mil barris de petróleo por dia. As principais cadeias produtivas do estado são: petróleo e gás, siderurgia e mineração, celulose e rochas ornamentais. Podemos ainda destacar o agronegócio do café e da fruticultura, os segmentos metalmeccânico, moveleiro, confecções, construção civil e alimentos.

A *web page* da Secretaria de Desenvolvimento (SEDES) fornece dados sobre o setor metalmeccânico. Este setor é um dos mais fortes da economia capixaba, pois movimentava mais de R\$ 8 bilhões por ano, cerca de 20% do PIB estadual. A mesma fonte provê informações sobre o agronegócio: ele absorve 33% da população economicamente ativa no Espírito Santo e é responsável por 30% do PIB Estadual, sendo a atividade econômica mais importante em 80% dos municípios capixabas.

Ainda de acordo com o endereço *on-line* da SEDES, o Espírito Santo conta com um dos maiores complexos portuários da América Latina, com sete portos. Os seguintes possuem posição de destaque no cenário nacional: Porto de Tubarão – Administrado pela Vale, que é o maior exportador de minério e pelotas de ferro do mundo; Porto de Praia Mole – Constituído

⁸¹ Disponível em <<http://www.sedes.es.gov.br/index.php/setores-produtivos/rochas-ornamentais>>. Acesso em: 11 maio 2015.

pelo Terminal de Produtos Siderúrgicos (TPS), operado pela Vale consórcio Arcelor Mittal Tubarão, Usiminas e Gerdau Açominas, é responsável por 50% das exportações brasileiras de produtos siderúrgicos e pelo Terminal de Carvão; Portocel – Localizado ao Norte do Espírito Santo, no município de Aracruz, atende às unidades da Fibria, Veracel, Bahia Sul/Suzano e Cenibra. Também de acordo com o mesmo sítio virtual, o Espírito Santo conta ainda com 35 aeroportos da Rede Infraero, e um deles possui um terminal de cargas internacional. A mesma página permite que visualizemos informações sobre a malha rodoferroviária, sendo que hoje o Estado possui, em pleno funcionamento, somente a Ferrovia Vitória-Minas da Vale que transporta, prioritariamente, minério de ferro. Conta também com a ferrovia Centro-Atlântica S/A que liga Vitória ao Rio de Janeiro.

Uma vez feitas essas considerações baseadas na formação populacional do Espírito Santo e nos dados sobre o estado, podemos iniciar nossa exposição tratando de resgatar as origens e a trajetória do APEES.

4.2 Primórdios: o arquivo sob a administração provincial no Império do Brasil (1808-1889)

A partir de 1808, ano da chegada da família real portuguesa, o estado do Espírito Santo passaria progressivamente a ter mais autonomia militar, política e econômica.

Mas somente a partir de 1810, quando Dom João baixou o decreto de três de setembro de 1810, ordenando a independência do governo da Capitania do Espírito Santo da Bahia, é que se pode identificar a existência de um arquivo capixaba. Registra-se que a primeira assembleia provincial do Espírito Santo foi instalada em primeiro de fevereiro de 1835 por Manoel da Silva Pontes. Pelo artigo único da Lei n. 8 de três de abril de 1835, foi determinada a reunião para o dia 8 de setembro do ano seguinte. Este tempo de subordinação à Bahia, durante centenas de anos, impactou na acumulação de documentos que predominam nos séculos XIX e XX, pois parte significativa da documentação do Espírito Santo que antecede a Época Imperial é legalmente custodiada por instituições arquivísticas na Bahia e em Portugal.

O período monárquico foi marcado pela estabilidade do arquivo junto à Secretaria de Governo da Província do Espírito Santo o que não era diferente nas outras províncias imperiais⁸² e refletia, em certa medida, a carência de autonomia das estruturas dos governos

⁸² A secretaria do governo era a mais antiga das repartições públicas e já funcionava no século XVIII, quando os capitães-generais governavam a capitania do Espírito Santo e Portugal estava sob o domínio espanhol, ao mesmo tempo em que a capitania sofria constantes ataques holandeses. No século XIX, após a Independência do Brasil, sucederam-se as abolições das Juntas Provisórias que existiam nas diversas Províncias e foram estabelecidos novos arranjos jurídico-administrativos, incluindo a presidência provincial, a secretaria de governo e o conselho

regionais. Por sua vez, os governos regionais, eram definidos pela administração do Império. As funções da própria secretaria de governo estavam relacionadas às funções do arquivo, isso porque os objetivos de ambas as repartições era controlar e racionalizar o uso dos papéis, tendo em vista facilitar as atividades administrativas da presidência. Portanto, a secretaria de governo e o arquivo cuidavam dos processos a serem submetidos para apreciação e despacho do presidente.

É preciso lembrar que dentre as funções da própria secretaria de governo estava o controle da correspondência, a expedição de documentos e o arquivamento, já o arquivo possuía atribuições específicas, como registrar, conservar, organizar, armazenar e disponibilizar a documentação. Assim, apesar da tênue fronteira entre as atividades de apoio que ambos prestavam para a administração provincial, havia a particularidade do “*archivo*”⁸³ que necessitava de pessoal especialmente designado para operar junto às suas atribuições. Podemos citar o “*archivista*” e o “*ajudante de archivista*” como profissionais característicos dessa repartição.

Encontramos nos relatórios de província⁸⁴ rastros sobre a ligação do arquivo com a esfera do poder executivo provincial, primeiramente na fala publicamente exposta do Presidente Luiz Pedreira do Coutto Ferraz:

Devo dizer-vos que o *archivo* está no maior cahos que é possível imaginar-se, mal que data de ha muitos annos, e que terá de continuar, enquanto não houver uma pessoa habilitada que d'elle se encarregue exclusivamente. Entregue, como actualmente se acha ao porteiro, o qual exerce a função de correio e contínuo. Não é possível melhorar porque além de exigir o lugar de *archivista* habilitações especiais, pesa sobre aquele empregado tanto trabalho, pelo qual é tão frequentemente destrahido, que falta lhe tempo para empregar-se no mesmo *archivo*. (ESPÍRITO SANTO, 1847, p. 8-9).

A organização do arquivo se daria por anos sucessivamente e, neste constante esforço para reparar o problema com a manutenção dos documentos, o Presidente José Mauricio Fernandes Pereira de Barros reconheceu: “[...] o *archivo*, apesar do abandono a que injustamente tem sido condemnado deve ser considerado como a chave da administração pública desta província e as provas de suas tradições” (ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 45).

provincial. O regimento dos conselhos gerais de província de 1828 designa o cargo de “secretário do governo” para aquele que atuava junto ao presidente da província. Mais detalhes podem ser encontrados em Aldabalde (2010).

⁸³ Serão mantidas a grafia original em todas as citações a seguir.

⁸⁴ O Art. 8º da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional (BRASIL, 1866) previa que toda sessão da assembleia provincial seria dirigida por seu presidente que, por meio de uma “fala”, informaria sobre o estado das coisas públicas.

A regulamentação do arquivo, ou seja, a sua criação no âmbito oficial jurídico-administrativo, se daria através do Barão de Itapemirim: “Na falta de uma Lei que regule este serviço, o chefe desta repartição [arquivo] fez umas instruções por mim aprovadas [...] O arquivo é o depósito da tradição, é o final da história [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1857, p. 14).

O marco da criação do arquivo aparece no discurso proferido pelo presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Junior: “O arquivo creado há 3 annos, já offerece grato aspecto e auxillio a administração [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1863, p. 53). Apesar das instruções do Barão de Itapemirim servirem de base normativa e de existir uma evidência de sua criação em 1860, é somente no ano de 1888, no relatório do Presidente Antonio Leite Ribeiro de Almeida (ESPÍRITO SANTO, 1888, p. 19), que encontramos uma menção clara ao “*archivo provincial*”. Contudo, a evidência para atribuir ao ano de 1860 a criação do arquivo é reforçada pela necessidade de sua criação considerando o desarranjo de mais de 900 documentos sobre a mesa e no chão no ano de 1859. Isto ocorreu porque não havia uma só estante para a biblioteca provincial, que fora criada pelo Presidente Sebastião Machado Nunes em 1855. Isso poderia explicar, em parte, porque o arquivo público seria recriado junto à biblioteca durante a República.

Consideramos assim que o entendimento do arquivo por parte dos gestores nesse período era de que, primeiramente, se tratava de uma repartição pública instrumental da administração do poder executivo. Entretanto havia consciência de que os documentos ali depositados poderiam obter o reconhecimento histórico e, apesar disso, ainda não havia uma atribuição clara para o órgão sobre o tratamento que deveria ser dado aos arquivos com valor secundário. Isso significa que em termos funcionais o arquivo era apenas auxiliar da administração e ao mesmo tempo guardava os documentos para as administrações vindouras. Portanto, na Época do Império do Brasil (1808-1889) podemos constatar que o entender das gestões se aproximava da metáfora do arquivo como “arsenal da administração”⁸⁵, assim, não há nenhum registro que evidencie a prática de mediação cultural neste período.

⁸⁵ Essa é uma formulação do arquivista paleógrafo Charles Braibant (1889-1976), cuja seguinte frase se tornou uma citação clássica: “*Les archives sont l’arsenal de l’administration avant d’être le grenier de l’histoire.*” A frase foi publicada na obra “*L’Histoire filie Jes archives*” em Paris no ano de 1959.

4.3 As gestões entre a Primeira República (1889-1930) e o Regime Militar (1964-1985)

A Primeira República (1889-1930)⁸⁶ herdou estruturas do Império: a oligarquia, os privilégios e o fato de que o arquivo era objeto da elitização da circulação da cultura. Essa elitização é um traço comum das gestões que se sucedem até o término do Regime Militar. Afinal, essas gestões atendiam demandas de uma elite que dominava a cultura arquivística e que considerava o arquivo como o lugar da guarda de documentos cujos usuários já tinham domínio sobre assuntos pesquisados e instrumentos de pesquisa. Na prática, essas gestões do APEES se ocuparam em aplicar um receituário de caráter técnico na instituição e por raríssimas vezes realizaram publicações inteligíveis para a maioria da população.

O APEES teve, até o ano de 2015, pelo menos dezoito gestores, sendo que, dentre eles, sete nem sequer permaneceram no cargo por mais de um ano. Assim, consideramos destacar aquelas gestões que estiveram à frente do APEES por um período significativo em relação ao tempo de trajetória do órgão.

A primeira gestão do APEES ficou a cargo do professor Henrique Cerqueira Lima, nomeado em 1909 como diretor do “Arquivo Público Espírito-Santense”. É relevante destacar que, nesta ocasião, o cargo de diretor foi ocupado por Cerqueira Lima que ocupou altas posições da administração pública como o cargo de vice-presidente da Província do Espírito Santo a partir da Constituição de 02 de maio de 1892.

Assim como o “Arquivo Público do Império” teve seu nome alterado para “Arquivo Nacional”, também o “Arquivo Provincial” foi chamado, sob a nomenclatura própria do arranjo republicano, de “Arquivo Público Espírito-Santense”. Ocorre que na mudança do Império para Primeira República, o entendimento do APEES foi alterado. Portanto, não se tratou apenas de mudar a designação institucional, mas de entender o arquivo como lugar da pesquisa, mais próximo do “celeiro da história” e mais afastado do “arsenal da administração” como nota-se no decreto nº 135 de 1908, do presidente Jerônimo Monteiro que cria o APEES: “É preferível e vantajoso que exista uma só repartição a cujo cargo fique a guarda de todos os papéis, livros, documentos, etc., que embora devam ser conservados pelo interesse geral que nelles se possa descobrir não sejam mais necessários na repartição por onde transitarem [...]”. Também podemos notar a Lei nº 559 de 02 de dezembro de 1908 que estabeleceu a seguinte finalidade para o arquivo: “[...] adquirir, receber e conservar, sob a classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação administrativa, à história e as manifestações

⁸⁶ A Primeira República, também conhecida como República Velha, é a primeira fase da organização republicana no Brasil, compreendendo desde a Proclamação da República em 1889 até a denominada Revolução de 1930.

do movimento científico, literário e artístico do Espírito Santo”⁸⁷. Posto isso, o Arquivo Público tornou-se um receptáculo do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo e ficou ligado à Superintendência da Instrução Pública Primária e Secundária. Essa superintendência era responsável pelas políticas de educação e foi regulamentada pelo Decreto nº 02 de 04 de junho em 1892 sob a responsabilidade do diretor da instrução pública que estava subordinado⁸⁸ ao governador.

Adotando a lógica de Chartier (2002), não é um equívoco associar o arquivo a práticas culturais tais como a leitura silenciosa. Tampouco seria um equívoco relacionar essas práticas com competências culturais como ler e escrever. Por fim, não seria um desvio entender que essas práticas e competências estão diretamente ligadas à instrução pública e, por isso, as ações educativas têm seu lugar nos arquivos públicos.

Contudo, neste caso o deslocamento de função fica de tal maneira evidente que seu entendimento implicou uma perda da competência administrativa do arquivo perante aos documentos com valor primário. Em outras palavras, o órgão foi alijado da gestão dos documentos administrativos. Assim, no início da República ele foi realocado na vertente educativa em detrimento da administrativa.

As repartições estaduais e municipais deveriam remeter anualmente os documentos desnecessários à administração. Para nós isso significa que o material de arquivo foi entendido estritamente como aquilo que Bellotto (2007a) denominou por *arquivos permanentes*, isto é, aqueles documentos cujo valor secundário foi identificado e o primário esvaziado⁸⁹. Na Gestão Lima (1909 – [191?]) havia uma clara separação entre as atividades do APEES cujo funcionamento era restrito aos arquivos considerados para preservação.

Notamos que a ordenação imposta aos documentos de arquivo não levava em conta a proveniência, mas o teor contido nas remessas da documentação para o APEES. Apesar de não existir evidência de que se seguiam princípios arquivísticos, existia uma categorização que poderia ser considerada como uma classificação. As classes nos evidenciam mais sobre as práticas dos agentes do que sobre a presença ou ausência da Arquivística no Brasil naquele momento. As classes eram respectivamente: Classe legislativa e administrativa; Classe judiciária; Classe de história e geografia; Classe literária e artística.

⁸⁷ Mais informações, consultar: <<http://www.capixabaculturaarte.com.br/cultural/acervo-do-arquivo-publico-do-estado-do-espírito-santo-apees/>>.

⁸⁸ No texto do decreto é evidente que o diretor da instrução pública é de livre nomeação e demissão do presidente do estado e que fica diretamente ligado ao presidente do estado.

⁸⁹ O documento já cumpriu as finalidades para as quais foi criado.

O Decreto nº 583, publicado no dia 05 de março de 1910⁹⁰, mudou o vínculo administrativo para a Diretoria do Interior e da Justiça, quando diversos ramos da administração pública foram reorganizados pelo Presidente Jerônimo Monteiro. Como vimos em Rosiello (2004), a repartição do Interior foi aquela onde os arquivos públicos italianos estiveram por mais tempo vinculados. Em um paralelo, podemos afirmar que o mesmo ocorreu para o caso do Estado do Espírito Santo, onde o APEES permaneceu na Secretaria do Interior⁹¹ de 1910 até 1967.

A guarda da documentação era feita no Palácio do Governo: “[...] um depósito empoeirado e desordenado de papéis e documentos importantes em lamentável estado entre jornais velhos, panfletos, leis, relatórios e até instrumentos de engenharia estragados” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 51). Em virtude da precariedade das condições de organização e preservação desses documentos, o espaço designado para o Arquivo Público Espírito-Santense foi a sala do Colégio dos Jesuítas, hoje em ruínas, onde se edificou a sede atual do Estado do Espírito Santo: o Palácio Anchieta.

Em 1914, com o Decreto nº 1.738, foi criada a “Revista do Arquivo”⁹², que tinha o dever de cuidar da publicação de produções literárias e históricas relativas ao Espírito Santo. Em paralelo, notamos que essa missão da “Revista do Arquivo” se assemelha com a “Revista do Arquivo Público Mineiro” criada em 1896 e também com a “Revista do Instituto História e Geográfico Brasileiro” que circulou desde 1839. A semelhança entre essas revistas é seu objetivo de refletir sobre a melhor maneira para se escrever sobre a História Regional ou Nacional. Nota-se aqui o marco da primeira atuação do Arquivo Público como agência de produção e difusão editorial, entendida por Bellotto (2007a, 2007b) no amplo rol da função cultural dos arquivos.

A Gestão Adnet ([192?] – 1923) manteve a estrutura do APEES, de modo que permaneceu na Secretaria do Interior pelo Decreto nº 4.404 de 1921. Foi nesse período que Florentino Ávidos (1924-1928) transferiu o APEES do Palácio do Governo para a Rua Pedro Palácios, na Cidade Alta, entre o Palácio Domingos Martins e a Catedral Metropolitana de Vitória. Este fato foi relevante na trajetória do APEES, pois ele se tornou a sede da repartição por todo o século XX.

⁹⁰ Estas informações podem ser consultadas em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/171179/arquivo-publico-completa-106-anos-de-guarda-e-preservacao-da-historia-capixaba.htm>>.

⁹¹ A secretaria teve variações no seu nome, mas manteve suas principais atribuições.

⁹² Nenhum exemplar da revista foi disponibilizado nos fundos do APEES.

A Gestão Accioly (1924-1938) promoveu intervenções nos fundos do APEES a partir de 1927, seguindo cinco categorias que incluíam os seguintes conjuntos documentais: a primeira continha o que consideravam o material histórico; a segunda abarcava a documentação legislativa; a terceira constituía uma seção judiciária; a quarta tratava dos arquivos do executivo; e a quinta incluía os arquivos impressos. Cada uma delas ainda possuía subseções sob uma ordenação cronológica. É notável que as intervenções arquivísticas fossem realizadas logo após a inauguração do prédio destinado ao “Arquivo Publico” na Rua Pedro Palácios próximo ao Palácio Anchieta: a sede do governo. Houve então uma mudança para a nova sede que era dividida com a biblioteca estadual e logo depois a organização do acervo.

A passagem do período monárquico para o republicano nos revelou aspectos consideráveis na troca de vínculo administrativo do APEES. No início da sua reconfiguração pela Primeira República (1889-1930) não houve equilíbrio entre sua função administrativa e cultural. Isto parece ter se ajustado, em certa medida, depois que o APEES foi vinculado à secretaria de interior, pois mesmo que o APEES fosse responsável pelo controle de diversos assuntos territoriais, jurídicos, populacionais e municipais, também promoveu a “Revista do Arquivo”.

Em 1929, no contexto da crise econômica internacional e do abalo da estrutura oligárquica do café, organiza-se por iniciativa de lideranças políticas, sobretudo de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, uma coligação denominada de “Aliança Liberal”. Segundo Dulce Chaves Pandolfi e Mario Grynszpan (1997) os rebeldes “tenentes”, que desde o início da década de vinte estavam na luta armada contra a oligarquia vigente, apoiaram esses líderes políticos “aliancistas”. Com a derrota da chapa da “Aliança Liberal”, a proposta de luta armada foi aderida por aliancistas alinhados com “tenentistas”. Essa luta armada, que tinha como objetivo derrubar o presidente, foi chamada de “Revolução de 1930”.

De acordo com Rogério Naques Faleiros e Ivanil Nunes (2013), a elite política do Espírito Santo foi favorável à eleição de Júlio Prestes de Albuquerque, se opondo a Getúlio Vargas e ao movimento “revolucionário” de 1930.

As forças da “Revolução de 1930” dominaram alguns municípios do Estado: Alegre, Guaçuí e Baixo Guandu. No dia 22 de setembro de 1930, ocorreu a última sessão do Congresso Legislativo do Espírito Santo e no ano seguinte a documentação desse órgão foi encaminhada ao APEES. A crise de 1929 se prolongou até 1933 e impactou as receitas que eram provenientes do comércio cafeeiro. É preciso lembrar que a economia do Estado do Espírito Santo era, em grande parte, dependente da exportação do café. Segundo Faleiros e

Nunes (2013), entre março de 1929 e março de 1930 o débito total do estado do Espírito Santo foi de cinquenta mil contos de réis, para uma arrecadação de aproximadamente trinta e cinco mil contos de réis.

Deste modo, um ano após o marco de 1929, ainda sob a Gestão Accioly (1924-1938), o Arquivo Público teve sua reorganização abruptamente interrompida devido à falta de verbas (APEES, 2004, não paginado). A interrupção na organização do acervo significava que o acesso seria ainda mais restrito, havia apenas um catálogo geral orientado pelo princípio da pertinência⁹³.

Em 1935, ocorre a eleição de Punaro Bley a governador do estado pelos votos da Assembleia Constituinte Estadual. A Assembleia, por sua vez, solicitou neste mesmo ano ao APEES aquela documentação produzida pelo Congresso Legislativo do Espírito Santo que havia sido organizada em 1931. Também em 1935 o manuscrito do século XVIII “Livro de Tombo de Nova Almeida”⁹⁴ foi enviado ao arquivo para guarda e preservação.

Durante a “Era Vargas” (1930-1945) se realizou uma reforma na infraestrutura do Estado através da industrialização. Um exemplo disso foi a implantação da Companhia Vale do Rio Doce⁹⁵ e a modernização das ferrovias que transportavam minério de Itabira, em Minas, ao Porto de Vitória, no Espírito Santo. A “Era Vargas” poderia ser chamada no Espírito Santo de “Era Punaro Bley”, porque dos quinze anos que transcorreram nesse período, treze deles foram ocupados pelo Interventor João Punaro Bley. Entendida como uma interventoria do norte⁹⁶, o Espírito Santo foi dirigido por um oficial do exército. O oficial foi diretamente indicado por Getúlio Vargas e inicialmente não tinha nenhum vínculo com partidos ou agremiações políticas locais. O militar atuou como interventor de 1930 a 1935, depois como governador até o ano de 1937, e então novamente como interventor até 1943.

⁹³ Este princípio já havia caído em desuso, ainda no século XIX, nos Países Baixos, na Prússia, na França e na Itália. Segundo Taiguara Aldabalde e Virginia Arana (2011) o Princípio da Pertinência era pautado por agrupar documentos de mesmos assuntos e foi substituído pelo Princípio da Proveniência e pelo Princípio da Manutenção da Ordem Original. Esses dois são princípios a serem aplicados e não tratam do método de arquivamento, mas preconizam a preservação da lógica em que os documentos foram organizados por seus produtores.

⁹⁴ Atribui-se ao ano de 1757 o reconhecimento da Vila de Nova Almeida que já era oficialmente ocupada desde pelo menos 1556 quando se iniciou a construção da Igreja e Residência dos Reis Magos (inicialmente chamada de Igreja de Santo Inácio e São Tiago) e também a fundação do Aldeamento dos Reis Magos. A igreja ostenta uma preciosidade para história nacional: a pintura a óleo “Adoração dos Reis Magos” que é o quadro mais antigo sobre painel de madeira do Brasil.

⁹⁵ A partir de 1942.

⁹⁶ Dentre as interventorias do Norte foi aquela chefiada mais tempo por um único homem. Lopes (2011) nota que na época os seguintes estados compreendiam o que se entendia por “norte”: Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

Até 1943, período em que atuava como interventor federal Jones dos Santos Neves, o APEES dividia espaço institucional com a Biblioteca. Contudo, com o Decreto nº 142 de agosto de 1943⁹⁷ houve o desmembramento jurídico-administrativo da Biblioteca, o que gerou um impacto na estrutura do APEES. Nesse mesmo ano, o APEES retoma suas publicações com um catálogo de uma série do fundo governadoria organizado pelo ex-chefe de seção Moysés Accioly. Ainda seria também publicada a transcrição do “Livro de Tombo de Nova Almeida” pelo professor Mário Freire.

Nesse período, o APEES manteve seu aspecto estratégico, instrumentalizando o controle territorial e populacional do Estado do Espírito Santo através do arquivamento dos processos das terras, essa prática cultural de arquivar para guardar está intimamente ligada com a representação tradicional do arquivo enquanto guardião do acervo que é defendida por Duranti (1996).

Não há um número preciso de certidões que o APEES emitisse, mas atualmente o órgão emite o registro de entrada do imigrante, reprodução da ficha ou registro polícia política e a transcrição de interior teor do processo de terra. Em paralelo, é notável que o Arquivo Público Mineiro chegasse a emitir vinte e cinco certidões diferentes e atualmente emite três com os seguintes teores: terra, imigrantes e polícia política. O controle de terras realizado pelo APEES também foi relevante no registro de fronteiras com os estados do Rio de Janeiro, Bahia e principalmente Minas Gerais, pois o Espírito Santo perdeu parte de seu território para esse último. Nota-se que isso é relevante, pois até hoje esses dois estados disputam territórios na região do Caparaó.

A função do controle populacional e territorial do APEES remete ao que nota Lubar (1999) sobre o entendimento do arquivo como um lugar da racionalização e da burocracia: o arquivo é a fonte de autoridade onde “inscrições permitem a conscrição”. *Inscrição* é entendida aqui como registro. *Conscrição* é todo o trabalho obrigatório que é exigido por uma autoridade oficial. Ou seja, o registro permite a submissão dos sujeitos à autoridade e, por isso, os governos tinham interesse em manter o APEES no controle populacional e territorial do estado. Nesta constatação, Lubar (1999) se apoia em Bruno Latour e nota que o arquivo permite a racionalização e a burocracia em uma sociedade onde não é suficiente controlar o passado, de modo que se deseja controlar também o futuro através da memória como dispositivo pelo qual o futuro se sustentaria.

⁹⁷ Confirmada pelo artigo 15 do decreto nº 15.090 de 28 de outubro de 1943.

Segundo Amylton de Almeida (2010), no início da Segunda República (1945-1964), o estado estava endividado de modo que os funcionários, que muitas vezes não tinham nem sequer uma cadeira para sentar, foram mandados embora.

O autor aponta que durante o Governo de Lindenberg (1947-1951) os gastos públicos foram reduzidos e a arrecadação foi reestruturada. Ele pontua que o número de habitantes cresceu significativamente, a população deixou de ser predominantemente rural e a exploração do trabalho cedeu lugar à regulamentação das relações trabalhistas.

Foi neste contexto que o APEES publicou obras de caráter científico, literário e histórico, tais como: “Parecer na questão entre o Estado do Espírito Santo e os banqueiros J. Lose & Cia”, de Ruy Barbosa (1946); “A Ordem de São Bento na capitania do Espírito Santo” de D. Clemente Maria da Silva Nigra (1946), “Orquídeas novas do Estado do Espírito Santo” de Augusto Ruschi⁹⁸ (1946) e “Constituições do Estado do Espírito Santo” de Milton Caldeira (1951”).

Durante o Governo de José Sette⁹⁹ (1950-1951) ficou extinto o cargo isolado de provimento em comissão de chefe de arquivo pela Lei nº 339/1950 no seu artigo primeiro. Assim passa a ser uma função gratificada de chefe de secção. Somente no Governo Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959) que se cria o cargo de diretor do Arquivo Público, Lei nº 936/1955.

Almeida (2010) aponta que o Governo Lindenberg (1947- 1951) era sensível as condições do APEES e registrou que o edifício em que funcionava se encontrava em estado deplorável. De acordo com Almeida (2010), a perspectiva do governador sobre a administração pública incluía também a gestão dos papéis. É possível observar isto em uma mensagem à Assembleia denunciando que a Junta Comercial precisava de fichários ou arquivos, mas que a repartição não havia sido atendida.

⁹⁸Segundo a *homepage* da Casa de Augusto Ruschi e da Estação de Biologia Marinha Ruschi, Augusto Ruschi foi advogado, naturalista e ecologista e hoje é Patrono da Ecologia Nacional. Foi o único cidadão do Espírito Santo representado na efígie numismática. Atribui-se a Ruschi: o pioneirismo no Controle Biológico de Pragas Agrícolas, o início da Luta Ambientalista em Defesa da Preservação dos Recursos Naturais em 1937, a diagnose da persistência dos pesticidas na natureza, a cofundação da Agroecologia e a previsão do Aquecimento Global. Ele foi o autor da tese de criação de reservas florestais para Preservação dos Bancos Genéticos ou bancos de germoplasma. Augusto Ruschi teve influência internacional como cientista, de modo que seu legado é estudado por pesquisadores de instituições nacionais e internacionais de excelência, como a Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Duke University. Entre seus interlocutores estavam: Assis Chateaubriand, Crawford Greenwalt (foi por mais de 40 anos o Presidente da DuPont Company), Etienne Beraut (Laboratório Roche), Fernando Lee, Louis Marden (National Geographic), John Helal, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade (Academia Brasileira de Letras), Cândido Firmino de Mello Leitão (Academia Brasileira de Ciências), Aloísio de Mello Leitão (UFRJ), Konrad Lorenz (Prêmio Nobel e criador da ciência Etologia) e Jacques Vieillard (Academia Brasileira de Ciências e Sourbone). A página está disponível no seguinte endereço: <<http://ruschicolibri.com.br>>.

⁹⁹Carlos Lindenberg governou de 1947 até 1950 quando passou o governo ao vice, José Rodrigues Sette.

A Lei nº 1.464/1959, do Governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1955- 1959), mantém o Arquivo Público na Secretaria do Interior e Justiça. Não é por menos que um dos fundos mais volumosos custodiados pelo Arquivo Público hoje seja o da Secretaria do Interior, e onde se encontram documentos relevantes sobre o próprio APEES. Afinal, é indispensável observar que o Arquivo Público também registrava os dados demográficos, o que é fundamental para entender sua relevância para o controle dos indicadores sobre os habitantes. Indicadores estes que poderiam ser usados, por exemplo, pelo departamento de estatística como insumo para seus trabalhos.

A função estratégica do APEES para administração pública estadual seria levada a cabo pela Fundação Jones dos Santos Neves¹⁰⁰, fundada na década de 1970. Também o caráter burocrático e cartorial do APEES, pelo menos no que diz respeito ao território, foi esvaziado quando se criou o Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal (IDAF), na década de 1990. O IDAF, por sua vez, se originou do Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa criado em 1971, isto é, também na década de 1970.

A Gestão Zardini Peixoto (1965-1974) inicia-se no Governo Lacerda de Aguiar (1963-1966) durante o período de mudança para o regime militar. Segundo Ueber José de Oliveira (2014) houveram denúncias contra Lacerda de Aguiar por parte das forças conservadoras urbano-industriais, criando um ambiente caótico e de paralisia governamental que pudesse justificar a opinião pública e a renúncia do governador. Para ele isso oportunizou a indicação de quatro governadores biônicos que se sucederam ao longo do regime.

Assim é preciso considerar o que aponta Caio Navarro de Toledo (2004) sobre o golpe de 1964: significa a vitória das tentativas de golpes fracassados das chamadas “viandeiras de quartel”, que eram setores da sociedade contrários à ampliação das liberdades políticas e dos direitos sociais das classes populares.

No ano de 1965 inicia-se a Gestão Zardini Peixoto (1965-1974), a qual permaneceria por um total de nove anos. É preciso destacar que o cargo de diretor do APEES iria ser extinto pela Lei Delegada¹⁰¹ nº 1 de 1967. O texto da lei estabeleceu a competência e estrutura do Departamento de Administração Geral (DAG). Este departamento foi criado pela lei nº 2296/67, com nível hierárquico de Secretaria de Estado e extingue o cargo de diretor do APEES que é entendido como órgão custodiador dos documentos dos poderes do Estado. Fica

¹⁰⁰ Atualmente possui o status de Instituto.

¹⁰¹ As Leis Delegadas de nº 01 a 26 foram editadas em consequência da mensagem Governamental nº G/1190, de 05 de julho de 1967, que originou a resolução nº 1145 (inserta na coletânea de 1967), outorgando competência legislativa ao Poder Executivo. Ver Lei nº 2296/67.

atribuído ao APEES vinculado ao Departamento de Administração Geral (DAG) pela lei nº 2.296, de 17 de julho de 1967:

Art. 44 - Ao Arquivo Público compete preservar os documentos de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos poderes do Estado e das entidades de caráter privado por ele instituídas, e os de valor histórico provenientes de outras entidades públicas ou de origem privada, vinculadas indiretamente ao Estado.

É a partir de 1972 que o APEES começa a apresentar os principais traços que o caracterizam como a instituição que é hoje. Isto porque o Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) se mostraria como um interlocutor privilegiado do APEES por meio da professora Gilda Rocha, influenciando o espaço institucional. Os trabalhos desenvolvidos contaram com o apoio dos cursos de História, Biblioteconomia e Artes Plásticas. O Arquivo Nacional também participou do projeto de organização do acervo orientando o tratamento documental.

A liderança da historiadora Gilda Rocha, da UFES, iniciaria um diálogo duradouro entre essas duas instituições: UFES e APEES. Isto teria impacto definitivo, sobretudo para os rumos do próprio APEES, porque sua intervenção metódica no campo do arranjo e da descrição do acervo levou ao reconhecimento da entidade.

A lei nº 2.942/1974 elevou o APEES ao nível de diretoria subordinando-o à Divisão de Seleção, Documentação e Divulgação. Neste momento foi instituído o Serviço de Arquivística, incluindo as Seções de Documentação Escrita, Cartográfica e Fotográfica, de Pesquisa e Consultas. Também foi regulamentado o Serviço de Arquivoconomia¹⁰² com a Seção de Conservação e Restauração de Documentos e de Reprografia. Para nós esses avanços técnicos são resultados da liderança da historiadora Gilda Rocha.

A Gestão Achiamé (1975-1983) foi uma das gestões mais marcantes para o APEES e para a comunidade arquivística. A primeira influência que notamos foi o Decreto Normativo nº 612 de 1975 que estabeleceu as especificações de classe para o cargo de *arquivologista* o que significa que a profissionalização do APEES passou a ser oficializada. Vale notar, contudo, que no contexto nacional houve divergências quanto à nomenclatura da profissão, sendo três predominantes: arquivólogo, arquivologista e arquivista. Também no ano de 1975 a

¹⁰² Segundo Casanova denomina em sua obra por Arquivoconomia (CASANOVA, 1926, p. 27- 131) e diz respeito administração geral externa do arquivo, ou seja, à construção da estrutura predial, a concepção do projeto para acomodar um acervo e a identificação dos melhores meios para a manutenção do espaço fornecendo as principais regras sobre armazenamento, higiene, materiais adequados, disposição das áreas, instalações de segurança, acondicionamento e disposição das estruturas como salas ao público, protocolo, biblioteca auxiliar, portaria, laboratório de restauro, reprografia, depósito dos fundos, gabinete fotográfico, espaço para exposição de interação com o público e escola de diplomática, paleografia e doutrina arquivística.

professora Gilda Rocha publicaria “Catálogo I” que foi produto do trabalho de organização dos fundos.

O historiador Fernando Achiamé assumiria o cargo de gestor de janeiro de 1975 até fevereiro de 1977, quando foi substituído pela Gestão Carreiro Fernandes (1977-1979). Em 1977 o Governo Geisel (1974-1979) promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O que ocorreu durante a XVII Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura¹⁰³. Neste mesmo ano o termo “patrimônio cultural” foi oficialmente adotado no Decreto nº 80.978/1977 assinado por Ernesto Geisel.

Em 1978, o APEES publicou o documento da época imperial intitulado: “Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828, por Ignácio Accioli de Vasconcellos”. Em 1979 ocorreu o desmembramento físico entre o APEES e a biblioteca. A separação física da biblioteca, que mudou-se para Praia do Suá, é um marco na trajetória do APEES. A publicação ainda se mantém como principal atividade cultural do APEES com o lançamento das obras: “A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo” de Affonso Schwab e Mário Aristides Freire e “Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra”, de Maria Stella de Novaes.

Em 1979 retorna a Gestão Achiamé (1975-1983), que no III Congresso Brasileiro de Arquivologia apresentava com certas limitações o tema “Arquivo e Cultura: o arquivo como fator de desenvolvimento cultural”. Neste evento registrou-se a seguinte postura do gestor Achiamé (1979, p. 276): “[...] e que fique vinculado a Secretaria de Administração nos Estados em que ela exista, ou á Governadoria (através da Secretaria de Governo ou do Gabinete Civil), e não a secretaria de Educação e Cultura”.

A Gestão Achiamé (1975-1983) se estendeu pelo intervalo de 15 de março de 1979 até oito de dezembro de 1983. Durante o Governo Eurico Rezende (1979-1983), no ano de 1981, o APEES lança a coleção “Memória Capixaba” com o primeiro produto intitulado “Guia Preliminar do Arquivo Público Estadual”. Ainda em 1981, o APEES passa do Departamento de Comunicações e Documentação para Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos de maneira que se almeja instituir o *Sistema Estadual de Arquivos* cujas atribuições seriam:

A análise procedida dos serviços de expediente, protocolo e arquivo da Administração Estadual, revelou a deficiência dos mesmos, a presença de excessivos controles formais e a inexistência de um suporte de informações,

¹⁰³ Ocorrida em Paris, 23 de novembro de 1972.

que dê substância e celeridade ao processo decisório; essa mesma análise constatou a incompatibilidade entre os métodos utilizados no processamento da documentação administrativa e o volume de documentos gerados diariamente; devem ser afastadas sem tardança as dificuldades existentes para obtenção, em tempo hábil, de informações estruturadas que permitam o estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento estadual; se faz necessário disciplinar, sobretudo por medida de economia, os trabalhos de microfilmagem de documentos; Art.1 fica instituído o Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas (SIAC) vinculado à Secretaria de Estado de Administração e dos Recursos Humanos, com a finalidade de assegurar a correta administração dos documentos pertencentes ao Poder Público, preservando os que tenham ou venham ter valor permanente. Art. 2 – Integram o Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas os serviços incumbidos das atividades de expediente, protocolo e arquivo dos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado, bem como os dos municípios espírito-santense. Art. 3 – A estrutura do Sistema compreende: I – Órgão Central: o Arquivo Público Estadual II – Órgãos Setoriais: as unidades organizacionais incumbidas das atividades de expediente, protocolo e arquivo na Administração Direta; III- Órgãos Seccionais: as unidades organizacionais incumbidas das atividades de expediente, protocolo e arquivo na Administração Indireta. Art. 4 – Compete ao órgão Central do Sistema: I – As atividades constantes do Regulamento da SEAR baixado com o Decreto 877-N de 1976 e alterado pelo Decreto nº 1288_N de 1979. Gestão de documentos arquivos correntes, intermediários e permanentes “VI – Estimular a pesquisa documental. (ACHIAMÉ, 1981, não paginado).

A Gestão Achiamé (1975-1983) se iniciou em um momento de crise do regime militar. Apesar disto, ela avançou na questão da profissionalização do arquivo e da proteção do patrimônio cultural. Inclusive o próprio gestor apresentou um projeto de Bacharelado em Arquivologia à Universidade Federal do Espírito Santo, que, no entanto, não logrou êxito. De tudo isto, podemos concluir que a Gestão Achiamé (1975-1983) é um marco na transição do Estado autoritário para o processo de redemocratização.

4.4 Gestões da Redemocratização e da Nova República

A Gestão Lindemberg (1984-1987), a Gestão Pupa (1987-1995) e a Gestão Lazzaro (1995-2015) têm em comum a proposta de que a circulação da cultura seja orientada no sentido do acesso. Em outras palavras, o objetivo é um acesso menos desigual, com maior inclusão e visando alcançar a democratização. A partir da Constituição de 1988 abre-se escopo para o aprofundamento dos direitos culturais no Brasil de maneira que, no contexto do APEES, os beneficiados pelos serviços não podem ser apenas pesquisadores, ou uma elite de intelectuais, mas toda a população e todos os grupos onde quer que estejam. O APEES deve então responder aos novos desafios impostos pela Nova Constituição, dentre eles o atendimento a demandas por direitos culturais.

Segundo Leandro Martins Barbosa (2009), é neste período que se aprofunda uma crise política e institucional que é debatida pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Para o autor, a crise é marcada por um impasse criado pela falta de estabilidade do regime. Neste contexto, a democracia aparece como horizonte de expectativas. De acordo com Rui Affonso (2000), a redemocratização ocorreria primeiramente nos governos estaduais e municipais ainda no início dos anos 80, com a eleição para governadores e prefeitos. O autor destaca que somente quase dez anos depois a democratização chegaria ao núcleo central do Estado: em 1988, com a Constituinte, e em 1989, com a eleição direta para a Presidência da República.

A Gestão Lindemberg (1984-1987) situa-se entre o intervalo de tempo que vai de cinco de setembro de 1984 até 30 de junho de 1987. Um dos desafios é a administração do armazenamento. Isto porque em 1986 o APEES mantinha dois anexos, um deles correspondia ao fundo da tesouraria provincial, no porão do Palácio Anchieta, a sede administrativa do governo.

É durante o Governo Max Freitas Mauro (1987-1991) que o APEES passa a obter o *status* de órgão em regime especial¹⁰⁴. Isto foi alcançado através da lei nº 3.932/1987 e a situação se mantém até os dias de hoje. Ainda no mesmo ano, o decreto nº 2.515-N/1987 aprova o regulamento para o APEES, onde se lê que o mesmo “tem como finalidade a coordenação e execução dos serviços relativos à administração do patrimônio documental do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo” (página 4 do referido decreto). O espaço oficial da cultura aumenta seu território e, já na seção IV e artigo nono, há a instituição da “Divisão de Apoio Cultural”:

A Divisão de Apoio Cultural tem como jurisdição administrativa as atividades relativas a organização do patrimônio documental histórico; o intercâmbio e permuta com instituições culturais; a supervisão e a ordenação da consulta ao acervo; o controle e registro de visitantes e usuários; a execução de serviços de orientação e informação histórica, com base nos documentos sob guarda do APE; a promoção de exposições no APE e a participação na elaboração de todas as publicações técnicas do APE; a edição de boletins, catálogos, etc.; a participação na elaboração de normas e instruções técnicas; a promoção de palestras, seminários e outros eventos sobre questões relativas à preservação da memória do Estado; outras atividades correlatas. (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 6).

¹⁰⁴ O status de jurídicos de órgão em regime especial de administração direta permite ao Arquivo Público do Estado, apesar de ser integrante da estrutura de uma Secretaria, possuir autonomia administrativa nas suas atividades. Isto porque está diretamente subordinado ao Governador. Na prática, os custeios dos programas são previstos no orçamento do Estado e o pessoal permanente possui uma consignação específica no Orçamento Geral do Estado. Além disso, o arquivo público como órgão em regime especial também possui a autonomia para contratar pessoal temporário sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A previsão para exposições caracteriza um espaço institucional, pelo menos na legislação, para a realização constante de uma prática de mediação cultural. E de fato vamos verificar que é esta justamente a prática que é consolidada por todas as administrações observadas no capítulo seguinte. Há outros avanços, como podemos observar no estatuto do APEES nas atribuições da chefia da “Divisão de Apoio Cultural” no artigo 16 do Decreto nº 2.515-N/1987:

Ao Chefe da Divisão de Apoio Cultural cabe:

I – as responsabilidades fundamentais dos ocupantes de cargos de Chefia, previstas no Art.43 da Lei 3.043/75;

II – manter coleções de trabalhos elaborados por usuários com base em documentos de custódia do APE e outros;

III – manter registro completo e atualizado de documentos impressos sob custódia do APE e promover acessibilidade aos mesmos;

IV – organizar registros gerais e supervisionar consulta a documentos históricos, anotando e controlando o registro de visitantes e usuários;

V – orientar e organizar exposições de documentos históricos, prestando integral colaboração às demais promoções do gênero;

VI – executar o serviço de orientação e informação histórica, com base nos documentos sob a guarda ou em trânsito no APES;

VII – selecionar para fins de reprodução e preservação documentos julgados passíveis de periculação ou de grande raridade, com objetivos de preservar, organizar ou completar coleções e possibilitar o seu conhecimento e divulgação ou consulta;

VIII - manter exposições de documentos históricos em local apropriado no APE;

IX – fazer editar publicações que divulguem o acervo armazenado tais como: guias, inventários, catálogos, índices, repertórios, outros que divulguem, também, a História do Espírito Santo;

X - propor intercâmbio e permuta com outras instituições, objetivando o enriquecimento do acervo, a organização, a complementação de coleções, registros e reproduções, obtenção de informes de interesses para o APE;

XI – administrar a biblioteca de apoio “Maria Stela de Novaes”, especializada em História do Espírito Santo;

XII – fornecer tratamento técnico ao acervo de periódicos e hemeroteca e documentos especiais do APE, através do apoio aos órgãos competentes;

XIII – propor ao Diretor Geral a Programação Cultural Anual do APE;

XIV – manter estreita colaboração com as demais divisões do APE;

XV – desempenhar outras tarefas correlatas, bem como as que lhe forem determinadas pelo Diretor Geral. (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 8).

Por um lado, houve progresso com marco bem definido sobre o papel do APEES em relação a cultura. Por outro lado, contudo, as publicações foram marcadas pelo seu caráter técnico e os eventos ficaram restritos a um público com perfil acadêmico. Então, embora haja um avanço na política cultural em relação às décadas de 1960 e 1970, o APEES ainda preserva o que Jammet (2007) define como o elitismo em relação à cultura arquivística. Em

outras palavras, a instituição arquivística não se abre para o conhecimento das necessidades efetivas de seu público que é diverso.

É notável que o período de redemocratização e a criação do Ministério da Cultura influenciaram as novas diretrizes para o funcionamento do APEES na esfera cultural. Contudo, isto não significou a adoção da democracia e democratização cultural como estratégias. Além disto, constatamos que a legislação é resultado da influência de políticas previamente estabelecidas. Tais políticas foram construídas e fora do âmbito coletivo verticalmente. Em suma, o administrador público não construía uma política coletiva e participativa junto ao público.

Seja como for, notamos que um dos principais avanços na legislação é a obrigação do Chefe da Divisão de Apoio Cultural apresentar uma Programação Cultural Anual para o APEES. A errata que foi publicada inclui a previsão para que se realize as seguintes tarefas: “[...] a promoção de cursos, seminários, palestras com vistas à informação e a sensibilização do povo quanto à preservação da memória do Estado do Espírito Santo” (ESPÍRITO SANTO, 1988, não paginado).

Consideramos que houve uma ampliação do APEES para articular-se com outras instituições, com destaque para a UFES e a associação dos arquivistas. Um exemplo disso é a Minuta do Decreto de 1987. A referida minuta pretendia criar o Sistema de Arquivos do Estado do Espírito Santo (SIARES) como órgão da administração estadual direta do executivo, onde a Comissão Estadual de Arquivos seria órgão consultivo reservando espaços para outras instituições. Os lugares reservados correspondiam a um funcionário para a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, um docente para UFES, um associado da associação de arquivistas e dois funcionários indicados pelo APEES. Soma-se a isso o fato de que a minuta reconhecia expressamente o valor cultural dos documentos e atribuía ao SIARES a elaboração de programas de divulgação do Sistema e dos acervos, além da promoção de eventos culturais.

É na Gestão Pupa (1987-1995), que compreende o período de 01 de julho 1987 até 17 de abril de 1995, que encontramos um relatório (produzido no ano final de sua atuação) evidenciando a prática consciente das atividades culturais do APEES no rol das atribuições da Divisão de Apoio Cultural. Durante a Gestão Pupa (1987-1995) transcorreram os governos de Gerson Camata (1983-1986), José Moraes (1986-1987), Max Freitas Mauro (1987-1991) e Albuíno de Azeredo (1991-1995).

A Gestão Pupa (1987-1995) foi precursora no resgate da história da imigração, através do trabalho “Imigração Estrangeira no Espírito Santo”. Essa gestão conquistou parcerias, havia, por exemplo, apoio do Departamento de Cultura do governo do estado ao APEES. Em 1988, Maurício José da Silva, chefe do referido departamento, endossa um cheque no valor de 320.000 cruzados em nome para Fundação Casa de Rui Barbosa, ajudando o APEES em suas despesas com um evento. Ainda nesse mesmo ano, membros do APEES participam de cursos no Arquivo Nacional, o que notadamente influenciou o entendimento do arquivo como lugar da gestão de documentos.

Em 1990, o Arquivo do Estado de São Paulo envia uma correspondência afirmando que, uma vez na Secretaria de Cultura, a instituição iria passar pelas devidas reformas para atender a nova vinculação e alcançar as atividades-fim da cultura. Isso evidencia que há intercomunicação entre os arquivos estaduais e que a mudança de vínculo administrativo para a cultura justificou o envio de uma correspondência.

Em novembro de 1990, o Centro de Estudos Gerais do Departamento de História convida a diretora Inês Pupa para um “Curso de Arquivologia”, a fim de que ela pudesse integrar a mesa redonda “Política Regional da Preservação de Documentação” no dia 09/11/1990.

Em 1991, na esfera estadual, instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela resolução nº 1.583 da Mesa da Assembleia Legislativa. O objetivo foi apurar o desaparecimento de dossiês e fichas dos arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). A Lei Ordinária nº 4573/1991, de Gilson Gomes, transfere o fundo da DOPS da Polícia Civil para o APEES.

Em 1992, a diretoria do APEES recebe uma correspondência da Associação dos Arquivistas Brasileiros do Núcleo de Santa Maria no Rio Grande do Sul. A correspondência comunicava a aprovação de moções e recomendações do Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais durante o IX Congresso Brasileiro de Arquivologia. Dentre elas, estava fazer o *lobby* da gestão documental junto aos governos:

Moções e recomendações do Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais durante o 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia [...] 3.A necessidade de novos arquivistas e arquivos aprofundar estudos na Gestão de Documentos, agindo política e tecnicamente - para que se mude o atual panorama de massas documentais acumuladas sem avaliação e cuidados com sua conservação. Assim é preciso: a) instar os arquivos a formularem propostas consistentes e de tratamento de massas documentais acumuladas; b)realizar encontros locais, regionais e nacionais para discussão do tema; c)apoiar os esforços de profissionalização dos cursos de graduação e especialização universitários e dar igual apoio para a instalação

no país de mestrados e doutorados em Arquivística, transformando arquivos públicos em laboratórios de trabalho e pesquisa dos citados cursos; d) fazer “lobby” junto aos governos em todos os seus níveis para o desenvolvimento de gestão de documentos; e) apoiar as iniciativas para a realização de congressos, encontros, seminários latino-americanos nas áreas necessárias; f) favorecer o intercâmbio mais costumeiro entre os arquivos brasileiros buscando a difusão de técnicas e de padrão de eficiência arquivística. [...]. (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1992, não paginado).

Com base nisto, podemos concluir que a Gestão Inês Pupa (1987-1995) tem pelo menos dois avanços: (a) as práticas culturais conscientes e (b) o trabalho no âmbito da gestão documental objetivando elaborar uma tabela de temporalidade para o Estado do Espírito Santo.

Em 1994, houve uma reforma interna marcada pela promulgação da Lei Complementar nº 47 de 22 de março, que ratificou o artigo 3º do Decreto nº 2.525-N, de 21 de setembro de 1987, estabelecendo três níveis hierárquicos na estrutura do APEES: o nível de Direção Superior, exercida pelo Diretor Geral; o nível de Gerência, função da Coordenação de Apoio Administrativo e Técnico; e o nível de Execução Programática, de obrigação dos Departamentos de Documentação Permanente, Gestão de Documentos, Recursos Humanos e Financeiro Contábil, Conservação e Restauração, Microfilmagem, Administração e o Departamento de Pesquisa e Apoio Cultural.

A normativa reflete a preocupação em reformular a estrutura organizacional do APEES e em definir os níveis hierárquicos internos, o que foi feito por meio da criação de cargos em comissão de provimento, remuneração e gratificações. Apesar das mudanças nas nomenclaturas, como no caso da “Divisão de Apoio Cultural” que passou a ser “Departamento de Pesquisa e Apoio Cultural”, não houve determinação sobre as novas atribuições específicas dos departamentos.

Algumas transformações na estrutura física do órgão começaram a ser realizadas por intermédio de uma parceria com o Ministério da Cultura. Isto proporcionou a informatização do APEES, além da aquisição de equipamentos de informática. Com o recurso foi possível a montagem de um laboratório de fotografia e um Centro de Processamento de Dados, com diversos computadores e periféricos. Por sua vez, isto possibilitou a difusão com auxílio do uso da internet e sistemas de gerenciamento. O APEES continua a ser vinculado à Secretaria de Administração, que em 1994 passou a ser denominada de Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Em conclusão, podemos identificar pelo menos mais três avanços da Gestão Pupa

(1987-1995). Primeiro, como notado, houve o progresso legislativo. Em segundo lugar, as transformações organizacionais que contribuíram para uma melhora no ambiente institucional para as práticas de mediação cultural. Por fim, destaca-se ainda o legado da Coleção Memória Capixaba, que contou com o total de oito publicações. Tratou-se de uma série de publicações de cunho técnico voltadas a promover o acervo para pesquisadores. Consideramos que estas publicações estão no rol da difusão.

4.5 Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015)

É no ano de 1995, com o Governo Vitor Buaiz (1995-1999), que se inicia a Gestão Lazzaro (1995-2015). Isso é relevante, pois logo no início houve o enfrentamento de problemas políticos e orçamentários que surgiram no governo, impactando o quantitativo das práticas de mediação cultural.

Segundo Canício Scherer (2005), logo no início de seu mandato em maio de 1995, o governo projetou uma taxa de inflação que aumentou o salário do funcionalismo em 25,34%. Para o autor, essa projeção tinha por base a realidade econômica pré-Real, mas o controle da inflação aconteceu de fato e surpreendeu o caixa do estado. Scherer (2005) aponta que esse problema financeiro provocou desequilíbrio nas contas e atrasos no pagamento dos salários. Isto, por sua vez, alimentou greves comandadas por sindicalistas petistas.

Vítor Buaiz do Partido dos Trabalhadores publicou a lei nº 5.276/1996 instituindo o “Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste no Estado”. A razão disto foi a necessidade de apoio de novos financiamentos aderindo ao receituário implantado com o Plano Real. De acordo com Scherer (2005), as medidas aprovadas pela Assembleia Legislativa contaram com os votos contrários e muitas críticas da bancada do Partido dos Trabalhadores, pois estavam de acordo com a política neoliberal do governo federal. Os autores listam que o programa previa, dentre outras medidas, a diminuição da dívida pública, a diminuição do quadro de pessoal e da folha de pagamentos e o aumento da arrecadação.

No campo da cultura, o Governo Vitor Buaiz (1995-1999) apresentou nos relatórios de governos os seguintes saldos: recuperação e ampliação da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, a reforma de prédios de instituições culturais, reformas do Teatro Carlos Gomes, Galeria Homero Massena, Biblioteca Pública Estadual e do Centro Cultural Camélia Maria de Souza. O mesmo governo, através da Secretaria de Cultura e Esporte (SECES), promoveu o IV Centenário da Morte do Beato Anchieta.

O “Projeto Nos Passos de Anchieta” realizou exposições de artes plásticas e encenação do auto “Na Vila de Vitória”, com direção de Amir Haddad. Foi, também, nesse período, restaurado o túmulo de Anchieta, situado no Palácio do governo. O município de Anchieta resgatou a Igreja Nossa Senhora da Assunção tendo todas as suas obras restauradas, inclusive as sacras. Através de convênio com o Governo Federal foram restauradas 10 casas das 33 tombadas. No relatório do Governo Vitor Buaz (1995-1999) não foi possível encontrar dados sobre o APEES, de modo que sabemos que o APEES enfrentava uma escassez de infraestrutura e de verbas logo no início do governo.

O início da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015) é marcado pelo enfrentamento de problemas com equipamentos, armazenamento, acondicionamento e higiene no APEES. Exemplo disso é o esforço da gestão pela troca da peça de uma máquina copiadora que não funcionava de maneira que os pesquisadores só conseguiam visualizar a imagem microfilmada, mas não podiam levar a cópia. Também havia falta de espaço e a instalação era inadequada e queixas dos usuários eram ouvidas pelos diretores com recorrência.

Neste contexto, em 1995, a Gestão Lazzaro (1995-2015) assumiu junto com o Governo Vitor Buaz (1995-1999), do qual recebeu a incumbência de dar visibilidade às publicações do APEES para revelar à população um “arquivo vivo”. Além de retomar as publicações, um dos projetos iniciais da Gestão Lazzaro (1995-2015) para o APEES foi o desenvolvimento de um Banco de Dados Etnográficos. A nosso ver, isso já evidencia o entendimento da dimensão cultural do APEES por parte da gestão¹⁰⁵.

A retomada das publicações se deu a partir da Coleção Canãa que conta hoje com vinte e um livros publicados. A questão étnica é recorrente na linha editorial do APEES: oito obras versam sobre imigração europeia e quatro estão ligadas as perspectivas de europeus sobre um dado momento da história capixaba. Assim, constatamos que houve ênfase na imigração europeia e no olhar europeu sobre a história do estado. Essa constatação não diminui a relevância das publicações, pois parte da cultura capixaba está ligada aos diversos grupos étnicos que passam a habitar o estado do Espírito Santo a partir das imigrações no século XIX e XX.

Observando a responsabilidade pela influência na identidade cultural do Estado, a Gestão Lazzaro (1995-2015) lançou como último número da coleção a obra “Índios Botocudos no Espírito Santo” de Paul Ehrenreich. Isso é relevante, pois o estado possui uma significativa presença de índios. O líder indígena Araribóia, por exemplo, nasceu no estado

¹⁰⁵ Uma vez que a formação do gestor Agostino Lazzaro inclui o estudo da etnografia é preciso levar em conta que a etnografia aborda a cultura (MASCARENHAS, 2002).

Espírito Santo e um monumento foi erguido a ele na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro. Assim os índios ganham ao lado dos inúmeros livros dedicados aos descendentes de europeus um espaço na Coleção Canãa.

O APEES anunciou em 11 de fevereiro de 2015 que o novo volume da Coleção Canãa seria de autoria do professor Cleber Maciel¹⁰⁶ com conteúdo relacionado à cultura africana e a história da escravidão no Espírito Santo. É preciso salientar que até o presente momento não há registro de uma obra na Coleção Canãa dedica ao ponto de vista dos afrodescendentes, das comunidades quilombolas e de líderes negros como Chico Prego da Insurreição de Queimados.

A ênfase aos imigrantes europeus não é atribuída exclusivamente a Gestão Lazzaro (1995-2015), mas também aos governadores e a vontade política de representar o Espírito Santo como um estado de europeus. Em outras palavras, havia uma vontade de se construir uma identidade europeia para o estado do Espírito Santo. É preciso salientar que o APEES passa assim a ser reconhecido como um lugar de cultura que pode contribuir para a construção da identidade cultural do estado do Espírito Santo.

Lembramos que essa vontade de representar o Espírito Santo como estado de identidade europeia possui lastro em determinados setores da sociedade, e em específico, de natos brasileiros com ascendentes europeus. Esses brasileiros adquiriam ou visavam adquirir dupla cidadania europeia, principalmente italiana, através de investimentos de recursos junto a um mercado criado em torno da origem étnica incluindo advogados, cartórios, tradutores, despachantes e intermediários.

É relevante lembrarmos que o nome da Coleção Canãa é uma referência à obra Canãa, de Graça Aranha, que discute a história do Brasil e aborda a imigração no estado do Espírito Santo. A logomarca da Coleção Canãa, por sua vez, foi elaborada a partir do desenho do pintor suíço Hans Erni. A ênfase nas questões étnicas, em especial, no tema dos imigrantes europeus está relacionada também as origens institucionais dos gestores do APEES, pois o lugar institucional dos diretores Agostino Lazzaro e Cilmar Franceschetto remonta a exposições de fotos “Retratos da Cultura Italiana em Domingos Martins”. Esse trabalho resultava da seleção de 1.500 fotos ao longo de quatro anos de pesquisa que tinha como objetivo o resgate da cultura pelo viés da Antropologia Visual. O projeto iniciou-se em 1991 recebendo apoio da UFES, via Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), e obteve

¹⁰⁶ Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

notoriedade quando o Cônsul Geral da Itália expôs as fotografias no Instituto de Cultura Italiana no Rio de Janeiro.

É preciso destacar ainda que a formação do gestor, entendido aqui como mediador cultural¹⁰⁷, era diferente dos antecessores, pois não era historiador, mas um sociólogo. Isso influenciou o entendimento sobre o arquivo como lugar de cultura. Soma-se a isso também a carreira artística do gestor como redator, poeta, contista, ator e diretor de peças teatrais; tendo sido publicado em sete obras literárias e dois de seus livros foram premiados em concursos literários em nível estadual. Destacamos a obra “Lembranças Camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante”, pois Agostino Lazzaro divide a autoria com Cilmar Franceschetto e com a professora Gley Avancini Coutinho.

O contexto em que Agostino Lazzaro assumiu a Gestão do APEES foi o seguinte: após um escrutínio feito junto a professora Adelzira Madeira¹⁰⁸ sobre o desempenho do projeto de Agostino Lazzaro e Cilmar Franceschetto na área de cultura ítalo-brasileira na UFES, o então governador Vitor Buaz (PT) solicitou a minuta de um projeto com justificativas e exposição de motivos para a modernização do APEES. Lazzaro e Franceschetto apresentaram respostas para a análise do governador e debateram sobre propostas para o APEES. A nomeação dos diretores Agostino Lazzaro e Cilmar Franceschetto ocorreu em um contexto no qual o mérito das proposições foi avaliado de modo que Vitor Buaz (PT) optou por nomear ambos ao invés de preferir uma indicação política.

A nomeação de Agostino Lazzaro para direção-geral do APEES significou uma oportunidade para que a dimensão cultural do APEES pudesse ser explorada, pois o diretor possuía ampla experiência na área de produção cultural, seja pela via artística ou antropológica. Este histórico influenciou de forma positiva a sua atuação no ambiente institucional do APEES.

O APEES passou à Secretaria de Estado da Cultura e Esporte através da Lei Complementar nº 76, de 23 de janeiro de 1996. Uma das atribuições definidas era desenvolver, promover e preservar a cultura e manifestações artísticas no Estado, incluindo o planejamento, organização, coordenação e apoio ao desenvolvimento da política do esporte amador e a recreação no âmbito estudantil e comunitário. Destacamos que neste momento ainda não existia uma autonomia da cultura, como já acontecia na esfera federal há mais de dez anos em relação ao ano de posse da Gestão Lazzaro (1995-2015).

¹⁰⁷ Segundo a concepção de Coelho (1997).

¹⁰⁸ Chefe da Coordenadoria de Folclore da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em 1997, a Gestão Lazzaro (1995-2015) estabeleceu um convênio do APEES com o Ministério da Cultura, conseguindo o montante de R\$ 50 mil, que foi utilizado na informatização e treinamento de pessoal. Havia falta de funcionários no APEES e as instalações do prédio ainda eram precárias. A Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015) fez uma previsão de R\$ 300 mil para solucionar o problema da falta de estrutura. Alguns documentos não puderam ser preservados durante esse período e foram destruídos pelo acondicionamento precário e problemas na conservação. Neste ano o Arquivo Nacional forneceu a relação dos imigrantes ao APEES.

No mesmo ano, o Instituto Teuto doou livros raros em estilo gótico para a Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes. Consideramos relevante destacar que atualmente essa biblioteca possui cerca de quatro mil livros, 50 mil exemplares de jornais e revistas, e 1.788 publicações oficiais com temática capixaba. Sua formação deu-se mediante doações, recolhimentos de outros órgãos, principalmente o acervo de documentos especiais, totalizando em média 10.000 (dez) mil volumes impressos, entre livros e periódicos.

Na Gestão Lazzaro (1995-2015), houve centenas de doações da Divisão de Memória do Departamento de Estado de Cultura do Instituto Jones Santos Neves e do Instituto Teuto de Vitória. A biblioteca de apoio do APEES está subdividida em: sala de consulta, sala do acervo de documentos especiais, acervos fotográfico, sonoro, plantas e mapas, microfimes, etc., armazenados em ambiente climatizados com controlador de umidade relativa do ar; sala de documentos impressos: anais, anuários, boletins, jornais legislação avulsa do Espírito Santo, publicações oficiais, publicações dos órgãos do Poder Executivo, relatórios e mensagens dos presidentes de província e dos governadores, revistas, livros sobre o Estado do Espírito Santo; e pelo fundo fechado da escritora Maria Stella de Novaes, doada ao APEES pela sua família; Sala de Processamento Técnico: sala onde é realizado todo o processamento técnico do material pertinente à biblioteca de apoio.

Nota-se que desde 1997 há presença de articulação do APEES com os arquivos municipais. Contudo, a articulação foi procrastinada pela burocracia. Também no mesmo ano, a antiga sede do APEES recebeu dedetização gratuitamente de um empresário, o que contribuiu para melhorar a situação precária das instalações.

Também é a partir de 1997 que o APEES passa a colaborar com o Departamento de Biblioteconomia da UFES no Curso de Especialização em Arquivos que contou com a parceria entre a UFES, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade de São Paulo (USP) e o Arquivo Nacional (AN).

Em 1998 inaugurou-se o “Banco Etnográfico” que resultou da catalogação dos grupos imigrantes considerando a sua diversidade. Se Lubar (1999) aponta que o arquivo tem sido o mais desprezado de todos os objetos etnográficos, então esse caso foi um exemplo de como valorizar o documento do ponto de vista da etnografia.

Aliás, o próprio APEES produziu documentação (principalmente fotografias) sobre pomeranos, negros, italianos, austríacos, alemães, índios e outros grupos étnicos: esse acervo seria doado a um “Museu da Etnia”, que ficaria na sede do arquivo quando houvesse a mudança já planejada desde então. É preciso salientar que essa produção de documentos não descaracteriza sua identidade, pois ocorreu naturalmente no exercício de suas atribuições e no cumprimento de projetos.

No fim deste primeiro ciclo da Gestão Lazzaro (1995-2015) foram adquiridas máquinas de reprodução por papel fotográfico e equipamentos de informática. Essa informatização do APEES também impactou seus produtos, pois o “Banco Etnográfico” seria informatizado.

O Governo José Inácio Ferreira (1999-2003) mantém a Gestão Lazzaro (1995-2015) e entende o APEES como lugar de política. O governador reconheceu o poder do documento de representar e de como é possível mediatizar esse poder. Dentre os diversos casos, sublinhamos o anúncio da entrega do registro de entrada de imigrante que seria feita pessoalmente pelo governador ao jogador Athirson da Seleção Brasileira e do Clube de Futebol do Flamengo. Ainda que o APEES fosse lugar de política e poder pela própria natureza dos arquivos como dispositivos, o Governo José Inácio Ferreira (1999-2003) fez uso arguto dessa natureza. É preciso sublinhar que este foi um governo ainda mais conturbado que o anterior, sendo o governador ameaçado de *impeachment* por casos de cobrança de propina a empresas. Aconteceram prisões, casos de desvios de dinheiro para campanhas e investigações sobre o desvio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Legislativo passou a conduzir o Espírito Santo e se envolveu com o “Esquema das Associações” que desviava recursos. Com as instituições desacreditadas, o crime organizado ameaçou seriamente a ordem no Estado do Espírito Santo e houve pedido de intervenção federal.

Ainda em 1999, a Gestão Lazzaro (1995-2015) conquistaria um parceiro estratégico: a empresa “Xerox”. E isso permitiu a informatização do banco de dados oriundo do “Banco Etnográfico” que a partir desta ocasião seria chamado de banco de dados “Imigrantes” e depois “Projeto Imigrantes”.

Em 2000, o APEES foi considerado o arquivo mais bem organizado do Brasil por Daniela Ferrari, diretora do Arquivo Estadual de Milão, que estabeleceu parceria via Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) da UFES em um convênio com o Politécnico da Universidade de Milão. Convênio este que acordava o intercâmbio de informações da entidade com o APEES. A FCAA seria parceira do APEES no projeto “Cartório Itinerante de Imigrantes”¹⁰⁹, que difundia nos municípios e fornecia os registros de entrada de imigrantes aos cidadãos interessados. É interessante notar que, a partir do entendimento cartorial do arquivo como lugar de prova, direito e registro, o APEES projetou um espaço móvel que também permitia a difusão do arquivo como lugar do desfrute cultural. O “Cartório Itinerante de Imigrantes” seria o embrião do “Arquivo Itinerante” presente em eventos culturais com interação participativa do público, chegando mesmo a ser requisitado pelos municípios capixabas. Ao mesmo tempo em que se desenvolviam projetos que serviriam como plataformas para as práticas de mediação cultural, a Gestão Lazzaro (1995-2015) também se preocupava com os arquivos eletrônicos no âmbito da Gestão Documental. A culminância legal dessa preocupação é o Decreto Regulamentar nº 434/2000. Neste decreto ficou instituído o “Programa Estadual de Gerenciamento Eletrônico de Documentos” voltado aos meios de armazenamento, manuseio e segurança dos arquivos, informações e dados nos órgãos da Administração Direta e nas Autarquias do Poder Executivo Estadual. Em 2000, o APEES amplia intercâmbio com as associações de imigrantes. Na época havia 23 associações somente de imigrantes italianos. No mesmo ano firmou-se parceria com a Casa de Cultura de Domingos Martins.

Nota-se que o trabalho desenvolvido no APEES produziu o reconhecimento da cultura capixaba. Afinal, as inúmeras etnias, o folclore e o mosaico cultural do território estadual ficaram mais evidentes para o governador. Ele tomou a iniciativa de implementar, pela Lei Ordinária nº 6237/2000, o “Programa Estadual de Identificação e Referenciamento de Bens Culturais de Natureza Imaterial”. O programa cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Essa lei foi a primeira no país a tratar do assunto, de modo que ela abriria escopo para incluir no rol do patrimônio capixaba as manifestações culturais como o ticumbi, a marujada, o casamento pomerano, o jongo e a festa da polenta.

Em 2001, o APEES colaborou com o Museu Histórico de Domingos Martins na digitalização dos documentos. No mês de outubro desse ano, o APEES foi destaque no jornal “A Gazeta” onde foram destinadas duas páginas na seção infantil promovendo a imagem do

¹⁰⁹ É preciso notar que houve uma mudança no projeto original de modo que o banco de dados não trata apenas de mapear aspectos etnográficos e passa a ser um serviço para emissão de certidão probatória

arquivo não só para a sociedade civil representada nos leitores, mas também ao público infanto-juvenil. Lá podia-se ver a associação entre arquivos e as gerações mais novas que, em certa medida, significam o futuro. Essa parceria com a imprensa permeou a atuação da Gestão Lazzaro (1995-2015) e foi em parte responsável pela difusão do APEES. Como explica o diretor-técnico:

É válido registrar que essa parceria com a imprensa, inclusive nos países de origem dos imigrantes (Itália, Suíça, Alemanha, Holanda e Áustria), foi muito positiva na disseminação dessas informações, reforçando a importância do APEES junto à sociedade e ao Governo do Estado. (FRANCESCHETTO, 2014, p. 30).

Para efeito ilustrativo, apresentamos na Figura 1, a imagem que registra o arquivo representado na imprensa local para o público infantil:

Figura 1 – Arquivo Público representado para o público infantil



Fonte: Jornal A Gazeta Vitória - ES (2001)¹¹⁰

¹¹⁰ Jornal A Gazeta Vitória (ES), sábado, 27 de outubro de 2001.

O Governo Inácio Ferreira (1999-2003) teve inúmeras dificuldades na área política e na área econômica, isto impactou o montante destinado ao APEES respectivamente às práticas de mediação cultural.

Mesmo com a mudança para o Governo Paulo Hartung (2003-2011) a Gestão Lazzaro (1995-2015) foi mantida durante todos os dois mandatos do governador. Segundo Humberto Ribeiro Júnior (2011), no Governo Paulo Hartung (2003-2011) houve o pagamento das dívidas e dos salários atrasados, o saneamento de problemas econômicos para recuperar o crédito do Estado nas áreas necessárias ao desenvolvimento e dedicou-se a modernização do Espírito Santo através de uma reforma na estrutura administrativa do Estado adequada ao modelo neoliberal. O autor conclui que ocorreram avanços macroeconômicos, de modo que as crises econômicas e administrativas foram sanadas.

O poder executivo publicou o relatório “Novo Espírito Santo - Governo do Estado 2003-2010” com autoria do professor José Antônio Martinuzzo em 2010. Há páginas dedicadas as ações conjuntas com a SECULT. Figura ali o “Projeto Memória Capixaba”, que envolvia a publicação de obras historiográficas sobre o Espírito Santo: Duas publicações em 2008 - História do Estado do Espírito Santo, de José Teixeira, e Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, de Levi Rocha. Notamos a presença do APEES neste mesmo documento:

Entre os anos de 2003-2010 o APEES melhorou sensivelmente os serviços oferecidos aos usuários, tendo sido, inclusive, reestruturado o quadro organizacional da instituição, que se encontrava muito defasado e não atendia às necessidades para o bom funcionamento do órgão. O concurso público para arquivistas, bibliotecários, entre outros cargos afins, já está sendo encaminhado pela administração estadual. Foi nesse período que o Arquivo viu seu esforço reconhecido pela sociedade capixaba e pelo Governo do Estado como instituição pública de relevante importância para a gestão administrativa e para a preservação da memória e história política e social dos capixabas [...] Em suma, nos últimos oito anos o APEES passou por uma série de transformações. Ganhou respaldo junto à sociedade como instituição de guarda da memória capixaba e reconhecimento da administração estadual. (MARTINUZZO, 2010, p. 296).

A obra de Martinuzzo (2010) destaca a inauguração da nova sede e a restauração da estrutura da antiga sede, que foi transformada no “Memorial Capixaba”: espaço para a divulgação da história do Espírito Santo. O autor contempla assuntos concernentes as atividades do APEES tais como Gestão Documental, o Arquivo Itinerante, Caminho do Imigrante, Projeto Biblioteca Digital, Projeto Imprensa Capixaba e Censos Populacionais do

Século XIX, publicações, auxílio à criação de arquivos públicos junto a prefeituras e o Projeto Memórias Reveladas.

No ano de 2011 o Comitê Nacional do Brasil da Memória do Mundo da UNESCO, alocado no Ministério da Cultura pela portaria nº 259 de 2 de setembro de 2004, nominou o acervo do APEES dentre outros a partir de uma nomeação ao Registro Internacional proposta em conjunto com diversos arquivos públicos¹¹¹. Em 18 de dezembro de 2014 o APEES recebeu o certificado que reconhece parte do acervo do APEES como patrimônio mundial¹¹². Isso ocorreu em decorrência de sua ligação orgânica com os Fundos da Rede de Informações e Contra-informação do Regime Militar no Brasil (1964-1985) agregado ao Banco de Dados Memórias Reveladas do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985).

No que corresponde ao vínculo administrativo, o APEES passou a ser vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão através do Decreto nº 1.128-R de 03 de fevereiro de 2003. E depois mudou seu vínculo pelo Decreto nº 1.320-R de 03 de maio de 2004, quando se vinculou à SECULT.

Julgamos necessário observar que a vinculação do APEES à Secretaria de Estado da Cultura não deve ser confundida com a Secretaria de Cultura e Esportes, que antes era denominada “Secretaria de Educação e Cultura”. O mesmo pode ser dito em relação ao MinC, que não pode ser confundido com o antigo Ministério da Educação e Saúde ou com o Ministério da Educação e Cultura. De um modo geral, pontuamos que cada momento da história das instituições públicas corresponde a uma mudança de nomenclatura, de atribuições, estruturas e significados.

Em 2005, há o início de um processo de mudança física no APEES, que tem nova sede situada na Rua Sete de Setembro, nº 414 no Edifício Getúlio Rezende. No passado, este

¹¹¹ Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco, Arquivo Público do Maranhão, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento de Arquivo do Paraná e o Arquivo da Universidade Federal de Goiás.

¹¹² Segundo Ray Edmondson (2002), o Programa Memória do Mundo da UNESCO parte do princípio de que há conjuntos documentais são tão relevantes quanto os lugares que figuram na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Neste sentido ele define alguns valores que podem ser atribuídos ao patrimônio documental dentre os quais destacamos: o valor social, o valor histórico, o valor científico, o valor artístico, o valor linguístico, o valor estilístico, o valor etnográfico, o valor antropológico, o valor estético e o valor cultural. Para Edmondson (2002) o Programa Memória do Mundo busca incentivar o acesso, a preservação e a transcendência para além dos limites do tempo e da cultura tendo em vista que o patrimônio documental reconhecido pelo Programa Memória do Mundo deve estar acessível a todos os povos no presente e no futuro.

espaço era ocupado por uma oficina de vagões e, hoje, é parcialmente dividida com a Secretaria da Casa Militar¹¹³. As atividades na antiga sede finalizaram em 2008.

Consideramos que é preciso registrar alguns aspectos estéticos de dois espaços da nova sede: o jardim zen e a sala de consulta. O primeiro está situado no terraço no último andar ocupado pelo APEES e está preenchido por muitas pequenas pedras brancas que formam ondulações e algumas pedras grandes que rompem com simetria do jardim. O jardim zen é rodeado por vasos com plantas e é um espaço aberto com vista para os prédios históricos da rua Sete de Setembro e para a vegetação do Morro da Fonte Grande onde há uma unidade de conservação natural. O jardim zen é um espaço para contemplação, relaxamento, leituras descontraídas de obras que são trazidas pelos funcionários ou visitantes. É um espaço que existe no APEES por influência do gestor Agostino Lazzaro. Há outros jardins zens no APEES, porém bem menores e localizados em cantos que podem ser vistos por se estar de passagem. A sala de consulta possui colunas com o sobrenome dos imigrantes e está integrada ao espaço para exposições assim como a biblioteca de apoio, a mapoteca e outros espaços para guarda de documentos. Os consulentes são provocados esteticamente a buscar o nome de seu familiar, a contemplar a exposição em cartaz e ainda a descobrir outros gêneros de documentos. Assim, apreendemos que o espaço da nova sede é marcado por uma valorização da estética que pode vir a despertar o público para um valor cultural do arquivo enquanto espaço.

Também em 2005, o decreto regulamentar nº1552 instituiu o Programa de Gestão Documental (PROGRED). A gestão de documentos é, a nosso ver, uma contribuição na luta contra o ocultamento do arquivo contemporâneo, pois a gestão documental contribui para o acesso à informação. Neste sentido Maria Odila Fonseca (1999) apresenta o direito de acesso à informação como direito humano fundamentando-se no jurista Celso Lafer. Para a autora o ocultamento de documentos arquivísticos é consequência dos atos daqueles que detêm o poder e buscam conservá-lo valendo-se do ocultamento de si mesmos (o poder oculto) e do ocultamento de algo que não lhes convém que se torne público (o poder que oculta).

Atualmente o Programa de Gestão Documental é levado a cabo pelo Comitê Gestor que inclui o APEES, a referida Secretaria e o Instituto de Tecnologia da Informação e

¹¹³ Responsável pela polícia militar e pela segurança do governador, sendo seu acesso ao prédio do APEES pelo Palácio da Fonte Grande onde, por sua vez, é a sede do governo e funcionam as seguintes estruturas: Superintendência de Comunicação, Casa Civil, Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Estado de Governo, Gerência do Palácio e Residências Oficiais, Vice-Governadoria, Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas, Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana.

Comunicação do Espírito Santo. Neste sentido o APEES presta assessoria aos 60 órgãos do executivo estadual. Vale ressaltar que muitos deles possuem contratos de terceirização de guarda de documentos em fase intermediária o que se constitui de um desafio, o desocultamento do arquivo contemporâneo. Apesar do desenvolvimento contínuo do programa de gestão documental, não constatamos que exista uma política arquivística formal o que gera alguns óbices como a impossibilidade de identificar o responsável pela preservação da autenticidade dos documentos.

Em 2006, a mensagem do governador Paulo Hartung evidencia a proximidade do executivo com o APEES, seus problemas e desenvolvimento:

Submeto ao exame dessa Assembleia Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar que cuida da reorganização da estrutura do Arquivo Público Estadual – APEES, considerando o grande salto da qualidade do órgão, no tocante ao atendimento público, pois cresce diuturnamente a procura por documentos sob sua guarda. Hoje, os recursos humanos do Arquivo Público são escassos. Também, os recursos financeiros são de pouca monta, mas com muita ousadia, criatividade e colaboração dos seus pesquisadores são feitas as buscas necessárias e atendidas todas as requisições. Entretanto, para que o Arquivo Público possa avançar ainda mais, adequando-se às exigências e novas demandas sociais, necessário se torna a sua modernização para atender de modo mais eficiente o interesse do contribuinte e de todos os seus usuários com um serviço de qualidade. Em observação às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal encaminhado, anexo, Declaração de Atendimento ao Limite de Pessoal definido pela LRF, corroborado pelo Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Janeiro/2005 a Dezembro/2005 e evolução da receita do ano de 2005. Eis, pois, de forma sucinta as razões para a reorganização do citado órgão estadual, cuja estrutura data de 1987, com pequena alteração e 1994, para o que peço o empenho dessa ilustre Casa de Leis na aprovação do presente Projeto de Lei. (ESPÍRITO SANTO, 2006, não paginado).

Assim, ficou aprovada a Lei Complementar nº 370, de 03 de julho de 2006, que modificou a estrutura organizacional. Foram definidos quatro níveis na hierarquia: Nível de Direção Superior, com o cargo de Diretor Geral; Nível de Gerência, para os cargos de Diretor Técnico e Administrativo; Nível de Atuação Instrumental, exercido pelo Grupo Setorial Financeiro sob orientação procedimental da Secretaria da Fazenda (SEFAZ); Nível de Execução Programática, exercido pela Coordenação de Recursos Humanos, de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos, de Reprodução de Documentos, de Preservação do Acervo, de Acesso à Informação, de Atendimento ao Usuário, Coordenação de Tecnologia da Informação e de Gestão de Documentos. Se para Bellotto (2014) os serviços culturais são legitimados em caráter oficial pela instituição arquivística pública, então, em certa medida, houve uma perda quando a Coordenação de Acesso à Informação assimilou as atribuições do “Departamento de

Pesquisa e Apoio Cultural”. Neste sentido, atualmente não há na estrutura uma coordenação dedicada exclusivamente ao serviço cultural.

Em primeiro de janeiro de 2007, Paulo Hartung assume o cargo de governador após ser reeleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 2007, a Portaria nº 17-R regulamentou os procedimentos sobre a avaliação dos arquivos no âmbito do executivo estadual e instituiu também as Comissões de Avaliação de Documentos. Atualmente estas Comissões estão cadastradas no *site* do Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo. De acordo com Luiz Silva (2013), para capacitar os funcionários a atuarem junto a comissões de avaliação de documentos, 700 servidores receberam treinamento, ministrados na Escola de Serviço Público. Segundo o autor foram estabelecidos convênios com pelo menos 08 municípios: João Neiva, Cariacica, Irupi, Itaguaçu, Marataízes, Muniz Freire, Afonso Cláudio, Vila Velha.

Em 2008, a Gestão Lazzaro (1995-2015) lança o Projeto Imigrantes¹¹⁴ no portal do APEES. Assim, fica disponibilizado via internet os diversos dados referentes aos imigrantes estrangeiros que aportaram no Espírito Santo. Ainda no mesmo ano é institucionalizada a iniciativa “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil” da Casa Civil da Presidência da República, coordenada pelo Arquivo Nacional. O APEES é um dos pioneiros na organização, catalogação, descrição, reprodução e publicação em uma base de dados dos documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Social e Política do Espírito Santo (DOPS/ES) durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

Neste ano também se inicia a ocupação da nova sede e isso significou o início de uma vitória na luta contra o ocultamento do arquivo, pois a terceirização do armazenamento dos documentos foi uma constante até que se completasse a transição. A mudança para nova sede exigiu dos funcionários uma atenção extraordinária. O processo ocorreu na medida em que avançava a reformava no prédio, que era ocupado gradualmente de cima para baixo da estrutura predial. Assim o primeiro espaço a ser utilizado foi o quinto andar e gradualmente os fundos foram migrando para o novo espaço. A empresa não era especializada na mudança de arquivo, de maneira que era preciso supervisionar o trabalho. Esta fase de mudança impactou os serviços que, em algumas ocasiões, chegaram a ser fechados ao público. O último espaço a ser inaugurado foi o térreo, onde funciona a sala de pesquisa, o espaço de exposições, a biblioteca de apoio e a mapoteca. No final de 2008 o APEES foi homenageado com o Prêmio Bienal São Benedito por preservar a cultura popular no Espírito Santo.

¹¹⁴O portal imigrantes está disponível no seguinte endereço: <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/>>.

Em 29 de Janeiro de 2009, foi publicada uma matéria no Diário Oficial dos Poderes do Estado apresentando o resultado do “Banco de dados etnográficos” intitulado agora como “Projeto Imigrantes”. Apontou-se que mais de 600 mil consultas foram realizadas. O APEES se tornou publicamente uma referência na disponibilização dos “registros da entrada de imigrante”. Tais registros eram buscados principalmente para aquisição da cidadania italiana, alemã, austríaca, holandesa, espanhola e portuguesa.

A mudança para o Governo Casagrande (2011-2015), que compreende o período de 2011 a 2015, não diminui o desenvolvimento do APEES no aspecto cultural. Ao contrário, como veremos no próximo capítulo, foi até 2015 o período em que o APEES conseguiu alcançar os melhores resultados qualitativos e quantitativos em práticas de mediação cultural. Durante o Governo Casagrande (2011-2015) o estado logrou a primeira colocação na lista das unidades da federação com domicílios em condição de segurança alimentar (IBGE, 2014). O Espírito Santo alcançou um dos maiores Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil (IBGE, 2012) estando atrás apenas do Distrito Federal, de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo os dados do Atlas Brasil, no ano de 2013, a capital do Espírito Santo, Vitória, obteve o terceiro Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dentre os 5.565 municípios do Brasil. No campo econômico, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES, 2015) aponta que, em 2014, houve um avanço de 3%, e em 2015 o Estado vai crescer 3,5%. A referida federação destaca ainda que, considerando a média dos últimos cinco anos, o Estado cresceu 4,5%, em face de 2,7% do país.

Neste cenário de crescimento econômico, em 2011 é inaugurada a nova sede que ampliou a metragem da antiga de 560 metros quadrados para 2.642,41 metros quadrados, além de aquisição de equipamentos que somavam mais de quatro milhões de reais.

Isso incluiu equipamentos de informática, aparelhagem de adaptação para pessoas com necessidades especiais, estantes deslizantes, desumidificadores e instalações de laboratórios como o laboratório de microfilmagem. A nova sede também dispõe de um auditório para 90 pessoas. Ainda nesse ano foi publicado pelo APEES o produto de um trabalho de descrição que ajudou a organizar o fundo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda: um inventário analítico organizado pelos professores do Departamento de Arquivologia da UFES André Malverdes e Margarete Moraes.

Em 2012, o APEES lançaria um instrumento técnico que referenciava as peças documentais contempladas pelo “Projeto Memórias Reveladas”: o catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do

Estado do Espírito Santo. Essa publicação técnica foi organizada pelo professor Pedro Ernesto Fagundes da UFES. É preciso salientar que a parceria com o Departamento de Arquivologia da UFES, através dos professores André Malverdes, Margarete Moraes e Pedro Ernesto Fagundes, renovou a publicação de instrumentos de pesquisa que estava inanimada desde o catálogo do professor Eurípedes Franklin Leal em 1998.

Se por um lado a Gestão Lazzaro (1995-2015) avançou na difusão de instrumentos de pesquisa pela Internet, por outro lado desenvolveu uma estratégia de práticas de mediação cultural. Em outras palavras, iniciou-se uma real interação com as diversas populações, sem que o APEES estivesse fechado na linguagem técnica distante da diversidade dos cidadãos. Além disso, é somente na Gestão Lazzaro (1995-2015) que o APEES, por iniciativa própria, fica subordinado a SECULT.

Apesar do vínculo institucional da SECULT com o APEES, o apoio à cultura não figura entre as finalidades da instituição arquivística, pelo menos não oficialmente, uma vez que o atual regimento eliminou a “Divisão de Apoio Cultural”. As exposições e a divulgação do acervo ficaram a cabo da “Coordenação de Acesso à Informação”. A última substituiu funcionalmente a “Divisão de Apoio Cultural”, que tinha como jurisdição as seguintes atividades: manutenção da biblioteca de apoio do APEES e dos documentos especiais tais como fotos, *slides*, mapas, microfilmes, fitas cassete; edição de publicação para divulgação do acervo; a manutenção de intercâmbio com instituições similares no Brasil e no exterior. Apesar de não manter uma estrutura interna com atribuições especificamente culturais. Desse modo, as práticas de mediação cultural ficam sem previsão formalizada para recursos a serem utilizados na área. Contudo, sabemos que houve práticas culturais pelas evidências nos fundos APEES, assim como através de declarações públicas como o discurso do governador Renato Casagrande em visita a nova sede:

A sede do Arquivo Público, no Centro de Vitória, é uma grande conquista, pois o prédio é um exemplo de resgate e valorização do patrimônio histórico. Queremos que as atividades culturais estejam cada vez mais fortalecidas nessa região por meio do trabalho conjunto entre o Governo e as entidades ligadas à cultura (ESPÍRITO SANTO, 2012, não paginado).

A nosso ver o reconhecimento do APEES como um órgão ligado as atividades do setor cultural não está primordialmente ligado ao seu vínculo administrativo com a SECULT, mas é fundamentado na atuação da entidade, principalmente, durante a Gestão Lazzaro (1995-2015), Considerando a ligação com a SECULT e outras secretarias, julgamos pertinente representar a

diversidade dos vínculos administrativos do APEES ao longo de sua trajetória no quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Cronologia da legislação sobre o APEES, seus vínculos e status administrativos (1863 – 2004)

Espécie e número	Data	Vínculo	Status
Relatório da Presidência	1863	Secretaria de Governo	Repartição
Relatório da Presidência	1888	Secretaria de Governo	Arquivo Provincial
Decreto da Presidência n.º 135	1908	Superintendência do Diretor da Instrução Pública Primária e Secundária	Repartição Anexada
Decreto da n.º 583	1910	Diretoria do Interior e da Justiça	Repartição Anexada
Decreto da n.º 4.404	1921	Secretaria do Interior	Repartição Anexada
Decreto n.º 142	1943	Secretaria do Interior e Justiça	Departamento Anexo
Decreto n.º 15.090	1943	Secretaria do Interior e Justiça	Departamento
Lei Delegada n.º 1	1967	Departamento de Administração Geral	Órgão custodiador dos três poderes
Lei n.º 2.296	1967	Departamento de Administração Geral	Órgão integrado a estrutura
Lei n.º 2.942	1974	Divisão de Seleção, Documentação e Divulgação da Secretaria de Administração	Diretoria
Decreto Normativo n.º 877	1976	Departamento de Comunicações e Documentação	Chefia
Decreto n.º 2.270	1981	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	Órgão Central do Sistema Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas
Lei Ordinária n.º 3.932	1987	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	Órgão em regime especial
Decreto Normativo n.º 3737	1994	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos	Órgão em regime especial
Lei complementar n.º 76	1996	Secretaria de Estado da Cultura e Esportes	Órgão em regime especial
Decreto Regulamentar n.º 1.128	2003	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Órgão em regime especial
Decreto Regulamentar n.º 1.320	2004	Secretaria de Estado da Cultura	Órgão em regime especial

Fonte: Elaborado pelo autor com base em decretos, leis e relatórios presidenciais dos presidentes de província e nos fundos do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Como veremos no próximo capítulo, até o momento, a vinculação administrativa com o SECULT não foi sinônimo de ações conjuntas no âmbito das práticas de mediação cultural. Perguntamo-nos então: quais semelhanças e diferenças nas variações existentes entre o APEES ao ser comparado com outros arquivos estaduais do sudeste?

Em termos de vínculos institucionais a trajetória do APEES só é totalmente similar aos outros arquivos estaduais do sudeste no seu vínculo duradouro com a Secretaria do Interior e Justiça. Essa vinculação foi compartilhada por todos os arquivos estaduais do sudeste em algum momento de suas trajetórias.

Há uma similaridade entre o APEES, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Arquivo Público Mineiro (APM): a Cultura. Cabe destacar que o segundo passou para Casa Civil em 2007 ao passo que o terceiro permaneceu na Secretaria de Cultura desde 1983.

Além disso, há também em comum com esses dois arquivos estaduais a Educação. O APEES esteve ligado à Superintendência do Diretor da Instrução Pública Primária e Secundária. O APM, por sua vez, esteve vinculado à Secretaria de Educação. Por fim, o Arquivo do Estado de São Paulo foi ligado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (1931).

Há ainda outra vinculação comum com o Arquivo do Estado de São Paulo, porque ambos estiveram subordinados à Secretaria de Governo, embora em épocas bastante diferentes: o primeiro no império e o segundo na república.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro esteve administrativamente vinculado à Secretaria de Administração e também ao APEES quando este pertencia a divisão de seleção, documentação e divulgação da Secretaria de Administração.

Não apenas o APEES possuiu todos os outros vínculos apresentados pelos outros arquivos estaduais do Sudeste, mas também deteve vínculos que nenhum outro mais dispôs, tais como: a) o Departamento de Comunicações e Documentação; b) a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Portanto, a trajetória do APEES é ímpar em relação aos outros arquivos estaduais do sudeste no sentido de apresentar a maior variação de vínculos administrativos ao longo do tempo.

É também notável que o status jurídico-administrativo do APEES variou significativamente e que a partir de 1987 mantém-se como órgão em regime especial. Isso lhe faz o único arquivo estadual do Sudeste com essa característica sem que o órgão desfrute da autonomia que necessita para, por exemplo, captar recursos diretamente do exterior como o *International Archival Development Fund*.

5 MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lemay (2012) afirma que estabelecer uma tipologia das práticas artísticas seria um avanço para a Arquivística, o que não deixa de estar incluído em nosso objetivo de mapear as práticas de mediação cultural no APEES. Assim, nesta seção, vamos expor os resultados do mapeamento das práticas de mediação cultural em uma perspectiva diacrônica, apresentando resultados qualitativos e quantitativos a partir da pesquisa documental nos fundos de arquivo do APEES. Os resultados qualitativos foram classificados de acordo com as tipologias de Vela (2001) que foram referência fundamental para a categorização das práticas de mediação cultural do APEES.

Se para Benxayer (2004), a abrangência nas práticas culturais é tão vasta nos arquivos franceses que é preciso admitir a impossibilidade do esgotamento das atividades e dos recursos fomentados em direção ao público, isso não é menos fidedigno no caso do APEES, pois notamos uma abrangência significativa de tipos como será possível observar ao longo deste capítulo.

Discorreremos sobre as práticas que se destacaram por não serem tradicionalmente associadas aos arquivos, pelo amplo alcance junto ao público, pela metodologia diferenciada na sua execução, ou ainda, por contribuírem para ensejar discussões atuais sobre mediação cultural nos arquivos.

Por um lado, dentre as práticas associadas à mediação cultural, integra a tipologia “publicações” que corresponde a um número significativo a partir da Gestão Lazzaro (1995-2015). Por outro lado, não podemos deixar de apontar as publicações da Gestão Pupa (1987-1995) que foram consideradas como práticas de difusão: Catálogo de Jornais e Relatórios dos Presidentes de Província do Espírito Santo; Fontes para a História da escravidão negra no Espírito Santo; Legislação Provincial do Espírito Santo (1835-1888) - ementário; Legislação Republicana do Espírito Santo (1889-1930) – ementário; Catálogo de Documentos Especiais – Acervos Sonoros (1975-1987); Bibliografia de publicações oficiais do Espírito Santo; Catálogo de Acervos Fotográficos – Acervos Sonoros (1951-1957); Fundo Fazenda – inventário (1836-1966, v. 1). As publicações da Gestão Pupa (1987-1995) resultaram de atividades estritamente técnicas com uma dinâmica emissiva de informações. Também por se aproximarem do conceito de difusão, não foram incluídas no mapeamento as seguintes publicações técnicas da Gestão Lazzaro (1995-2015): “Catálogo de Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)” organizado por João Eurípedes Franklin Leal;

“Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado do Espírito Santo - Atividades-meio”, “Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade - Atividades-fim”¹¹⁵ e o “Manual de Gestão Documental” (APEES, 2012) publicado pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação. Também foram consideradas como práticas de difusão as seguintes publicações *on-line*:

- a) Projeto Censos Capixabas: tem como objetivo divulgar a partir da *home page* do APEES na internet, fac-símiles e transcrições paleográficas de fontes documentais (mapas e/ou listas nominais de população, estatísticas dentre outros) provenientes de diversos fundos do APEES sobre a população capixaba no século XIX. Voltado ao público acadêmico, com interesse em diversas áreas de pesquisa como: Demografia Histórica, História Cultural, História Social, História da Família e Genealogia.
- b) Projeto Imprensa Capixaba: reúne 73 títulos de periódicos microfilmados por meio do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, coordenado por Esther Caldas Guimarães Bertolotti, da Biblioteca Nacional. Os periódicos referentes ao Espírito Santo foram disponibilizados pelo APEES em 1986, que também participou como parceiro no projeto. Na ocasião foi publicado o catálogo *Jornais e Relatórios de Presidentes de Província – ES em Microformas*, para auxiliar os pesquisadores na consulta dessa importante fonte de pesquisa. Disponíveis então, 72 títulos de jornais de 13 municípios capixabas, assim distribuídos: Vitória - 38; Cachoeiro de Itapemirim - 9; Itapemirim - 8; Santa Leopoldina - 3; Muqui - 3; Anchieta-Benevente - 2; São Mateus - 2; São Pedro do Itabapoana (atual distrito de Mimoso do Sul) - 2; Castelo - 1; Demétrio Ribeiro (distrito de João Neiva) - 1; Guaçuí - 1; Muniz Freire - 1 e Rio Novo do Sul - 1.
- c) “Biblioteca digital obras raras”, que disponibiliza *on-line* os seguintes documentos históricos: História da Litteratura Espírito-Santense - Affonso Claudio (Prefácio de Cloves Ramallete à edição fac-símile de 1981); “Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo”, publicado em 1878 e de autoria de Cezar Augusto Marques; Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo (1842-1888); Mensagens dos Presidentes do Estado do Espírito Santo (1892-1930); “Memorias para servir à historia até o anno de 1817, e breve noticia estatística da capitania do Espirito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escritas em 1818, publicadas em 1840 por

¹¹⁵ Planos e tabelas que foram tecnicamente organizadas junto aos seguintes órgãos: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (IPEM), Instituto Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON), Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN), Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE).

hum capixaba” por Francisco Alberto Rubim em Lisboa Imprensa Nevesiana; Livro de Tombo da Vila de Nova Almeida; Geologia e Geografia Física do Brasil de Charles Frederick Hartt com tradução de: Elias Dolianiti, Edgard Sússekind de Mendonça publicado em 1941; “Provincia do Espirito-Santo Sua Descoberta, Historia, Chronologica, Synopsis e Estatistica” de Bazilio Carvalho Daemon publicado em 1879; d) Publicações no *website* do APEES que não estão claramente vinculadas a um projeto: Revista do Instituto História e Geographico do Espírito Santo (1917-1935); Recenseamento do Brazil, Realizado em 01 de setembro de 1920 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, Directoria Geral de Estatística; Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840).

Mas, ora, se um número expressivo de publicações passou pelo filtro conceitual determinado pelas definições formuladas na introdução da pesquisa, então quais as características daquelas publicações que foram consideradas nas séries estatísticas de práticas de mediação cultural?

A obra de Franceschetto (2014b) pode ilustrar as particularidades de uma publicação que está no rol das práticas de mediação cultural. Em primeiro lugar, o livro tem origens no projeto que explorava a cultura do ponto de vista da etnografia: o “Banco de dados etnográfico”¹¹⁶ do APEES. Além disso, a publicação contou com a participação direta dos descendentes de imigrantes, prefeituras, associações culturais, pesquisadores, instituições mantenedoras de acervos que forneceram informações, cópias de documentos e fotografias.

O objetivo do exemplar foi democratizar o usufruto do direito cultural a identidade de um projeto desenvolvido desde 1995. Esse direito cultural é ligado à construção da ideia de pertencimento a uma cultura e a identidade materializada no documento que permite o acesso à dupla cidadania. A cidadania italiana ainda é muito aspirada pela população de origem trentina, lucana, friulana e, italiana que, segundo o sociólogo Renzo Grosseli (2014),¹¹⁷ corresponde a 65% da população capixaba. Houve também um cuidado com o leitor na estética da edição¹¹⁸; nota-se a abordagem de múltiplos temas que consideram o público indo além das especificidades técnicas do trabalho: a imigração, processo de aquisição de

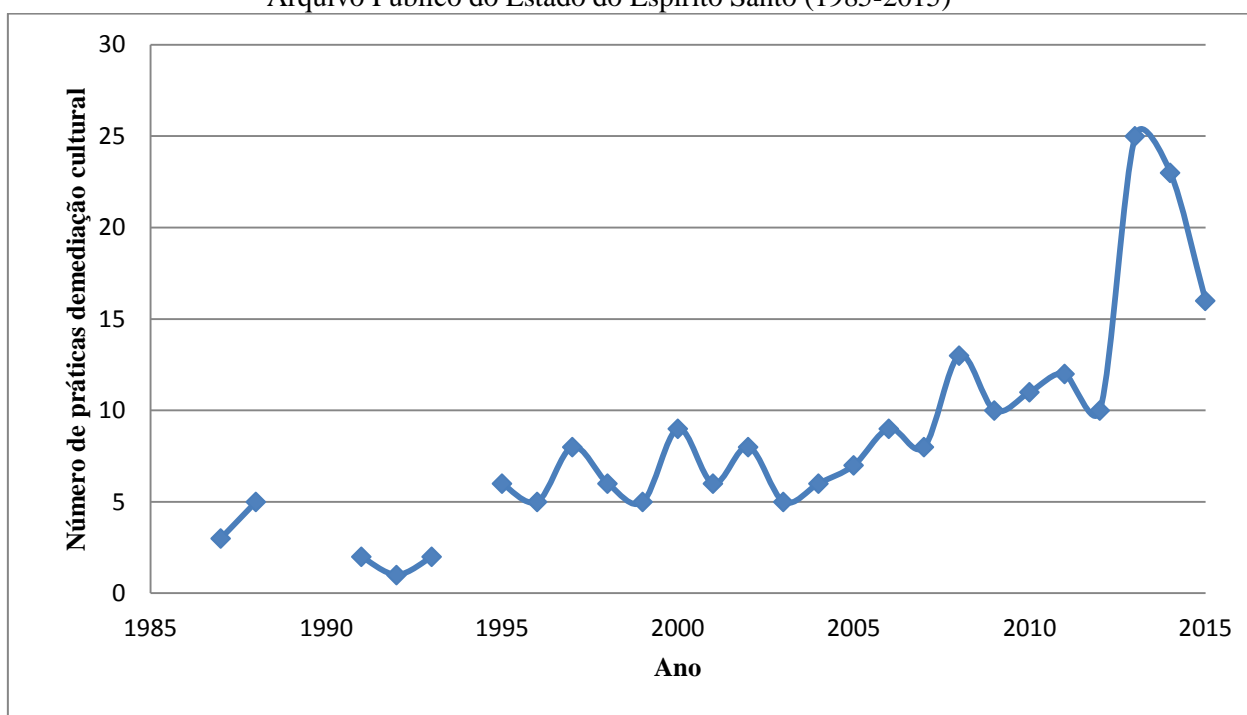
¹¹⁶ Atualmente chamado de “Projeto Imigrantes”.

¹¹⁷ O autor prefacia em italiano e português o livro. Ele discorre sobre seu contato com o APEES em 1987, narrando a metodologia de trabalho que resultou na obra, incluindo o desenvolvimento da instituição e os desafios enfrentados nos óbices da administração pública capixaba.

¹¹⁸ As 1040 páginas foram impressas em papel couchê fosco com diversas fotos, gráficos explicativos, no tamanho generoso de 28 x31 centímetros com capa dura.

cidadania italiana, contextualização territorial dos imigrantes e a relação nominal. Após o exposto e levando em consideração todo o período pesquisado (isto é, de 1985 até 2015), o resultado quantitativo é diretamente relacionado com o contexto histórico, a trajetória e evolução da instituição e das práticas. O total de 221 práticas de mediação cultural está distribuído por ano na série temporal representada no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Série temporal em números absolutos das práticas de mediação cultural promovidas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1985-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios, comunicações internas, ofícios, livros de entrada e saída, *clipping*, diários oficiais do estado do Espírito Santo e livro de registro de presença

Os resultados qualitativos serão apresentados dentro de seus contextos históricos separados por gestão e por governo quando for o caso.

Apesar de apurarmos o total de sete exposições externas desde 1985, ano escolhido em função da criação da Redemocratização, até 1987, ano que encerrou a Gestão Lindemberg Soares (1984-1987), consideramos que esse tipo de prática assume um caráter de divulgação do acervo de modo que não foram encontrados registros que evidenciam essas ações como práticas de mediação cultural.

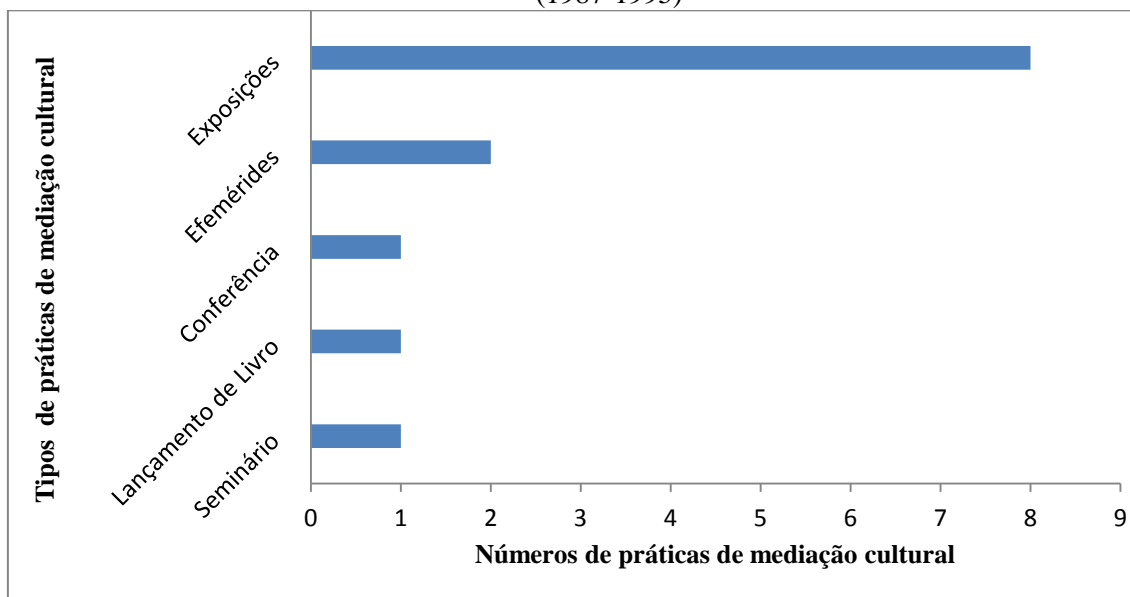
Iniciaremos nossos resultados com as práticas desenvolvidas na Gestão Inês Pupa (1987-1995) que compreendeu o período de 1987 até 1994. Este período inclui os governos de Gerson Camata (PMDB), José Moraes (PMDB), Max Freitas Mauro (PDT) e Albuino Cunha de Azeredo (PDT). Trata-se de uma época instável do ponto de vista político-econômico. Por

um lado, o APEES esteve ausente na I Conferência Nacional de Arquivos Públicos em 1988, ocasião na qual se discutiu o tema “Os arquivos como meio cultural e sua popularização” em uma das mesas de trabalho. Por outro, participou da IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos em 1993, que foi registrada na coluna de “eventos culturais” no relatório geral da Gestão Inês Pupa (1987-1995). Esse documento emitido pela Gestão Inês Pupa (1987-1995) trata de um quadro anexado ao relatório geral. Quadro este que compreende o período de toda a sua gestão e onde se registra um espaço reservado para “eventos culturais”, que foram categorizados por tipos de práticas de mediação cultural. Não podemos deixar de observar que tanto na Gestão Lindemberg (1984-1987) quanto na Gestão Pupa (1987-1995), a prática da exposição é aquela mais numerosa. Entendemos que isso pode ser justificado na medida em que essa é a única prática de mediação cultural expressamente prevista no texto do regulamento interno do APEES. A própria exposição de documentos, por sua vez, é uma atividade atrativa ao público. Segundo Hovingh (2014) é possível obter resultados positivos explorando “a empolgante sensação histórica” a partir de um documento que, a princípio, não parecia ser muito atraente, pois a exposição de documentos pode valorizar a natureza singular do momento histórico que originou o arquivo.

Além de exposições, encontramos as efemérides¹¹⁹ e outros tipos de práticas de mediação cultural como podemos observar no gráfico 2:

¹¹⁹ Entendemos por efemérides as comemorações coletivas sobre personagens históricas, datas rememoráveis, tradições, acontecimentos, instituições, costumes alimentares e símbolos culturais considerados relevantes. A fim de preservar a diversidade cultural optamos por agrupar as efemérides por cultura (exemplo: efeméride itálo-brasileira, efeméride indígena) ou por subtipo (exemplo: efeméride institucional) a partir da Gestão Lazzaro (1995-2015).

Gráfico 2 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Pupa (1987-1995)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no relatório de atividades assinado pela diretora Inês Pupa e emitido ao final de sua gestão (ESPÍRITO SANTO, 1994)

Optamos por dividir a Gestão Lazzaro (1995-2015) em duas fases. A primeira que vai de 1995 até 2003. Houve um gerenciamento de sucessivas crises econômicas e políticas que se refletiram inclusive no setor da cultura. Segundo a própria SECULT¹²⁰ só foram encontrados relatórios de gestão a partir de 2003. A segunda inicia-se a partir do primeiro mandato de Paulo Hartung, quando foram sanados problemas econômicos emergenciais e as políticas culturais do Estado ficam constituídas com autonomia da SECULT. A partir da segunda época optamos por distinguir os governos.

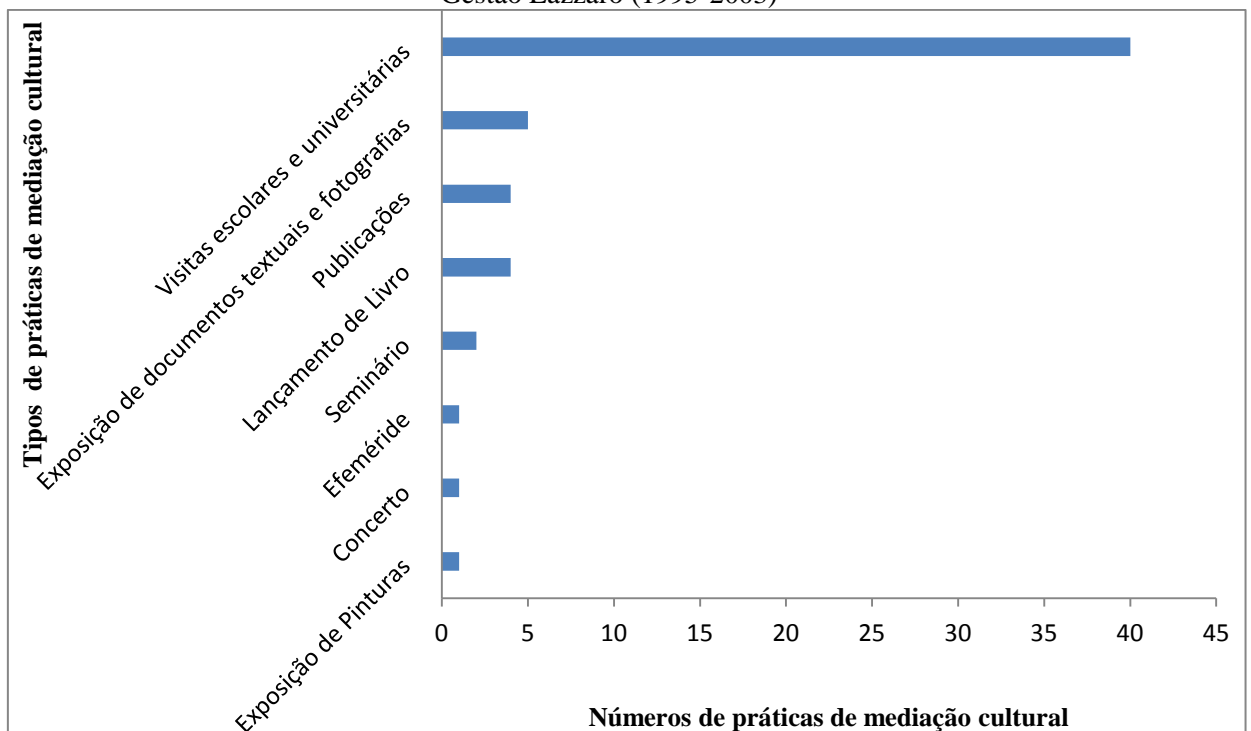
Neste primeiro momento, a Gestão Lazzaro (1995-2015) tinha dificuldades orçamentárias, óbices para manter a infraestrutura básica do funcionamento do APEES. É precisamente o descompasso entre a realidade insalubre da instituição e o sucesso nas metas propostas que caracterizou esse início da administração. Assim, apesar do APEES colocar entre suas prioridades problemas de recursos humanos, instalação, acondicionamento, higienização, equipamentos, condições de atendimento, ainda assim, foi possível iniciar o trabalho editorial inovador no contexto da trajetória do arquivo público capixaba. A primeira publicação da Coleção Canaã¹²¹ nomeou-se “Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória – O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (1895)” e foi traduzida por

¹²⁰ Em resposta ao nosso pedido por esses documentos via Lei de acesso à informação (ver ANEXO A).

¹²¹ A logomarca da Coleção Canaã foi elaborada a partir do desenho estampado no selo Europa que é emitido em Berna com base na obra do pintor suíço Hans Erni, a primeira lembra bastante a parte do mural “Paz” em Genebra. O nome da Canaã remete ao Espírito Santo como a Canaã mítica retratada por Graça Aranha.

Bortoluzzi Herzog. As palavras do gestor Agostino Lazzaro descrevem a obra como sendo o registro de “[...] uma epopeia da qual fizeram parte milhares de cidadãos italianos, cidadãos estes que deram origem a mais de 60% da atual população desta sempre renovada Canaã: a terra espírito-santense.” (LAZZARO, 1995, p. 18). A obra contém um texto explicativo de Agostino Lazzaro (1995) sobre a publicação. O texto ajuda o leitor a compreender a relevância em reconhecer os processos históricos regionais no contexto do movimento de democratização do Governo Vitor Buaiz (1995-1999) e as implicações disso para a socialização da memória e o fortalecimento da cidadania. Desde o seu início, a Coleção Canaã possuía uma tendência para mediar culturas. Afinal, ela foi dirigida a públicos capixabas com origens etno-culturais diversas, e propôs o diálogo com essas populações. Isso é importante, dado que a grande maioria dos cidadãos capixabas é descendente de imigrantes. Outras obras foram publicadas e lançadas: "Projeto de um Novo Arrabalde" de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, em 1996, e “Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas” de Nara Saletto, em 1998. Pode-se afirmar que, em relação a outras gestões, houve um considerável aumento de tipos e quantidades nas práticas de mediação cultural. Podemos notar isso nos dados representados no gráfico 3:

Gráfico 3 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na primeira fase Gestão Lazzaro (1995-2003)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em livros de entrada e saída, *clipping* e diários oficiais do estado do Espírito Santo

Após a primeira fase da Gestão Lazzaro (1995-2003), como já foi dito antes, dividiremos a seguir nosso mapeamento pelos governos estaduais pontuando aquelas práticas que mais se destacaram.

A partir do período do primeiro mandato do Governo Paulo Hartung (2003-2007), a crise econômica do Estado é superada e há a publicação de: *Viagem à Província do Espírito Santo - Imigração e Colonização Suíça* de Johann Jakob von Tschudi (2004). Constatamos que se tratou de um lançamento depois de seis anos sem nenhuma publicação que seria sequenciada por outros lançamentos que consolidariam a linha editorial do APEES intitulada “Coleção Canaã”.

Em 2004, promoveu-se o itinerário nomeado “Caminho do Imigrante” a partir dos dados contidos nos documentos históricos custodiados pelo APEES que descrevem o percurso original. A caminhada vem ocorrendo em todo dia 1º de maio desde 2004 e chegou, no IV Caminho do imigrante, a 2.500 participantes. É uma das práticas com grande adesão do público e atualmente possui seu próprio sítio na *web*¹²².

É preciso sublinhar que um dos maiores públicos do APEES traduziu-se na presença de 1.050 pessoas na XV Semana da Cultura Ítalo-Brasileira¹²³ quando houve interação com o público que trouxe cópias de documentos e fotos complementares ao banco de dados etnográfico do APEES. Este número significativo contou com participantes dos seguintes municípios: Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição do Castelo, Guaçuí, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante, Linhares, Santa Maria de Jetibá, Jerônimo Monteiro, Vila Velha e Vitória.

A publicação “*Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*”, foi suscitada para salientar a relevância da comunidade suíça para o estado. Contudo foi o próprio documento que desencadeou um novo olhar para a edição da obra:

Mas, ao estudarmos o relatório de Tschudi, percebemos que ele registrou uma informação importantíssima para a história da Província e dos primórdios da fotografia em seu capítulo referente à viagem ao Espírito Santo: a visita do fotógrafo francês Victor Frond aos núcleos coloniais. O texto se encontra na segunda parte deste livro. Mas onde encontrar as fotos do francês? (FRANCESCHETTO, 2004, p. 123).

¹²² Disponível em: <<http://www.caminhodoimigrante.es.gov.br>>.

¹²³ Criada pela Lei nº 1.423, em 30 de setembro de 1992, a ser comemorada na semana que antecede o Dia do Imigrante (último domingo de outubro). No Art.2º foi estabelecido o “objetivo de resgate da cultura e da memória dos imigrantes e seus descendentes.”

Com a colaboração da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Itamaraty, de maneira que a primeira cedeu cópias dos arquivos fotográficos e a segunda um capítulo, a edição foi acrescida:

A descoberta da autoria das imagens fotográficas, até o presente momento, mais antigas sobre o Espírito Santo existentes na Biblioteca Nacional (relatadas no posfácio desta publicação), foi para nós uma bela e sensível viagem ao passado do nosso Estado. (LAZZARO, 2004, p. 13).

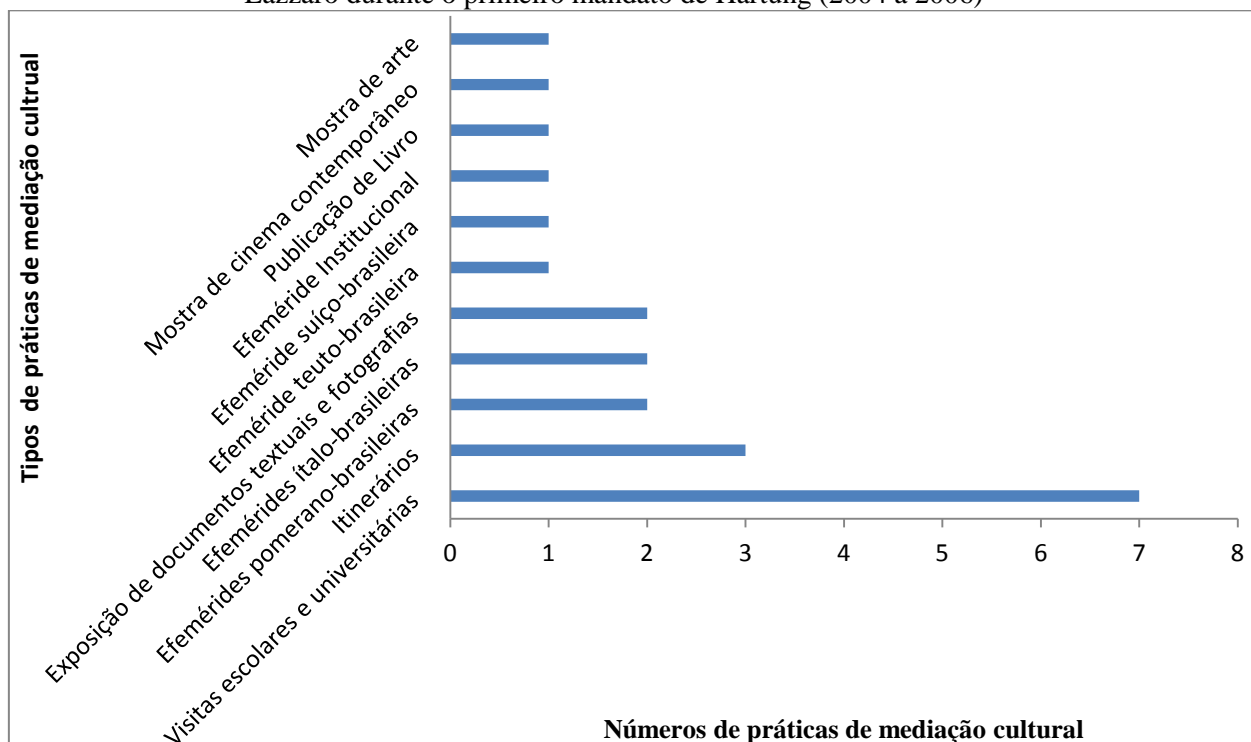
O gestor do APEES se refere no seu texto às 16 fotos sobre a Província do Espírito Santo de Victor Frond¹²⁴. Uma vez articulada tanto com a comunidade de ascendência helvética quanto com a mídia suíça, a Gestão Lazzaro (1995-2015) realizou uma exposição no Palácio Anchieta junto a efeméride, que foi transmitida ao vivo da Rádio Suíça Internacional em Berna.

Em comemoração aos 150 anos da chegada dos imigrantes holandeses o APEES lançou “Os Holandeses Capixabas – Uma história holandesa no Brasil”, no Palácio Anchieta com a presença de grupo de dança típica da Holanda e do coro de trombonistas do município de Santa Leopoldina. Mais uma vez a colaboração com as comunidades locais foi um ponto decisivo para o êxito das práticas de mediação cultural.

Em 2006, ocorreu uma mostra de arte com 20 telas em óleo, no contexto do lançamento de um cordel de Kátia Bobbio sobre Augusto Ruschi rememorando os 20 anos do falecimento do ecologista e também para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. A nosso ver essas práticas não são tradicionais do ambiente dos arquivos públicos, já que as pinturas têm sido associadas aos museus e as atividades relacionadas à literatura e às bibliotecas. No mesmo ano, podemos destacar a exposição dos 2.850 sobrenomes de famílias que desembarcaram no porto de Santa Leopoldina entre os anos de 1857 a 1900. A exposição foi uma homenagem aos 150 anos da criação da colônia de imigrantes. Inclusive, em virtude dessa prática, o APEES fez uma proposta para se erguer um monumento na cidade de Santa Leopoldina com os nomes das famílias que desembarcaram na antiga zona portuária. Essas e demais práticas de mediação cultural podem ser categorizadas de acordo com o exposto no Gráfico 4:

¹²⁴Até então a autoria das fotografias eram consideradas de origem desconhecida na Coleção Thereza Cristina Maria, da Biblioteca Nacional. Ocorre que o APEES tomou conhecimento de um relatório do Barão de Tschudi que percorreu os locais onde se encontravam imigrantes suíços a fim de averiguar seus problemas e propor soluções. O resultado dessa visita foi a publicação de um documento, em francês, entregue à Confederação Helvética (Suíça), em 1861. Mas foi no relato de viagem, ou seja, em outro documento extraoficial, que Tschudi informa sobre a vinda do fotógrafo francês Victor, que veio a serviço do imperador Pedro II para registrar as colônias do Espírito Santo com a pretensão de divulgá-las na Europa. Assim foram resgatadas 16 fotografias de 1860, os primeiros registros fotográficos que capturaram o Espírito Santo.

Gráfico 4 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o primeiro mandato de Hartung (2004 a 2006)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios, comunicações internas, ofícios, livros de entrada e saída, *clipping*, diários oficiais do estado do Espírito Santo e livro de registro de presença

Ao analisarmos as práticas de mediação cultural do APEES a partir do segundo mandato de Paulo Hartung (2007-2011), destacamos a participação na efeméride pomerano-brasileira, na qual ocorreu um itinerário em uma caravela construída para comemoração dos 500 anos do Brasil com um grupo de pomeranos. Em 2009, o trajeto simulou o caminho marítimo dos antepassados dos pomeranos, que aportaram há 150 anos no estado do Espírito Santo. O itinerário iniciou navegando pela baía da cidade, rememorando os ancestrais nos trajes que vestiam, de maneira que foram embarcados pelo cais da Enseada do Suá e o desembarque foi no porto. A figura 2 é o registro dessa prática:

Figura 2 – Foto de navio simulando o itinerário marítimo dos antepassados dos pomeranos



Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

O público participante foi recepcionado por grupos de danças típicas na escadaria Bárbara Lindemberg acompanhados por 60 trombonistas que executaram músicas folclóricas. A cerimônia oficial foi celebrada com dados informados pelo arquivo e houve o momento em que o governador assinou a lei que criou o “Dia Estadual da Imigração Pomerana”. Houve a presença de concertistas e coral de professores que ensinam a língua da antiga região da Pomerânia. Neste caso, a efeméride foi associada a outras práticas de mediação cultural. Dentre elas, o itinerário de navio se encontra em uma posição de destaque pelo seu ineditismo no domínio dos arquivos e da cultura. É justamente entre o domínio arquivístico e o domínio cultural que Jammet (2007) circunscreve a ocorrência da mediação cultural. Para Jammet (2007) o arquivo é lugar da produção cultural e essa noção nos permite relacionar as práticas mapeadas com a atuação e perfil do gestor, que neste caso trouxe sua experiência como produtor cultural para o espaço público.

Corroborando o pressuposto de que o reconhecimento social do arquivo está ligado às suas práticas de mediação cultural, os próprios municípios solicitaram a presença do APEES. Um exemplo é o pedido formal, através do ofício nº 231, da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Santa Leopoldina em 2009, para que o “Arquivo Público Móvel” participasse da Feira Regional de Agroturismo. Outro exemplo foi o convite que expressou a necessidade do APEES no evento cultural com a montagem da estação e trabalho do arquivo itinerante e também a promoção do banco de dados do “Projeto Imigrantes”.

O relatório da visita ao distrito de Solidão, em Inconha (ESPÍRITO SANTO, 2009), registrou o comparecimento na XVIII Festa da Polenta, para a qual o APEES foi convidado. O relatório também assinala uma gincana que envolvia a memória dos primeiros imigrantes que ocuparam a cidade. Cabe salientar que em outros eventos ítalo-brasileiros foi marcada a presença de antigos jogos dos imigrantes italianos como o Tressete, a Mora, a Bòccia e a Maglia. Nesta circunstância foi o APEES que promoveu o jogo recreativo, o que consideramos ser um tipo extraordinário de prática de mediação cultural e com ênfase na fruição cultural. Essa ideia, por sua vez, está em sintonia com a concepção de Fontan (2007) de mediação cultural relacionada ao lazer e ao mesmo tempo com o entendimento de Bellotto (2002) do arquivo como um local que pode ser de o entretenimento de caráter cultural.

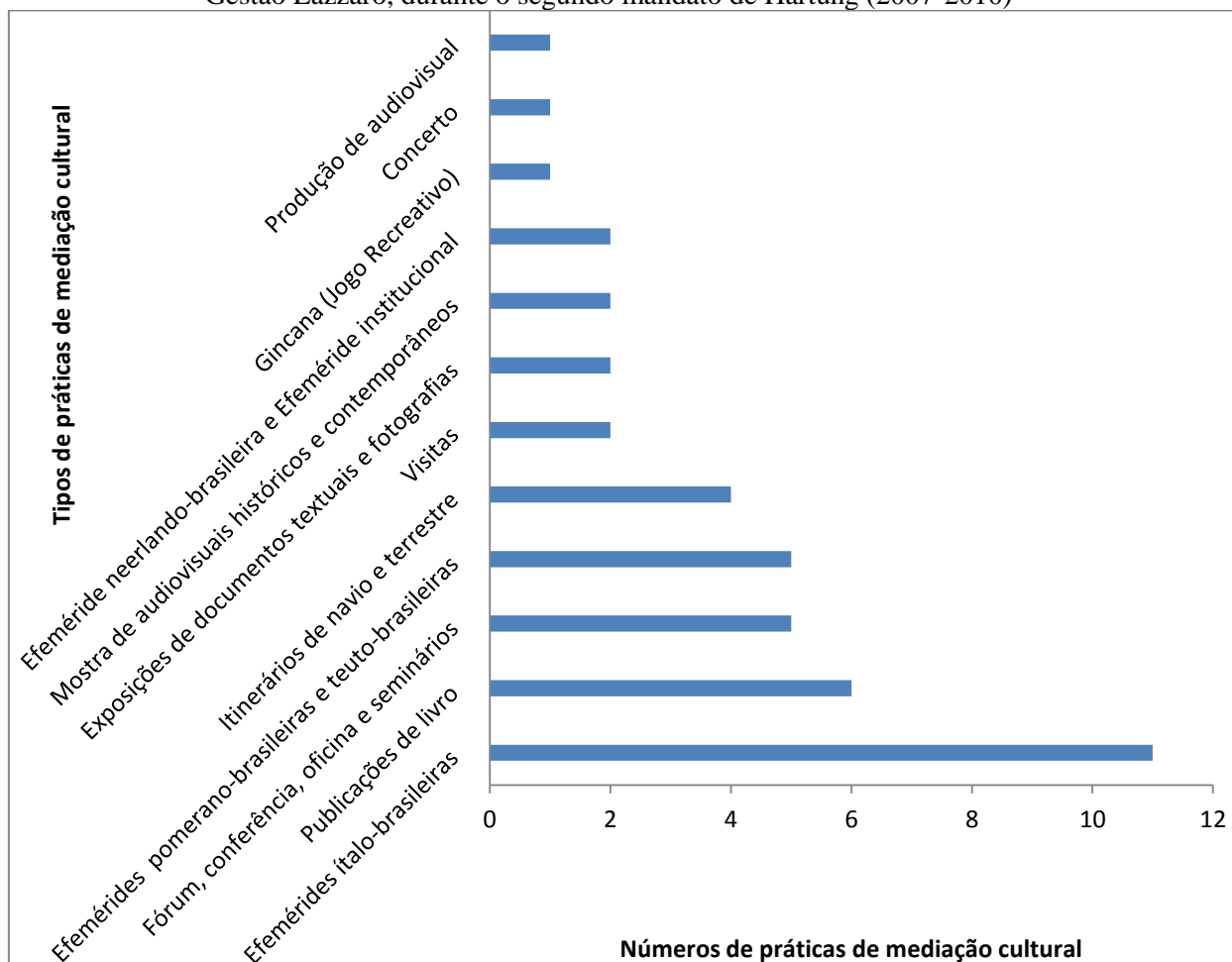
Neste período do segundo mandato de Paulo Hartung (2007-2011) foram publicadas as seguintes obras: *Colônias Imperiais na Terra do Café - Camponeses Trentinos nas Florestas Brasileiras* de Renzo M. Grosselli (2008); *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* de Levy Rocha (2008); *História do Estado do Espírito Santo* de José Teixeira de Oliveira (2008); *Os Capixabas Holandeses* de Ton Roos e Margje Eshuis (2008); *Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul* de Klaus Granzow (2009); *Carlos Lindenberg - Um Estadista e seu Tempo* de Amylton de Almeida (2010); *Província do Espírito Santo* de Basílio Carvalho Daemon (2010).

Dentre as publicações acima, destacamos a obra de Klaus Granzow (2009). Isto porque se trata de um trabalho ímpar no campo da história e da cultura pomerana ao mesmo tempo em que é um relato da vida dos camponeses pomeranos durante o Regime Militar no Brasil. Aprofundando o aspecto político da obra, o gestor do APEES observa o contexto em que a obra foi escrita:

No Espírito Santo, Granzow se depara com uma população atingida em cheio pelas ações da ditadura: pobreza na agricultura resultante da falta de uma política agrária e de incentivos reais aos trabalhadores do campo. Estrategicamente, o governo militar controlava os meios de comunicação e impunha o silêncio e a censura. O “milagre econômico”, fruto do projeto desenvolvimentista dos militares, abriu o país ao capital estrangeiro, quando então dezenas de multinacionais aqui se instalaram sob as benesses do Estado brasileiro que lhes concedeu vantagens e incontáveis privilégios. [...] Sem falarmos na péssima rede de infraestrutura do Estado na época: falta de rodovias asfaltadas; falta de políticas de incentivo ao trabalhador rural; de saneamento básico; de hospitais e de escolas. [...] Por isso, a leitura deste livro não deve ser feita sem considerarmos o contexto social, político e econômico do Brasil e suas consequências na vida de todos os brasileiros, que tiveram a sua cidadania violada e cassada pela ditadura militar, quando milhares de pessoas foram ilegalmente detidas, torturadas, assassinadas ou dadas como desaparecidas. Ao ler este livro percebemos que cada um de nós pagou o seu preço. (LAZZARO, 2009, p. 5-7).

A distribuição das práticas de mediação cultural neste período pode ser observada no gráfico 5:

Gráfico 5 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro, durante o segundo mandato de Hartung (2007-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios, comunicações internas, ofícios, livros de entrada e saída, *clipping*, diários oficiais do estado do Espírito Santo e livro de registro de presença

No Governo Renato Casagrande (2011-2015), dentre as práticas mais significativas, está a efeméride libanesa. A efeméride obteve repercussão no jornal *L'Orient Le Jour*, voltado à comunidade libanesa na França. Nesse período, o APEES participou do seminário internacional do “Momento Itália-Brasil”, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na sessão “Memória: Arquivos e Museus”, expondo o “Projeto Imigrantes”.

O APEES lançou um videoclipe de caráter introdutório sobre a nova sede e com direção de Bento Abreu e Rodolfo Sily, trilha sonora de Marcel Dadalto e produção executiva de Gabriel Carpanedo. Cabe ressaltar que a inauguração da nova sede contou com uma exposição de painéis confeccionados a partir de documentos sobre a comunidade da Fonte

Grande, colocados na fachada do prédio. Isso remete ao que foi pontuado por Valacchi (2010) sobre a relação entre a mediação cultural e um modelo de administração mais dinâmica, que possa garantir uma boa parte das atividades para a valorização e promoção dos valores positivos. Valacchi (2010) utiliza a expressão “*archivi fuori di sé*”, que pode ser ilustrada pela prática de expor documentos sobre a comunidade do entorno na fachada do prédio. A prática do APEES vai ao encontro dos apontamentos do autor que destacou o uso do valor estético de uma tipologia documental que pode despertar emoção no público.

Nessa celebração, também foi exibido o filme “Cenas de Família” (1926), de Ludovico Persici, além do concerto com uma banda de congo composta por crianças da comunidade da Fonte Grande. O concerto foi realizado no entorno da nova sede do APEES. Segundo Duarte (2009), a própria comunidade da Fonte Grande possui algumas das bandas mais antigas do Estado.

Considerando que a sede do APEES se situa nas cercanias da comunidade Fonte Grande e que nela estão as mais antigas bandas de congo do Espírito Santo, notamos uma aproximação dessas práticas com o conceito de Lafortune (2008) de “*médiacion culturelle*”. Para relembrar, a *médiacion culturelle* era entendida como estratégia de intervenção frente às demandas pelos direitos culturais através dos meios articulados entre si que, neste caso, são comunitários e institucionais. Assim, as práticas ocorridas durante a inauguração da nova sede vão ao encontro da atuação que Lafortune (2008) caracterizada pela participação da comunidade local. Isso é relevante, uma vez que nos permite conhecer, sob outro ângulo, os elementos que podem constituir as práticas de mediação cultural, como a participação dos cidadãos do entorno.

Neste período foram publicados os seguintes livros pela “Coleção Canaã”: Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - O Início da Colonização do Espírito Santo de Nara Saletto (2011); Viagem ao Espírito Santo – 1888: Princesa Teresa da Baviera do APEES (2013); Fazenda do Centro - Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo de Sérgio Peres de Paula (2013); Tropas & Tropeiros - o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo de Armando Garbelotto (2013); Nossa Vida no Brasil de Julia Louisa Keyes (2013); Viagem pela Colônias Alemãs do Espírito Santo de Hugo Wernicke (2013); Imigrantes Espírito Santo – base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX de Cilmar Franceschetto (2014); Italianos – base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX de Cilmar Franceschetto (2014, série Imigrantes Espírito Santo, v.1).

É relevante destacar aqui que, apesar de não estar oficialmente na “Coleção Canaã”, a publicação “Mar Azul (Blåg Sei): Poesias de um Pomerano”, obra póstuma de Celso Kalk, foi incluída no mapeamento de práticas de mediação cultural.

Sublinhamos que as seguintes publicações, com parceria do APEES durante a Gestão Lazzaro (1995-2015), não foram consideradas como resultados de práticas de mediação cultural: “Inventário Analítico do fundo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP/ES” organizado por André Malverdes e Margarete Moraes; “Inventário analítico cine memória: as salas de cinema do Espírito Santo” de André Malverdes; “Memórias silenciadas: inventário temático dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985)” de Pedro Ernesto; “Inventário dos livros de registro de terras de Queimado, São João de Carapina e Nova Almeida (1854-1856)” de André Malverdes e Michel Caldeira; “Inventário dos livros de correspondência do governo da Câmara da Cidade de Serra (1828-1842)” de André Malverdes e Michel Caldeira; “Inventário de registro de terras de Cariacica (1855-1896)” de André Malverdes, Luiz Carlos da Silva e Michel Caldeira de Souza.

Considerando todas as práticas de mediação cultural do APEES, uma das mais significativas foi mediar os ciganos e os pomeranos com o objetivo de levá-los a participar dos debates do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais. O encontro foi realizado em parceria com a Subsecretaria de Patrimônio Cultural da SECULT e com apoio do Instituto Sincades. Em se tratando da etnia pomerana, os contatos se estabeleceram diretamente com os moradores dos municípios de Domingos Martins, Pancas, Vila Pavão, Santa Maria de Jetibá, Baixo Guandu, Itaguaçu e Laranja da Terra. Neste contexto, vamos nos aprofundar na mediação cultural com o Povo Rom/Calon¹²⁵. A razão para tal aprofundamento é seu caráter inédito e ilustrativo em relação ao conceito de mediação cultural elaborado no capítulo introdutório

Bellotto (2014) indicou que o serviço cultural deve se dirigir a todos os membros de uma comunidade, incluindo aqueles que desconhecem a instituição arquivística. Por conseguinte, ao incluir os ciganos na política do arquivo, como já havia proposto Michel Cook (2007), o APEES está de acordo com a lógica desses dois autores e do Decreto

¹²⁵ Pereira (1992) ratifica que os principais grupos de ciganos existentes no Brasil são: o calon, composto por ciganos que chegaram ao Brasil via Portugal e Espanha e o Rom, composto por ciganos extra-ibéricos que aqui chegaram procedentes da Iugoslávia, Romênia, Rússia, Alemanha, França, Itália, Grécia, Hungria, Turquia, etc. Dentro do grupo rom há inúmeros subgrupos: kalderash, ragari, horaranó, matchuaia e lovara. Pereira (1992) aponta que há dados da UNESCO de que existe em toda América Latina pelo menos 1.500.000 ciganos, entre nômades, semi-nômades e sedentários. Desses, pelo menos 600.000 encontram-se espalhados pelos 8.152.000 km. quadrados do território brasileiro.

Presidencial nº 7.037 de 2009. Contudo, se o “*Roma Cultural Mediation Project*” é subsidiado pelo Fundo Europeu¹²⁶ como notou Fontan (2007), já por outro lado, as iniciativas do APEES em relação ao povo Rom ainda não contam com o apoio financeiro específico. A falta de um apoio financeiro que faça parte de um programa mais amplo, como no caso europeu, pode ser atribuída a dois fatores: (i) a invisibilidade dessa população e (ii) a falta de um entendimento sobre o APEES como um órgão que de fato, em teoria e na prática, é mediador da cultura. Isso significa que, se fosse ao contrário, o APEES poderia ser entendido como um espaço de articulação entre diversos setores do Estado interessados no diálogo com os ciganos.

Um desses setores é, por exemplo, o setor da educação já que, segundo Cristina Pereira, (1992) grande parte do povo cigano se mantém no analfabetismo como forma principal de comunicação e preservação da sua cultura pelo mecanismo de defesa que se constitui a opção pela oralidade. Para a autora a defesa ocorre como reação a um contexto persecutório. Ela faz referência a diversos eventos históricos que marcaram as perseguições aos povos ciganos, ilustrando um desses acontecimentos pela citação da obra “*Romancero Gitano*” de Garcia Lorca, que denuncia 600 mil assassinatos do holocausto cigano.

Avaliamos que, em tese, há também interesse de outros setores como saúde, assistência social, esportes, cidadania e direitos humanos, que podem não alcançar a população cigana devido à falta de registros dos cidadãos. Isso torna a prática de mediação cultural do APEES uma atividade fundamental para a governança democrática.

O APEES foi, e ainda é, enquanto instituição arquivística, pioneiro no Brasil em relação à mediação cultural aos ciganos¹²⁷. Essa prática pode nos esclarecer ainda mais sobre a metodologia adotada nas práticas de mediação cultural.

Primeiramente houve a formação temporária de um grupo de estudo interno no APEES. O grupo se ocupava de pesquisas e discussões sobre as comunidades ciganas, com vistas a permitir ao poder público promover políticas voltadas às especificidades culturais dos residentes no Estado.

Em seguida parte da equipe do APEES mapeou os acampamentos no bairro de Areinha, em Viana, onde estão atualmente mais de 20 famílias de ciganos Calon. Depois, foram identificados e descritos os traços culturais. Dentre os principais traços culturais que

¹²⁶Incluindo o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional objetivando a inclusão do povo Rom.

¹²⁷É possível destacar que não encontramos nenhum tipo de publicação científica que registra a interação entre um arquivo público e o povo cigano.

foram identificados estão: o uso de tachos para preparo do alimento, a presença do fogo de chão, a montagem de barracas com colchas coloridas, a circulação da música “sertanejo-cigana”, as indumentárias rendadas coloridas nas mulheres, o uso de botas, cintos com fivelas de prata e dentes nos homens, a disposição da cama lateralmente, a separação do ambiente dos adultos por cortinas, o adorno com lonas e tapetes pelo chão.

Também foram levantados dados sobre a comunidade e produzidas centenas de imagens não só para o reconhecimento da cultura Calon, mas também como uma forma de compensação pela invisibilidade da população. Invisibilidade esta que pode ser notada pela falta de documentos arquivísticos sobre a etnia. Assim, a única razão pela qual o oblívio da memória desse povo não é total é que há vestígios oficiais do passado das comunidades ciganas que documentam a repressão policial às atividades do povo Rom.

Julgamos pertinente registrar que a produção de documentos ao decorrer das funções arquivísticas, isto é, a produção, a aquisição, a classificação, a avaliação, a descrição, o arranjo, a preservação e a função cultural não possui um caráter artificial. Assim a identidade da instituição arquivística, tanto pela natureza do documento de arquivos quanto pelas especificidades das atividades-fim, ligadas aos documentos, não deve se confundir com centros de memória, bibliotecas, museus e outros órgãos de documentação. Também cabe assinalar que é interessante que um arquivo disponha de um arquivo dos seus próprios documentos e de uma biblioteca de apoio. Neste sentido ainda pode-se admitir a existência de uma sala de projeção (cinema), de um jardim ou ainda de um pequeno centro de memória da própria instituição apenas para apoio de suas atividades sem que as atribuições se confundam. O APEES, por exemplo, possui biblioteca de apoio, um jardim zen mantido pelos próprios funcionários do arquivo e um auditório que é aberto ao uso do público, inclusive para exibição de filmes escolhidos por cineclubistas.

A dinâmica adotada foi interativa e teve como objetivo a participação das comunidades ciganas no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais. As atividades foram realizadas de modo que a relação do APEES com as comunidades fosse construída ao longo do tempo. Esta estratégia foi decisiva, pois não é fácil ter acesso e permissão para circular no acampamento cigano.

O I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais foi documentado pelo APEES e teve como um dos seus destaques o debate sobre os problemas enfrentados pelos ciganos para instalação dos seus acampamentos. Também aconteceram reuniões no APEES com a temática dos ciganos, inclusive houve a discussão sobre a criação da 1ª Associação dos ciganos do

Estado do Espírito Santo. Neste caso, o APEES exerceu o papel de mediador cultural por excelência, pois ficou bastante evidente que o APEES teve como objetivo a democratização e democracia cultural da instituição arquivística. Figuram dentre as práticas mapeadas a efeméride de Sara Kali¹²⁸ e a exposição de documentos fotográficos como ilustra a Figura 3:

Figura 3 – Exposição de fotografias do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais contempladas por uma menina e duas mulheres ciganas durante a efeméride de Sara Kali



Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Em 2013 o APEES participou na qualidade de membro do Conselho Consultivo do projeto “Memórias Reveladas”, representando o Estado no I Seminário Internacional “Documentar a Ditadura” no Arquivo Nacional. No mesmo ano o APEES realizou, em parceria com a SECULT, a “I Mostra Capixaba de Filmes de Arquivo - Lugar da Memória”. Nesse momento, houve a integração com o Festival Internacional de Cinema de Arquivo, e uma parte dos acervos filmográficos restaurados pelo arquivo público foi exibida ao público. Dentre esses filmes podemos destacar a película “A Nativa Solitária”, um documentário sobre

¹²⁸ Segundo Hancock (2001), alguns grupos ciganos na França acreditam que Sara Kali era a líder de um grupo de ciganos ferreiros que viviam ao longo do Rhône e viu um barco no rio que estava afundando. Nele estavam em perigo as três Marias que confortaram Jesus ao morrer na cruz: Santa Maria Salomé, Santa Maria Madalena e Santa Maria Jacobi. Sara estava esperando isso desde que ela tinha visto em um sonho, e ela nadou para a água e jogou fora a capa, que se tornou uma jangada, e que permitiu que as três Marias alcançassem a margem do rio com segurança. De um modo geral, a população romani afirma seguir a religião predominante na área que ocupam: católicos romanos em terras católicas, protestantes em terras protestantes e ortodoxos em terras ortodoxas.

Luz del Fuego¹²⁹. No mesmo ano, o APEES promoveu na sua sede a efeméride indígena, que contou com a exposição de fotografias Djadjo Kwaa Awã¹³⁰, mostra de pinturas¹³¹, mostra de artesanato indígena, mesa redonda, concerto do coral Guarani e dança Tupinikim.

Houve discussão sobre os seguintes temas: “O índio pela academia”, a “Fotografia antropológica” e “Araribóia”¹³². Dentre os participantes da mesa redonda estavam os índios Tupinikim e Guarani, que comentaram sobre questões cotidianas. O APEES divulgou no seu *website* os pronunciamentos dos índios, dentre os quais podemos destacar as reivindicações por mais acesso dos índios a cargos de destaque na sociedade e por uma educação que considere as especificidades das crianças indígenas. Salientamos que o “Projeto colaborativo Linguagens da Terra”, junto ao APEES, permitiu o diálogo entre a cultura indígena e a cultura urbana.

Ainda em 2013, outra prática de destaque foi a sessão “Cinema e Cultura: Cineclubismo como espaço da diversidade”, que foi realizada em parceria com o “ES Cineclube Diversidade”. Esta prática se insere no campo da fruição cultural e seu objetivo foi levar ao público curtas e longas-metragens tratando sobre os temas das diversidades afetivas. O foco principal foram as questões relativas à comunidade de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Em 2014, o APEES deu continuidade a essa parceria com a exibição do filme “Bent”, no dia 13 de março. O contexto da prática se deu no “Dia Nacional de Visibilidade Trans”. Além disto, o evento não contou apenas com filmes, mas também com uma “palestra” instrutiva sobre o processo de retificação de registro civil, ou seja, para mudança de nome na certidão de nascimento e demais documentos. Além do “ES Cineclube Diversidade”, o APEES contou com o apoio da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo e do “Fórum Estadual LGBT”.

¹²⁹ Irmã do senador Attilio Vivacqua, Luz del Fuego era o nome artístico da capixaba Dora Vivacqua. Ela foi bailarina, atriz, naturista, vegetariana e feminista. Na primeira metade dos anos 1950, Luz del Fuego fundou um partido político chamado “Partido Naturalista Brasileiro” e se candidatou a deputada federal por aquele partido. Através de uma concessão da Marinha, obteve licença para viver na ilha Tapuama de Dentro, que foi por ela rebatizada como “Ilha do Sol”, onde fundou o “Clube Naturalista Brasileiro”. Foi assassinada em 1967.

¹³⁰ Trabalhos fotográficos de Apoena Medeiros, Caio Perim, Filipe Campos, Gabriel Lordêllo, Lígia Sancio, Matheus Costa, Zanete Dadalto, Syã Fonseca e Ana Paula Gonçalves.

¹³¹ Os grafites e telas de Karen Valentim.

¹³² Segundo Saleto (2011, p. 31): “Quando Estácio de Sá passou pela capitania, na expedição contra os franceses e os tamoios da qual resultou a fundação do Rio de Janeiro, o Espírito Santo enviou um numeroso contingente chefiado por Belchior de Azeredo, incluindo muitos maracajás, que assim tiveram a oportunidade de retomar, em condições vantajosas, a antiga luta contra os tamoios. Desse contingente fazia parte um grupo numeroso de temiminós, chefiados por Araribóia, que permaneceram no Rio de Janeiro e tiveram importante atuação contra os tamoios, particularmente em sua expulsão de Cabo Frio, último reduto que controlaram no litoral. Araribóia formou, com sua gente, a aldeia de São Lourenço que deu origem a Niterói.”

No mesmo ano ocorreu outra prática de destaque: a exposição “Educações Ambientais em Narrativas”. As fotografias exibidas não eram do acervo do APEES, mas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental do Centro de Educação da UFES. Isso é relevante, uma vez que consideramos que nem tudo o que diz respeito à função cultural do APEES está representado nos fundos custodiados. Por isso seria reducionismo limitar o trabalho de mediação cultural ao acervo do APEES. Se adotarmos a lógica dos três embasamentos para a finalidade identitária da mediação cultural conforme indica Fontan (2007), então podemos constatar que nesse caso fez-se o uso da base setorial pelo APEES, porque a prática abordou a dimensão cultural do setor da educação.

A exposição “Educações Ambientais em Narrativas” foi associada à outra prática intitulada de “roda de conversa”. Esta última serviu de interação entre os expositores e os participantes que discutiram as próprias atividades registradas na documentação fotográfica. Dentre as atividades discutidas podemos sublinhar “Mascarados do Congo da Roda D’água” que integrou pesquisadores, estudantes e a Comunidade Quilombola “Sítio dos Crioulos” no contexto educativo.

Na Figura 4, observarmos a pesquisadora expositora Andréia Teixeira Ramos e a foto da atividade “Mascarados do Congo da Roda D’água” que foi exibida na exposição “Educações Ambientais em Narrativas” no APEES:

Figura 4 – Exposição de documentos fotográficos “Educações Ambientais em Narrativas”

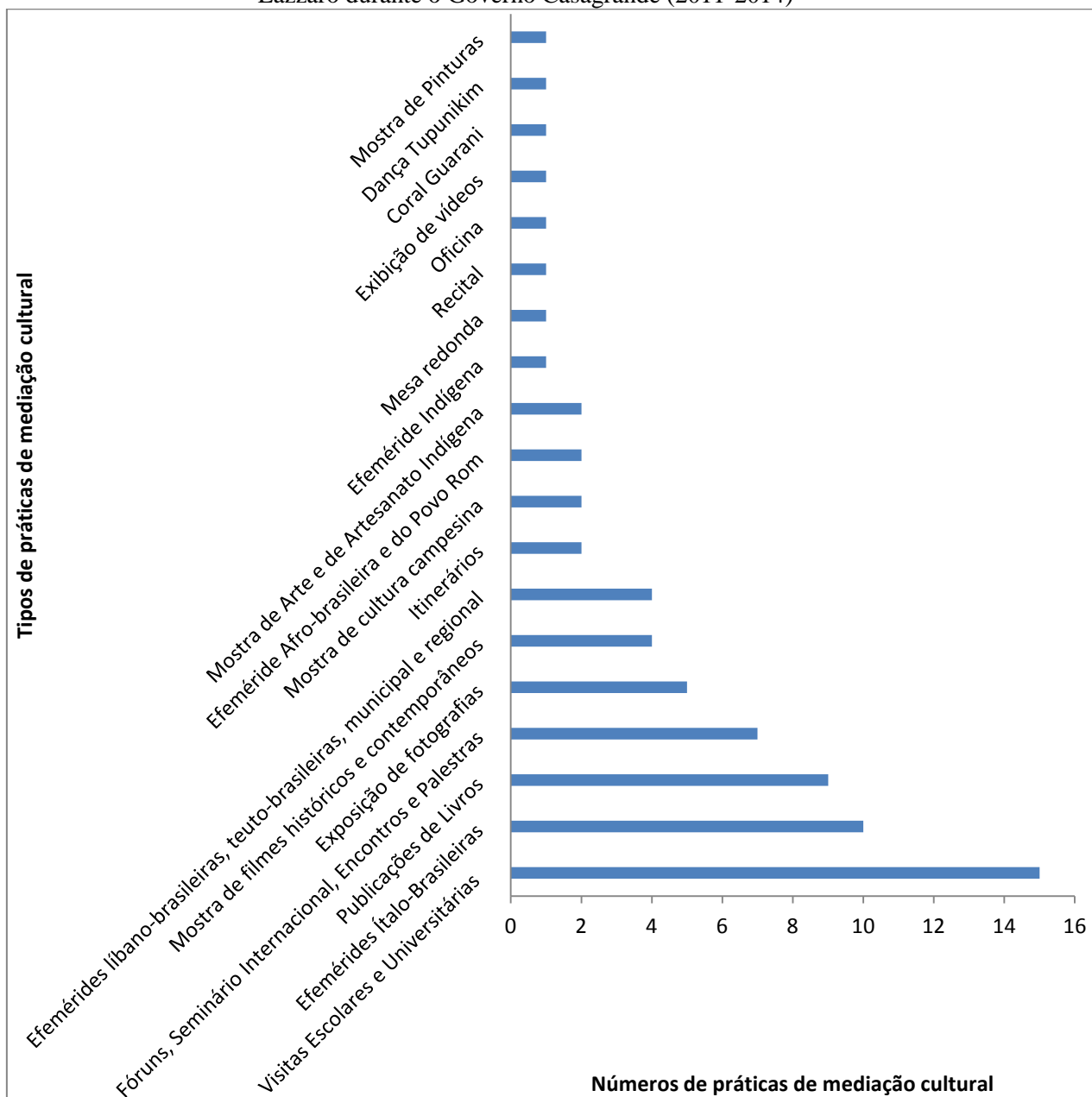


Fonte: Programa “Momento Cultural” da Comunicação da Assembleia Legislativa¹³³

O Governo Hartung (2003-2011) trouxe estabilidade econômica e modernizou o estado. Durante o Governo Casagrande (2011-2015), seu sucessor, os números atingiram seus níveis mais altos nos dois aspectos: qualitativo e quantitativo. É preciso salientar que Casagrande (PSB) foi vice-governador de Vitor Buainain (PT), nessa ocasião o APEES passou a demonstrar um aumento significativo de práticas de mediação cultural em relação aos outros períodos. Também nesse momento, foi empossado o núcleo da Gestão Lazzaro (1995-2015), composto por Agostino Lazzaro, como diretor-geral, Cilmar Franceschetto, como diretor técnico e Sérgio Dias como coordenador. Assim, já existiam precedentes para que o APEES pudesse ter o apoio do governador Casagrande e continuasse seu avanço em direção à cultura sem, contudo, negligenciar outras funções arquivísticas. As práticas realizadas durante o Governo Casagrande podem ser distribuídas da seguinte maneira (Gráfico 6):

¹³³ Reportagem para TV do setor de Comunicação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo Programa “Momento Cultural” com o tema “Exposição “Educadores Ambientais em narrativas”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8D1P1FKod0>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

Gráfico 6 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o Governo Casagrande (2011-2014)



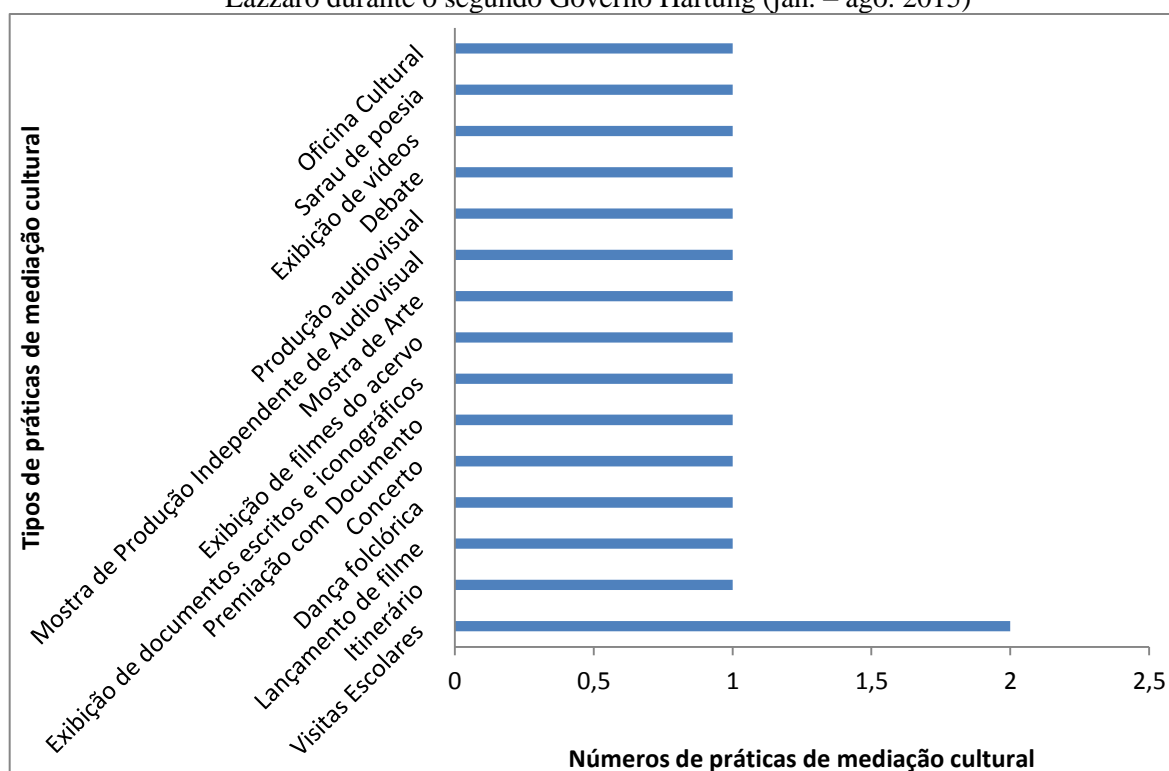
Fonte: Elaborado pelo autor com base em relatórios, comunicações internas, ofícios, livros de entrada e saída, *clipping*, diários oficiais do estado do Espírito Santo e livro de registro de presença

Embora o retorno de Paulo Hartung ao governo do estado do Espírito Santo em 2015 seja marcado por uma necessidade de ajuste nas contas públicas estaduais e por um corte de custos na Secretaria de Cultura, observa-se a manutenção nos números de práticas de mediação cultural atingidos durante as gestões do APEES. Afinal, o desempenho alcançado no ano de 2015 corresponde ao terceiro maior número em comparação aos anos da série quantitativa de 1985 até 2014 (Gráfico 1).

Até o momento houve dois destaques nas práticas de mediação cultural no corrente Governo Hartung: uma apresentação de dança folclórica e oficinas “Pontos de Mídia Livre, Pontos de Cultura Indígena e Cultura de Redes” de preparação para inscrição de projetos culturais ministradas pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do MinC em parceria com a SECULT e o APEES.

O Gráfico 7 representa a distribuição das práticas até o mês de agosto da Gestão Lazzaro (1995-2015):

Gráfico 7 – Série tipológica em números absolutos das práticas de mediação cultural na Gestão Lazzaro durante o segundo Governo Hartung (jan. – ago. 2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos *clippings* (2015)

Os resultados apurados indicam que há dois tipos de práticas de mediação cultural com maior número: as efemérides e as visitas escolares.

O expressivo quantitativo de efemérides deve-se ao “Programa Arquivo Itinerante” que permitiu o aumento da capilaridade nas ações do APEES. Isto, por sua vez, significou a atuação junto aos municípios do interior do estado. A maioria das efemérides está ligada a comunidades interioranas de descendentes de imigrantes, afinal, o “Programa Arquivo Itinerante” está ligado ao “Projeto Imigrantes”¹³⁴. A maioria das demais atividades praticadas

¹³⁴ Inicialmente intitulado de “Banco de Dados Etnográficos”.

ocupou o próprio espaço da sede do APEES no município de Vitória, aos pés do morro da Fonte Grande. Os dados nos permitem a constatação de que o APEES lutou contra sua própria ocultação. Como propõe Jammet (2007), isto foi feito ao dirigir sua política às diversas populações e transitar pelos territórios culturais promovendo atividades que valorizaram as expressões de cada cultura em particular. Soma-se a isto o fato de que as práticas de mediação identificadas foram a livre expressão cultural dos próprios agentes envolvidos no processo, o que inclui as comunidades locais e o entorno, tais como artistas, fotógrafos, educadores, poetas, cineclubistas, músicos, chefes de tribos indígenas, líderes quilombolas, chefes de povos ciganos, representantes das comunidades de diversidade sexual e um projetorista.

Atentamos para o fato de que as práticas de mediação cultural se apoiam na natureza afetiva dos arquivos. O que por sua vez nos remete ao que destacou Lemay (2012) sobre que é preciso discutir a natureza dos arquivos para além do seu valor probatório admitindo aspectos sensíveis e estéticos que fazem o documento arquivístico ser capaz de provocar a emoção no público. A natureza afetiva dos documentos tem sido explorada pela psicogenealogia¹³⁵ na França. Também existem iniciativas como o VI *Symposium du Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique*, intitulado “*L’émotion: une nouvelle dimension des archives*” e publicado pela revista “*Archives*”, no Canadá e o “*Symposium on Affect and the Archive*” capitaniado pela *University of California Los Angeles* (UCLA), em novembro de 2014. O último repercutiu na revista internacional “*Archival Science*”, com uma edição especial abordando os entendimentos acadêmicos e profissionais sobre aspectos afetivos do arquivo tais como a intimidade, sexualidade, amor, trauma, esperança, artes, conflito, violência, medo e credulidade.

Por fim, é possível inferir que cada tipo de prática correspondeu a um benefício específico para o público para o qual se dirigiu. A principal temática das práticas de mediação cultural foi *etnias imigrantes*. As demais práticas foram distribuídas com equilíbrio entre si: povo Rom; povos indígenas; imprensa com enfoque em revista de literatura; afrodescendência e escravidão; gênero e homoafetividade; revoltas históricas regionais e meio ambiente. As

¹³⁵ Prática terapêutica que inclui o método da genealogia e recorre às memórias familiares para tratar questões do paciente. Durante a décima quarta *Journées des Archives de l’Université catholique de Louvain* na Bélgica em 2014, a professora universitária e diretora de arquivo, Elisabeth Verry, apresentou um trabalho que qualificou a psicogenealogia como terapia de arquivo. Esse trabalho foi intitulado “*Perspectivas coletivas e as novas necessidades da sociedade para a área de arquivos*”. Nesse trabalho a autora destaca a sensibilidade relativa aos arquivos que aludem a assuntos íntimos ou a privacidade das pessoas como registros médicos. Elisabeth Verry destaca a explosão da prática da genealogia e em convergência com a psicologia, a pesquisa terapêutica ou psicogenealogia.

efemérides históricas ligadas a correntes imigratórias foram marcadas pela distribuição gratuita do registro de entrada do imigrante. Por sua vez, a distribuição subsidiou os direitos culturais à identidade e à cidadania, em específico a dupla cidadania brasileira associada ao país de origem dos ancestrais. As visitas trouxeram um complemento na formação cultural dos participantes e as publicações contribuíram para o quadro de referenciais sobre o Espírito Santo e das suas comunidades representadas nessas publicações. Os itinerários, as exibições de audiovisual, as exposições de documentos e demais práticas agregaram experiências aos hábitos culturais do público.

Com isso, completamos o mapeamento das práticas de mediação cultural no APEES. Como vimos o período de 1985 até 1995, isto é, no decorrer da Gestão Lindemberg Soares (1984-1987) e da Gestão Inês Pupa (1987-1994), tais práticas eram retraídas. Com o tempo, a partir da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015) nomeado no Governo Vitor Buaiz (1995-1999) do Partido dos Trabalhadores, as práticas de mediação tornaram-se mais comuns e passaram a atingir quantidades significativas no Governo Paulo Hartung (2003-2011) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a partir de 2008. Assim, é durante a Gestão Lazzaro (1995-2015) que o APEES é finalmente entendido como espaço da cultura e atinge o ápice das práticas de mediação tanto em aspectos qualitativos como quantitativos. Seja como for, desde 2004 podemos notar um progresso qualitativo de tais práticas, como também pode ser notado pela sequência de gráficos apresentados anteriormente.

6 A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA TAMBÉM COMO LUGAR DE CULTURA: A GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO NUMA PERSPECTIVA CULTURAL

Nesta seção vamos abordar o entendimento conceitual do arquivo como lugar de cultura e sua consequência prática. Também discutiremos sobre os atores sociais envolvidos na gestão do APEES numa perspectiva cultural e daremos destaque à SECULT. Discutiremos os aspectos pragmáticos da gestão do APEES, incluindo dados como o orçamento gasto e o orçamento gasto com práticas de mediação cultural. Ao final serão apresentados alguns apontamentos sobre a correspondência entre os múltiplos papéis culturais do arquivo público e as funções arquivísticas.

A ideia do arquivo como lugar de cultura não é nova. Encontramos no “I Congresso Brasileiro de Arquivologia” a assertiva de que o arquivo é a casa de cultura (MACEDO, 1972). Mas o que significa entender a instituição arquivística como lugar de cultura em termos teóricos?

Nomeadamente, entender o APEES como lugar de cultura é reconhecê-lo como órgão de custódia de documentos nos quais estão representadas ideias que figuram nas práticas culturais e que compõem, ou não, a herança de múltiplas culturas, de modo que a vontade de se fazer reconhecer uma identidade social pode coincidir com a própria razão de ser da instituição arquivística e determinadas práticas culturais ligadas ao patrimônio. O patrimônio, por sua vez, traz consigo a ideia de monumento, o passado comum das comunidades e atualmente a indústria patrimonial. Neste contexto os mediadores culturais estão entre os atores sociais de um empreendimento que inclui a esfera pública e privada (CHOAY, 2006).

Entender o APEES como lugar de cultura também é aloca-lo junto ao patrimônio cultural, pois os arquivos não deixam de figurar entre os demais bens culturais. Os documentos custodiados em uma instituição arquivística podem ser tomados para um pesquisador como relevante ao conhecimento de sua investigação, nesse caso o valor dominante é o cognitivo. Isso não impede que existam documentos nesse arquivo que sejam utilizados por artistas sensibilizados pela percepção da estética e da forma nos registros e ainda que nesse mesmo conjunto de documentos exista uma peça documental de valor afetivo e/ou pragmático para um cidadão. Todos esses valores são componentes do valor cultural do patrimônio dito cultural, em específico do patrimônio arquivístico-cultural.

A partir do ponto de vista histórico-cultural, compreendemos o APEES como lugar de culturas, tais como a cultura escrita, a cultura do impresso, a cultura política, a cultura tradicional, a cultura digital e a cultura letrada.

Deste modo, a instituição arquivística pública é responsável pela custódia legal de documentos nos quais ideias estão representadas. Além disso, essas representações se configuram nas práticas culturais relacionadas às circulações que influenciam as apropriações. A ampliação ou diminuição da circulação define o acesso aos bens culturais, às ideias e aos documentos determinando quais representações estarão disponíveis para serem apropriadas pelo público.

Para ilustrar essa assertiva, tomemos como exemplo o caso concreto da participação do APEES no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo e na efeméride de Sara Kali. As únicas representações nos arquivos permanentes do APEES sobre o povo Rom/Calon estão fixadas nos documentos policiais onde figura a ideia de que os ciganos eram marginais e perigosos. O registro policial é decorrente da prática de fichar para controlar, vigiar e punir. No entanto, a prática da roda de conversa promovida pelo APEES configura outra representação da identidade cigana através da circulação de ideias¹³⁶ entre os membros da comunidade cigana, que por sua vez entendem que o povo Rom/Calon está sendo marginalizado, e não é um povo de marginais, e que é preciso pautar reivindicações para atendimento democrático das demandas da população marginalizada, o que por sua vez ocorreu ao longo do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo. As práticas do encontro foram documentadas e seus registros fotográficos foram expostos durante a efeméride de Santa Sara Kali. A circulação de ideias representadas nos documentos influenciou diretamente as apropriações, pois os ciganos possuem uma tradição oral e são, em grande número, analfabetos e desconhecedores da cultura escrita, inclusive daquela mantida sob a guarda do APEES, assim a exposição de fotografias viabilizou a apropriação do público tanto pela data convidativa que marca a identidade Rom/Calon, quanto pela linguagem visual. As fotos produzidas pelo APEES também circularam em diversas páginas da Internet, inclusive em *sites* com grande acesso como UOL (Universo Online S.A.) e também na imprensa local.

A partir da obra de Chartier (2002), podemos entender algumas práticas de mediação cultural do APEES, como as efemérides, que se encaixam naquela categoria de práticas culturais relacionadas com a vontade de se fazer reconhecer uma identidade social, de exibir

¹³⁶Por circulação de ideias entendemos aqui, que seja o processo de produção, disseminação e recepção de ideias que tende a resultar na mudança de valores, crenças, hábitos e/ou outros elementos culturais.

uma maneira própria de estar no mundo ou de significar simbolicamente um *status* ou uma posição.

As práticas de mediação cultural se relacionam com o conceito de circulação, um exemplo disto é a Coleção Canaã. As publicações realizadas nesta coleção são produto da interação entre o arquivo e a sociedade, fazendo circular a produção escrita. Neste encadeamento, a instituição arquivística faz parte do conjunto das agências de produção cultural.

Jammet (2007) nota a existência de uma cultura arquivística. E o que seria a cultura arquivística? A cultura arquivística seria o conjunto de práticas culturais realizadas às instituições arquivísticas que permite a apropriação dos fundos. Podemos reconhecer dentre as práticas culturais próprias da instituição arquivística a *descrição*, pois ela nos permite ter uma ideia da cultura na qual os documentos foram produzidos, recebidos e acumulados.

A prática de descrever está presente em várias culturas. Exemplos são a cultura científica, a cultura das crônicas, a cultura jurídica e a cultura artística. Assim, podemos abordar a prática da descrição não apenas do ponto de vista técnico e isolado de seu contexto, mas também olhando para o contexto histórico e cultural no qual está inserida. O exemplo da prática da descrição nos permite, então, entender as práticas arquivísticas como algo além da mera técnica, que envolve também um contexto histórico-cultural. Embora descrever seja uma prática que requer objetividade, isso não isenta os sujeitos envolvidos na descrição de refletirem sobre o impacto das escolhas na representação das informações aos usuários. Um exemplo pode ser encontrado na década de 1980, quando documentos ligados a história dos negros no Brasil foram significativamente descritos em decorrência do desenvolvimento do "Guia de fontes para a história da África ao sul do Saara"¹³⁷. Uma comissão nacional foi composta por pessoas ligadas à temática da escravidão que foi explicitamente escolhida e privilegiada. O produto da descrição foi publicado sob o título de "Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual".

O uso dos arquivos, por sua vez, também implica em práticas culturais. Dentre elas, podemos citar a leitura silenciosa e individual. Não podemos deixar de notar que essas práticas culturais executadas pelo usuário estão ligadas às competências culturais como ler e escrever.

¹³⁷ A partir de 1959, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Conselho Internacional de Arquivos desenvolvem o programa "Guia de Fontes para História das nações". No ano de 1984, o Arquivo Nacional recebeu o convite para coordenar a realização do "Guia de fontes para a história da África ao sul do Saara".

É preciso também destacar que de acordo com a lógica de Chartier (2002), ao praticar a leitura silenciosa o usuário não se apropria das ideias representadas no documento de arquivo de modo imparcial. Afinal, podemos pensar que as práticas culturais não deixam em nenhum momento de legitimar, contestar ou assumir uma determinada posição em relação às ideias representadas nos documentos.

Como os atores sociais entendem os arquivos? A experiência do infinito nos arquivos permanentes a serem preservados emerge no domínio cultural dos arquivos onde a dimensão infinita da vida poderia ser descoberta ao quebrar o confinamento dos arquivos. (GROYS, 2012). Ao entrar em contato com o arquivo permanente, por exemplo, o usuário pode estabelecer contato com um passado remoto, como se as coisas relativas a ele permanecessem *vivas* ainda hoje. Assim, não podemos ignorar a contradição notada por Groys (2012): as coisas arquivadas são consideradas como valiosas e dignas de preservação permanente, ao passo que a morte das coisas fora do arquivo e a finitude dessas coisas são aceitáveis sem hesitação.

Groys (2012) nota que o arquivo não recolhe o que é importante para os seres humanos “na realidade”, pois ninguém é inteiramente capaz de saber o que é em absoluto importante para os seres humanos. Assim ele aponta o contrário, ou seja, o que está sendo recolhido é apenas o que é importante para o próprio arquivo. Assim, Groys (2012) salienta que a própria realidade é secundária em relação ao arquivo: é tudo o que foi deixado de fora do arquivo.

No entanto, o APEES não deixa de ser um meio de representação da realidade que pode ser apropriada através de práticas de mediação cultural. Neste sentido, Péquignot (2011) pontua que a especificidade da mediação cultural está no fato de que se trata de um vetor do acesso democrático aos bens culturais e pode ser definida como atividade cidadã, de modo que o mediador cultural trabalha com as formas de representação da realidade concreta.

Péquignot (2011) pontua que a existência da mediação cultural relaciona-se com a superação da opacidade do patrimônio e com a facilitação das pessoas de interpretarem as representações que as impedem de ver que há algo a ser visto.

Mas o que é o “algo a ser visto” no caso do APEES? Groys (2012) destaca que é preciso descobrir o significado do arquivo para uma determinada cultura. Para ele o significado está relacionado à vida e à história dos humanos que foram consideradas importantes a ponto de serem incluídas no arquivo. Lembremos que a tarefa do arquivo é

representar a vida fora do espaço do arquivo. Neste sentido, o entendimento do arquivo como lugar de cultura é uma abertura para aproximação com a vida que está fora do arquivo.

E o que significa entender o APEES como lugar de cultura em termos práticos? A aceção do APEES como lugar de cultura significa, em termos práticos, efetivar políticas públicas culturais nesse órgão visando garantir os direitos culturais pertinentes a todo cidadão do estado do Espírito Santo aonde quer que esteja. Em que pese a influência do Arquivo Nacional na formulação das políticas do APEES, Jardim (1995) observa o seguinte:

A perspectiva de uma política nacional de arquivos coordenada pelo Arquivo Nacional, órgão integrante do Ministério da Justiça, limitaria possíveis ações neste sentido por parte do Ministério da Cultura ou equivalente. Tal limitação incidiria sobre um segmento do chamado patrimônio cultural, ou seja, o patrimônio documental arquivístico, para o qual o setor cultural do Governo Federal jamais propôs uma política específica. (JARDIM, 1995, p. 96).

Também cabe assinalar que, assim como Jardim (2006), consideramos políticas públicas as ações concretas das autoridades do governo com base nas decisões que, por sua vez, partem de determinadas premissas no processo que se estabeleceu ao longo do tempo entre as organizações. Uma das decisões da gestão do APEES foi optar pela efetivação de práticas de mediação cultural a partir de articulações entre a instituição arquivística e o conjunto de colaboradores. O gestor Agostino Lazzaro evidencia a decisão por adotar uma política de parceria no excerto: “A última publicação da Coleção Canaã ocorreu em 1998. Somente agora com a colaboração imprescindível da Swissinfo e da Associação Cultural e Recreativa Campinho [...]” (LAZZARO, 2004, p. 13). O texto do gestor, que introduz a publicação “Viagem à Província do Espírito Santo - Imigração e Colonização Suíça”, evidencia que a interlocução entre o APEES e colaboradores é fundamental. Essa ideia é sustentada por Boadas i Raset (2001) ao indicar que para se lograr a disseminação do patrimônio documental à sociedade é preciso participação dos interlocutores na elaboração das atividades e projetos, de modo que cada interlocutor possa dar a sua contribuição.

Lowies, Scieur e Vanneste (2013) observam que há uma dependência nos espaços culturais em relação às colaborações externas com artistas e o apoio de voluntários para realização de práticas de mediação cultural. Isto não é menos verídico no caso do APEES. Assim, ressaltamos que os colaboradores do APEES são componentes estratégicos da política cultural, de modo que nos cabe identificar dentro do período da Gestão Lazzaro (1995-2015) quais foram os atores institucionais que colaboraram com as práticas de mediação cultural. Para tanto elaboramos um quadro a partir dos artigos 41 e 44 do Código Civil que prevê as

espécies de pessoa jurídica de direito privado, do direito público interno e externo. O quadro 2, a seguir, contém as instituições que participaram das práticas de mediação cultural no APEES entre 1995 e 2015:

Quadro 2 – Relação das pessoas jurídicas colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES

Pessoas Jurídicas	Nomes das Instituições
Associação	Associação Cultural e Recreativa Campinho Associação Pomerana de Pancas Associação dos descendentes de italianos de Iconha Associação Cultural, Recreativa e Social Flores da Terra Associação Pomerana de Pancas Associação Rionovense de Imigrantes Suíços Associação da Cultura Alemã do Espírito Santo Associação Brasileira de Documentaristas e Curtas Metragistas do Espírito Santo Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo Associação dos Arquivistas Brasileiros Associação da Cultura Italiana de Cariacica Banda de congo mirim de Santa Leopoldina Banda de Congo de Retiro Banda de Congo de Itaparica Banda de Congo do Clube Capixaba do Vinil Banda Show Leopoldinense Banda Tambores do Brasil Banda de música da Polícia Militar Banda de música do Circolo Trentino Circolo Trentino di Santa Tereza Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do ES Cineclubes Diversidade Folia de Reis do Córrego da Prata Fórum Estadual LGBT Grupo de Dança Blumen der Erde Grupo Musical Toni Boni Società Castelense de Cultura Ítalo Brasileira Società Italiana de Castelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões Brasil no Espírito Santo
Instituto	Instituto Elimu Instituto Frei Manuel Simón Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo Instituto Histórico de Iconha Instituto Marlin Azul

continua

Quadro 2 – Relação das pessoas jurídicas colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES

	Instituto Sincades Instituto Teuto de Vitória
Sociedade	Avivar Banco do Nordeste do Brasil S.A. Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira Centro Educacional Charles Darwin Centro Educacional Sonho Meu Centro Educacional Leonardo Da Vinci Centro de Integração Empresa-Escola Centro Universitário São Camilo Colégio Sacré-Coeur de Marie Colégio Santa Catarina Colégio Pio XII Colégio Mobile Colégio Nacional Escola Núcleo Educacional Piaget Escola Neo (Núcleo de Educação Orientada) Escola Superior São Francisco de Assis Escola São Domingos Escola Monteiro Lobato CEMS Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo Faculdade Saberes Fundação Bradesco Gráfica A1 Jornal “A Gazeta” Phoenix Projetos e Serviços Culturais Rádio Suíça Internacional Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial TV Gazeta Xerox do Brasil Ltda.
União	Arquivo Nacional Biblioteca do Itamaraty Biblioteca Nacional Cine Metrópolis – Cinema Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo Escola de Primeiro Grau da Universidade Federal do Espírito Santo Escola Técnica Federal – CEFETES Fundação Ceciliano de Abel Almeida da Universidade Federal do Espírito Santo Instituto Federal do Espírito Santo, campus Aracruz Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo Projeto Universidade Para Todos (UFES) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

continua

Quadro 2 – Relação das pessoas jurídicas colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES

	<p>Projeto Universidade Para Todos (UFES) Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura Universidade Federal Fluminense (Curso de Arquivologia)</p>
Estados Estrangeiros	<p>Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro Consulado Honorário dos Países Baixos no Espírito Santo</p>
Estado	<p>Comissão Estadual Memória e Verdade “Orlando Bonfim” Conselho Estadual de Cultura Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gomes Cardim Escola Estadual de Ensino Fundamental Alice Holzmeister em Santa Leopoldina Escola Estadual de Ensino Fundamental Otto Ewald Junior Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto de Almeida Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Hosana Salles Escola Estadual de Ensino Fundamental Liberal Zandonadi em Venda Nova do Imigrante Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Zumbi dos Palmares Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Experimental de Vitória Secretaria de Estado da Educação Secretaria do Estado e dos Recursos Humanos Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Educação Universidade Estadual de Campinas</p>
Município	<p>Câmara Municipal de Pancas Câmara Municipal de Santa Tereza. Escola Municipal de Ensino Fundamental São Vicente de Paulo Escola Municipal de Ensino Fundamental Serrana Prefeitura Municipal de Castelo Prefeitura de Santa Leopoldina Prefeitura da Serra Secretaria de Cultura e Turismo de Pancas Secretaria de Educação de Pancas Secretaria de Cultura e Turismo de Domingos Martins</p>

continua

Quadro 2 – Relação das pessoas jurídicas colaboradoras nas práticas de mediação cultural no APEES

	Secretaria de Turismo e Cultura de Santa Tereza Secretaria de Cultura e Turismo de Santa Leopoldina
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos relatórios, *clippings*, comunicações internas, ofícios, diários oficiais do estado do Espírito Santo

Notamos que uma parte considerável dos parceiros do APEES é constituída por associações que, por sua vez, representam os públicos para os quais se dirigiram as práticas de mediação cultural. Além disto, a continuidade de algumas destas práticas, especificamente as efemérides, se deu pela reincidência em datas que marcam a chegada dos povos imigrantes bem como festividades tradicionais das comunidades.

Jammet (2007) conclui que a democracia cultural nos arquivos é caracterizada em parte pela interatividade, a espontaneidade e reforço da identidade comunitária. Essas características estão presentes quando as próprias associações, principalmente no caso das associações de imigrante, requisitam espontaneamente ao APEES os serviços referentes ao “Arquivo Itinerante” e ao “Projeto Imigrantes”, ambos voltados à identidade das comunidades dos descendentes de colonos estrangeiros.

Ocorre que muitas comunidades estão distantes da Grande Vitória e os serviços do APEES se tornam ainda mais consideráveis na ausência de arquivos municipais. Um dos desafios encontrados pelo APEES, assim como por outros arquivos estaduais, é ancorado no óbice territorial, isto é, no problema de alcançar o público de todo estado tendo em vista a amplitude do território. Um dos pontos levantados por Bellotto (2007b) é a vocação do arquivo municipal para a cultura pela proximidade com o público e a história local. Contudo, isso não isenta os arquivos estaduais das suas obrigações para com os direitos culturais dos cidadãos, principalmente quando os arquivos municipais são pouco numerosos no estado. A solução que notamos, obtida pelo APEES, é conquistar colaboradores como as associações locais, a fim de obter a capilaridade para o interior.

Mas a partir de que base o APEES demarcou seus colaboradores? Boissonneault (1997) indica que o fundo de arquivo possui uma cultura que precisa ser demarcada, pois a mediação cultural se estabelece no encontro entre as pessoas de diversas culturas e a cultura do fundo de arquivo. No caso do APEES essa demarcação foi operada em parte via “Banco Etnográfico” inaugurado em 1998 na Gestão Lazzaro (1995-2015). Afinal, neste catálogo havia a descrição sobre os grupos de imigrantes. Descrição esta que foi realizada

considerando o direito à cidadania dos descendentes dos povos cuja herança cultural integra o patrimônio arquivístico custodiado.

Na relação entre o APEES e o conjunto das associações de imigrantes parceiras, podemos destacar um movimento de participação que, como descreve Jammet (2007), é decorrente da visibilidade dos diferentes tipos de público do APEES e da oposição à invisibilidade dos fundos de arquivo.

Ao observarmos as colaborações entre as pessoas jurídicas no âmbito dos poderes públicos e o APEES, destacamos o que nota Chave (2012) sobre a necessidade de articular a política arquivística com a política de outros setores do Estado, pois isso é central para os arquivos. Assim na esfera municipal, isto é, prefeituras e câmaras, houve colaboradores em práticas de mediação cultural. A parceria se deu por um imperativo estratégico, pois principalmente nas cidades do interior sem o apoio das prefeituras e o apoio das câmaras, as práticas de mediação cultural seriam mais custosas ou até inviáveis.

É preciso enfatizar que as parcerias do APEES no âmbito da municipalidade foram expressivas. Dentre elas, destacou-se “História e Memória de Cariacica em álbuns de família”, porque foi viabilizada pela Lei Municipal de Incentivo a Cultura “João Bananeira” do Município de Cariacica. A exposição reuniu mais de 80 imagens de fragmentos da vida privada dos cidadãos e tinha a meta de estimular a reflexão sobre o universo dos arquivos pessoais e a história local. O espaço público escolhido para a atividade foi a unidade do “Faça Fácil”, que aglomera 15 órgãos públicos com aproximadamente 400 serviços.

As visitas escolares e universitárias constituem as mais numerosas práticas de mediação cultural depois das efemérides. Para que o APEES atingisse esse resultado, foi fundamental a parceira com as escolas, universidades e instituições de ensino tanto da rede pública quanto da rede privada. Com efeito, não é apenas nas visitas que a participação do público escolar e das instituições de ensino tem sido estratégicas para a gestão do APEES, pois constatamos o peso dessa presença em outras práticas de mediação cultural, principalmente nas exposições.

Não é por acaso que a frequência do público escolar é tão tradicional nos arquivos quanto as próprias exposições. Segundo Franz (1986, p. 6, tradução nossa): “Desde 1880, reiteradas instruções ministeriais na Bélgica requisitaram às chefias das instituições de ensino que organizassem visitas às exposições nos arquivos centrais e provinciais”. Nos dias de hoje, os arquivos públicos podem ser objetos de políticas públicas transversais entre o setor da

cultura e da educação. À vista disso há órgãos públicos da educação e também de cultura entre os parceiros do APEES no âmbito municipal, estadual e federal.

A colaboração entre instituições de ensino e o APEES corrobora o que nota Benxayer (2007) sobre a relevância dos métodos pedagógicos adotados por alguns professores. Tais professores praticam mediação cultural no arquivo, permitindo que os cidadãos se apropriem do patrimônio. Neste sentido os professores exercem o papel de mediador cultural que pode ser atribuído também aos pedagogos.

No entanto, é preciso salientar o potencial para uma participação mais ampla dos professores. Afinal, eles poderiam, a exemplo da França, tomar a iniciativa de integrar todo o processo de mediação cultural. Benxayer (2007) nota que professores ficam responsáveis por atividades culturais executadas nos arquivos. No caso do APEES localizamos a participação de professores principalmente nas visitas e nas exposições. Não obstante, o autor constata que nos arquivos franceses existe uma colaboração mais profunda e duradoura, de modo que os professores ficam responsáveis por projetos culturais no interior dos arquivos voltados para o ensino, incluindo publicações, dossiês pedagógicos e o *archivobus* (arquivo itinerante).

Atualmente é o coordenador Michel Caldeira, historiador e arquivista, que é o responsável pela condução do público escolar pelas dependências do APEES, através das práticas de visitas. A propósito, o APEES não se distancia dos apontamentos de Aubouin, Kletz e Lenay (2010) sobre arquivos franceses. Para eles há escassez de recursos humanos para mediação cultural nos arquivos.

Não foi registrada a responsabilização de arquivistas na completude do processo de mediação cultural. Atribuímos isso, em certa medida, à falta de arquivistas habilitados para conceber, planejar, executar e avaliar práticas de mediação cultural. É que as universidades que ofertam o curso de bacharelado em Arquivologia, salvo exceções como a Universidade Federal do Espírito Santo, não consideraram uma disciplina dedicada ao estudo da mediação cultural. Tal falta aos arquivos poderia ser (parcialmente) suprida pela integração de educadores, artistas, e outros agentes.

Neste contexto, é preciso salientar a relevância da ação educativa, pois a educação abre espaço para convergência de diversas mediações (mediação da informação, mediação do conhecimento, mediação cultural) e ao desenvolvimento de competências (competência leitora, competência informacional, competência cultural). Apesar do trabalho desenvolvido pelo APEES junto às escolas, não verificamos a oferta de treinamento aos professores e nem a

produção de material para orientação dos mesmos. Também não registramos treinamento de cunho pedagógico específico para os monitores ou envolvidos nas visitas escolares.

Não menos do que a ação educativa, a atividade artística também pode contribuir para as práticas de mediação cultural, sobretudo no aspecto qualitativo, pois a figura do artista instituído possui influência na formação de identidade de um determinado grupo social. (COELHO, 1997) Hovingh (2014) aponta que as montagens cenográficas da exposição "O Palácio da Memória" foram concebidas por artistas de teatro com base na contextualização. Sendo assim, um dos grupos de colaboradores que não podemos ignorar é o grupo dos artistas. Segundo Rousseau (2014), o estabelecimento de uma rede com artistas que possuem interesse no patrimônio arquivístico permite a execução de projetos culturais com ações artísticas e coloca o material do arquivo num campo estético das artes (visuais, artes cênicas, literatura). Para ela isso é uma forma de permitir o público entrar em contato com arquivo a partir de uma perspectiva da intuição e da imaginação oriundos do processo criativo.

Pode-se encontrar em Rousseau (2014) um paralelo entre as parcerias com artistas e as atividades que o APEES tem desenvolvido nas práticas de mediação cultural. Ela cita diversas colaborações entre arquivo e artista: um festival coreográfico, promoção de um *workshop*, a produção de um livro, uma exposição fotográfica, *design* de iluminação e uma intervenção na paisagem de um edifício histórico.

Péquignot (2011) aponta, dentre outros processos, que a reivindicação por liberdade de criação e autonomia dos artistas como um grupo de profissionais da cultura fez nascer a própria mediação cultural. Ora, se como Péquignot (2011), estimarmos que os artistas sejam fundadores da mediação cultural, então o entendimento do arquivo como lugar de cultura e a adoção de práticas de mediação cultural na instituição devem incluir os artistas. Isso significa considerar no rol dos colaboradores, portanto, escritores, atores, cantores, compositores, coreógrafos, músicos, dramaturgos, escultores, pintores, musicistas, maestros, artistas circenses, artistas performáticos e outros.

Os seguintes artistas podem ser destacados pela participação em práticas de mediação cultural no APEES: a escritora e pintora Kátia Bobbio; o documentarista Arjan Van Westen e Monique Schoutsen; a pintora Leila Silva; a atriz Suely Bispo; o músico Norberto Fyhn; o cineclubista Fabrício Fernandes; os escritores Marcos Tavares, Waldo Motta, Anaximandro Amorim e Caê Guimarães; os músicos Cecitônio Coelho, Edson Papo Furado e Betinho Capoeira; os músicos Alexandre Araújo, Eduardo Martins, Higor Sartori e Régis Chaves; a pintora Josi Jubini; a documentarista Eline Jongsma;

Lemay, Klein e Lacombe (2014) observam que o debate “arquivos e memória artística” diz respeito à sociedade e à disciplina arquivística. Não é por menos que Lemay (2009) propõe ações como: a) desenvolver maneiras de se entender “como” e “por que” os artistas usam materiais de arquivo; b) identificar o interesse dos artistas nos arquivos e o estabelecimento de residências artísticas nas instituições arquivísticas; c) explorar, através do trabalho de artistas, o desocultamento dos arquivos; d) acrescentar a presença dos arquivos no cenário cultural atraindo novos públicos. O foco de Lemay, Klein e Lacombe (2014) é na interação dos artistas com o arquivo. Para os autores há características dos arquivos nos domínios artísticos que não foram explicitamente reconhecidas e que o artista deve ser atendido pela instituição arquivística, que não pode negar o atendimento ao cidadão.

Dentre as notas de Rousseau (2014) sobre a relação do arquivo com os artistas, sublinhamos que ela considera que o estabelecimento de uma política proativa de residência é um fator decisivo para o sucesso dos projetos artísticos e culturais no arquivo. Ela ilustra seu apontamento descrevendo a experiência de residência artística de Nicolas Frize que trabalhou a memória sonora nos arquivos pessoais, o som na poética lírica, o humor, o simbólico e o som cotidiano.

Observamos que a SECULT promove residência de arte, em especial de literatura, na Biblioteca Estadual como segue:

Em parceria com a SECULT o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES (PPGL) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (Neples), é desenvolvido o Projeto Escritor Residente da Biblioteca Pública Estadual. Ao escritor cabe assessorar a política cultural e a estruturação do acervo de obras raras e valiosas da Biblioteca, realizar palestras e desenvolver projetos de ficção, bem como colocar-se à disposição da comunidade dentro de suas áreas de interesse. O primeiro escritor residente foi Reinaldo dos Santos Neves, cuja atuação resultou no livro “A Folha de Hera”, um romance bilíngue. (MARTINUZZO, 2011, p. 143).

Na mesma obra, Martinuzzo (2011) apresenta uma breve avaliação do APEES pelo governo, apontando a melhoria nos serviços, o lançamento de livros pela “Coleção Canaã”, a abertura de concursos públicos para arquivistas, bibliotecários e cargos afins, a conquista da nova sede¹³⁸ e programas públicos como “Arquivo Itinerante”, “Projeto Imigrantes”, “Projeto Imprensa Capixaba”, “Censos Populacionais do Século XIX”, “Projeto Biblioteca Digital”, “Memórias Reveladas” e “Caminho do Imigrante”.

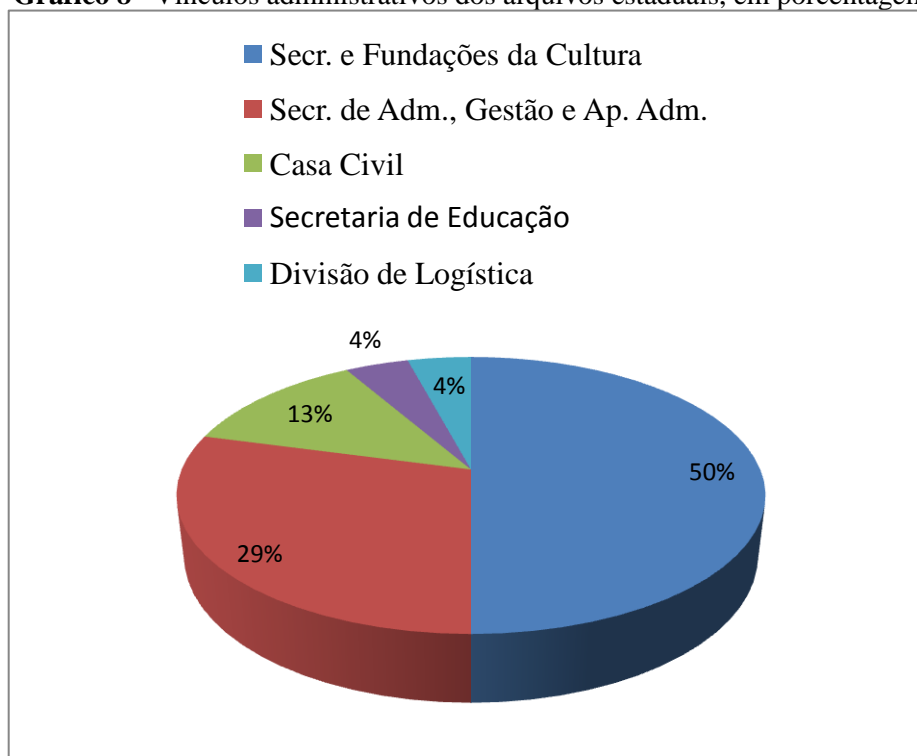
¹³⁸A antiga construída em 1926 por Florentino Avidos já não comportava mais os fundos de arquivo.

Mas por que só há residência na Biblioteca Estadual e também não no APEES? Ao contrário do que sugeriu Rousseau (2014) para os arquivos, o APEES não optou, por enquanto, pelo acolhimento de artistas para estágio de residência. Também é preciso considerar que o caso da residência mantida na Biblioteca Estadual inclui um projeto da UFES que, por sua vez, não existiu para o APEES. Sublinhamos também que não houve iniciativa da SECULT no sentido de compartilhar experiências entre os órgãos ou de estimular a residência de artistas no APEES.

Desta forma, no tocante do conjunto de atores que vem colaborando com o APEES nas práticas de mediação cultural, a seguir trataremos da SECULT, porque é a repartição mais importante ao setor cultural do Espírito Santo.

A SECULT é incumbida das políticas culturais no estado e é um órgão hierarquicamente superior ao APEES, repassando verba ao mesmo. Dado isto, não seria ela também corresponsável pelas políticas culturais para o APEES? Concordamos com o excerto: “[...] entendemos que a atribuição e a vinculação hierárquica do serviço de arquivo possuem um fator muito relevante para desempenhar uma indiscutível liderança na gestão documental e na função cultural [...]” (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001, p. 30, tradução nossa).

Neste sentido, Peter Mazikana (1990) também observa que a posição de uma instituição de arquivo influencia no seu funcionamento e eficácia. Segundo o estudo desse autor há uma predominância dos arquivos ligados à cultura em todo o mundo. Para ele, este posicionamento tem raízes históricas, já que os arquivos foram reconhecidos como fontes para atividades culturais por causa de seu lugar na memória e identidade. Se não há dúvida de que os arquivos têm um valor primordial como um componente do patrimônio cultural de uma nação, no Brasil a maioria dos arquivos estaduais está ligada às Secretarias de Cultura ou Fundações Culturais. Podemos notar isto no gráfico 8:

Gráfico 8 –Vínculos administrativos dos arquivos estaduais, em porcentagem

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nas informações do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos disponibilizadas no site do Arquivo Nacional (2015)

Assim, não se pode desconsiderar que há 12 arquivos estaduais subordinados às secretarias e fundações da cultura¹³⁹, sete vínculos às secretarias de administração¹⁴⁰ e três ligados à Casa Civil¹⁴¹. A vinculação dos arquivos às secretarias de administração ou casa civil ocorreu de forma deliberada tendo em vista que o setor da cultura no Brasil vem apresentando menor orçamento, pouco interesse e visibilidade administrativa. A identificação do arquivo público como gestor documental somado a essas vinculações a administração e a casa civil resultam da busca por mais autonomia e reconhecimento, pois o caráter auxiliar que tem sido atribuído às instituições arquivísticas contribui em certa medida para que os arquivos se mantenham em situação subalterna. Assim, não consideramos que os arquivos podem ficar menos dependentes ou angariar mais recursos apenas como resultado das práticas de

¹³⁹ Vide: Arquivo Público do Espírito Santo, Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Distrito Federal, Arquivo Público da Bahia, Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Arquivo Público do Ceará, Arquivo Público Estadual de Sergipe, Arquivo Público do Estado do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Piauí, Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹⁴⁰ Cita-se: Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre, Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso, Arquivo Público do Estado do Amazonas, Gerência Operacional de Arquivo e Documentação da Paraíba, Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁴¹ Respectivamente: Arquivo Público de Alagoas, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

mediação cultural, mas também é preciso considerar o papel da gestão documental e a posição que a instituição arquivística ocupa na administração pública. O APEES é um dos arquivos que hoje está ligado à Secretaria de Cultura sem desfrutar de uma autonomia para, por exemplo, captar diretamente verbas de programas como o *Roma Cultural Mediation Project*¹⁴² financiado pelo Fundo Europeu.

Lilian Locatelli (2013) apontou o APEES dentre as instituições responsáveis pelo patrimônio cultural da capital do estado do Espírito que justifica em parte a alocação do APEES na SECULT. Apesar disso, dentre as 221 práticas de mediação cultural que foram identificadas no APEES, aproximadamente 3% ocorreram no contexto de parceria com a SECULT. Dados esses números, concluímos que a SECULT vem realizando poucos planejamentos e execuções em parceria com o APEES. Esse fato impactou significativamente nas práticas de mediação cultural da instituição, de forma que essas práticas se mantiveram como iniciativas voluntárias sem o suporte de uma política cultural comum e estável.

Por que a SECULT colabora pouco com o APEES? Uma das motivações para o número inexpressivo de colaborações pode ser atribuído à ausência de uma política cultural da SECULT em relação não apenas ao APEES, mas a todas as demais instituições arquivísticas do estado do Espírito Santo. Outra causa para o baixo número de parcerias entre APEES e SECULT pode ter origem na interpretação do artigo 22 da Lei Complementar nº 391 de 2007, pois o arquivo não vigora na lista das unidades diretamente administradas pela SECULT, como a Biblioteca Pública Estadual, o Museu de Artes do Espírito Santo, o Museu do Colono e o Museu Capixaba do Negro. Contudo, mesmo não sendo diretamente administrado pela SECULT, o APEES não deixa de ser preeminente ao setor da cultura. Isso reforça a atribuição da SECULT em “[...] executar, controlar e gerenciar as políticas públicas planejadas para a área da cultura” (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Não obstante o vínculo financeiro¹⁴³ e a subordinação em relação à SECULT, a gestão do APEES não está refém da ausência de políticas da SECULT para o patrimônio documental. Portanto, a gestão possui autonomia para influir nas políticas culturais do APEES. Alberch e Boadas (1991), Núñez Chávez (2014), Roberge (2008) e Valacchi (2010) são referenciais teóricos que trabalham explicitamente com o entendimento do arquivo enquanto parte do segmento do patrimônio cultural.

¹⁴² Se o projeto europeu destina verbas para trabalhos com as populações ciganas, a iniciativa do APEES com os ciganos de descendência ibérica e os Roma do povo Calon, poderia ter encontrado apoio caso o órgão conseguisse captar recursos diretamente. Há ainda um potencial a ser explorado nesse sentido.

¹⁴³ A SECULT repassa verba ao APEES que, ao mesmo tempo, possui status de órgão em regime especial.

No caso notamos que há, em certa medida, a responsabilização da SECULT pelo desencontro entre a política cultural do Espírito Santo e a política arquivística estadual. Isso porque a SECULT é responsável pelo planejamento, execução, controle e gestão das políticas públicas para a área da cultura em todo o estado, o que por sua vez abrange o patrimônio cultural, e, por conseguinte o patrimônio arquivístico. Assim, embora a Subsecretaria de Patrimônio Cultural da SECULT tenha participado de práticas de mediação cultural junto ao APEES, a indefinição de uma política cultural para o patrimônio arquivístico acaba por minorar o impacto da SECULT para o APEES e outras instituições arquivísticas tais como arquivos privados, casas de cultura, bibliotecas, museus, galerias de arte, fundações, institutos, arquivos públicos municipais do poder executivo, arquivos públicos municipais do poder legislativo, o arquivo estadual do Poder Legislativo e o arquivo estadual do Poder Judiciário. Constatamos que, apesar de ser o órgão hierarquicamente ligado ao APEES, a SECULT tem tido pouca preponderância sobre o órgão, e que é o próprio gestor do APEES que vem influenciando a trajetória do APEES. Consideramos pertinente destacar que algumas atribuições da SECULT estão em algum grau relacionadas ao APEES, dado impacto potencial para as práticas do APEES no âmbito da cultura. Ocorre que não somente há convergência entre os órgãos, como também podemos considerar que há correspondência entre as políticas arquivísticas e as políticas culturais, conforme exposto no quadro 3:

Quadro 3 – Correspondência entre as atribuições da SECULT e o impacto potencial nas atividades do APEES

Atribuição da SECULT	Impacto potencial nas práticas do APEES
Salvaguardar os Direitos a Cultura	Salvaguardar os fundos de arquivo para usufruto dos cidadãos incluindo artistas, cientistas, literatos e produtores culturais assegurando no uso e no acesso aos documentos à liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística.
Incentivo à criatividade e formação	Incentivar a criatividade e formação através de um programa para residência artística nos espaços do acervo e do arquivo; Incentivar a criatividade e formação através de concursos de documentário, poesia, teatro, música, escrita criativa ¹⁴⁴ e outras modalidades.

continua

¹⁴⁴ Este método de escrita já se constitui de uma disciplina reconhecida internacionalmente como “*Creative Writing*” com programas de mestrado e doutorado dos quais é possível destacar as Universidades de Nova Iorque, Michigan, Iowa, Virginia, Boston, Glasgow e de Londres no campus *Royal Holloway*. Os produtos resultam de pesquisa e prática de diversos gêneros (poesia, ficção e não ficção) através de um rigoroso fundamento para o trabalho criativo de escrever através da interdisciplinaridade com uso recorrente aos documentos de arquivo.

Quadro 3 – Correspondência entre as atribuições da SECULT e o impacto potencial nas atividades do APEES

Preservar as expressões culturais	Preservar as formas de expressão cultural contidas na documentação arquivística; Preservar as expressões culturais recolhidas pela instituição arquivística.
Gerenciar, Controlar e Executar Políticas Culturais	Gerenciar, Controlar e Executar Políticas Culturais direcionadas às instituições arquivísticas do estado do Espírito Santo.
Apoio às atividades culturais	Apoiar práticas de mediação cultural.
Conservação	À Coordenação de Preservação do Acervo compete coordenar as atividades relativas ao procedimento de guarda e de preservação do acervo; identificar o estado de conservação; executar e promover a higienização dos depósitos do acervo; desenvolver atividades de restauração e encadernação; acompanhar os procedimentos de manuseio, de reprodução dos documentos; outras atividades correlatas.
Divulgação da cultura	Apoiar as pesquisas histórico-culturais visando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo; auxiliar na construção de instrumentos de pesquisa; organizar exposições e outros eventos de divulgação do acervo; outras atividades correlatas como difusão e mediação cultural.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na lei complementar nº 391/2007

É preciso destacar que não somente a SECULT impacta as práticas do APEES como o contrário também ocorre. Observamos que no “I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais” houve o apoio do APEES à atribuição da SECULT em “[...] desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas e preservar as manifestações culturais tradicionais” (ESPÍRITO SANTO, 2007). Sem a intervenção do APEES o povo Calon não participou do evento.

A SECULT, apesar de seu papel decisivo e diretivo, possui uma estrutura menos tradicional e menos consolidada do que o APEES no cenário cultural capixaba. A frase da ex-secretária de cultura Neusa Mendes evidencia o abandono da SECULT e das políticas culturais: “Em 2003, encontrei a Secult sediada no salão de baile do Clube Saldanha da Gama. Como a própria sede da Secretaria, todos seus “espaços afins” também eram incapazes de propiciar políticas públicas.” (MARTINUZZO, 2011, p. 37). Ora, se os resultados do mapeamento das práticas de mediação cultural apresentam maior número no período depois 2006 - isto é, depois da primeira gestão da SECULT – podemos, em certa medida, atribuir essa melhoria no desempenho do APEES ao desenvolvimento do setor cultural no Espírito Santo.

Contudo, apesar dos avanços, a SECULT ainda não apresentou a elaboração, planejamento, execução, controle e avaliação de políticas culturais para os arquivos públicos. Afinal, sua atuação tem se concentrado na promoção e manutenção de editais que distribuem verba para beneficiar arquivos, bibliotecas, museus e coleções particulares acessíveis ao público através do “Inventário, Conservação e Reprodução de Acervos”. Foi totalizado o montante de R\$ 1.400.00,00 para o segmento que incluiu os arquivos desde 2010, ou seja, a partir do segundo mandato do Governo Hartung (2007-2011) e no Governo Casagrande (2011-2015) foram lançados cinco editais.

Mas, para que serve um acervo tecnicamente tratado se a população não se beneficia do que ele significa para ela? As práticas de mediação cultural instrumentalizam as apropriações dos acervos enquanto bens culturais, para que os públicos possam construir significados, referenciais, identidades, sentidos coletivos e valores simbólicos, sensíveis, estéticos e contextuais. Entretanto, essa verba foi planejada a partir do entendimento tecnicista¹⁴⁵ dos arquivos, que restringe os acervos a objetos a serem inventariados, conservados e reproduzidos. Ou seja, o caráter técnico foi privilegiado em relação a outros a serem trabalhados. Uma vez que os editais vincularam os recursos apenas à aplicação na disponibilidade dos estoques de acervos, não se considerou as práticas de mediação cultural.

No capítulo “Patrimônio Cultural” do relatório 2011-2014, a SECULT registra a participação na “Semana Nacional de Museus” e ações educativas na seção de “Museologia”. Além disso, na seção de “Educação Patrimonial” apresenta “Seminários de Educação Patrimonial” em 2011 e 2012, “Diálogos sobre o Patrimônio” e Passeio Ciclístico pelo centro histórico de Vitória. No entanto, essas atividades encontram-se dissociadas do APEES. Ora, educação patrimonial não pode ocorrer no APEES? Não poderia o APEES participar dos “Diálogos sobre o Patrimônio”? Já na seção “Patrimônio Imaterial” notou-se a presença do APEES no I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo¹⁴⁶, em parceria com a SECULT e Instituto SINCADES.

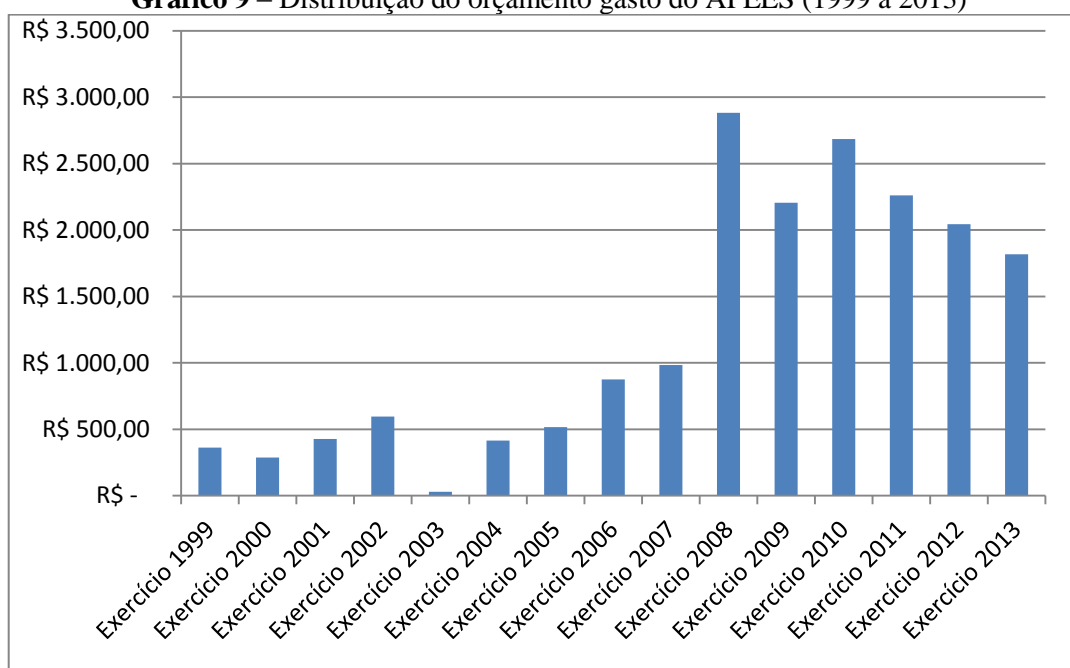
¹⁴⁵ Esse entendimento tecnicista do arquivo é para nós um produto do próprio "tecnicismo de receituário" que pode ser observado na sentença sobre a própria Arquivologia: “A ausência de pesquisa acarreta ainda aquilo que Bosi (1993) designa como o “mundo do receituário”, das fórmulas feitas, muitas vezes normas marcadas pelo tecnicismo e uma pretensa neutralidade. Sem a perspectiva crítica que a pesquisa sustenta como valor intrínseco, tende-se a reificar conceitos, calcados em lacunas teóricas, como o caso do conceito de sistema de arquivos e a noção de sistema nacional de arquivos, nos termos em que este projeto vem sendo reiterado no Brasil nos últimos trinta anos, apesar do seu fracasso. Ficamos, portanto, reféns de uma literatura internacional, fundamental, porém inacessível à quase totalidade dos alunos e de muitos professores.” (JARDIM, 1999, p. 43).

¹⁴⁶ “O objetivo do encontro foi contribuir para o reconhecimento e o empoderamento das comunidades tradicionais do Espírito Santo e instituir o diálogo entre o Governo e os grupos e seus representantes, tendo em vista o propósito de assegurar às comunidades seus direitos territoriais, sociais, ambientais econômicos, e sobretudo, culturais.” (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, p. 90).

No contexto da gestão do APEES e dos mecanismos de apoio que poderiam vir dos editais da SECULT, é preciso levar em conta que, de um modo geral, as Leis de Incentivo à Cultura¹⁴⁷ delegam à iniciativa privada o que deve ou não receber investimento. Isto significa que as empresas priorizam as áreas de maior visibilidade, tendo em vista o mercado consumidor atingido pelo seu *marketing* cultural. Assim, a tendência mercadológica seria não investir em atividades essenciais para a sociedade, como os arquivos públicos. Afinal, estes ainda não costumam possuir uma imagem popular no cenário cultural (SILVA, 2008).

É preciso considerar a trajetória do APEES, pois antes da mudança de sede, em 2006, o órgão mantinha 15 funcionários e 10 estagiários. Atualmente há 22 funcionários e 20 estagiários para atender, potencialmente, uma população de 3.885.049 de cidadãos. Além disto, quase a metade (isto é, 1.884.096) reside na Grande Vitória, o local da sede do APEES. Assim como os recursos humanos, os recursos financeiros são estratégicos para o planejamento e execução das práticas de mediação cultural. Deste modo é pertinente considerar o período de 1999 até 2013. Levantamos os totais gerais do orçamento gasto e observamos, conforme o gráfico abaixo, que o APEES passou de uma verba de R\$ 30.041,38, que é referente ao ano de 2003, para o total de R\$ 2.882.284,37 no exercício de 2008. Ao comparar esses dois anos, o aumento corresponde a aproximadamente 9.600% (nove mil e seiscentos por cento) de crescimento, de modo que o APEES manteve a verba milionária conforme indica o gráfico abaixo (Gráfico 9):

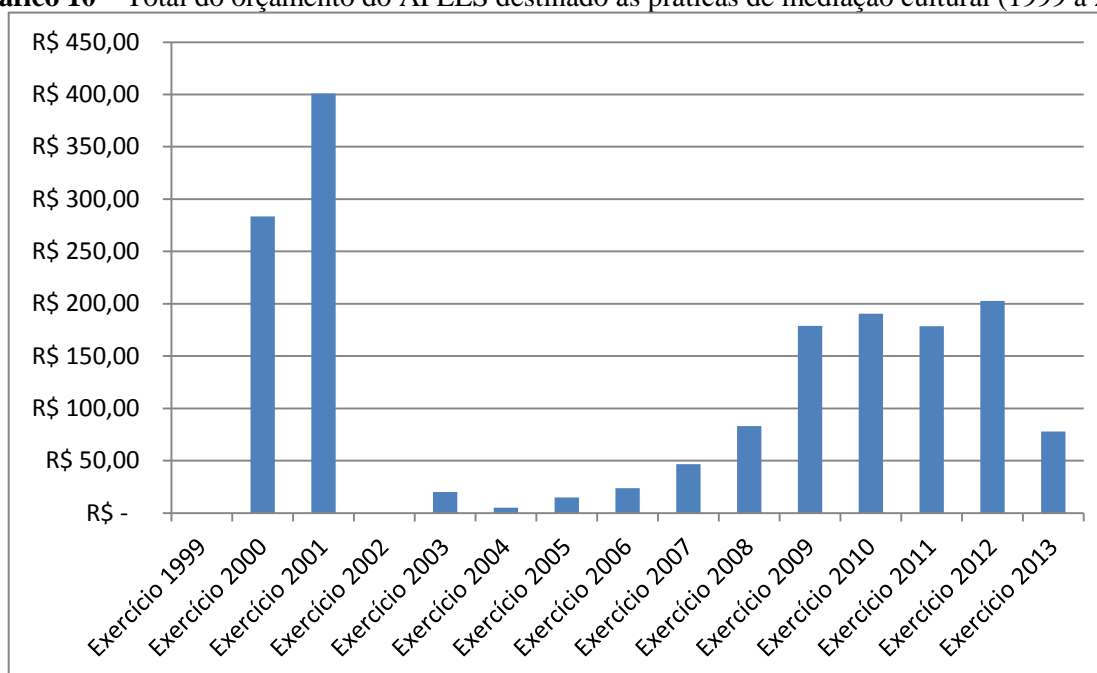
¹⁴⁷ A Lei Rouanet ou Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) é umas das leis de incentivo fiscal. O Governo renuncia parte dos impostos que recebe de pessoas físicas ou jurídicas tendo em vista investimentos em projetos culturais. Os limites para as empresas são de até 4 % do imposto devido e das pessoas físicas de até 6% do imposto devido. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (MinC) que pode ser autorizada a captar recursos junto aos pagadores de impostos ou empresas tributadas. O Ministério da Cultura apenas credencia projetos culturais, ao passo que são os responsáveis pelo projeto que devem encontrar e conquistar patrocinadores.

Gráfico 9 – Distribuição do orçamento gasto do APEES (1999 a 2013)

Fonte: Elaborada pelo autor com base no fundo APEES (2014)

O aumento orçamentário do APEES está ligado à nova sede e aos custos decorrentes das obras, aquisição de equipamentos, novas contratações e outros investimentos que representam avanços significativos nas conquistas da gestão do APEES. Associamos esse ganho ao reconhecimento público do APEES perante a sociedade capixaba e aos governadores. Por fim, o reconhecimento decorre das práticas de mediação cultural que permitiram, como observa Péquignot (2011), intervenções institucionais para erradicar as desigualdades sociais de acesso à cultura.

Quanto o APEES destinou às práticas de mediação cultural? O quadro orçamentário global não expõe, por si mesmo, os investimentos em práticas de mediação cultural, de modo que entendemos que esses estão distribuídos nos mais diversos campos do orçamento oficial. Assim, observando o período de 1999 até 2013, levantamos os montantes diretamente ligados às práticas de mediação cultural. Como é possível acompanhar no gráfico 10:

Gráfico 10 – Total do orçamento do APEES destinado às práticas de mediação cultural (1999 a 2013)

Fonte: Elaborada pelo autor com base no fundo APEES (2014)

O gasto com estruturas internas formalmente voltadas às práticas de mediação cultural não significa necessariamente que não existiram mais recursos para elas. Para avaliarmos outros recursos, seria necessário considerar as estratégias que o APEES encontrou, sobretudo na política de parcerias, para realizar essas práticas.

Soma-se a isso o fato de que as práticas de mediação cultural não estão apartadas das demais funções arquivísticas, como a preservação. Toda vez que um documento venha servir aos propósitos de uma exposição, é preciso observar suas condições de conservação e restaurá-lo, se assim for indispensável¹⁴⁸. Portanto, sem preservar o acervo não é possível realizar práticas de mediação cultural.

Uma vez que o APEES configura-se como espaço público onde, segundo Lamizet (1999), a mediação cultural ocorre por definição. E que o campo institucional do APEES vai ao encontro do seu público a fim de elevar a competência cultural¹⁴⁹ das pessoas, então o órgão não assume apenas a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual. Apesar da missão oficializada como gestor de documentos, o APEES está para além do tratamento dos documentos públicos de valor secundário, pois ao mesmo tempo demonstra na prática que a instituição arquivística é, assim como defende Jammet (2007), um

¹⁴⁸ A restauração geralmente é a última medida.

¹⁴⁹ Overval (2009) define competência cultural como a capacidade de reconhecer a importância da cultura na própria vida e na dos outros para respeitar a diversidade cultural e integrar plenamente os diversos grupos culturais.

campo de produção cultural. Ainda que ocorram práticas de mediação cultural, não foi encontrado nenhum documento oficial que evidencie que o arquivo é planejado seguindo uma missão estritamente cultural como democratizar a cultura.

Deste modo, não podemos deixar de considerar a influência da formação dos diretores do APEES no processo de condução das práticas de mediação cultural. O fato de que essa é uma questão que deve ser levada em consideração já influencia o entendimento sobre o arquivo como lugar de cultura e as práticas instauradas. Tanto o então diretor geral Agostino Lazzaro quanto o então diretor técnico Cilmar Franceschetto compartilhavam, antes mesmo de assumir a gestão do APEES, um projeto cultural e científico reconhecido na comunidade acadêmica e na sociedade capixaba. Assim, o lugar institucional da cultura, do qual ambos os diretores vieram, foi, em certa medida, realocado ao lugar do arquivo.

Embora as normas, os regulamentos e os entendimentos do arquivo estivessem até o momento privilegiando o caráter técnico, os gestores não abandonaram os saberes e fazeres concernentes a suas histórias. Ao mesmo tempo houve uma adequação da gestão do APEES à tradição do Arquivo Nacional que, por sua vez, nunca definiu políticas culturais para os arquivos públicos e que foi um dos principais responsáveis pelo *lobby* da gestão de documentos. Observadas numa perspectiva cultural, as práticas arquivísticas institucionais ganham outra dimensão. O arranjo e a descrição, por exemplo, se ampliam na observação, identificação e manutenção dos vínculos orgânicos entre os documentos, com o intuito de preservar as práticas culturais dos produtores e, por conseguinte, a cultura imaterial.

Um documento arquivístico isolado dos fundos não faz sentido assim como o conjunto em sua totalidade sem contexto determinado também nada significa. Ambos estão ligados as práticas dos seus produtores e fazem sentido relativamente à cultura. Isto significa que a própria constituição dos arquivos é decorrente de práticas culturais como, por exemplo, aquelas acentuadamente abrangentes que foram indicadas por Chartier (2002): as práticas de registrar para lembrar, para servir de prova e para controlar. Assim, se trata de reconhecer que os fundos de arquivo são resultados de ações vinculadas à cultura.

Em termos de práticas institucionalizadas a serem desenvolvidas no âmbito da gestão do APEES: Quais os papéis culturais relacionados às funções e aos processos e serviços arquivísticos? Não é nosso objetivo esgotar a questão, mas pretendemos apontar a direção para uma solução. No quadro 4, esquematizamos as correspondências entre as práticas institucionais sob uma perspectiva cultural.

Quadro 4 – Correspondência entre o papel cultural do arquivo público, as funções arquivísticas, serviços e processos arquivísticos

Papel Cultural	Funções arquivísticas	Serviços e Processos
Formação do Patrimônio Arquivístico Cultural ¹⁵⁰	Aquisição; Produção; Classificação; Avaliação.	Negociação de aquisições; Normatização para doadores de fundos; Inventariamento dos documentos ou fundos doados; Controle de entrada de documentos em fundos por via extraordinária; Elaboração dos termos de aquisição ou doação; Gestão de documentos eletrônicos; Gestão de documentos por meio de <i>software</i> (<i>Nuxeo</i>); Gestão de documentos; Controle e elaboração de documentos na produção; Definição de prazos de guarda nas fases corrente e intermediária; Definição da destinação final; Definição do grau de sigilo; Protocolização; Distribuição; Despacho e registro de entrega e recebimento; Desentranhamento; Juntada; Apensamento; Desapensamento; Arquivamento; Recebimento de caixas; Gerenciamento de caixas armazenadas e empréstimos de dossiês; Identificação dos conjuntos documentais, funções, subfunções e atividades; Identificação das tipologias documentais; Codificação; Elaboração do termo de eliminação dos documentos; Controle dos documentos a serem recolhidos aos arquivos permanentes.
Tratamento Técnico do Patrimônio Arquivístico Cultural	Arranjo (Classificação ¹⁵¹); Descrição.	Gestão de acervos por meio de <i>software</i> ; Identificação dos conjuntos documentais, funções, subfunções e atividades;

continua

¹⁵⁰ Optamos pelo termo “patrimônio arquivístico cultural” indo ao encontro da acepção elaborada por Luiz Antonio Santana da Silva e Telma Campanha de Caralho Madio (2012).

¹⁵¹ A prática de descrição não é atividade exclusiva dos arquivos permanentes de modo que entendemos que classificação seja a função arquivística que pode iniciar ainda na fase primária.

Quadro 4 – Correspondência entre o papel cultural do arquivo público, as funções arquivísticas, serviços e processos arquivísticos

		Identificação das tipologias documentais; Codificação; Serialização; Elaboração do Plano de Classificação; Mapeamento Topográfico; Ordenação; Identificação dos Fundos de Arquivo; Aplicação de normas de descrição; Elaboração de Instrumentos de Pesquisa; Elaboração do Quadro de Arranjo.
Comunicação do Patrimônio Arquivístico Cultural	Difusão.	Digitalização; Curadoria digital; Elaboração de Instrumentos de pesquisa <i>on-line</i> ; Difusão de informação via <i>Homepage</i> institucional; Acessibilização de informações arquivísticas, bancos de dados e plataformas informacionais; Microfilmagem; Prestação de serviços reprográficos; Ações comunicativas e de promoção institucional; Estudos de usuários; Difusão via <i>softwares</i> livres (<i>Ica- Atom, Archon, Sepiades</i>); Difusão via Web 2.0 (<i>blogs, sites wikis, folksonomia¹⁵², tags, mashup, RSS, Googledocs, Flickr, Last.fm</i>), Difusão via Web 3.0 (conteúdos sem navegador, inteligência artificial, web semântica, <i>Web 3D</i> .)
Mediação do Patrimônio Arquivístico Cultural	Função Cultural.	Mediação Cultural; Mediação da Informação; Planejamento, execução e controle de projetos culturais; Ação educativa; Práticas de Educação Patrimonial; Prestação de serviços de apoio cultural; Prestação de serviços educativos; Prestação de serviços de referência; Estudos de público.

continua

¹⁵² Taxonomia espontânea feita em colaboração de usuários.

Quadro 4 – Correspondência entre o papel cultural do arquivo público, as funções arquivísticas, serviços e processos arquivísticos

Preservação ¹⁵³ do Patrimônio Arquivístico Cultural	Preservação; Conservação; Restauração.	Higienização; Armazenamento; Acondicionamento; Diagnóstico; Desinfestação; Tratamentos mecânicos e/ou químicos; Controle do ambiente, do transporte, do manuseio e da exposição dos documentos; Intervenções mecânicas, estruturais, estéticas e/ou químicas de restauro; Migração e emulação de documentos eletrônicos com softwares e/ou hardwares obsoletos; Preservação da autenticidade e integridade dos documentos digitais via <i>softwares (Archivematica, ArchivesSpace)</i> .
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 4 seguiu uma lógica sequencial e pressupõe a teoria das três idades dos documentos de arquivo. Assim, na fase corrente e intermediária o patrimônio arquivístico cultural ainda está em fase de formação e será de fato tratado como patrimônio cultural quando seu valor secundário for atribuído, isto é, após a produção, classificação, avaliação e recolhimento para o arquivo permanente. A aquisição, que vem se tornando mais comum aos arquivos brasileiros, se trata de outra função que complementa a formação do patrimônio arquivístico e ocorre em geral na fase permanente. É importante destacar que defendemos a gestão de documentos como sendo relevante para a formação do patrimônio arquivístico cultural. Isso por sua vez nos permite afirmar que a incursão em erros nos processos da gestão documental significaria tanto em danos irreparáveis ao patrimônio arquivístico cultural quanto em prejuízo para a herança patrimonial das gerações futuras.

Em uma fase posterior, a fase permanente, na qual os arquivos já possuem um valor cultural oficialmente reconhecido, há continuidade no tratamento técnico do patrimônio arquivístico através do arranjo e da descrição. Uma vez que o conjunto de documentos não seja recolhido com a devida classificação e não seja possível entrar em contato com o produtor, será preciso adotar o método histórico para conhecer a lógica situada no tempo passado. Neste sentido, o lugar cultural do arquivo não fica muito distante do sítio

¹⁵³ A preservação pode também iniciar-se ainda na fase corrente. Exemplo disso é o trato com os documentos arquivísticos digitais e o trabalho de preservação de sua autenticidade e integridade.

arqueológico. Isto porque ambos decorrem da sedimentação estratificada acumulando-se em função das atividades, sendo que o patrimônio arquivístico é um produto das práticas culturais tais como: registrar para servir de prova e controlar. Este é um processo vital para a sequência dos papéis culturais, pois não é possível desfrutar de um patrimônio que não foi identificado e organizado, é imperativo ao arquivo público que ofereça acesso ao patrimônio cultural após seu tratamento técnico e não é desejável que os fundos sejam ocultados. Portanto, a documentação deve ser disponibilizada prontamente ao usuário. Contudo, promover o acesso hoje não significa apenas limitar o espaço de acesso às salas de consulta e, por isso, é preciso adotar uma postura proativa no que se refere à comunicação. Assim, a instituição arquivística deve movimentar-se ativamente para levar as informações para espaços com amplo acesso. Isto pode ser feito a partir das tecnologias de informação e comunicação, considerando os desafios da ambiência digital. Há muitas atividades que estão ligadas ao papel cultural de comunicação do patrimônio arquivístico cultural, seja via Internet, microfilme ou cópias eletroestáticas: a questão é o acesso. A difusão trata particularmente da emissão de informações para os usuários, de modo que os fundos não permaneçam estanques, mas possam fluir na liquidez informacional.

É dentro da lógica da cultura de cada grupo social que a informação, o documento, os fundos de arquivo e a instituição arquivística serão apreendidos. Assim, o papel cultural de mediação do patrimônio arquivístico inclui os processos inerentes, sobretudo, a três serviços: cultural, educativo e de referência. É esse papel cultural que construirá elos entre a sociedade e a instituição arquivística. Pois ainda que um arquivo público digitalize e coloque todo seu acervo a disposição na Internet e com instrumentos de pesquisa *on-line*, os fundos podem não fazer sentido para os cidadãos que não se identificam e não se sentem representados no patrimônio arquivístico. Por isso, há urgência da mediação cultural: para que se viabilizem as apropriações. O processo de mediação cultural, por sua vez, tem como objeto a cultura interativamente construída com o público, tendo em vista a democratização da própria cultura arquivística ainda dominada por uma elite.

Por fim, os procedimentos que envolvem a preservação, conservação e restauração do patrimônio arquivístico cultural são imprescindíveis para a continuidade dos fundos. A relevância desse papel pode ser compreendida, na medida em que o entendimento do arquivo público está ligado a sua função de custódia legal dos documentos. Esta perspectiva implica na responsabilização sobre o bom estado dos documentos custodiados e que medidas de conservação devem ser tomadas nas três idades.

Ao recapitularmos o que foi colocado no quadro 4, no caso dos arquivos públicos todas as funções arquivísticas estão ligadas a pelo menos cinco papéis culturais: a formação, tratamento técnico, comunicação, mediação e preservação do patrimônio arquivístico cultural.

Ora, se são múltiplos papéis que a instituição arquivística desempenha em relação ao patrimônio cultural, então por que o APEES não tem sido entendido como lugar da cultura por excelência? A resposta não se encontra somente na gestão, na vinculação administrativa, nos agentes envolvidos e no contexto histórico, mas também no entendimento dos agentes públicos sobre os valores dos arquivos: em especial o valor cultural e econômico. Em termos práticos isso nos leva a refletir como esses agentes vêm ou não mensurando o valor econômico do patrimônio arquivístico cultural e incorporando o capital empregado nos serviços arquivísticos para que se produza renda a própria instituição arquivística. Portanto, trata-se também das políticas públicas para o desenvolvimento econômico e em especial para o desenvolvimento das indústrias culturais, da tecnologia, da comunicação e da informação, que assim como indicam Charbonneau, Chouinard e Fontaine (2008)¹⁵⁴, estão relacionadas diretamente aos arquivos. Por um lado, o alemão Groys (2012) afirma que a economia cultural precisa dos arquivos e Lemay (2012) ratifica a onipresença do arquivo nas indústrias culturais, apontando a existência de 150 produtos culturais em Québec no Canadá. Por outro, não encontramos nos relatórios da SECULT, Cultura Presente (2003-2010) e Cultura (2011-2014), nenhuma associação feita entre arquivos e o APEES com economia criativa ou cultural. E essa ausência de políticas culturais da SECULT e do próprio APEES, que envolvam economia criativa e arquivos públicos, tem impacto no modo como o próprio patrimônio arquivístico cultural tem sido entendido, ou ignorado, pelas indústrias criativas do Espírito Santo, do Brasil e do mundo.

Herscovici (1995) sublinha que a tutela ordinária do Estado se traduz por decisões que interferem nas opções do consumidor da cultura. Assim, o APEES poderia ser uma das opções no cenário cultural capixaba. Além disto, os arquivos são especialmente úteis porque servem de insumo de inúmeras atividades. Segundo Lemay (2012), foram mapeados seis terrenos culturais por Charbonneau, Chouinard e Fontaine (2008): publicidade, televisão, sites na Internet, exposições, publicações e cinema. A soberania do consumidor da cultura é incompatível com a tutela ordinária, pois é a partir dela que se desenvolvem certos consumos que os agentes públicos julgam benéficos para a sociedade (HERSCOVICI, 1995). Isso

¹⁵⁴ O quadro de Charbonneau, Chouinard e Fontaine (2008, p. 237-240) refere-se à produção das indústrias de diversos segmentos a partir do arquivo e se encontram em anexo para ilustrar os produtos culturais decorrentes da relação entre arquivo e a cadeia produtiva da indústria cultural e de comunicação.

significa que se o APEES não tem sido escolhido como lugar para promoção de desenvolvimento cultural, a fim de que se torne uma opção de consumo a essas indústrias e aos cidadãos, então tanto as indústrias quanto os cidadãos são prejudicados. Presumimos que o prejuízo máximo pode chegar ao ponto de que nem o industrial e nem o cidadão comum sequer sabem da existência do APEES e da sua inserção no campo cultural. O objeto de trabalho da gestão do APEES são os documentos de arquivo, que são elementos capazes de produzir um efeito midiático. Esses elementos possuem a capacidade de produzir esse efeito comunicacional e são justamente aqueles que devem ser preferencialmente financiados pelos Poderes Públicos no âmbito de uma política global (HERSCOVICI, 1995).

Posto isso, a gestão do APEES, facilitada pelo *status* jurídico do órgão em regime especial, é um dos agentes responsáveis em promover as características privilegiadas dos arquivos, dentre outros aparelhos culturais que possam vir a ser considerados como arcaicos. No entanto, se os demais atores culturais também não reconhecerem isso, seja por parte da SECULT ou por outros agentes envolvidos, a indústria e a população continuarão privados de uma das opções culturais mais elementares nas suas vidas institucionais e cívicas: o arquivo público enquanto lugar de cultura.

As soluções para alavancar o desenvolvimento da economia cultural no que tange ao APEES e sua inclusão junto às políticas de estado não se encontram muito distantes, pois podem partir das diretrizes estratégicas da SECULT, que são referenciais sobre o encaminhamento de um plano de ação neste sentido: a) Fomento à Atividade Cultural através do incentivo à criação de residências culturais [inclusive no APEES]; b) Difusão de Bens Simbólicos pelo fomento a estudos sobre o Espírito Santo: sua história e sua formação [inclusive a partir do APEES]; Economia criativa: Estudos de cadeias produtivas da cultura em suas várias modalidades [inclusive a partir dos terrenos culturais que usam fonte do APEES como insumo nos terrenos da publicidade, televisão, *sites* na Internet, exposições, publicações e cinema]; c) Incentivar publicações contemplando os mais diversos setores culturais [inclusive o APEES e o setor dos arquivos]; d) Apoiar a inserção de novas mídias e de novas tecnologias na produção e na distribuição de bens culturais [inclusive a partir do APEES e do setor dos arquivos]; e) Estabelecer políticas integradas com os setores públicos e privados, e com o terceiro setor, visando à prática da atividade cultural como meio de emancipação social da juventude [inclusive a partir do APEES]; Fortalecer as experiências de incentivo às práticas de leitura [inclusive a partir do APEES].

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tese buscamos identificar as práticas de mediação cultural em uma instituição arquivística pública estadual no decorrer das sucessivas gestões e discutir o entendimento do arquivo como lugar de cultura no contexto da gestão da entidade. Para tanto, adotamos o método de pesquisa histórico-documental.

Apoiamo-nos teoricamente em diversos autores que se aproximam do nosso tema de pesquisa e que subsidiam nosso objetivo. Na ausência da definição dos termos necessários para a investigação, elaboramos definições de difusão e mediação cultural. A hipótese de trabalho foi confirmada e outros elementos foram incluídos de maneira a enriquecê-la.

O entendimento do arquivo como lugar de cultura é recente na trajetória do APEES, pois as sucessivas gestões, do Império à Nova República, o submeteram a outras perspectivas: o lugar da administração do poder executivo, o lugar de instrução pública, o lugar de controle territorial, o lugar de controle populacional, o lugar de fornecimento de dados para estatística, o lugar de pesquisa, o lugar de política, o lugar de poder e o lugar de história.

Na época das províncias do Brasil Império (1835-1889) o entendimento do arquivo estava estreitamente ligado à administração provincial de maneira que não existiam práticas de mediação cultural neste setor.

Na Primeira República (1889-1930), o Decreto nº 1.738 de 1914 cria a “Revista do Arquivo” responsável pela publicação de produções literárias e históricas relativas ao Espírito Santo. Esse é o primeiro marco no que se refere às práticas de mediação cultural do APEES.

Durante a trajetória do APEES, o entendimento sobre o papel do arquivo dependia do lugar em que governo o alocava, de acordo com seus interesses. As publicações eram práticas de mediação cultural que podemos considerar como pontuais e o próprio gestor era nada mais do que um técnico. A partir do Governo Geisel (1974-1979), sobretudo a partir da primeira gestão do historiador Fernando Achiamé (1975-1977), que os diplomados em grau compatível com a especificidade da instituição tornaram-se dirigentes e iniciou-se a profissionalização das gestões do APEES. Isto se ampliou de maneira que o próprio Achiamé apresentaria, na década seguinte, o primeiro projeto do curso de Arquivologia para UFES. Apesar da formação qualificada dos gestores, na década de 1970 não havia liberdade para políticas culturais no país. Ainda que tenha sido durante o Governo Geisel (1974-1979) que as políticas patrimoniais progrediram.

A abertura política paulatinamente concedida pelos militares e a redemocratização reivindicada por líderes da sociedade ocorreram ao largo da segunda Gestão Achiamé (1979-

1983) e da gestão da bibliotecária Cecília Lindemberg (1984-1987). A Gestão Inês Pupa (1987-1995) representa um marco relevante ao reconhecimento do arquivo como lugar de cultura, pois encontramos o primeiro registro de práticas culturais conscientes no relatório dessa gestão. O decreto nº 2.515-N/1987 aponta como atividade finalística do APEES a administração do patrimônio documental do Poder Executivo e a cultura recebe um espaço no APEES nomeado por “Divisão de Apoio Cultural” de maneira que o Chefe da Divisão de Apoio Cultural ficava obrigado a apresentar uma Programação Cultural Anual para o APEES.

O status jurídico de órgão em regime especial da administração direta, deliberado em 1987 reforçou o vínculo do APEES com as secretarias a que seria vinculado. Assim, comparado as Fundações e Autarquias, o APEES possui menos autonomia e também flexibilidade. Posteriormente em 1994 a Divisão de Apoio Cultural é substituída pelo Departamento de Pesquisa e Apoio Cultural que é mantida pela Gestão Lazzaro (1995-2015) até 2006¹⁵⁵.

Embora a cultura já fosse um campo autônomo desde 1985 na esfera federal e a profissionalização das gestões do APEES já estivesse consolidada, o entendimento do APEES como lugar de cultura foi amplo e irrestrito na Gestão Lazzaro (1995-2015), pois as práticas de mediação cultural não eram consideradas menos relevantes ou menos prioritárias que as demais ações do órgão a partir da perspectiva do gestor que incorporou ao ambiente institucional do APEES o seu histórico ligado à produção cultural.

Concluimos que foi possível dimensionar as práticas de mediação cultural por números e tipos. No que diz respeito ao quantitativo apuramos o total de 221 práticas de mediação cultural no APEES, desde o ano de 1985, da Gestão Cecília Lindemberg (1984-1987), até o ano de 2015, da Gestão Lazzaro (1995-2015). Em se tratando de termos qualitativos as práticas de mediação cultural foram classificadas nos seguintes termos: “efemérides”, “visitas escolares e universitárias”, “publicações”, “itinerários”, “exposição de documentos fotográficos e textuais”, “exibições de vídeos”, “seminários”, “fóruns”, “concertos”, “saraus de poesias”, “apresentação de danças tradicionais”, “recitais”, “debates”, “conferências”, “lançamentos de livro”, “exposições de pinturas”, “oficinas”, “produções de audiovisual”, “mostra de artesanato”, “lançamento de filme”, “mostra de arte”, “mesa redonda”, “mostra de produção independente de audiovisual”, “jogo recreativo (gincana)” e “congresso”.

¹⁵⁵ A Lei Complementar nº 370, de 03 de julho de 2006 modificou a estrutura organizacional do APEES substituindo o Departamento de Pesquisa e Apoio Cultural pela Coordenação de Acesso a Informação.

Ao identificarmos por quantidade e por tipos as práticas de mediação cultural no APEES em relação ao período estudado (isto é, 1985 até 2015), constatamos assimetria entre as gestões, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Com isto verificamos o crescimento quantitativo e qualitativo das práticas de mediação cultural em uma função relacional de decorrência entre o entendimento do arquivo como lugar de cultura, o saber do gestor e a aplicação desse saber-entender nas práticas institucionais.

Não é por coincidência que a assimetria se acentua principalmente depois de 1995, quando assumiu a Gestão Lazzaro (1995-2015). Afinal, as próprias circunstâncias de sua nomeação refletiam a expectativa do Governo de Vitor Buaziz, do Partido dos Trabalhadores (1995-1999), pela democratização da cultura. Assim, se o APEES, desde seus primórdios, tratava-se de uma repartição reservada ao uso de um pequeno e restrito grupo de pesquisadores, isso iria começar a mudar depois do Governo Vitor Buaziz (1995-1999). Neste período, assume a direção do APEES o cientista social, escritor, ator e diretor teatral: Agostino Lazzaro. Constatamos também que o entendimento do APEES como lugar de cultura impactou sua vinculação, afinal, o gestor optou espontaneamente por vincular o APEES a SECULT em 2004, situando-se no rol dos arquivos públicos vinculados a Fundações ou Secretarias da Cultura, que são a maior parte dos arquivos estaduais brasileiros, porém mantendo o *status* de órgão em regime especial.

Podemos então concluir que não foi casual o APEES ter sido colocado sob uma perspectiva cultural. De fato, este acontecimento foi, em grande parte, influenciado pelo perfil do gestor. Mais especificamente, foi relevante o saber do gestor enquanto mediador cultural. Notamos que o gestor deu continuidade ao seu histórico no campo da mediação cultural e suas atuações em práticas culturais, que no passado envolveram a antropologia visual, a etnografia, o teatro e a literatura. Em um contexto econômico favorável, a partir da coerência do gestor em relação ao seu trajeto e a sua identidade como mediador cultural é que houve a elevação no quantitativo e a maior diversidade de práticas de mediação cultural em relação às gestões abordadas.

Além disso, concluímos que o entendimento do arquivo como lugar de cultura significou objetivamente a adoção de uma política de parceria nas práticas de mediação cultural que incluiu artistas, escolas, universidades, governos, secretarias de cultura e outros agentes. Posto isto, a interlocução do gestor no ambiente institucional do APEES e, sobretudo, para além dele, também contribuiu para que os atores, por vezes, reconhecessem o arquivo como um lugar de cultura. Não podemos deixar de considerar o comportamento da economia

como fenômeno subjacente e decisivo, principalmente da economia cultural e da intervenção do Estado no setor da cultura. Por um lado, a melhora econômica nacional a partir de 1996 e na economia local a partir de 2003, impactou a elevação das práticas de mediação cultural. Por outro, em nada influenciou o aspecto qualitativo, isto é, a diversidade nos tipos resultou do saber-entender da Gestão Lazzaro (1995-2015). Isso é relevante, pois se as próximas gestões não entenderem o arquivo como lugar de cultura e o gestor como mediador cultural, serão incapazes de avançar a partir das conquistas culturais legadas pela Gestão Lazzaro (1995-2015), o que ameaça a continuidade do aspecto qualitativo das práticas de mediação cultural, dependente em grande medida da iniciativa do gestor e carente de atenção especializada por parte da SECULT.

Por fim, podemos concluir que os entendimentos, principalmente por parte dos agentes dos governos depois da democratização, das sucessivas gestões do APEES interferiram nas representações dos fundos. Fundos estes que só atualmente foram tratados como bens culturais a serem democratizados através de práticas de mediação cultural relacionadas às apropriações do público. As nossas reflexões sugerem que o APEES aumentaria seu desempenho quantitativo e qualitativo ampliando as parcerias com a SECULT, principalmente nos campos da economia criativa, educação patrimonial, residência artística e atividades culturais. Tal constatação pode ser estendida à UFES, que tem sido uma parceira histórica do APEES. Essa parceria estratégica poderia ser ampliada, por exemplo, para um programa na TV e rádio universitária. A UFES poderia ainda realizar, em parceria com o APEES, a produção e gravação nos estúdios registrando manifestações artísticas nas práticas de mediação cultural. Tais manifestações poderiam incluir depoimentos como subsídio a história oral, produções musicais da comunidade no entorno e ainda a musicalidade das tradições orais étnicas. A editora da UFES também seria uma parceria relevante para a Coleção Canaã.

Soma-se a isso um planejamento para práticas agregadoras e participativas, dentre as quais sublinhamos o *design* coletivo. Trata-se de um trabalho para projetar uma intervenção dos usuários e da comunidade sobre o arquivo através da decoração, realizada em um ou mais ambientes, com elementos materiais de acervos particulares para ocupar o espaço público. Destacamos também outras práticas de mediação cultural que proporcionariam ainda uma maior diversidade: residência de artistas, apresentação de grupos de canto coral, narração de

histórias folclóricas, peças de teatro, desfiles de moda, concursos artísticos, concursos científicos e oficinas de arte-educação¹⁵⁶.

As considerações feitas ao longo da tese também sugerem que os recursos destinados às práticas de mediação cultural poderiam ser aumentados com a capacitação do corpo técnico na produção de projetos para a Lei Rouanet e leis de incentivo à cultura. Na ausência dessa capacitação o APEES poderia optar pela colaboração com especialistas nessa área. Isso é particularmente interessante uma vez que hoje¹⁵⁷ o APEES representa aproximadamente 7% no orçamento geral da SECULT e que essa secretaria sofreu corte de quase 70% das verbas (mais precisamente 67,9%).

Conjuntamente com a abertura do APEES para outros colaboradores com especialização no setor cultural poder-se-ia aumentar o aspecto qualitativo das práticas de mediação cultural. Dentre os especialistas no setor cultural que poderiam ser parceiros em projetos podemos destacar: coletivos culturais, associações de arte com surgimento informal, bibliotecários, trabalhadores das indústrias criativas, ilustradores, *cameramen*, cenógrafos, coreógrafos, editores de filme, técnicos de estúdio, roteiristas, radialistas, cineastas, grupos teatrais, autores de telenovela, editores, desenvolvedores de jogos eletrônicos, apresentadores da televisão, recreadores, ventriloquistas, professores que trabalham com jogos cooperativos, maquetistas, museólogos, artesãos, designers, decoradores, guias de viagem, projecionistas, jornalistas, contadores de histórias, promotores de eventos sociais, grupos de *Role-Playing Game*, representantes de medicina tradicional e gestores culturais.

¹⁵⁶ As oficinas de arte-educação podem adotar diversas dinâmicas. Exemplo: simular a escrita de antigos documentos com iluminuras coloridas, ou ainda simular a confecção dos documentos como as tábuas cuneiformes sumerianas que poderiam ser feitas de argila.

¹⁵⁷ De acordo com Quadro de Detalhamento de Despesa (ESPÍRITO SANTO, 2015) disponível no Portal da Transparência do Estado do Espírito Santo, o orçamento da SECULT em 2015 correspondeu ao total de R\$ 24.805.043 e ao APEES foi destinada a quantia de R\$ 1.751.662.

8 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISA

Se o fundamento das práticas culturais, enquanto produção, circulação e mediação está além da disponibilidade dos estoques do patrimônio arquivístico, um processo construído por agentes a partir de uma dinâmica interativa demarcada por lugares institucionais, então o aspecto diretivo das práticas de mediação cultural no APEES enseja outras questões. Nesse sentido outras pesquisas são indispensáveis para as quais recomendamos as seguintes temáticas afins:

- A cadeia produtiva das indústrias culturais e as instituições arquivísticas;
- Impacto da inserção dos arquivos públicos e privados na Economia da Cultura e da Comunicação;
- Impacto das leis de incentivo e dos fundos de cultura para os arquivos;
- Avaliação de práticas de mediação cultural em arquivos públicos e privados;
- A circulação cultural a partir dos arquivos públicos até as periferias e zonas de conflito;
- Avaliação dos vínculos dos arquivos às secretarias de cultura;
- Avaliação do atendimento aos direitos culturais em arquivos públicos;
- A gestão e produção cultural nos arquivos públicos e privados;
- A presença dos artistas e profissionais da cultura nos arquivos públicos e privados;
- O papel do arquivista como mediador cultural;
- Práticas de mediação cultural e educação patrimonial nos arquivos;
- Convergências entre o sistema nacional de arquivos e do sistema nacional de cultura;
- Impacto das instituições arquivísticas para as políticas culturais do Estado;
- Práticas de mediação cultural e curadoria digital no contexto dos arquivos;
- A presença das comunidades locais nos arquivos municipais;
- O impacto das políticas culturais para as instituições arquivísticas;
- Práticas de mediação cultural como dispositivos de democratização do arquivo para jovens em zonas de conflito;
- A influência da biografia dos diretores de arquivo na gestão institucional.

Esperamos que outros estudos possam ser realizados não apenas para o avanço do conhecimento na área, mas também que sejam úteis como quadro comparativo entre práticas de mediação cultural em arquivos públicos servindo como oportunidade de aproximações,

cooperações, intercâmbios, parcerias e o reforço da democratização e democracia cultural nas instituições arquivísticas.

REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, F. Arquivo de custódia. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 1976, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: AAB, 1979. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/3_cong_76-programas2.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015. p. 293-303.
- ACHIAMÉ, F. **Guia preliminar**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1981. (Coleção Memória Capixaba, Série Instrumento de Pesquisa, v.1).
- AFFONSO, R. B. A. Descentralização e reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 127-152, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/05-RuiAffonso.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.
- ALBERCH I FUGUERAS, R.; BOADAS, J. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, 1991.
- ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al.* **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Ediciones Trea, 2001.
- ALDABALDE, T. V. **A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889)**. 2010. 380f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALDABALDE, T. V.; ARANA, M. V. Arquivística em perspectiva diacrônica: desvendando referenciais teóricos. **Páginas A & B - Arquivos e Bibliotecas**, s.2 .v. 8, p. 83-106, 2011.
- ALMEIDA, A. **Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. (Coleção Canãa, v. 11).
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Histórico**. 2004. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/historico.htm>>. Acesso em: 12 maio 2015.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de gestão documental do Estado do Espírito Santo**. Vitória: DIO, 2012. Disponível em: <http://www.proged.es.gov.br/download/manual_proged.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.
- ATLAS BRASIL. **Índice de desenvolvimento humano municipal**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 11 maio 2015.
- AUBOUIN, N.; KLETZ, F.; LENAY, O. Médiation culturelle: l'enjeu de la gestion des ressources humaines. **Culture Études - Activités, emploi et travail**, Paris, v.1, p.1-12, 2010. Disponível em: <<http://www2.culture.gouv.fr/culture/deps/2008/pdf/cetudes-2010-1.pdf>>. Acesso em: 12 de maio 2015.

BARBALHO, A. O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura. **Política & Trabalho**, Paraíba, n. 15, p. 63-78, 1999.

BARBOSA, L. M. História e crise na redemocratização brasileira: o conceito de crise na revista de cultura contemporânea (1978-1982) de cultura contemporânea (1978-1982). **Tempos Históricos**, Paraná, v. 13, p. 71-86, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/3507/2793>>. Acesso em: 17 maio 2015.

BELLOTTO, H. L. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Registro**, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 14-27, 2002.

BELLOTTO, H. L. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: BELLOTTO, H. L. (Org.). **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007a. p. 227-247.

BELLOTTO, H. L. **Como organizar animação cultural e ação educativa em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2007b.

BELLOTTO, H. L. Reflexões e mudanças no mundo dos arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 31-54, 2010.

BELLOTTO, H. L. O sentido dos arquivos. In: CICLO DE PALESTRAS DA DIRETORIA DE ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, 1., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: DIARQ, 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

BENXAYER, M. **L'action éducative et culturelle des archives: enquête sur les services éducatifs chargé de l'action et de la diffusion pédagogiques et culturelles**. França: Ministère de la Culture et de la Communication, 2004. Disponível em: <<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/720>>. Acesso em : 10 maio 2015.

BENXAYER, M. Une expérience reconne depuis plus cinquante ans pour un concept encore imprécis. In: L'ACTION ÉDUCATIVE ET CULTURELLE DES ARCHIVES. ACTES DU COLLOQUE QUELLE POLITIQUE CULTURELLE POUR LES SERVICES ÉDUCATIFS DES ARCHIVES ?, 1., 2007, Lyon. **Procédures...** Paris: La Documentation Française, 2007. p. 68-72.

BLAIS, G.; ENNS, D. Intensificando o nobre sonho: a programação pública nos arquivos canadenses. **Revista Acervo do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 55-68, 1990.

BOADAS I RASET, J. Los archivos: estrategias de dinamización. In: SEMINARIO VIRTUAL DE INFORMACIÓN PARA ARCHIVOS, BIBLIOTECAS Y MUSEOS: MARKETING DE SERVICIOS, 1., 2001, Lima. **Anales eletrônicos...** Lima: Biblios, 2001. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/837614.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

BOISSONNEAULT, J. D. L'archiviste et la médiation culturelle: le cas de la Province du Pérou. **Archives**, v. 28, n. 3-4, 1997.

BOLÁN, E. La política cultural: Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: CONACULT, 2006.

BORDEAUX, M. C. La médiation culturelle en France, conditions d'émergence, enjeux politiques et théoriques. In: ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA MÉDIATION CULTURELLE, 1., 2008, Montréal, **Procédures...** Culture pour tous, Université du Québec à Montréal Montréal: MCCCCF, 2008. Disponível em: <http://www.lmac-mp.fr/telecharger.php?id_doc=192>. Acesso em: 11 maio 2015.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. **Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Câmara Legislativa. Projeto de Lei. **PL 1415/2015**. Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir as doações de bens e arquivos de valor cultural dentre as ações alcançadas pelos incentivos fiscais por ela estabelecidos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AA8BD0AF88F10F3641AAFEA813845B64.proposicoesWeb1?codteor=1330095&filename=Tramitacao-PL+1415/2015> . Acesso em: 14 dez. 2015. Texto Original.

BRUNELLE-LAVOIE, L. Archives et culture en trois temps. In: CONGRÈS ANUEL ARCHIVES ET CULTURE: LA REENCONTRE, 37., 2008, Québec. **Procédures...** Québec: Association des Archivistes du Québec, 2008.

CAMARGO, A. M.; BELLOTTO, H. L. (Coords.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CARDIN, M. La valorisation des archives: pourquoi ? Pour qui ? Comment ? In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (Orgs.). **La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations**. Louvain: L'Harmattan, 2012. p. 33-49.

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. Disponível em: <http://www.icar.beniculturali.it/biblio/_view_volume.asp?ID_VOLUME=53>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CASTANHEIRA, N. P. **Estatística aplicada a todos os níveis**. Curitiba: IBPEX, 2006.

CAVALCANTE, J. E. R. Direitos culturais e direitos humanos: uma leitura à luz dos tratados internacionais e da Constituição Federal. **Revista Eletrônica Díke δίκη**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www2.tjce.jus.br:8080/dike/wp-content/uploads/2010/11/Estenio-Raulino.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

CHARBONNEAU, N. La diffusion. In : COUTURE, C. (Org.) **Les fonctions de L'Archivistique contemporaine**. Québec: Presses de Université du Québec, 2011. p. 373-428.

CHARBONNEAU, H.; CHOUINARD, D.; FONTAINE, J. Hors des sentiers battus: exploration et pistes de réflexion sur la rencontre archives et culture. In: ARCHIVES ET

CULTURE: LA REENCONTRE, 37., 2008, Québec. **Procédures...** Québec: Association des Archivistes du Québec, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

CHARBONNEAU, H.; CHOUINARD, D.; FONTAINE, J. Liste des produits étudiés: hors des sentiers battus. Exploration et pistes de réflexion sur la rencontre archives et culture. In: CONGRÈS ANUEL ARCHIVES ET CULTURE: LA REENCONTRE, 37., 2008, Québec. **Procédures...** Québec: Association des Archivistes du Québec, 2008.

CHAVE, I. Pourquoi valoriser les archives? La problématique en 2010. In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (Orgs.). **La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations**. Louvain: L'Harmattan, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

COELHO, T. J. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COMISSÃO FRANCESCHINI. **Atti della Commissione Franceschini (1967)**: documento produzido pela comissão criada pela Lei 310 de 26 de abril de 1964 sob demanda do Ministério da Instrução Pública. 1967. Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/Studi/franceschini.pdf>>. Acesso em: 25 de dez. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS, 1., Rio de Janeiro. **Relatório**. Rio de Janeiro: CNARQ, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1., Brasília. **Por uma política nacional de arquivos**. Brasília: CNAR, 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 9., 1992, Santa Maria. **O arquivista na era da informação**: moções e recomendações do Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais. Rio Grande do Sul: Associação dos Arquivistas Brasileiros Núcleo, 1992.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Ata da 76ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ**. 2014. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1012&sid=47>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

COOK, M.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **La formation et la recherche en Archivistique dans le monde**: une étude comparative. Montréal: Université de Montréal - EBSI, 1999.

COOK, M. Desenvolvimento na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, 2007.

CUNHA, G. P. A simbologia mortuária pomerana: simbolismos e significados dos elementos componentes dos cemitérios pomeranos na região de Santa Maria de Jetibá. **Revista Ciências da Religião - História e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73-99, 2011. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/viewFile/3148/3099>>. Acesso em: 11 maio 2015.

SILVA, L. A. S.; MADIO, T. C. C. Uma discussão sobre documento audiovisual enquanto patrimônio arquivístico cultural no Brasil. **Ibersid**, v. 6, p. 179-185, 2012. Disponível em: <<http://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/download/3970/3683>>. Acesso em: 09 maio 2015.

DARRAS, E. Media consecration of the political order. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 156-173.

DADALTO, M. C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 57-74, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/download/2680/2153>>. Acesso em: 08 maio 2014.

DIAS, S. O. **História do Congo**. 2001. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/espirtosanto_negro/historia_congo.htm>. Acesso em: 11 maio 2015.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Dictionnaire de terminologie archivistique**. [S.l.: s.n.], 2002.

DONAHUE, W.; BRESNAHAN, M. Communication issues in mediating cultural conflict. In: FOLGER, J. P.; JONES, T. S. (Eds.). **New directions in mediation**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 135-155.

DUARTE, L. O Samba no Morro da Fonte Grande - Vitória (ES): 1889-1955. **Revista Eletrônica de Musicologia**, Paraná, v. XII, 2009.

DURANTI, L. Archives as a place. **Archives and Manuscripts - The Journal of the Australian Society of Archivists**, v. 24, n. 2, p. 242-256, 1996.

EDMONDSON, R. (org.) **Memory of the World: General Guidelines**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001256/125637e.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2015

ENO, E. Modernism in India. **The Journal of Religion**, v. 5, n. 3, p. 239-254, 1925.

ESCOLA REAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Cultural mediation**. [20--?]. Disponível em: <<http://iva.ku.dk/english/research/research-projects/cultural-mediation/>>. Acesse em: 11 maio 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847**. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Vianna, p. 8-9, 1848.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856**. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatorio que o exm. sr. barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857**. Victoria, Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1857, p. 14.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). **Relatório do Presidente de Província José Fernandes da Costa Pereira Junior a Assembleia Legislativa Provincial**. Victória, Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 23 de maio de 1863.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espirito-Santo na abertura da primeira sessão da 28.a legislatura em 9 de julho de 1888 pelo dr. Antonio Leite Ribeiro de Almeida, presidente da provincia**. Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1888, p. 19.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). **Exposição sobre os negocios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr.Jeronymo Monteiro Presidente do Estado durante o mesmo Periodo**. Victória: [s.n.], 1913.

ESPÍRITO SANTO. (Estado). Lei administrativa nº 2296, de 17 de julho de 1967. Reforma administrativa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Vitória, ES, 17 jul. 1967.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto Normativo nº 2515, de 23 de setembro de 1987**. Reorganiza estrutura básica do Arquivo Público Estadual. Vitória, 1987.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Errata publicada no Diário Oficial de 28 de janeiro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Vitória, 28 jan., 1988.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Quadro de atividades de apoio à pesquisa**: relatório de atividades do Arquivo Público do Estado durante os anos 1987-1994. Vitória: [s.n.], 1994.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem nº 109/2006**. Vitória, 19 jun. 2006. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/documento_spl/MV%20013-2012_arquivos/23822.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Complementar nº 391, de 10 de maio de 2007. Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Vitória, 10 maio 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 2.296, de 17 de julho de 1967. Reforma administrativa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Vitória, 17 jul. 1967.

ESPÍRITO SANTO. **Relatório de diária**: viagem ao Município de Iconha. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Quadro de Detalhamento de Despesa por Unidade Orçamentária do Governo do Estado do Espírito Santo**. 2015. Disponível em <http://www.transparencia.es.gov.br/menu_orcamento/orcamentos.asp> Acesso em: 30 dez. 2015.

FAGUNDES, P. E. **Memórias silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO. **Sistema Findes projeta crescimento de 5% para a indústria capixaba em 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.sistemafindes.org.br/index.php/component/content/article/19-destaque/400-sistema-findes-projeta-crescimento-de-5-para-a-industria-capixaba-em-2015>>. Acesso em: 11 maio 2015.

FALEIROS, R. N.; NUNES, I. A partir da defesa permanente: o serviço de defesa do café do Espírito Santo entre 1927 e 1930. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/13-b700feed1ee881abfe688a84513b4ad.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

FONSECA, M. O. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**. 1999, vol.28, n.2, p. 146-154. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007>. Acesso em: 29 dez. 2015.

PATRIMOINES ET PUBLICS: LA MÉTAMORPHOSE DES MÉDIATIONS, 2015, France. **Procédures...** France: Archives Nationales, 2015. Disponível em: <<https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/documents/10157/11375/Programme+des+JdE+29+et+30+janvier+par+la+DGPAT/5cab9329-6906-4aac-97a9-aa9874faaa6a>>. Acesso em: 01 set. 2015.

FRANCESCHETTO, C. **Imigrantes Espírito Santo – base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã, v. 19).

FRANCESCHETTO, C. Vitória: **Italianos -base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã, v. 20).

FRANZ, E. G. **Archives and education: a RAMP study with guidelines**. Paris: UNESCO, 1986.

FONTAN, J. De l'action à la médiation culturelle : une nouvelle avenue d'intervention dans le champ du développement culturel. **Cahiers de l'action culturelle**, Canadá, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2007.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Cultura 2011-2014**. Vitória: Secretaria da Cultura, 2015.

GRACIANO, M.; BIZZELO, M. L. O uso de atividades culturais na mediação da Informação: um estudo no Instituto Fernando Henrique Cardoso. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 1., 2014, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2014.

GROSSELI, R. Prefácio. In: FRANCESCHETTO, C. (Org.). **Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã, v. 20).

GROYS, B. **Under suspicion: a phenomenology of media**. New York: Columbia University Press, 2012.

GUIGUENO, B.; PÉNICAUT, E. **Qui sont les publics des archives: Enquête sur les lecteurs, les internautes et le public des activités culturelles dans les services publics d'archives (2013-2014)**. Direction générale des patrimoines, Direction des archives de France, Paris, 2015.

HANCOCK, I. **Romani (“gypsy”) religion**. 2001. Disponível em: <http://www.radoc.net/radoc.php?doc=art_b_history_romanireligion&lang=en&articles=true>. Acesso em: 12 jun. 2015.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HERSCOVICI, A. **Economia da cultura e da comunicação**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

HIRAUX, F. **La valorisation des archives**: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations. Enjeux et pratiques actuels. Louvain-la-Neuve: Harmattan-Academia, 2012.

HOVINGH, N. The memory palace: a different and innovative way of exhibiting archival documents. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2., 2014, Girona. **Proceedings...** Girona: Archives and Cultural Industries Congress, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese do panorama da economia brasileira**: contas regionais do Brasil 2012. 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD**: insegurança alimentar nos domicílios cai de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2798>>. Acesso em: 11 maio 2015.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual archival terminology**. 2010. Disponível em: <www.ciscra.org/mat>. Acesso em: 06 maio 2014.

JAMMET, Y. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences: réfléchir le projet culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l'action culturelle? In: COLLOQUE QUELLE POLITIQUE CULTURELLE POUR LES SERVICES ÉDUCATIFS DES ARCHIVES?, 1., 2007, Lyon. **Actas...** Paris: Direction des Archives de France, 2007.

JARDIM, J. M. A universidade e o ensino de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999. p. 31-51.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-76, 2006.

LACOMBE, A.; KLEIN, A.; LEMAY, Y. Archives et création: perspectives archivistiques. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2., 2014, Girona. **Proceedings...** Girona: Archives and Cultural Industries Congress, 2014.

LAFORTUNE, J. De la médiation à la médiation: le double jeu du pouvoir culturel en animation. **Lien social et Politiques**, n. 60, p. 49-60, 2008.

LAMIZET, B. **La médiation culturelle**. Montréal: L'Harmattan, 1999.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAUFER, B. Asia: the turks of Central Asia in history and at the present day. **American Anthropologist**, v. 21, n. 2, p. 198-203, 1919.

LAVINAS, L.V. **Um animal político na cultura brasileira**: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1981). 2014. 224f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LAZZARO, A. Tschudi e a condição humana. In: TSCHUDI, J. J. V. **Viagem à província do Espírito Santo**: imigração e colonização suíça 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. p. 11-13. (Coleção Canaã, v. 5).

LAZZARO, A. Klaus Granzow: relato da vida dos camponeses pomeranos durante a ditadura militar no Brasil. In: GRANZOW, K. **Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul**: colonos alemães no Brasil. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009. p. v-vii. (Coleção Canaã, v. 10).

LEMAY, Y. Art et archives: une perspective archivistique. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1, p. 64-86, 2009.

LEMAY, Y. Comment valoriser ? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (Coords.) **La valorisation des archives**: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations. Louvain: L'Harmattan, 2012.

LOCATELLI, L. O. **Os agentes do patrimônio cultural em Vitória-ES**. 2013. 278f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LODOLINI, A. Un sessantennio di archivistica nell'opera di Eugenio Casanova. **Rassegna degli Archivi di Stato**, anno XVII, p. 220-242, 1957.

LODOLINI, E. La guerra di indipendenza degli archivisti. **Archives et bibliothèques de Belgique/Archief-en Bibliotheekwezen in België**, LVII.1-2, p. 269-293, 1986.

LOPES, R. H. Acordos firmados e estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932. **Revista Mosaico - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais**, Rio de Janeiro, n. 5, ano III, 2011.

LOWIES, J.; SCIEUR, P.; VANNESTE D. **Faire médiation culturelle - Évolution et orientations des métiers de l'animation en centres culturels (Communauté française de Belgique)**. Bruxelas: Observatoire des Politiques Culturelles, 2013.

LUBAR, S. Information culture and the archival record. **The American Archivist**, v. 62, p. 10-22, 1999.

MACEDO, F. R. Os arquivos na recriação da História. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: AAB, 1972.

MACHADO, H. C. **Arquivos**: política, administração, cultura. São Paulo: Cenadem, 1986.

MALVERDES, A.; MORAES, M. **Inventário analítico do Fundo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP/ES**. Vitória: [s. n.], 2011.

MARTINUZZO, J. A. **Novo Espírito Santo**: Governo do Estado 2003-2010. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2010.

MARTINUZZO, J. A. **Cultura presente**: política pública de cultura no Espírito Santo 2003-2010. Conceitos, Programas, Experiências. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2011.

MASCARENHAS, A. O. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 2, p. 88-94, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n2/v42n2a08>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MAZIKANA, P. C. **Archives and records management for decision makers**: a RAMP study. Paris: UNESCO, 1990.

MEDEIROS, R. **Espírito Santo**: encontro de raças. Vitória: Reproarte, 1997.

MENESES, U. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In: FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20-%20MENESES.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

NASR, M. F. A música pomerana capixaba: a festa e casamento e outras reflexões. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, ano VI, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_11_Michelle_Fonseca_Nasr.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

NESMITH, T. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2010.

NÚÑEZ CHÁVEZ, J. Los archivos, una alternativa de colaboración con las industrias culturales y creativas. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2., 2014, Girona. **Proceedings...** Girona: Archives and Cultural Industries Congress, 2014.

OLIVEIRA, U. J. A fórmula para o caos: o golpe de 64 e a conspiração contra governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, ano V, n. 10, p. 84-108, 2014. Disponível em: <[http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/218/A%20FÓRMULA%20PARA%20O%20CAOS%20O%20GOLPE%20DE%2064%20E%20A%20CONSPIRAÇÃO%20CONTRA%20GOVERNADOR%20FRANCISCO%20LACERDA%20DE%20AGUIAR,%20NO%20ESPÍRITO%20SANTO%20\(1964-1966\).pdf](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/218/A%20FÓRMULA%20PARA%20O%20CAOS%20O%20GOLPE%20DE%2064%20E%20A%20CONSPIRAÇÃO%20CONTRA%20GOVERNADOR%20FRANCISCO%20LACERDA%20DE%20AGUIAR,%20NO%20ESPÍRITO%20SANTO%20(1964-1966).pdf)>. Acesso em: 17 maio 2015.

OLIVEIRA, A. De la médiation aux médiateurs. Qui sont les médiateurs culturels? In: ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA MÉDIATION CULTURELLE, 1., 2008, Montréal. **Procédures...** Montréal: MCCCCF, 2008.

OVERVAL, P. M. Cultural competence: a conceptual framework for library and information science professionals. **The Library Quarterly**, v. 79, p. 175-204, 2009.

PANDOLFI, D. C.; GRYNSZPAN, M. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, n. 9, p. 7-23, 1997. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/39295/24114>>. Acesso em: 12 maio 2015.

PÉQUIGNOT, B. Oeuvres, publics et médiation culturelle. **Raison Présente**, n. 177, p. 7-14, 2011.

PEREIRA, C. **Ciganos**: a oralidade como defesa de uma minoria étnica. Habana: UNESCO, 1992. p. 34-39. Disponível em: <http://www.unesco.lacult.org/docc/oralidad_04_34-39-ciganos-a-oralidade.pdf>. Acesso em: 09 maio 2015.

PEREIRA, L. Documento de arquivo e documento bibliográfico como bens culturais : Evolução registada e factores de afirmação. **Páginas A & B - Arquivos e Bibliotecas**, s. 2, v. 8, p. 149-160, 2011.

PEREIRA, L. **Implementação de um modelo de avaliação e gestão de riscos no Arquivo Nacional Torre do Tombo-Portugal**: conservação e gestão de fundos documentais. 2013. 798f. Tese (Doutorado em Documentação) – Universidade de Alcalá, Alcalá de Henares, 2013.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014.

PORTUGAL. Lei do Património cultural português. Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 06 de julho de 1985. Assembleia da República. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n.15, p. 272-303, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/347/256>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

REKRUT, A. Material literacy: reading records as material culture. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE HISTORY OF RECORDS AND ARCHIVES (I-CHORA), 1., 2003, Canada. **Proceedings**... Canada: Association of Canadian Archivists, 2003.

RIBEIRO JÚNIOR, H. As políticas penitenciárias e de segurança pública do Espírito Santo no governo Hartung (2003-2010). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. **Anais**... Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.

ROBERGE, M. La création des Archives de folklore et leur rapport avec la culture. In: CONGRÈS ANUEL ARCHIVES ET CULTURE: LA REENCONTRE, 37., 2008, Québec. **Procédures**... Québec: Association des Archivistes du Québec, 2008.

ROUSSEAU, A. Les Archives nationales (France), acteur du développement urbain. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2., 2014, Girona. **Proceedings**... Girona: Archives and Cultural Industries Congress, 2014.

ROSSI, I. Médiation culturelle et formation des professionnels de la santé: de l'interculturalité à la co-disciplinarité. **Sozial- und Präventivmedizin**, v. 44, n. 6, p. 288-294, 1999.

ROSIELLO, I. Z. (Org.) **Intorno agli archivi e alle istituzioni**. Bologna: Ministero per i beni e le attività culturali; Dipartimento per i beni archivistici e librari Direzione generale per gli archivi, 2004.

SALETTO, N. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo** 2. ed. rev. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011. (Coleção Canaã, v. 13).

SANTA CATARINA (Estado). Lei complementar nº 391, de 18 outubro de 2007. Institui o fundo especial da defensoria dativa e estabelece outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Florianópolis, SC, 18 out. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, São Paulo, SP, 19 out. 1984. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_22789_de_19_de_outubro_1984.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SCHELLENBERG, T. **Modern archives: principles and techniques**. Chicago: Society of American Archivists, 2003. (Archival Classical Series).

SCHERER, C. **Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995-1998)**. 2005.105f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SILVA, L. **Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, P. S. S. **Políticas culturais e arquivos públicos: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995-2005**. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

SPADOLINI, S. L'istituzione del Ministero per i beni culturali e ambientali e la posizione degli Archivi nella nuova struttura culturale. **Archivi e Cultura**, anno IX, p. 7-21, 1976.

TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convention pour la protection des biens culturels en cas de conflit armé, avec Règlement d'exécution** 1954. La Haye: UNESCO, 1954. Disponível em: <http://portal.unesco.org/fr/ev.phpURL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

URSCH, J. Les archives a lá rencontre dês publiques? In: COLLOQUE QUELLE POLITIQUE CULTURELLE POUR LES SERVICES ÉDUCATIFS DES ARCHIVES?, 1., 2007, Lyon . **Actas...** Paris: Direction des Archives de France, 2007.

VALACCHI, F. Bonaini, Top'ivio e il "gato Archivaldo": possono gli archivi essere (anche) divertenti? **Il capitale culturale - Studies on the Value of Cultural Heritage**, v. 1, n. 1, p. 57-81, 2010.

VALLE, L. Bases antropológicas da cidadania brasileira: sobre escola pública e cidadania na Primeira República. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 29-42, 2002.

VELA, S. Tipología de actividades. In: ALBERCH, R.; Boix, L.; NAVARRO, N.; VELA, S. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 159-163.

VIGOTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANIRATO, S.; RIBEIRO, W. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012>. Acesso: em 19 dez. 2015.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Histórico do Arquivo Público do Estado do Espírito organizado entre 2004-2006, por Rogério Frigerio Piva, Chefe do Departamento de Documentação Permanente do Arquivo Público Estadual. Vitória, 2006. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/historico.htm>>. Acesso em: 12/08/2015

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Departamento de pesquisa e apoio cultural**: comunicação interna nº 02. Vitória, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Coordenação de atendimento ao usuário**: comunicação interna nº 01. Vitória, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Livro de registro de presença. Vitória, 1995-2008.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Relatório de diária: viagem ao Município de Santa Tereza. Vitória, 2008.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Relatório de diária: viagem ao Município de Pancas. Vitória, 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Relatório de diária: viagem ao Município de Itapimirim. Vitória, 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Assessoria técnica**: comunicação interna nº 02. Vitória, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Assessoria técnica**: comunicação interna nº 03. Vitória, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Assessoria técnica**: comunicação interna nº 05. Vitória, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Assessoria técnica**: comunicação interna nº 02. Vitória, 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Livro de entrada e saída de consulentes e visitantes. Vitória, 2011-2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). **Clipping da assessoria de comunicação**: visita do governador em 14 agosto de 2012. Vitória, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo (Estado). Relatório de viagem: Santa Leopoldina e Santa Teresa para acompanhamento do XI Caminho do Imigrante. Vitória, 2014.

ARQUIVO público do Espírito Santo é o mais bem organizado do Brasil. **Gazeta**, Vitória, 29 set. 2000.

ARQUIVOS que desapareceram, não puderam ser preservados. **Gazeta**, Vitória, 17 jun. 1997.

CONCERTO - Forza Sempre Jerry Adriani. **Gazeta**, Vitória, 06 ago. 2000. [s.n.].

CONTRATO dos colonos alemães e austríacos (1998), Província do Espírito Santo(1998), Donatários Colonos, Índios, Jesuítas – o início da colonização do Espírito Santo. **Gazeta**. Vitória, 10 jan. 1999.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 2, de 04 de junho 1892. Do regulamento á Instrucção Publica. Vitoria, 1892.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 21 dez. 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 15 mar. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 16 mar. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 14 maio. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 2 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Dia-a-dia Informativo Diário do Governo do Estado do Espírito Santo: lançamento do livro Kátia Bóbbio. Vitória, 29 jul., [19--?].

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 4 jun. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Clipping da assessoria de comunicação: visita do Governador a Sede. Vitória, 14 ago. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial dos poderes do estado. Vitória, 28 nov. 2012.

ESPÍRITO SANTO. Diário oficial dos poderes do estado. 28 de Janeiro de 2013. Vitória, 2013.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial. Vitória, 17 abr. 2013.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Diário oficial. Vitória, 5 nov. 2013.

EXPOSIÇÃO de documentos 150 anos da Insurreição de Queimados rebelião dos escravos no município da Serra. **Gazeta**, Vitória, 13 mar. 2000.

EXPOSIÇÃO fotográfica, I Encontro Eucarístico Diocesano. **Gazeta**, Vitória, 10 jul. 1996.

EXPOSIÇÃO fotográfica “*Germanien*” 150 anos da presença alemã na Casa de Cultura Domingos Martins Vitória (ES). **Gazeta**, Vitória, 9 jun. 1997.

GAZETA, Vitória, 10 jun. 1997.

GAZETA, Vitória, 1 set. 1997.

INAUGURAÇÃO do “Banco Etnográfico” catálogo informatizado diversos grupos imigrantes. **Gazeta**, Vitória, 12 mar. 1998.

JOVANA Mazioli Saccani. **Gazeta**, Vitória, 20 fev. 2000.

LANÇAMENTO de livro “Catálogo de Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo” Projeto Resgate do Ministério da Cultura. **Gazeta**, Vitória, 20 de jun. 1998.

OFÍCIO Circular número 32/85 do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Vila Velha: 450 anos de história da cidade. **Vila Velha**, 9 maio 1985.

“O ENDEREÇO da memória cultural: com 90 anos de existência o Arquivo Público Estadual” Andrea Pena. **Gazeta**, Vitória, 10 jan. 199.

PATRIMÔNIO Cultural: “línguas raras faladas no Estado”. **A Tribuna**, Vitória, 3 maio 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. **Ofício número 245/85**: exposição “Memória fotográfica da cidade de Vitória” dos 434 anos de aniversário da cidade. Vitória, 23 ago. 1985.

RIBEIRO, F. A. Publicação “Relatório do Consul Nagar”: relato do cavaleiro Carlo Nagar Consul. **Gazeta**, Vitória, 27 fev. 1995.

SEMINÁRIO colonização italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. **Gazeta**, Vitória, 5 maio 1995.

SEMINÁRIO o negro. **Gazeta**, Vitória, 21 mar. 1999. [s.n.].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício número 44/85**: coordenação de artes plásticas. Exposição 100 anos de Carnaval Capixaba. Vitória, 25 abr. 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício número 145/85**: coordenação de museus da Universidade Federal do Espírito Santo. Exposição aspectos da escravidão no Brasil do coordenador Sebastião Pimentel. Vitória, 23 abr. 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício número 96/85**: exposição Florentino Ávidos/1924-28 do coordenador Sebastião Pimentel Franco. Vitória, 22 fev. 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício número 299/87**: coordenação de Museus da Universidade Federal do Espírito Santo. Exposição “A imigração italiana” do coordenador Sebastião Pimentel Franco. Vitória, 05 out. 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Ofício número 44/85**: coordenação de Museus da Universidade Federal do Espírito Santo. Exposição “Interventor Bley” do coordenador Sebastião Pimentel Franco. Vitória, 20 fev. 1985.

APÊNDICE A – Formulário de pesquisa para tese de doutorado

FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA TESE DOUTORADO
 Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília
 Pesquisador Taiguara Villela Aldabalde

Documento de evidência: Data: _____ Produtor: _____

- Comunicação Interna
- Clipping
- Diário oficial dos poderes do estado
- Livro de registro de presença
- Livro de entrada e saída
- Relatório
- Diário oficial do estado
- outra a especificar: _____

Prática de mediação cultural evidenciada:

Local: na sede do Arquivo fora da sede a especificar

- exposição
- visita
- publicação
- sarau
- efeméride
- leitura de documentos históricos
- produção e gravação de áudio
- peça de teatro
- desfile de moda
- palestra
- mesa redonda
- seminário
- concerto
- recital
- exibição de audiovisual
- concerto musical
- exposição de arte
- outra prática a especificar: _____

Tema da prática:

- Imigrantes
- Ciganos
- Índios
- Imprensa
- Afrodescendentes
- Escravidão
- Gênero
- Revoltas Históricas
- Meio Ambiente
- outro tema a especificar: _____

Orçamento: () próprio () outras fontes, especificar _____
() ambos, especificar _____

Responsável pela prática, formação e setor:

APÊNDICE B – Resposta da SECULT a LAI

Quinta-feira, 28 de maio de 2015.

Assunto: Resposta da sua manifestação junto a Ouvidoria Geral do Estado do Espírito Santo

Prezado Sr. Taiguara Villela,

Em atenção à manifestação recebida pela Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria de Estado da Cultura - SECULT informou o seguinte:

"Informamos que não foi possível localizar relatórios de gestão desta Secretaria de Estado da Cultura para o período de 1985 a 2002.

Vale ressaltar que nesse período as ações culturais eram desenvolvidas por uma única unidade gestora, Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, e que somente no ano de 2005 a Secretaria de Estado da Cultura - SECULT obteve a alteração da estrutura organizacional, por meio da Lei Complementar no 310/2005.

Contudo, estamos disponibilizando ao Senhor, dois exemplares referentes a Gestão desta Secretaria - 2003 a 2014, sendo eles:

- Cultura Presente: Política pública no Espírito Santo 2003-2010. Conceitos, Programas, Experiências.
- Cultura 2011-2014.

Os exemplares poderão ser retirados pelo Senhor no Protocolo da SECULT.

Atenciosamente,
Representante de Ouvidoria/ SECULT"

---//---

Segunda-feira, 10 de março de 2014.

Assunto: Andamento da sua manifestação junto a Ouvidoria Geral do Estado do Espírito Santo

Prezado Sr. Taiguara Villela,

Em atenção ao seu registro, informamos que o seu pleito foi encaminhado para a Secretaria de Estado da Cultura - SECULT, para análise e providências.

Agradecemos o contato.

Subsecretaria de Estado da Ouvidoria Geral 0800 022 11 17 www.ouvidoria.es.gov.br

ANEXO A - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no **caput** refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

CAPÍTULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º O acesso à informação previsto no **caput** não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 3º O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei.

§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Do Pedido de Acesso

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no **caput**, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no **caput** todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Seção II

Dos Recursos

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.

Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.

§ 2º Indeferido o recurso previsto no **caput** que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.

Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de

regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.

Art. 19. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Art. 20. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Seção II

Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Seção III

Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. (Regulamento)

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

Seção IV

Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (Regulamento)

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

a) Presidente da República;

b) Vice-Presidente da República;

c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;

d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

§ 2º A classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto pelas autoridades previstas nas alíneas “d” e “e” do inciso I deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.

§ 3º A autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão de que trata o art. 28 à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35, no prazo previsto em regulamento.

Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e

IV - identificação da autoridade que a classificou.

Parágrafo único. A decisão referida no **caput** será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24. (Regulamento)

§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** deverá considerar as peculiaridades das informações produzidas no exterior por autoridades ou agentes públicos.

§ 2º Na reavaliação a que se refere o **caput**, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigilo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no **caput** para consulta pública em suas sedes.

§ 2º Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Seção V

Das Informações Pessoais

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:

I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou

II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. (VETADO).

§ 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:

I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.

§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.

§ 3º A revisão de ofício a que se refere o inciso II do § 1º deverá ocorrer, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, após a reavaliação prevista no art. 39, quando se tratar de documentos ultrassecretos ou secretos.

§ 4º A não deliberação sobre a revisão pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações nos prazos previstos no § 3º implicará a desclassificação automática das informações.

§ 5º Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o mandato de 2 (dois) anos para seus integrantes e demais disposições desta Lei. (Regulamento)

Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos: (Regulamento)

I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.

Art. 38. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no **caput**, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 2º No âmbito da administração pública federal, a reavaliação prevista no **caput** poderá ser revista, a qualquer tempo, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os termos desta Lei.

§ 3º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no **caput**, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.

§ 4º As informações classificadas como secretas e ultrassecretas não reavaliadas no prazo previsto no **caput** serão consideradas, automaticamente, de acesso público.

Art. 40. No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II - monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV - orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 41. O Poder Executivo Federal designará órgão da administração pública federal responsável:

I - pela promoção de campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - pelo treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - pelo monitoramento da aplicação da lei no âmbito da administração pública federal, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 30;

IV - pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações atinentes à implementação desta Lei.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 43. O inciso VI do art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116.

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

.....” (NR)

Art. 44. O Capítulo IV do Título IV da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 126-A:

“Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.”

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Art. 46. Revogam-se:

I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e

II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardoso

Celso Luiz Nunes Amorim

Antonio de Aguiar Patriota

Miriam Belchior

Paulo Bernardo Silva

Gleisi Hoffmann

José Elito Carvalho Siqueira

Helena Chagas
Luís Inácio Lucena Adams
Jorge Hage Sobrinho
Maria do Rosário Nunes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.11.2011 - Edição extra

ANEXO B – Liste des produits étudiés: hors des sentiers battus. Exploration et pistes de réflexion sur la rencontre archives et culture

HORS DES SENTIERS BATTUS. EXPLORATION ET PISTES DE RÉFLEXION SUR LA RENCONTRE ARCHIVES ET CULTURE.

Hélène Charbonneau
Denys Chouinard
Julie Fontaine

Liste des produits étudiés.

PUBLICITÉ

Entreprise	Média	Date
Archambault	Catalogue promotionnel	septembre-octobre 2007
Association des comptables généraux accrédités du Canada	La Presse	11 février 2008
Choix du Président – mouchoirs	Emballage	janvier 2008
Donald Morrison – restaurant	Napperon	automne 2007
Exceldor – poulet	Radio-Canada	22 décembre 2007
Ford Ranger – camion	Historia	17 février 2008
Fédération des travailleurs du Québec	Le Devoir	8 mars 2008
Gravity Coffee Shop	Mur des toilettes	automne 2007
Marché d'alimentation Métro	Magasin	décembre 2007
McDonald – restaurant	Mur du restaurant	avril 2008
Omer DeSerres	Affiche publicitaire	15 février 2008
Phillips – rasoir Arcitec	Radio-Canada	30 décembre 2007
Place du Centenaire	La Presse	4 mars 2008
Schneider – charcuteries	Radio-Canada	2 janvier 2008
Shilvi – CD de chansons	Radio-Canada	15 décembre 2007
Société de musique contemporaine du Québec – publication périodique	SMCQ	Automne 2007
Tim Hortons	Napperon	11 novembre 2007
Wal-Mart	Série+	7 mars 2008
Workopolis - bénévoles jeux de Vancouver	Historia	17 février 2008

TÉLÉVISION

Titre du produit	Média	Date
À la conquête du pôle Sud	Historia – Aventures	27 février 2008
Alouettes	Canal D – Biographies	20 décembre 2007
Arrow – 50 ans	Radio-Canada – Découverte	23 mars 2008
Barbie	Canal D – Biographies	26 novembre 2007

Titre du produit	Média	Date
Château Frontenac	Historia – Made in Québec	20 février 2008
Concessionnaires automobiles	Historia – Si j'avais un char	17 février 2008
Cuba	Radio-Canada – Une heure sur terre	20 février 2008
Les Glorieux	Radio-Canada – Téléjournal	20 février 2008
Hélicoptère – 100 ans	Radio-Canada – Découverte	11 novembre 2007
Ici Louis-José Houde	Radio-Canada	21 avril 2008
Janine Sutto	ARTV – Viens voir les comédiens	1er mars 2008
Jean Bissonnette	ARTV – C'est juste de la TV	2 novembre 2007
Machine à coudre Singer	Historia – À vos marteaux	19 février 2008
Maison Chaput	TVRS – Patrimoine hilairemontais	23 janvier 2008
Miami Beach P.Q.	Historia	février-mars 2008
Mike Bossy: 50 buts – 50 matchs	Radio-Canada – Téléjournal	24 janvier 2008
Parole et liberté – Bourgault	Radio-Canada	12 décembre 2007
Pilule contraceptive – 40 ans	Radio-Canada – Découverte	janvier 2008
Des Québécois au front	Historia	20 février 2008
René Lévesque, héros malgré lui	Télé-Québec	4 novembre 2007
Le sarrasin	Radio-Canada – L'épicerie	30 janvier 2008
Téléromans: Le temps d'une paix Grand-Papa	Radio-Canada	automne 2007
Moi et l'autre Quelle famille!		
Terres arctiques	RDI	22 septembre 2007
Tunnel Louis-Hippolyte	Historia – Chantiers	3 mars 2008
La Fontaine		

TÉLÉVISION (suite)

Titre du produit	Média	Date
Véhicules récréatifs	Historia – Si j'avais un char	4 février 2008
Verger Robert	TVRS – Patrimoine hilairemontais	27 février 2008
La vérité, toutes les vérités sur Lucien Rivard	Radio-Canada	22 avril 2008

SITES INTERNET

Titre - Institution	Date de consultation
Alcan	1er mars 2008
Banque de Montréal	1er mars 2008
Bell Canada	1er mars 2008
Bibliothèque et Archives Canada	20 février 2008
Bibliothèque et Archives nationales du Québec	17 février 2008
Canadien National	2 mars 2008
Canadien Pacifique	1er mars 2008
Coca-Cola	1er mars 2008
Conservatoire d'art dramatique de Québec	1er mars 2008
Festival international de jazz de Montréal	2 mars 2008
Frédéric Back. Agir ensemble	27 janvier 2008
Hydro-Québec	2 mars 2008
Magasin Simons	1er mars 2008
Montréal en quartiers – Héritage Montréal	9 février 2008
Musée J. Armand Bombardier	1er mars 2008
Musée McCord	16 février 2008
Séminaire de Saint-Joseph – Service des archives	24 février 2008
Société des archives historiques de la région de l'amiante	28 janvier 2008
Société historique de la Côte-du-Sud	18 février 2008
Théâtre du Trident	1er mars 2008
UQAM - Centre de recherche en imagerie populaire	2 mars 2008
UQAM – Service des archives	9 février 2008
Ville de Laval – Division de la gestion documentaire	février 2008
Ville de Montréal – Section des archives	23 février 2008
Wikipédia	1er mars 2008

EXPOSITIONS

Titre	Lieu	Dates
1837-1838. Rébellions. Patriotes vs Loyaux	Pointe-à-Callière. Musée d'archéologie et d'histoire de Montréal	novembre 2007 à avril 2008

Titre	Lieu	Dates
André Le Coz, photographe. Viens voir les comédiens	Galerie d'art du Centre culturel de l'Université de Sherbrooke	11 septembre au 20 octobre 2007
Anne Hébert et Hector de Saint-Denys Garneau	Musée des beaux-arts de Sherbrooke	mai à septembre 2006
Au pays de l'enfance	BAnQ – Centre d'archives de Montréal	novembre 2007 à avril 2008
L'aventure cinéma (v.o. québécoise)	Musée de la civilisation du Québec	2006 à février 2008
Configurations	Musée McCord – avenue McGill College	15 juin au 15 octobre 2007
Correspondances d'hiver	BAnQ – Grande Bibliothèque	4 décembre 2007 au 6 janvier 2008
Damoiselle Mance. 400e anniversaire de naissance	Musée des Hospitalières de l'Hôtel-Dieu de Montréal	mai 2006 à avril 2008
Échanges au marché	Marché du Vieux-Port de Québec	depuis le début de 2008
École des Hautes Études commerciales de Montréal. Vocation d'origine du Centre d'archives de Montréal	BAnQ – Centre d'archives de Montréal	depuis octobre 2007
L'esclavage en Nouvelle-France	BAnQ – Centre d'archives de Québec	8 août 2007 au 11 janvier 2008
L'esprit et l'intention. Que recèlent les traités autochtones ?	Bibliothèque et Archives Canada	24 septembre 2007 au 24 mars 2008
Expo 67, 40 ans déjà	Magasin La Baie, centre-ville de Montréal	été 2007
Grandir à Montréal	Musée McCord	29 octobre 2004 au 7 janvier 2008
Harun Farocki. One image doesn't take the place of the previous	Galerie de l'Université Concordia	19 octobre au 1er décembre 2007
L'Héritage artistique des Sulpiciens de Montréal	Musée des beaux-arts de Montréal	12 septembre au 9 décembre 2007
Marcel Dubé: le théâtre d'une société	BAnQ – Grande Bibliothèque	18 septembre 2007 au 30 mars 2008
Musée commémoratif de l'Holocauste à Montréal.		Exposition permanente
Nos collections se dévoilent. Acquisitions récentes de Bibliothèque et Archives nationales du Québec	BAnQ – Grande Bibliothèque	19 juin 2007 au 6 janvier 2008
Le patrimoine bâti de l'Outaouais	BAnQ – Centre d'archives de l'Outaouais	28 septembre 2007 au 15 septembre 2008

EXPOSITIONS (Suite)

Titre	Lieu	Dates
Paysages littéraires du Canada français	Bibliothèque et Archives Canada	23 avril au 23 novembre 2007
Seigneurs et Bâtisseurs de Montréal. Les Prêtres de Saint-Sulpice	Musée du Château Ramezay	19 septembre au 25 novembre 2007
Simplement Montréal. Coup d'œil sur une ville unique	Musée McCord	exposition permanente
Souvenirs d'ici. L'album de photographies comme archive particulière	Musée McCord	1er septembre 2007 au 20 avril 2008
Le temps des Québécois	Musée de la civilisation du Québec	exposition permanente
Territoires	Musée de la civilisation du Québec	exposition permanente
Tricentenaire de Québec, 1608-1908: quand résonne la mémoire	BAnQ – Centre d'archives de Montréal	13 novembre 2007 au 11 mai 2008

PUBLICATIONS

Auteur - Titre	Éditeur	Date
24 images. La revue québécoise du cinéma		depuis 1979
Aubin, Georges. Papineau en exil à Paris	Éditions Trois-Pistoles: Notre-Dame-des-Neiges	2007
Baillargeon, Denyse. Naître, vivre, grandir: Sainte-Justine 1907-2007	Boréal: Montréal. 383p.	2007
BAnQ. Agenda «Aux limites de la mémoire»	Publications du Québec: Montréal. 186 p.	2007
BAnQ. Calendrier «Aux limites de la mémoire»	Publications du Québec: Montréal. 13 p.	2008
Beaudet, Marie-Andrée. Album Miron	L'Hexagone: Montréal. 212 p.	2006
Beaudoin, Louise et François Dorlot. René Lévesque	Éditions La Presse: Montréal. 125 p.	2007
Bizimana, Aimé-Jules. De Marcel Ouimet à René Lévesque. Les correspondants de guerre canadiens-français durant la Seconde Guerre mondiale	VLB Éditeur: Montréal. 371 p.	2007

Auteur - Titre	Éditeur	Date
Boyer, Jean-Pierre et al. Pour changer le monde: affiches des mouvements sociaux au Québec (1966-2007).	Lux Éditeur: Montréal. 360 p.	2007
Cap-aux-diamants		depuis 1985
Chevalier de Lévis / Direction de Robert Léger. Le Journal du Chevalier de Lévis	Éditions Michel Brûlé: Montréal. 254 p.	2008
Congrégation Notre-Dame. La cuisine raisonnée	Fides: Montréal. 411 p.	2003
DeSerres, Hélène. Omer DeSerres: trois générations créatives	Éditions de l'Homme: Montréal. 190 p.	2008
Gagné, Jean, sous l'égide des Amis de la vallée du Saint-Laurent. À la découverte du Saint-Laurent	Éditions de l'Homme: Montréal. 331 p.	2005
Guimont, Marc. Montréal en métro	Ulysse: Montréal. 238 p.	2007
Hustak, Alan et Johanne Norchet. Montreal Then & Now: D'hier et d'aujourd'hui.	Thunder Bay Press: San Diego. 144 p.	2006
Journal Le Métro		depuis 2001
Lahoud, Pierre et Sylvie Blais. La fête de Noël au Québec	Éditions de l'Homme: Montréal. 500 p.	2007
Lessard, Michel. La nouvelle encyclopédie des antiquités du Québec	Éditions de l'Homme: Montréal. 1103 p.	2007
Litalien Raymonde, Jean-François Palomino et Denis Vaugeois. La mesure d'un continent. Atlas historique de l'Amérique du Nord, 1492-1814	Septentrion: Sillery. 298 p.	2007
Ouimet, André (texte établi, présenté et annoté par Georges Aubin). Journal de prison d'un Fils de la liberté	Typo: Montréal. 155 p.	2006
Provencher, Jean. L'histoire du Vieux-Québec à travers son patrimoine	Publications du Québec: Québec. 277 p.	2007

PUBLICATIONS (suite)

Auteur - Titre	Éditeur	Date
Rey, Jean (photographie) / Jacques Godbout et al. (textes). 1967: le Québec entre deux mondes	Les 400 coups: Montréal. 129 p.	2007
Soulard, Jean. 400 ans de gastronomie à Québec, 1608-2008	Communiplex marketing: Verdun. 119 p.	2007
Turbis, Pierre et Pierre Bruneau. La grande histoire des Alouettes de Montréal.	Éditions de l'Homme: Montréal. 445 p.	2007

CINÉMA

Titre	Réalisateur	Date
15 février 1839	Pierre Falardeau	2001
Alys Robi	Denise Filiatrault	2004
Aurore	Luc Dionne	2005
C.R.A.Z.Y	Jean-Marc Vallée	2006
Congorama	Philippe Falardeau	2006
Denys Arcand / L'oeuvre documentaire intégrale 1962-1981	ONF	2004
Un dimanche à Kigali	Robert Favreau	2006
L'erreur boréale	Richard Desjardins et Robert Monderie	1999
La face cachée de la lune	Robert Lepage	2004
Falardeau-Poulin: À force de courage. Anthologie 1971-1995	Vidéographe	2004

Titre	Réalisateur	Date
La femme qui boit	Bernard Émond	2001
Gaz Bar Blues	Louis Bélanger	2003
L'illusion tranquille	Joanne Marcotte	2006
Maurice Richard	Charles Binamé	2005
Michel Brault Œuvres 1958-1974 Works	ONF	2006
Monica La Mitraïlle	Pierre Houle	2004
Nestor et les oubliés	Benoît Pilon	2006
Nouvelle-France	Jean Beaudin	2004
L'œuvre de Pierre Perrault / volume 1 - La trilogie de l'Île-aux-Coudres	ONF	2007
Ordinaire ou super — Regards sur Mies Van der Rohe	Patrick Demers et Joseph Hillel	2004
Paroles et liberté. Pierre Bourgault	Manuel Foglia	2007
Le peuple invisible	Richard Desjardins et Robert Monderie	2007
Québec sur ordonnance	Paul Arcand	2007
Rosaire et la Petite Nation	Benoît Pilon	2004
Le Survenant	Éric Canuel	2005